



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – IFCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

**EXPERIÊNCIAS, MEMÓRIAS E RESISTÊNCIAS DE MULHERES
TRABALHADORAS DO SEXO EM MANAUS (1990-2019)**

BÁRBARA REBEKA GOMES DE LIRA

Manaus – Amazonas

2023

BÁRBARA REBEKA GOMES DE LIRA

**EXPERIÊNCIAS, MEMÓRIAS E RESISTÊNCIAS DE MULHERES
TRABALHADORAS DO SEXO EM MANAUS (1990-2019)**

Tese de Doutorado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para obtenção do título de Doutora em História. Linha de pesquisa: Políticas, Instituições e Práticas Sociais, sob a orientação do Professor Doutor Nelson Tomelin Jr.

Orientador: Prof. Dr. Nelson Tomelin Jr.

Manaus – Amazonas

2023

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

L768e Lira, Bárbara Rebeka Gomes de
Experiências, Memórias e Resistências de mulheres
trabalhadoras do sexo em Manaus (1990-2019) / Bárbara Rebeka
Gomes de Lira . 2023
328 f.: il.; 31 cm.

Orientador: Nelson Tomelin Júnior
Tese (Doutorado em História - Políticas, Instituições e Práticas
Sociais) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Trabalhadoras sexuais. 2. Movimentos sociais . 3. Mulheres
trabalhadoras . 4. História do trabalho. 5. Manaus. I. Tomelin Júnior,
Nelson. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

Dedicatória

Dedico a todas trabalhadoras sexuais do Amazonas e do Brasil, que lutam por melhores condições de vida.

Dedico à Ana dos Santos.

In memoriam de Nelice Antônia Aragão, mais conhecida como Baiana.

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo e de todos, sou imensamente agradecida à Associação de Prostitutas e ex- prostitutas do Amazonas - As Amazonas. Em especial, Ana, Baiana (em memória), Denise, Neila, e demais mulheres trabalhadoras sexuais que se expressaram através das fontes analisadas durante esses anos de trabalho de pesquisa. Agradeço a todas as trabalhadoras sexuais que lutam por melhores condições de trabalho e de vida. Bem como aos movimentos sociais de prostitutas, trabalhadoras sexuais e profissionais do sexo espalhados pelo país. Vocês são resistência.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas – FAPEAM, pelos três anos de bolsa concedida, fundamentais para o cumprimento do cronograma proposto. No entanto, não posso deixar de mencionar que o interrompimento da bolsa de estudos no último ano de pesquisa foi um processo doloroso e com prejuízos – mental e financeiramente. O último ano de financiamento da pesquisa era imprescindível para a conclusão com êxito da proposta de projeto, ainda mais no contexto “pós” pandêmico.

Por isso, não posso deixar de agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, por ter me concedido sete meses de bolsa para que pudesse continuar a produção da tese. Sem esquecer que a bolsa de estudos não é apenas importante para o andamento da pesquisa, mas também como recurso material para a sobrevivência de pesquisadores e pesquisadoras do Amazonas e do Brasil.

Aproveito este momento para enfatizar a importância do fomento à pesquisa no nosso país, ainda mais em tempos tenebrosos como os que enfrentamos nos últimos quatro anos. Pesquisa é trabalho, e bolsa não é esmola. O reajuste dos valores das bolsas de agências federais de fomento à pesquisa implementado pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva já no início de seu mandato neste ano de 2023 indica a retomada de enormes esperanças para a produção científica no Brasil.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História – PPGH da Universidade Federal do Amazonas por ter acreditado em meu projeto de pesquisa, com a oportunidade honrosa de poder compor a sua primeira turma (2019) de Doutorado. O nosso competentíssimo secretário Jailson Soares Mota e o coordenador do curso Prof. Dr. Davi Avelino Leal, pelos esforços empreendidos para a recuperação da minha bolsa de estudos. Meu muito obrigada!

Bem como todo o corpo docente do programa, sobretudo aqueles que passaram diretamente pelo processo de doutoramento nas disciplinas ofertadas de Seminário de Tese, Seminário de Pesquisa, Políticas, Instituições e Práticas Sociais e Tópicos Especiais (Historiografia do Trabalho no Brasil). Profa. Dra. Maria Luiza Pinheiro, Prof. Dr. Luiz Balkar Pinheiro, Prof. Dr. Davi Leal, Prof. Dr. César Bubolz, Prof. Dr. Almir Diniz, Profa. Dra. Patrícia Melo, Profa. Dra. Márcia Mello, Prof. Dr. Anderson Vieira.

Em especial, agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Nelson Tomelin Jr., pelas orientações, pela compreensão e sensibilidade no processo de produção do trabalho de Tese. Sempre com muito respeito comigo e com o meu trabalho, posso dizer que formamos um bom time, e foi uma enorme satisfação trabalhar com você. Muito Obrigada.

Sou grata à Profa. Dra. Maria Luiza Ugarte Pinheiro e ao Prof. Dr. Lincoln Ferreira Secco pelas orientações dadas no exame de qualificação, pelo respeito e sensibilidade com a temática do trabalho apresentado. Certamente, suas orientações foram importantes para o processo de construção da tese.

Agradeço infinitamente à minha mãe e leitora assídua, Ana Suely Moraes Gomes de Lira, grande mulher que atravessou encruzilhadas de opressão para que eu não passasse por elas. Sem dúvida, sua caminhada tornou a minha trajetória menos assombrosa, sou grata por todo o seu amor e cuidado. Obrigada à minha irmã Raphaela Lira, a mamãe do ano, por todo apoio e “paciência” (mesmo que pouca) comigo enquanto estive nesse longo percurso de formação.

Não menos importante, agradeço à minha companheira de vida, de amor, de respeito e cumplicidade, Marícia Gabriela Moraes Preto. Pela parceria, pela troca e pelo apoio nas trajetórias de vida e de pesquisa. Pra nós, todo o amor do mundo.

Grata à minha família espiritual, Ciganas, Caboclas, Pretos e Pretas velhas, Padilhas, Pilintras e Orixás. Sempre grata à mãe Beth Ghimel. É preciso se perder para se encontrar. E entre encontros e desencontros essa família sempre esteve ao meu lado.

RESUMO

Este trabalho de tese se propõe a investigar os processos organizativos dos movimentos de prostitutas, aqui percebidas e denominadas de trabalhadoras sexuais. A pesquisa perpassa as discussões sobre trabalho, direitos, estigmas e corpos femininos. O estigma de prostituta neste trabalho é compreendido como um marcador social estritamente direcionado a todas as mulheres - independente do trabalho com sexo - e busca-se evidenciar como o estigma afeta a vida dessas trabalhadoras e como ele se torna um fio condutor das lutas sociais dessas mulheres não apenas na cidade de Manaus, mas no país. Busca-se demonstrar os rastros das lutas de prostitutas no Brasil para enfim chegar na fundação da Associação de Manaus. Neste caminho é possível observar como os estigmas sociais são produzidos e reproduzidos ao longo dos tempos e dos espaços na vida dessas trabalhadoras. A pesquisa também busca analisar os processos históricos de formação e disputas das lutas enfrentadas pela Associação de Trabalhadoras do Sexo da Cidade de Manaus. A Associação manauara foi batizada de “As Amazonas” e esteve em atividades constantes pelo período de 2008 a 2019. Interessa investigar o percurso organizativo da instituição desse período, as formas pelas quais a Associação corroborou para a construção de novas perspectivas sobre trabalho sexual e para a quebra de preconceitos e estigmas relacionados a essas trabalhadoras. Destaque para as parcerias políticas, sobretudo no que tangem as ações voltadas para a construção e execução de políticas públicas voltadas para a prevenção do HIV/AIDS e demais infecções sexualmente transmissíveis. Problemáticas como cuidado com o corpo, uso dos preservativos, educação escolar, filhos e famílias, lugares de trabalho, racismo e sexismo, exploração sexual de crianças são abordadas na medida em que as próprias fontes provocam as questões. O conjunto de fontes que compõe a tese são: Entrevistas, folhetos informativos, boletins institucionais, imagens, jornais, atas, estatutos sociais, fichas cadastrais, ofícios, relatórios, mapeamentos, Projetos de leis e um documentário. Um conjunto documental que foi cuidadosamente coletado e estudado, cada fonte com a sua especificidade metodológica, porém não são tratadas hierarquicamente, todas são importantes para a composição da Tese.

Palavras-Chave: Trabalhadoras sexuais; Movimentos Sociais; Mulheres trabalhadoras; História do trabalho; Manaus.

ABSTRACT

This thesis proposes to investigate the organizational processes of the movements of prostitutes, here perceived and called sex workers. The research permeates the discussions of work, female bodies, control strategies and stigmas. The prostitute stigma in this work is understood as a social marker strictly aimed at all women - regardless of sex work - and I seek to show how stigma affects the lives of these workers and how it becomes a guiding thread of these women's social struggles not only in the city of Manaus, but in the country. It seeks to demonstrate the traces of the struggles of prostitutes in Brazil to finally arrive at the foundation of the Manaus Association. In this way, it is possible to observe how social stigmas are produced and reproduced over time and spaces in the lives of these workers. The research also seeks to analyze the historical processes of formation and disputes of the struggles faced by the Association of Sex Workers of Manaus city. The Manaus association was named "As Amazonas" and was in constant activities from 2008 to 2019. It is interesting to investigate the organizational path of the institution in that period, the ways in which the Association supported the construction of new perspectives on sex work and for the breaking of prejudices and stigmas related to these workers. Emphasis on political partnerships, especially with regard to actions aimed at the construction and execution of public policies aimed at the prevention of HIV/AIDS and other sexually transmitted infections. Issues such as body care, condom use, school education, children and families, workplaces, racism and sexism, sexual exploitation of children are addressed as the sources themselves provoke the issues. The set of sources that make up the thesis are: Interviews, information leaflets, institutional bulletins, images, newspapers, minutes, bylaws, registration forms, official letters, reports, mapping, Bills of laws and a documentary. A set of documents that was carefully collected and studied, each source with its methodological specificity, but not treated hierarchically, all are important for the composition of the Thesis.

Keywords: Sex workers; Social movements; Working women; Work history; Manaus.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Neila após vencer o concurso Miss Prostituta 2012. (Pg. 53)
Imagem 2: 1º Encontro Nacional de Prostitutas com o tema “Mulher da vida, é preciso falar”, realizado no Rio de Janeiro de 20 a 23 de julho de 1987. (Pg. 56)
Imagem 3: Folhetos da campanha do projeto “Sem vergonha garota, você tem profissão”, da Rede Brasileira de Prostitutas. (Pg. 64)
Imagem 4: Edital de convocação para Assembleia de fundação da Associação. (Pg. 85)
Imagem 5: Dois panfletos da associação As Amazonas, antes e depois da alteração do estatuto social que incluiu “ex-prostitutas”. (Pg. 87)
Imagem 6: Folheto informativo para trabalhadoras do sexo “ <i>Trabalhe sempre com segurança</i> ”. (Pg. 93)
Imagem 7: Panfleto informativo dos objetivos da Associação As Amazonas (2009). (Pg. 106)
Imagem 8: Primeira placa da Associação As Amazonas. (Pg. 109)
Imagem 9: Segunda placa da Associação As Amazonas com a denominação de “Movimento social de mulheres”. (Pg. 110)
Imagem 10: Ficha de encaminhamento médico para trabalhadoras sexuais. (Pg. 129)
Imagem 11: Cartilha de orientações do projeto “Sem vergonha de lutar por direitos”. (Pg. 132)
Imagem 12: Mapa do Centro Histórico de Manaus. (Pg. 139)
Imagem 13: Mapa de distribuição dos locais de prostituição em Manaus (2007-2008). (Pg. 147)
Imagem 14: Mapeamento dos espaços de prostituição por local, tipo e gênero (2007-2008). (Pg. 148)
Imagem 15: Mapeamento dos espaços de prostituição por local, tipo e gênero (2007-2008). (Pg. 149)
Imagem 16: Almoço coletivo durante encontro municipal da Associação As Amazonas. (Pg. 156)
Imagem 17: Ficha de cadastro de associadas 2008. (Pg. 160)
Imagem 18: Leila adentrando os portões da praça da Matriz. (Pg. 208)

Imagem 19: Mapa mostrando as avenidas Sete de Setembro e Eduardo Ribeiro, e a Rua 15 de Novembro contornando a Praça da Matriz. (Pg. 210)
Imagem 20: Leila avistando sua entrevistada. Seta verde: Marina, a trabalhadora entrevistada. (Pg. 212)
Imagem 21: Cena da primeira entrevista do documentário. (Pg. 213)
Imagem 22: Cena da entrevista de Baiana no banco da Praça da Matriz. (Pg. 222)
Imagem 23: Neila sendo entrevistada no salão de beleza. (Pg. 230)
Imagem 24: Kelly sendo entrevistada na praça da Matriz. (Pg. 240)
Imagem 25: As narradoras da quinta parte do documentário, na praça da Matriz. (Pg. 242)
Imagem 26: Eduarda sendo entrevistada na praça da Matriz. (Pg. 243)
Imagem 27: Trabalhadora entrevistada na praça da Matriz. (Pg. 244)
Imagem 28: Entrevista de Sheila. (Pg. 245)
Imagem 29: Convite para o lançamento da campanha de Gabriela Leite em 2010. (Pg. 249)
Imagem 30: Francisca Coroca como Capa do Jornal Manaus Hoje em 2016. (Pg. 251)
Imagem 31: Card de candidatura ao cargo de Deputada Estadual, Ana Santos. Eleições 2018. (Pg. 252)
Imagem 32: Capa da Edição número zero do jornal <i>Beijo da Rua</i> . Dezembro 1988. (Pg. 294)
Imagem 33: Páginas 4 e 5 da Edição número zero do jornal <i>Beijo da Rua</i> . (Pg. 295)

LISTA DE SIGLAS

APAM – Associação das Prostitutas e Ex-prostitutas do Amazonas

ANPROSEX – Articulação Nacional de Profissionais do Sexo

CBO – Classificação Brasileira de Ocupações

CPB – Código Penal Brasileiro

CUTS – Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores do sexo

GEMPAC – Grupo de Mulheres Prostitutas do Pará

IST – Infecção Sexualmente Transmissível

ONG – Organização Não-Governamental

RBP – Rede Brasileira de Prostitutas

SUMÁRIO

Considerações Iniciais	13
Capítulo I “Estigma, resistências e o surgimento dos movimentos sociais de prostitutas”	30
Capítulo II “As Amazonas: Associação das Prostitutas do Amazonas”	78
Capítulo III “As Trabalhadoras do sexo e a Cidade: exclusões e ambiguidades”	136
Capítulo IV “Tudo depende da praça: comunicação e política em disputa”	200
Capítulo V “Reconhecimento e regulamentação: uma luta pelo direito ao trabalho sexual”	259
Considerações Finais	305

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A parte mais difícil consiste em começar. Começar a transformar palavras em linhas e depois parágrafos, e nestes iniciar diálogos e reflexões, não a partir de objetos/coisas, mas de pessoas e suas experiências cotidianas. Refiro-me a existências e resistências de mulheres trabalhadoras, lutas constantes por sobrevivência e direitos, direitos aos espaços, às identidades, ao trabalho, ao próprio corpo etc.

Nasci e me criei no centro da cidade de Manaus. Desde criança, nos nostálgicos passeios na Praça da Saudade (5 de setembro), mulheres de forte presença humana, trabalhadoras das ruas, já me saltavam aos olhos e mobilizavam afetos. Ainda sob um olhar imaturo, não conseguia perceber para além do que havia sido ensinado a partir de uma educação patriarcal, na qual estive inserida até então, sobre mulheres com roupas curtas e sorrisos vibrantes.

Anos se passaram e comecei a observar e perceber as vivências de opressões e controles sobre os corpos femininos, inclusive o meu, através de discursos de como vestir, falar, se portar, sorrir, ou seja, como não ser “puta”. Senti e sinto na pele como mulher tais contradições, principalmente sendo mulher andando nas ruas do centro da cidade à noite, pois anos depois me tornara frequentadora dos passeios boêmios dos botecos da mesma praça da infância, ou nos bares da conhecida Lobo D’Almada.

Na pesquisa de Mestrado¹, me debrucei sob os olhares e discursos masculinos hegemônicos vestidos de saberes médicos, jurídicos e jornalísticos sobre a prostituição e as prostitutas. Constatei uma evidente perseguição aos corpos femininos, sobretudo os corpos de mulheres prostitutas, através de controle médico/policial. O que foi ensaiado no século XIX - chamado por alguns de “século da ciência”, entre ele encontram-se as teses lombrosianas - foi posto em prática no andar do século XX, momento em que a imprensa superdimensiona discursos hegemônicos e produz/reproduz padrões de comportamentos ideais para os habitantes da cidade.

Dois anos me debruçando sob essas evidências e refletindo sobre tais experiências, me proporcionaram perceber essas mulheres do passado como mulheres de verdade, que

¹ LIRA, Bárbara Rebeka Gomes de. *A difícil vida fácil: o mundo da prostituição e as suas representações na cidade de Manaus (1890-1925)*. 2014. 114f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Instituto de Ciências Humanas e letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

trabalhavam² – assim como eu trabalho para sobreviver. Percebi que nesse momento me livrava então das amarras de um “objeto” de pesquisa. Eram pessoas que existiam e resistiam, e ainda existem e resistem. Esse olhar mais sensível me deu a necessidade de sair de dentro do laboratório do departamento de história e visitar a Associação local, pois já tinha conhecimento da existência da instituição na cidade.

Estávamos em 2014. Com a dissertação de mestrado recém-concluída, pensei em levar meu material de pesquisa para o acervo da instituição, na perspectiva de que essa era uma forma de contribuir com a sua trajetória de experiências.

Fui até a sede, localizada na época no Centro da cidade, na rua Sete de setembro, em frente ao *Les Artistes Café Teatro*, bem próximo à Praça Dom Pedro II, uma das mais citadas pela imprensa da primeira metade do século XX em torno da pauta moral e dos costumes, conhecida hoje por alguns outros nomes, como “praça das meninas”, “praça das primas” ou “praça do pau mole”. A sede ficava nos fundos do Sindicato dos Estivadores³ do Amazonas, o que evidenciava a parceria também histórica entre os estivadores do porto e aquelas trabalhadoras sexuais.

Entre os muros pichados, um portão e uma placa preta com letreiros brancos, se via escrito: “AS AMAZONAS – APAM – MOVIMENTO SOCIAL DE MULHERES”. A singela placa já abre espaço para questionamentos, pois é uma espécie de “cartão de visita”, quando eventualmente o termo “prostitutas” traria algum incômodo para a sociedade de então.

Porta adentro, estavam longos lances de escadas, que eu nem imaginava que subiria e desceria tantas vezes. No segundo andar do prédio, encontrava-se uma sala repleta de banners, cartazes, fotos de encontros municipais, murais informativos sobre o uso de preservativos. Numa mesinha de centro, duas mulheres, a primeira bem receptiva e sorridente e a segunda mais séria e desconfiada. Logo compreendi sua desconfiança. Sentei-me à mesa, me apresentei como pesquisadora simpatizante do movimento, e prontamente a primeira senhora, conhecida como Baiana, me entregou alguns panfletos

² Nesta pesquisa, compreende-se prostituição como um trabalho que provê auto sustento de pessoas adultas e capazes. Portanto, será denominado aqui como “trabalho sexual”.

³ A historiadora Maria Luiza Ugarte Pinheiro demonstrou como a categoria de estivadores, no final do século XIX e início do XX, construiu suas lutas pelo reconhecimento de suas experiências, por questões salariais e melhores condições de trabalho. Assim como as trabalhadoras sexuais, os estivadores tinham seus hábitos e práticas denunciados pela imprensa local, como o uso de álcool, suas formas de lazer e comportamentos mal vistos. Os estivadores eram conhecidos por frequentarem os lugares de prostituição. Conf. PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1899- 1925)*. 3 ed. Manaus: FUA, 2015.

da Associação. A primeira mulher, a mais séria, levantou-se para preparar um café, e Baiana se sentou e começou a contar algumas histórias com clientes.

Após o café ficar pronto, aquela que parecia mais séria se juntou à conversa e explicou um pouco dos motivos do seu jeito mais fechado. Tratava-se da Coordenadora Geral da Associação, Ana. Ela me contou que nesses anos de instituição já havia recebido a visita de políticos, de pesquisadores, ONGs, representantes de Secretarias da prefeitura, quando estes coletavam informações para após sumirem sem retorno. Os políticos apareciam em período eleitoral declarando apoio ao movimento e, após serem eleitos, faziam-se de “cegos, surdos e mudos” para a luta das trabalhadoras sexuais.

Neste instante, compreendi duas coisas: primeiro as razões que motivaram a desconfiança de Ana, após receber tantas pessoas que “queriam ajudar”, segundo, que aquela instituição não necessitava apenas de uma dissertação de mestrado em seu acervo, mas necessitava de “multiplicadores⁴” que pudessem pensar e articular em conjunto políticas públicas que alcançassem essas trabalhadoras.

O primeiro contato me deixou satisfeita, e ao mesmo tempo bastante instigada a me aproximar das pautas do movimento e dessas mulheres, as quais estavam decididas a manter abertas as portas da Associação. Ainda não tinha proximidade e nem confiança para realizar entrevistas gravadas, quando percebi a complexidade de problematizar o tempo presente. Retornei para o laboratório, para as leituras e para as incansáveis pesquisas sobre os movimentos sociais de prostitutas no Brasil.

No ano de 2017, tive o privilégio de participar de um Encontro Municipal de Profissionais do Sexo de Manaus, no qual tivemos um dia todo de debates sobre questões de prevenção, cuidados com o corpo, preconceitos e violências. Nesse encontro, apenas escutei, observei e anotei perspectivas de análise que se abriam a partir daquelas conversas, anotações que mantenho com cuidado. Foi nesse evento que ouvi uma fala que me tocou profundamente, e que serviria como título de meu projeto de Doutorado, submetido e aceito pelo Programa de Pós Graduação em História da UFAM, “*Sou prostituta, sou de programa na zona sim, mas em casa sou mãe, sou mulher*”.

Os debates no referido Encontro foram então direcionados às trabalhadoras e a palavra completamente franqueada a elas. Uma das mulheres iniciou a sua fala sobre preconceitos cotidianos, vivenciados todos os dias por ofensas ditas pelas janelas dos

⁴ Como são chamados os colaboradores e colaboradoras da instituição que não são trabalhadores e trabalhadoras sexuais, mas são apoiadores das lutas.

ônibus que passam pela igreja matriz, ou por transeuntes que ali caminham e fazem outros desaforos, e ainda destacava que na maioria das vezes era também agredida por mulheres.

Nesse apelo, a trabalhadora verbalizou que era mulher, assim como aquelas que a xingavam, que poderia estar fazendo programa ali na matriz, mas que em casa era mãe e mulher. Tal narrativa refletia a condição da maioria das mulheres periféricas, que trabalham fora de casa, e jornadas redobradas em suas próprias residências.

Ela colocava suas experiências ali e ao mesmo tempo desconstruía as divisões tão reforçadas do século passado de que a mulher prostituta é a mundana, detentora dos vícios e vida desregrada, diferente das mulheres “não prostitutas”. Essa é uma fala que enfrenta os discursos hegemônicos masculinos.

Esse foi um evento grandioso, e participar desses debates só ampliava mais minhas perspectivas sobre esse vasto mundo do trabalho sexual, e suas reivindicações. Percebi o quanto eram importantes momentos como aquele, de troca de experiências.

Eu me aproximei mais da Ana, e percebi que já fazia um tempo que ela trabalhava de forma voluntária na Associação. Os encontros eram realizados com o apoio da Coordenação Estadual de DST/AIDS (hoje IST/AIDS), que doava os almoços, e do Sindicato dos Estivadores, que cedia o espaço do auditório para os debates, ou, como nas últimas edições do evento, também pelo apoio municipal da ManausCult, através da cessão do espaço *Les Artites* Café Teatro.

Passei a estar mais presente na sede d’As Amazonas, sempre pensando em formas de contribuir com a instituição, e investigando outras atividades de Associações diversas país afora, como o Gempac de Belém, Mulheres Guerreiras de Campinas, Aprosmig de Belo Horizonte, e as atividades de redes nacionais, como a Rede Brasileira de Prostitutas, Articulação Nacional de Profissionais do Sexo e Central Única de Trabalhadores e Trabalhadoras sexuais - CUTS. Percebi então que estudar essas organizações políticas de abrangência nacional seria de fundamental importância para a compreensão do surgimento d’As Amazonas.

Nessa busca, verifiquei iniciativas como o “Putá Dei”, evento realizado pela primeira vez no ano de 2012 em Belém–Pará. Promovido pelo Gempac, o encontro buscava registrar nas discussões oportunizadas o dia internacional das prostitutas, data marcada pela manifestação de trabalhadoras sexuais em 1975 em Lyon, na França,

ficando destacado aquele dia 02 de junho como um marco para os movimentos sociais de profissionais do sexo no mundo inteiro⁵.

Após verificar a realização do evento em vários estados brasileiros – Pará, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Pernambuco – eventualmente registrado como “Putá Day” ou “Putá Dei”, percebi que em Manaus ainda não havia uma organização para a realização do evento, e seria interessante contribuir com um “puta dia”, além de garantir a oportunidade da memória de lutas em torno do “dia internacional das prostitutas”, convidando então as trabalhadoras sexuais do centro da cidade para realizar debates sobre as pautas do movimento, junto com a comunidade, a fim de proporcionar mais visibilidade para a instituição, a qual busca constantemente construir novos valores para o trabalho sexual e seus movimentos sociais.

Na época, eu possuía algumas experiências com eventos culturais e comecei a esboçar um projeto de “Putá Day Manaus” que contasse com o apoio de materiais como equipamentos de som e espaço por parte das Secretarias de Cultura estadual e municipal. Conversei com a historiadora e colega Daizyenne Silva, que além de possuir uma bela pesquisa sobre o trabalho sexual feminino⁶ em Manaus do período de 1970 e 80 se tornou uma grande referência para a minha caminhada própria de investigações. Juntas, construímos uma relação de parceria de trabalho acadêmico, além de ações de voluntariado na Associação. Começamos a nos reunir com frequência para organizar os trâmites para a realização do evento, e durante essa convivência maior, confirmei que Ana já estava há algum tempo sozinha a frente das atividades da instituição.

O “Putá Day Manaus” aconteceu em 02 de junho de 2018, com uma feijoada no almoço, debates no espaço interno do café teatro na primeira parte, e, na segunda parte, shows culturais com grafittis produzidos por mulheres nas paredes do local. Foi um evento bonito, sem a expectativa de grande público, mas como resultado de muita luta, e que se repetiria em 2019.

O Encontro trouxe certa visibilidade para a instituição, mas ainda precisava de mais, era necessário que as mulheres trabalhadoras sexuais se engajassem mais amplamente em levar suas pautas adiante. O que era evidente, era que os projetos mais

⁵ MATHIEU, Lilian. *An unlikely mobilization: the occupation of Saint-Nizier church by the prostitutes of Lyon*. In: *Revue française de sociologie*, 2001, 42, supplément. An annual english selection. pp. 107- 131.

⁶ SILVA, Daisyenne Santos. *Memórias, sociabilidades e resistências: o trabalho sexual feminino na cidade de Manaus nas décadas de 70 e 80 do século XX*. 2017. 129f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

básicos relacionados à prevenção e distribuição de preservativos sempre estiveram ativos por intermédio da Coordenação Estadual de IST/Aids. Ana fez sempre questão de manter os kits prontos e o controle de entrega de preservativos às trabalhadoras em dia. Mas algumas outras questões, como o projeto de título de utilidade pública que estava parado na Câmara dos vereadores desde 2010 dificultava a realização de projetos sociais e a participação em editais, o que juntamente com a falta de recursos impedia a abrangência daqueles trabalhos em um campo de atuação mais amplo.

A sede da instituição no Centro da cidade já passava por constantes arrombamentos e roubos, desde ventilador, botija de gás, preservativos, cadeiras de plástico, tudo foi levado. Nunca esquecerei que no dia 02 de julho de 2019 cheguei na sala bem cedo, pois era o grande dia do “Putá Day 2.0”. Encontrei com Ana e fomos subindo as escadas da Associação, quando logo percebemos os sinais de arrombamento, com todas as portas quebradas. A sensação foi terrível, fiquei muito triste, mas foi Ana quem ficou ainda mais abalada. Mal sabíamos que cenas como essas passariam a ser comuns.

Ana, além de trabalhar sozinha, estava cansada, sentia a necessidade de ver a instituição caminhar sem ela. Após a sequência de roubos, retornou o pouco das coisas que restavam para a antiga sala no bairro São Jorge. Esgotou a entrega da última leva de preservativos em outubro de 2019, quando sua gestão encerrou as atividades. Ana fez um pronunciamento para todas nós – até então meros multiplicadores – numa fala visivelmente emocionada, se viu na necessidade de largar o movimento e deixar outra articulação trabalhar.

Foi nesse momento que Ana me permitiu o acesso a toda a documentação, desde a ata de fundação, estatutos sociais, demais registros, relatórios de ações, controles de entrega de preservativos, fichas de associadas, ofícios, cartas, fotografias, documentário fílmico, projetos de leis, entre diversas outras fontes que evidenciam a trajetória da instituição. Comecei o trabalho de higienização e acondicionamento dos documentos, seguido de sua digitalização e arquivamento. E nesse contato prévio com as fontes já pude sentir o alcance e potencialidade do diálogo entre aquele conjunto documental e alguns de meus questionamentos.

Composição da Tese

Antes de adentrar nos capítulos da tese, é necessário fazer algumas considerações teóricas que sustentam as reflexões construídas neste trabalho. O referencial teórico variado caminha entre referências clássicas e renovadas, para dar conta de um diversificado conjunto documental.

A partir de leituras de Alessandro Portelli, cito primeiramente o “Ensaio de história oral”, quando logo nas considerações iniciais da professora Yara Aun Khoury a História Oral é apresentada como prática significativa que alcança cada vez maior reconhecimento, e vem sendo exercida como metodologia de pesquisa, como área de conhecimento e como instrumento de luta política, que visibiliza sujeitos e lugares. E esta última indagação localiza acertadamente minhas experiências com as fontes orais. Fontes estas que consistiam num dos grandes desafios para meu trabalho de tese, pois não havia trabalhado com narrativas orais antes.

Yara Khoury⁷ tece considerações imprescindíveis na referida apresentação, atentando evidentemente para as relações entre memória e história, para o que Portelli propõe uma revisão crítica das memórias, percebendo-as não apenas como a preservação da informação, mas como uma evidência de luta e processo em construção, e primordialmente como campo social de reflexão e diálogo, cercado pelas lutas sociais formulados pelo cotidiano.

Desde que comecei minhas pesquisas utilizando entre outros documentos, as fontes orais, junto com as leituras de referenciais teóricos iniciei os processos de construção das fontes juntos das entrevistadas. E fui percebendo, aprendendo e concordando com Portelli nesse processo de construção, em que a troca de olhares e de experiências é de importância significativa para o processo de análise e de aprendizado.

Contudo, houve momentos em que conheci outras mulheres militantes dos movimentos de trabalhadoras sexuais de fora do estado do Amazonas por meio das redes sociais, dos encontros e reuniões on-line e com relações de convívio com o movimento de trabalhadoras da cidade de Manaus, que muito contribuíram com a pesquisa. Foi o caso de Lourdes, Diana, Monique, Betânia, entre outras.

⁷ PORTELLI, Alessandro. *Ensaio de história oral*. São Paulo: Editora Letra e Voz, 2010, pp. 7-8.

Como historiadora do meu tempo, acompanho as mudanças tecnológicas que temos passado desde o *boom* da internet. Nossa sociedade mundializada tem passado a valorizar através das tecnologias a aproximação de pessoas impossibilitadas de estarem juntas geograficamente, e algumas dessas conversas foram realizadas por videoconferências, para o caso de mulheres que moram em cidades distantes.

Os trabalhos de campo foram iniciados em 2019 e continuados em 2020, sendo interrompidos no momento em que a pandemia do novo coronavírus alastrou-se pelo mundo e, sobretudo, pela capital do Amazonas, Manaus, transformando o cotidiano de todos os trabalhadores e trabalhadoras, também mundo afora. As tecnologias de videochamadas e videoconferências tornariam então o momento de conversa entre duas pessoas ou mais algo mais presente e possível de uma forma geral.

Ecléa Bosi⁸, em suas pesquisas, que possibilitaram reunir perspectivas sobre um caráter social da memória, fornece reflexões para perceber com atenção a potencialidade dos diversos documentos. As contribuições de Bosi colaboram para minha perspectiva e trato com as fontes. Utilizo um conjunto documental diversificado, não na intenção de mostrar quem está “dizendo a verdade e quem está mentindo”, mas de evidenciar as disputas na construção das memórias. Todas as fontes aqui utilizadas precisam de atenção e sensibilidade.

Alessandro Portelli é referência importante e presente ao longo deste trabalho todo, pois suas pesquisas contribuem para a reflexão de alguns problemas mais evidentes no que tange ao trato e à constituição das fontes orais. Mostra que a motivação para a construção de narrativas articula-se pela necessidade de expressar os significados das experiências por meio dos fatos, nas palavras do autor “recordar e contar já é interpretar”⁹.

A palavra-chave aqui é *possibilidade*. No plano textual, a representatividade das fontes orais e das memórias se mede pela capacidade de abrir e delinear o campo das possibilidades expressivas. No plano dos conteúdos, mede-se não tanto pela reconstrução da experiência concreta, mas pelo delinear da esfera subjetiva da experiência imaginável: não tanto o que acontece materialmente com as pessoas, mas o que as pessoas sabem ou

⁸ BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, pp. 16-17.

⁹ PORTELLI, Alessandro. *A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais*. Revista Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, n° 2, 1996, pp. 59-72.

imaginam que possa suceder. E é o complexo horizonte das possibilidades o que constrói o âmbito de uma subjetividade socialmente compartilhada¹⁰.

Essa é a ideia principal do que se pode esperar das análises das memórias, quando o que elas fornecem é um terreno de possibilidades que são compartilhadas e podem ser reais ou imaginárias. E entendo que esse cuidado deve ser tomado não apenas com as fontes orais, mas com todas as fontes, todas elas representações que fornecem possibilidades, tanto no plano textual como do plano dos conteúdos.

Os outros documentos – atas, cartas, jornais – também não se constituem de “verdades”, mas foram construídos e devem ser analisados com mesmo cuidado metodológico. Como orienta Jacques Le Goff¹¹, um olhar sensível para os documentos deve perpassar as estruturas pelas quais os documentos foram constituídos, quando e por quem os produziu, sendo necessário problematizá-los.

As professoras Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto problematizam o uso dos jornais como fonte de pesquisa: “*A imprensa não só assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais, mas muito frequentemente é, ela mesma, espaço privilegiado da articulação desses projetos*”¹².

É importante perceber a imprensa como parte dessas disputas por poder, e entender os momentos nos quais ela produz e/ou reproduz discursos que legitimam os estigmas e preconceitos contra essa população de trabalhadoras sexuais.

Em alguns momentos deste trabalho evoca-se a imprensa na intenção de evidenciar perspectivas múltiplas da problematização dos debates em tela, o que também permite perceber até onde a imprensa intensificou e legitimou os estigmas e discriminações, e até onde ela se transformou na medida em que os movimentos sociais foram também ocupando esses espaços de comunicação¹³.

¹⁰ PORTELLI, Alessandro. *A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais*. Revista Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, n° 2, 1996, pp. 59-72.

¹¹ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.

¹² CRUZ, Heloisa de Faria e PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa*. In: Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. N.0. São Paulo: EDUC, 1981, pp. 258-262

¹³ O jornal Beijo da Rua é uma expressão disto, tem como característica ser porta voz da zona e das trabalhadoras sexuais, criado em 1989 no Rio de Janeiro, nascia o jornal das prostitutas. Na medida em que os movimentos da categoria foram crescendo se articulavam formas de diálogo que também abarcavam a imprensa, ao mesmo tempo que se reivindicava o status de trabalhadoras também eram questionadas suas aparições nas páginas dos jornais ainda associadas às páginas policiais.

Homi Bhabha¹⁴ se dedica a estudar as relações pós-coloniais nos processos de formação cultural, como formas hegemônicas de cultura que são norte globais, eurocêntricas, no campo dos saberes e nas ciências, inclusive. O autor analisa o processo em que a Europa, como força colonizadora hegemônica, construiu e fundamentou as relações binárias de poder e opressão: branco/preto; homem/mulher; civilizado europeu/nativo atrasado; mulher recatada do lar/mulher da rua; santa/puta. Contudo, Bhabha evidencia que essas relações binárias não são fixas, nem estáticas, e sim maleáveis e, principalmente, negociáveis dentro de espaços de interseccionalidades e zonas de contato possibilitadas pelas interações sociais e culturais.

Percebe-se a perspectiva de Homi Bhabha como grande possibilidade de construção de novas narrativas sobre esses sujeitos subalternos, para além de um discurso que os vitimizem unicamente, mas que percebe sua agência, negociações, sobrevivências e estratégias que vão para além de um binarismo de vítima ou vilã. E observo a imprensa escrita economicamente dominante como forte legitimadora dessas dicotomias, legitimando em suas páginas a prostituição como um caminho de tragédias, crimes, embriaguez e promiscuidade.

Além disso, Patricia Hill Collins¹⁵, em importante artigo, expressa a dificuldade em acessarmos as nossas próprias discriminações. Fala do privilégio de uma pele branca e ainda mostra como raça, classe e gênero podem estruturar o preconceito e os estigmas. A autora não discorre especificamente sobre as trabalhadoras sexuais, mas suas análises me levam a refletir sobre as condições específicas que encontrei nos caminhos de minha pesquisa.

Hill Collins indica como necessário redefinir a opressão buscando as conexões entre classe, raça e gênero como categorias de análise e afere que todos nós vivenciamos variedades de punições e privilégios de um sistema de opressão. A autora provoca indagando que para se alcançar um pouco do opressor que habita dentro de si é necessário, antes de tudo, de novas percepções do que é a opressão. Novas categorias analíticas que abranjam raça, classe e gênero como estruturas de opressão são necessárias, e lembra que apesar de serem diferentes estão conectadas entre si.

¹⁴ BAHBHA, Homi K. Cap. IX – O Pós-colonial e o Pós-moderno – A questão da agência. In: O Local da Cultura. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, pp. 239-273.

¹⁵ COLLINS, Patricia Hill. *Em direção a uma nova visão: Raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão*. In: Reflexões e práticas de transformação feminista. MORENO, Renata (Org.) São Paulo: SOF, 2015, 96 p. (Coleção Cadernos Sempreviva. Série Economia e Feminismo, 4.)

São necessários também novos padrões de ação e de pensamento, e nesse aspecto a autora aponta para duas importantes questões: como redefinir raça, classe e gênero como categorias de análise, e como ultrapassar as barreiras através das experiências com as opressões de raça, classe e gênero para que com isso se possa construir relações importantes para as trocas sociais¹⁶.

Antes de tudo, é necessário se afastar dos “discursos de análises somatórias”. O que Collins destrinchou e mostrou é que tais perspectivas são embasadas em dois argumentos principais: 1 – dependem do pensamento dicotômico, ou seja, pessoas, coisas e ideias são definidas em relação a seus termos opostos, (negro/branco, homem/mulher, vilã/vítima), e Hill Collins ainda complementa que os pensamentos dicotômicos são problemáticos se aplicados às teorias de opressão, como se toda pessoa devesse ser classificada como sendo oprimida ou não; 2 – as diferenças dicotômicas devem ser hierarquizadas, isto é, a cara da dicotomia é classificada como dominante e o outro dominado, como se a opressão fosse disputada e quantificada, uns mais oprimidos que outros, como a pergunta a que a própria autora já se viu confrontada: “o que tem sido mais opressor para você, seu status de pessoa negra ou seu status de mulher?”¹⁷

E perguntas como: o que é mais opressor: ser mulher, negra ou trabalhadora sexual? O que se indica com essas dicotomias é que a pessoa se fragmente em setores e hierarquize seus vários status. As análises da autora me levam a refletir essas questões dentro do âmbito desta pesquisa. Partindo das fontes é necessário ir além das dicotomias e das hierarquizações das opressões.

A autora não nega que pessoas vivenciem experiências de opressão mais difíceis que outras, mas atenta para o cuidado que se deve ter para não confundir a questão do predomínio de um tipo de opressão na vida das pessoas com uma postura teórica que percebe a interseccionalidade das opressões. Raça, classe e gênero estruturam uma situação, mostram que esta observação de que uma categoria pode ter o predomínio sobre as outras, em certo tempo e espaço, não diminui a relevância teórica de presumir que raça, classe e gênero são categorias analíticas que estruturam todas as relações¹⁸.

¹⁶ Idem, pp. 14-16.

¹⁷ COLLINS, Patricia Hill. *Em direção a uma nova visão: Raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão*. In: MORENO, Renata (Org.) *Reflexões e práticas de transformação feminista*. São Paulo: SOF, 2015, 96 p. (Coleção Cadernos Sempreviva. Série Economia e Feminismo, 4.), pp. 16-17.

¹⁸ Idem, pp. 18- 19.

É nesse sentido que a interseccionalidade surge como uma categoria analítica importante neste trabalho, sobretudo no capítulo III, pois é possível perceber que a demanda atendida pela *Associação de Trabalhadoras do Sexo* em Manaus era composta não apenas por mulheres, mas mulheres periféricas, não brancas, chefes de família, sem estudos finalizados, que encontraram no trabalho sexual um meio de autossustento.

O conceito de interseccionalidade¹⁹ é importante neste trabalho e surgiu a partir dos debates feministas internacionais do final da década de 1990, realçando as diferenças e suas interações em conjunturas específicas, oportunizando instrumentos analíticos de articulação entre os contextos e as desigualdades. Surgiu a partir dos questionamentos de gênero como categoria central em relação às outras categorias de opressões, a partir de autoras como Joan Scott e Judith Butler no final da década de 1980²⁰.

A historiadora do gênero Joan Scott²¹ compreende que o interesse pelas categorias de classe, raça e gênero denotava o compromisso da pesquisa com uma história que privilegiava as experiências dos oprimidos e com uma análise sobre a natureza dessa opressão, denotava também que pesquisadoras e pesquisadores consideravam que as desigualdades de poder estão estruturadas dentro desses três eixos analíticos.

A autora ainda complementa que apesar dos três eixos sugerirem certa semelhança, são diferentes, porém estão conectados. Para Scott, a categoria “classe” está fundamentada na teoria de Marx, da mudança histórica e determinação econômica, já as categorias de “raça” e “gênero” não apresentam essas relações. E afirma que não existe consenso entre pesquisadores e pesquisadores que utilizam o conceito de “classe”.

Para a autora, gênero pode constituir uma forma de indicar as construções sociais, a denominar as relações sociais entre indivíduos, e ainda complementa que gênero como categoria analítica lança luz sobre os sistemas de relações que podem envolver o sexo, mas não é determinado por ele, nem determina a sexualidade. Ou seja, onde se lê gênero, também se lê poder e disputa.

¹⁹ A teórica do Direito Kimberle Crenshaw tratou da interseccionalidade como um conceito sensível para pensar como as identidades se relacionam e se encontram com o poder. Para Crenshaw, a interseccionalidade é o ponto de cruzamento das opressões, o lugar onde raça, gênero, classe, gerações se encontram. CRENSHAW, Kimberlé. *Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color*, [s.l.: s.n., s.d.].

²⁰ PISCITELLI, Adriana. *Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras*. Sociedade e cultura, v.11, n.2, jul/dez. 2008, pp. 263 a 274.

²¹ SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. IN: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.) *Pensamento Feminista: Conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. 3ª reimpressão, pp. 51-55.

É possível tecer breves análises de gênero ao observar como mulheres e sexo são percebidos em nossa sociedade contemporânea. Mulheres pobres desempregadas são associadas a trabalhos como trabalho sexual, ou serviços gerais e/ou domésticos que na maioria das vezes escondem um assédio sexual por parte dos patrões.

O que evidentemente é diferente na vida de homens, se são pobres, desempregados, homens negros são associados a atividades como tráfico de drogas, vendedores ambulantes, mas nunca ao trabalho sexual, por mais que homens também façam prostituição, e existem pesquisadores dedicados em responder a essas questões²².

Joan Scott percebeu a divisão sexual do trabalho como efeito do discurso. Esclarece que a diferença sexual constante nas práticas e nos fatos é sempre produzida pelos discursos que a criam e a legitimam. Para Scott, foi o discurso masculino que determinou a inferioridade feminina²³.

Resultado de uma sociedade patriarcal que sexualiza as experiências femininas, mas condena quem vive de sexo pago, o patriarcado não existe por culpa da prostituição, e sim o contrário. O patriarcado²⁴ junto do capitalismo empurra todas nós mulheres para o trabalho sexual, seja ele remunerado ou não. Nesse sentido, percebe-se o quanto provocações como o “puta feminismo”²⁵ são importantes e legítimas para este cenário de trabalho sexual e o combate ao machismo.

A historiadora Silvia Federici²⁶ tece grandes contribuições a esse respeito, e defende a tese de que o trabalho doméstico, o sexual e o reprodutivo por muito tempo

²² SALDANHA, Rafael Araújo. *Classificados e o sexo: anúncios de prostituição masculina em SC (1986-2005)*. Florianópolis, 2010. 200 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.

²³ RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, Gênero e História. Descobrimos historicamente o gênero, pp: 29-30. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634465>. Acesso em: 10 de abril 2017.

²⁴ Márcia Tiburi compreende o patriarcado como um sistema de poder arraigado nas culturas e instituições. Baseado em fortes crenças binárias, produzida e reproduzida discursivamente, mas também em forma de práxis, possui como ideia central a existência de uma identidade natural fixada em dois sexos, na superioridade masculina e submissão feminina. Conf.: TIBURI, Márcia. *Feminismo em comum: para todas, todes e todos*. 11ª edição. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019, pp. 26-27.

²⁵ Feminismo de puta/prostituta/trabalhadora sexual. Corrente inaugurada por militantes argentinas, que surge no Brasil por nomes como Monique Prada, trabalhadora sexual, feminista, militante pelos direitos de trabalhadoras sexuais. No ano de 2018, Prada publicou o livro “Putafeminista”, que apresenta novas formas de fazer prostituição que combatam opressões de gênero tão legitimadas pelo sistema patriarcal, e mostra também como movimentos feministas radicais – radfem – são extremamente violentos com mulheres que se prostituem.

²⁶ FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019, pp. 41-47.

foram trabalhos não remunerados impostos a nós mulheres, e mostra que as lutas pelo salário do trabalho doméstico têm sua perspectiva política.

O capitalismo e o patriarcado apesar de existirem independentemente um do outro, atuam juntos, e ao negar o salário ao trabalho doméstico o transformam em um ato de amor, criando o papel da dona de casa, a serva feliz da classe trabalhadora, com a função de servir física, emocional e sexualmente o trabalhador. E a mulher que executa esse papel é chamada de “mulher de verdade”.

Federici complementa afirmando que quanto mais pobre a família, maior a escravidão a que a mulher está submetida. Portanto, o capital tem uma política dupla, uma política para a classe média e outra para a classe trabalhadora, essa lógica perpassa também as categorias de classe, raça e gênero.

A autora²⁷ ainda aponta que a crise da tradicional divisão sexual do trabalho – que manteve as mulheres presas ao trabalho doméstico reprodutivo não remunerado e os homens ao trabalho assalariado relacionado à produção de mercadorias – se evidenciou quando as mulheres recusaram esta ordem e migraram para o trabalho assalariado. E indaga que as relações de poder entre homens e mulheres foram baseadas nessas diferenças, tendo em vista que a alternativa de sobrevivência da maioria das mulheres era a dependência econômica de algum homem. E o preço da dependência é a disciplina. O que mostra mais uma vez como o capitalismo e o patriarcado podem operar juntos, mesmo que não dependam um do outro para existirem.

Elizabeth Souza-Lobo²⁸ muito contribuiu nas discussões sobre trabalho, gênero e classe social, bem como nos discursos feministas, feminismo operário, divisão sexual do trabalho e movimento social de mulheres.

Joan Scott²⁹, em importante trabalho sobre o conceito de “experiência”, explana sobre uma “consciência de poder político” que perpassa não apenas o reconhecimento de uma identidade, mas a consciência de pertencimento de um grupo ou movimento. A importância em tornar um movimento visível mora na urgência de se quebrar os silêncios sobre ele.

²⁷ FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019, p. 109.

²⁸ LOBO, Elizabeth Souza. *A classe operária tem dois sexos – Trabalho, dominação e resistência*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2011, pp. 304.

²⁹ SCOTT, Joan W. *A invisibilidade da experiência*. Proj. História, São Paulo, 16, fev. 1998, pp. 297-325.

O trabalho de Scott é referência chave para a construção de algumas análises. Destaco aqui o papel que era atribuído na produção de audiovisuais como o documentário – que também entra no conjunto documental desta pesquisa –, no processo de filmagens e preparação das entrevistas. A urgência evidenciada pela fonte consiste na necessidade de tornar visível o movimento de prostitutas da cidade de Manaus, bem como apresentar para a sociedade suas experiências enquanto trabalhadoras, e quebrar o silêncio historicamente construído em torno dos modos de vida e trajetórias sociais e pessoais dessas mulheres.

É importante também localizar a utilização de fragmentos audiovisuais como fonte de pesquisa histórica³⁰. É sabido que a partir de meados do século XIX as máquinas de fotografar e filmar – os daguerreótipos – se tornaram conhecidas no Brasil³¹, sobretudo em acontecimentos que envolvessem a família real e o cotidiano na Corte.

Sobre o início do século XX, Marc Ferro³² afirma que a problemática em torno do reconhecimento de filmes e documentários como documento tinha muito a ver com o lugar que o cinema ocupava na sociedade mundial daquele período – quando a grande produção cinematográfica girava em torno de assuntos de guerra e fomentação do sentimento de pertencimento nacional.

Ferro menciona que o filme foi considerado um mecanismo de registro do movimento, sendo, contudo, ignorado enquanto instrumento cultural. Considerava-se que o filme, oriundo de uma máquina, assim como a fotografia, não poderia ser considerado documento ou obra de arte. Esta perspectiva estava alicerçada na compreensão de que a pessoa por trás das câmeras não seria um sujeito pertencente ao mundo dos letrados, quando era então considerado um “caçador de imagens”. O historiador conclui que a partir do momento em que se incluiu o *cameraman* nas fichas técnicas dos cinejornais o filme passou a ser considerado documento.

Este trabalho de tese é composto por cinco capítulos, no **primeiro** capítulo intitulado “*Estigma, resistências e o surgimento dos movimentos sociais de prostitutas*”,

³⁰ Conf. KOSSOY, Boris. Realidades e ficções na trama fotográfica. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002 e SILVA, Marcos; RAMOS, Alcides Freire (Orgs.). Ver história: o ensino vai aos filmes. São Paulo: Hucitec, 2011.

³¹ MAUAD, Ana Maria. Imagem e Auto Imagem do Segundo Reinado. In: NOVAIS, Fernando. História da vida privada no Brasil. Vol.2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

³² MARC, Ferro. *Cinema e História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, pp. 70-72.

buscou-se analisar as formas pelas quais o estigma de “prostituta” afeta a vida dessas trabalhadoras.

O tema constitui-se de uma das grandes pautas dos movimentos sociais da categoria, para isto mergulha-se dentro da documentação disponibilizada no acervo da instituição, evidências da luta contra os estigmas, refletindo também sobre a conhecida frase “a profissão mais antiga do mundo” e os nomes atribuídos para a atividade.

A documentação utilizada para a composição do capítulo partiu do acervo da associação As Amazonas, que além de possuir vasto acervo das atividades locais, também possui fragmentos de eventos nacionais, folhetos informativos da rede brasileira, fotografias, ofícios etc. Contudo neste primeiro capítulo foram utilizados documentos da rede brasileira de prostitutas, Livretos da *RedTraSex* - rede de trabalhadoras sexuais da América Latina e do Caribe -, diários internos de encontro nacional da Rede Brasileira, e entrevistas.

O **segundo** capítulo, intitulado “*As Amazonas: Associação das Prostitutas do Amazonas*”, problematiza a história da Associação de trabalhadoras do sexo do Estado do Amazonas, partindo de sua criação, de onde partiu a iniciativa, quem a manteve, as atividades realizadas e entre outras questões, e para isto adentramos na documentação do acervo da instituição que me foi gentilmente cedida.

E antes de iniciar o trabalho de análise das fontes, foi necessário organizar, armazenar, identificar e digitalizar. São atas, relatórios de atividades, estatutos sociais, fotografias, cartas, fichas de cadastros, fontes orais, a composição do quadro de fontes utilizadas neste capítulo.

No **terceiro** capítulo, intitulado “*As Trabalhadoras do sexo e a Cidade: exclusões e ambiguidades*”, por meio de uma ótica interseccional como categoria de análise e conexão, busco nas fichas das associadas da instituição, conhecer a demanda atendida pela Associação de trabalhadoras sexuais, e além disso procuro rastros do cruzamento das desigualdades ou matrizes de opressão vivenciadas pelas trabalhadoras associadas, além de revalorizar em meio a esse cruzamento de opressões existências que resistem, nos espaços ocupados e reivindicados por elas.

No **quarto** capítulo, denominado “*Tudo depende da Praça: comunicação e política em disputa*”, investiga-se a relação entre os movimentos sociais e o uso de audiovisuais, especificamente As Amazonas e o uso de material audiovisual, por meio dos campos de disputas enfrentados pelas trabalhadoras, principalmente no que tange às

comunicações e à política partidária. Utiliza-se primeiramente como fonte de pesquisa um documentário produzido e protagonizado por mulheres trabalhadoras sexuais da praça da Matriz, na cidade de Manaus.

O documentário também permite uma visão panorâmica daquele espaço naquele contexto, é possível passear pelo centro da cidade, principalmente pelos arredores da praça da Matriz, e observar um pouco da dinâmica da praça naquele recorte temporal (2008/2009). Em um segundo momento, evidenciam-se algumas candidaturas de mulheres trabalhadoras. Investiga-se, sobretudo, a capacidade de disputar seus espaços de comunicação e de representatividade política.

No **quinto** e último capítulo, intitulado “*Reconhecimento e regulamentação: uma luta pelo direito ao trabalho sexual*”, apresento os debates sobre a regulamentação do trabalho sexual, a nível nacional e local. Na procura de investigar possíveis avanços no campo trabalhista, buscaremos os rastros por meio de entrevistas e projetos de lei nacionais e locais. Investiga-se também neste capítulo, o jornal *Beijo da rua* como um porta-voz dos debates sobre a regulamentação e o reconhecimento do trabalho.

O trabalho e os trabalhadores como temática de pesquisa na historiografia brasileira e amazonense representa um campo em contínuo crescimento, temos historiadores e historiadoras empenhadas em investigar os meandros dos mundos do trabalho, para além das fábricas, dos sindicatos e partidos, buscando surpreender tais experiências no campo da cultura.

Mesmo depois do advento das reivindicações e movimentos sociais de trabalhadores e trabalhadoras sexuais no Brasil, o seu reconhecimento e valorização por parte de historiadores e historiadoras ainda com sofre desconfiança. Bem como a exclusão da temática no rol dos debates sobre os mundos do trabalho é percebida não apenas por quem trabalha com a temática, mas sobretudo pelas mulheres trabalhadoras sexuais que se veem “objeto” de pesquisa acadêmica em algum momento de suas vidas. Este capítulo e este trabalho como um todo é uma contribuição e um convite à reflexão para o reconhecimento dessas trabalhadoras e suas lutas.

Capítulo I

Estigma, resistências e o surgimento dos movimentos sociais de prostitutas

Sobre “a profissão mais antiga do mundo”

O senso comum nos fala da prostituição como a mais antiga das profissões. Se esta é uma informação verídica ou não, o fato é que essa atividade, e essas mulheres - as mulheres que trocam sexo por dinheiro, presentes, agrados ou favores - estão presentes na história da humanidade desde tempos muito remotos. Veneradas ou perseguidas, conforme o período histórico que analisarmos, as prostitutas são figuras que nunca ocuparam um lugar neutro no imaginário popular - despertaram e despertam curiosidade, paixão, ódio. Sentimentos dúbios, não raro conflitantes, e sempre intensos. Puta, prostituta, meretriz, garota de programa, marafona, mulher da vida, messalina, mulher dama, cortesã... independente do termo usado para descrever a atividade, este termo pode se referir também à pior das ofensas que pode ser dirigida às (outras) mulheres.³³

A epígrafe acima, publicação na internet de autoria e em site próprio de Monique Prada, trabalhadora sexual, feminista e ativista pelos direitos de trabalhadoras sexuais, reflete a consolidação do prostíbulo e da prostituição como instituições estáveis na sociedade contemporânea. Contudo, o mesmo não se pode dizer das trabalhadoras sexuais que em sua maioria ainda são forçadas a se manterem na clandestinidade, cercadas de fortes estigmas.

Em diálogos e debates sobre o tema, dentro e fora da universidade, encontra-se falas como “a prostituição é a profissão mais antiga do mundo”, pontos de vista resumidos com o intuito de encerrar o assunto, sem maiores problematizações. Como observa Margareth Rago em “*Prazeres da noite*”, trabalho já consagrado sobre prostituição em São Paulo nos séculos XIX e XX, aquela afirmativa retórica não ajuda na reflexão sobre o tema. Antes, confunde a importância de um debate sério e relevante pela “naturalização de um fenômeno que é cultural e histórico, e não necessário e insolúvel”. Complementa ainda a

³³ PRADA, Monique. O mais antigo dos preconceitos. *Moniqueprada.wixsite.com*, 2019. Disponível em: <https://moniqueprada.wixsite.com/siteoficial/post/o-mais-antigo-dos-preconceitos>. Acesso em: 28/10/2019.

historiadora, que silenciar a prática como acontece nos meios acadêmicos e políticos é fechar os olhos para problemas que afetam nossa vida social.

Historicizar e problematizar esse tema deve, assim, retirar do senso comum, questões que dizem respeito às experiências, fazeres e saberes sociais que envolvem homens e mulheres que participam da sociedade como sujeitos históricos, culturais e reais, ainda que povoe a temática muito da ficção, inclusive literária, de séculos, no Brasil e fora daqui. Talvez seja essa uma maneira de aproximação e enfrentamento da questão, para que, quem sabe, juntos possamos encontrar novas formas de lidar e compreender o tema, de maneira mais eficaz e construtiva³⁴. Sendo “a mais antiga profissão”, ou não, a prática existe, está aí e diversas pessoas vivem e sobrevivem do trabalho sexual remunerado.

Segundo a historiadora Silvia Federici³⁵, com a institucionalização dos bordéis municipais, entre os séculos XIV e XV, cada cidade e aldeia da Itália e da França possuíam bordéis públicos administrados e financiados por impostos, inclusive em quantidades superiores se comparados ao século XIX. No século XV, foram extintas todas as penalidades contra a prostituição, chegando a ser socialmente percebida a prática como atividade legítima, como um serviço público, podendo as mulheres abordarem seus clientes nas ruas, e em qualquer lugar, não tendo mais que utilizar vestimentas diferentes ou adereços para identificação.

Acreditava-se que o bordel administrado pelo Estado provia um antídoto contra as práticas sexuais orgiásticas das seitas hereges, e que era um remédio para a sodomia, assim como também era visto como um meio para proteger a vida familiar.³⁶

Não podemos simplesmente cristalizar a ideia de “prostituição” ou de “regulamentação” antiga ou medieval e generalizar os conceitos para além do tempo e espaço que foram construídas, por quem e para quem foram construídas. A prática era permitida por legisladores, clérigos, governantes e afins, todos com algo muito em comum: eram homens. Homens que permitiam a prática do sexo pago para outros homens e/ou para eles próprios, e se beneficiavam com isso. As regulamentações que tentavam a

³⁴ RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. São Paulo: Paz e Terra, 2008, p. 14

³⁵ FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante, 2017, p. 105.

³⁶ Idem, p. 106.

todo custo controlar os corpos femininos – por onde circulavam, como se vestiam – buscavam beneficiar o Estado com formas mais eficientes de arrecadar tributos ou de facilitar a vida dos clientes. Infelizmente, as fontes desses períodos históricos são limitadas e pouco se lia e se conhecia da vida dessas mulheres.

A obra de Lujo Bassermann³⁷ oferece vasto material para contribuição histórica e cultural aos debates sobre o tema. E como se sabe, esses debates eram integrados por médicos, teólogos, juristas, representantes políticos. Nos séculos XX e XXI os debates sobre a prostituição tem sido protagonizado pelas próprias trabalhadoras sexuais, merecendo o interesse e esforço de pesquisa de historiadoras e historiadores, com a revalorização da experiência dessas mulheres na construção de suas reivindicações como movimento social.

As trabalhadoras sexuais se colocam nos debates construídos sobre elas mesmas e, diferentemente dos outros recortes temporais anteriores, os projetos de regulamentação que partem de dentro da categoria de trabalhadoras para a sociedade, objetivam não o bem-estar dos clientes, antes exigem direitos e melhoras nas condições de trabalho e garantias de vida e cidadania para as trabalhadoras.

Sendo a mais antiga profissão ou não, isso não muda a situação de que a prática perdura nos diferentes tempos e espaços. O que fica evidente são as ideias de separação entre mulheres classificadas como “honestas” e “desonestas”, as tentativas de controles dos corpos femininos e a legitimação de um poder hegemônico masculino, práticas bem antigas e que ainda causam pouco interesse no campo da pesquisa histórica, evidência de um olhar hegemônico masculino na área, eventualmente exercido por mulheres.

³⁷ Lujo Bassermann, discute a experiência de cidades gregas, como Atenas e Corinto, que arrecadavam consideráveis tributos oriundos do sexo pago. Na Atenas de Homero, comenta o autor, as mulheres eram vistas como presas de guerras, como objeto de valor material. Basserman evidencia ainda a existência da mulher doméstica, esposa, separada do convívio público e recolhida ao lar. E essas separações entre “mulheres honestas” e “não honestas” eram evidenciadas na imposição da utilização de vestimentas específicas para diferenciar umas das outras. Evidências estas constatadas no trabalho do autor revelam que não só a prostituição é uma prática antiga, mas também a exploração e escravidão sexual por intermédio de outros também consistem em práticas antepassadas e que também precisam ser mais bem problematizadas, e não naturalizadas. Em: BASSERMAN, Lujo. *História da prostituição: uma interpretação cultural*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

Controle de corpos

Silvia Federici³⁸ em seu livro intitulado “*Calibã e a Bruxa*” mostra que após o cristianismo se tornar a religião estatal no século IV, foi dado início ao projeto de tentativa de controle dos comportamentos sexuais das pessoas e em atribuir a culpa às mulheres pelo desejo sexual dos homens. O que resulta na expulsão das mulheres dos momentos de liturgia e dos sacramentos, e colocava-se a sexualidade como objeto de vergonha, esses foram alguns meios por quais uma prática patriarcal tentou quebrar o poder das mulheres e de sua atração erótica. Atribuindo aí um novo significado para a sexualidade, sendo então objeto de confissão e culpa.

Mary Del Priore³⁹ mostrou que enquanto os historiadores e historiadoras pouco sabiam sobre os comportamentos de homens e mulheres na intimidade, muito apontavam para o fascínio dos médicos do século XIX por sexo e pelo corpo, afinal somente a ciência possuía o aval para adentrar as particularidades dos corpos. Chegou-se então a travar verdadeira perseguição das relações sexuais chamadas de “desviadas”, como masturbação, histeria, entre outras práticas, buscando-se quase que obsessivamente a padronização das práticas sexuais ao “coito disciplinado”, incorporados evidentemente à moralidade cristã. A nudez completa começa a ser praticada na metade do século XX, sendo diretamente associada à prostituição. O homem não considerava o prazer feminino em hipótese alguma, e tudo era proibido.

A sexualidade feminina ainda se encontra sobre controle, como mostra a historiadora Silvia Federici⁴⁰, controle que se dá através das leis, da medicina, da família, pais, irmãos, maridos ou cafetões, todos exercem o controle da sexualidade feminina, funcionando como “agentes do Estado” fiscalizando as sexualidades.

A dependência financeira também é uma forma de controle da sexualidade feminina, e a autora atribui a isso como uma das razões pelas quais o trabalho sexual ainda é uma das principais atividades para as mulheres, e que a prostituição pode ser evidenciada em cada encontro sexual, e para isto não ser “suposto”, a mulher não pode

³⁸ FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante, 2017, p. 80.

³⁹ DEL PRIORE, Mary. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011, pp. 78-81

⁴⁰ FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019, pp. 58-59.

possuir naturalidade no sexo ou conhecimentos sexuais, o parceiro pode associá-la a uma profissional do sexo. Fica evidente que as formas de controle dos corpos e das sexualidades são variadas e funcionais. E que a linha que separa a mulher “puta” da “pura” é tênue e por vezes fruto de um imaginário masculino patriarcal hegemônico.

Guacira Lopes Louro (2004), em um “Um corpo estranho”⁴¹, articula indagações que contribuem para pensarmos os estigmas que tanto marcam as vidas de trabalhadoras do sexo. Neste trabalho a autora inicia suas análises questionando as marcas que corpos carregam, onde elas estão? O que elas dizem sobre os corpos? O que significam? São palpáveis? Existem corpos “não-marcados”? Essas marcas de fato existem ou são invenções do olhar do outro? Penso que as marcas são simbólicas e, sim, elas existem e foram criadas pelo olhar hegemônico do outro.

A autora evidencia também que ao longo dos tempos os sujeitos vêm sendo controlados, classificados, hierarquizados e principalmente definidos pela aparência de seus corpos. A cor da pele, dos cabelos, dos olhos, seus traços, se possui vagina ou pênis, tudo isso são significados culturalmente e é assim que se transformam em marcas de gênero, de raça, de etnia, de classe e até de nacionalidade.

Marilena Chauí⁴² analisa a conhecida ou desconhecida repressão sexual, que também pode ser considerada como um agrupamento de regras, interdições, normas, valores que são estabelecidos nos âmbitos históricos e culturais com o objetivo de controle das sexualidades.

Chauí aprofunda as questões percebendo a repressão sexual como fenômeno ou fato considerado “tão antigo quanto a vida humana em sociedade”, contudo o conceito de repressão sexual é mais recente, oriundo do século XIX, período em que surgiram os estudos do sentido, suas causas, prescrições e orientações, dos quais a autora afirma que os sentidos para sexo foram ampliados deixando de ser apenas associado a reprodução natural da espécie e passou a ser percebido como possibilidades de prazer ou desprazer, ainda ligado a ideia de pecado, mas que passara a ser percebido como um problema de saúde.

Foi ainda no século XIX que o sexo passou a ser estudado com obsessão, inserido nos âmbitos médico-científico que tinha como preocupação classificar as patologias

⁴¹ LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, pp. 75-77.

⁴² CHAUI, Marilena. *Repressão Sexual essa nossa (des)conhecida*. São Paulo: Brasiliense, 1984, pp. 9-11.

físicas e psíquicas, também existia a preocupação em estudar e controlar as doenças venéreas e anomalias sob os vieses higienizador e profilático. A famosa “vontade de saber” mais se parecia com uma vontade de controle⁴³.

Sobre isto, Michel Foucault⁴⁴ abordou em seu primeiro volume de “História da Sexualidade, a vontade de saber”, como a repressão silencia, nega e torna invisível – e exemplifica como a sexualidade das crianças são negadas e tratadas como inexistentes – o que se torna diferentemente das interdições asseguradas pelas leis penais por exemplo.

Foucault denomina de “lógica capenga da hipocrisia de nossas sociedades burguesas”, que confina e determina lugares específicos para as “sexualidades ilegítimas”, ou seja, o puteiro e o consultório são tornados lugares de tolerância, logo, a prostituta, o agenciador e o cliente assim como o psiquiatra⁴⁵ e o paciente são autorizados a dar lugar a essas práticas, palavras e gestos em troca de certa quantia.

Lopes Louro⁴⁶ também reflete em seu estudo como os corpos e as sexualidades foram objetos de controle com o objetivo de disciplinar práticas e comportamentos. No final do século XIX, homens vestidos de saberes médicos, filosóficos, jurídicos e entre outros produziam discursos “autorizados” que classificavam e definiam os corpos de homens e mulheres, e ainda buscavam padronizar tal binarismo como modelos do que as pessoas poderiam ser, no caso um homem com pênis e uma mulher com vagina, ignorando a ampla diversidade de sujeitos históricos que vão para além de homens e mulheres. Estes discursos trazem consigo uma autoridade de ciência, logo, verdades e certezas combinadas com uns toques de moral, da Igreja e das leis.

Portanto, os discursos moram nos corpos e estes carregam os discursos como partes integrantes. Existem processos e práticas discursivas nos corpos, que a autora enfatiza em seu trabalho como discursos que transformam aspectos dos corpos em definidores de gênero e de sexualidade, portanto, definidores de pessoas.

⁴³ CHAÚÍ, Marilena. *Repressão Sexual essa nossa (des)conhecida*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 16.

⁴⁴ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1977. 1980 3ª edição.

⁴⁵ Marilena Chauí também mostra como a psicanálise foi convertida em um psicanalismo, ou seja, em um tipo de terapia secreta e/ou confinada que transpassa o problema de fazer sexo para falar sobre sexo. E complementa que a psicanálise foi tornada uma fonte de repressão, pois convidou as pessoas a largarem os afetos sexuais e manter apenas as representações sexuais, e também despreendeu o imaginário das pessoas permitindo manterem suas fantasias mais secretas, desde que não se manifeste concretamente, o que segundo a autora fortalece dos “tabus”, as restrições e interdições criadas sobre sexualidades legítimas e ilegítimas. Em: CHAÚÍ, Marilena. *Repressão Sexual essa nossa (des)conhecida*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 20.

⁴⁶ LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho. Ensaio sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, pp. 78-80.

Reflete-se como essas práticas discursivas sobre os corpos femininos assombram a vida de mulheres trabalhadoras do sexo. Mulheres – pelo menos parte de nós - nascem e crescem ouvindo os discursos que diferenciam umas mulheres das outras, que o adjetivo “puta” mais serve para controlar e manter na linha como uma mulher “correta”. Este adjetivo também tem peso na vida de trabalhadoras do sexo, como veremos ao longo deste trabalho. Tais discursos marcam corpos e vidas, quando as disputas nesses meios se evidenciam também como espaço de luta por poder, e é nesse rumo que caminham as reflexões nesta pesquisa daqui para frente.

As normas que regulam as práticas são direcionadas para os corpos como formas de indicar certa legitimidade e/ou moralidade, por isso aqueles e aquelas que se esquivam das normas reguladoras são marcados como imorais ou ilegítimos. Isto é, os corpos são marcados não só de forma simbólica, mas de forma social e material, pelos outros e por elas mesmas⁴⁷.

Seguindo as análises de Lopes Louro⁴⁸ é possível compreender como as práticas discursivas hegemônicas na vida do outro se transformam em estigmas, e estes são incorporados também por quem sofre o rótulo do estigma. O que queremos dizer é que muitas mulheres trabalhadoras do sexo se envergonham de suas profissões porque foram ensinadas que trabalhar com sexo é algo degradante para a mulher, e a maioria acaba por esconder suas atividades e internalizar os estigmas e as desvalorizações atribuídas a elas.

Portanto, esta marca é simbólica e física, e possui efeitos simbólicos, sociais e materiais, que tanto pode incluir ou excluir de determinada identidade ou determinados espaços. A autora, em seu ensaio, observa esse processo a partir da experiência de *drag-queens*, e também mostra como o Estado exclui gays e lésbicas, o que nos leva inevitavelmente a pensar as mulheres que trabalham com sexo que similarmente são excluídas pelo Estado, independentemente se as relações sexuais comerciais forem heterossexuais ou não. As normas regulatórias são invenções sociais. Enquanto alguns seguem à risca, outros tentam se desviar e resistir, e é neste ponto que se evidenciam os corpos como campos de disputas de poder⁴⁹.

⁴⁷ LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, pp. 80-83.

⁴⁸ Idem. *Ibidem*.

⁴⁹ LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, pp. 87-89.

Alguns nomes, Vários estigmas

As indagações que instigam este trabalho de tese circulam nas questões das pautas dos movimentos sociais de trabalhadoras sexuais, primeiramente lutando por suas identidades enquanto trabalhadoras, e em segundo lugar construindo novos valores para o trabalho quando uma das suas principais bandeiras é a luta pela regulamentação da profissão no país.

O que interessa aqui é acompanhar os rastros dessas lutas na cidade de Manaus, acompanhando também esse processo em outras cidades, outros rastros, buscando nesses lugares evidências de projetos sociais, as atividades exercidas com a comunidade nesse período, os diálogos, seus possíveis resultados.

Desde 2002, o trabalho sexual consta no registro de Classificação Brasileira de Ocupações – CBO⁵⁰ – ou seja, ainda é reconhecido como uma ocupação, um trabalho – coisa que pode ser bruscamente alterada⁵¹, porém este “reconhecimento” não regulamenta a prática, e, portanto, não garante direitos básicos de nenhum tipo.

E enquanto a profissão não é regulamentada, mais distantes ficam as mulheres trabalhadoras da garantia de direitos e do próprio reconhecimento da profissão para si mesmas e para a sociedade. Portanto, a luta das trabalhadoras sexuais além de ser uma luta pelo direito ao trabalho, é uma luta por identidades, pela autonomia de seus corpos e pelo direito de permanecerem nos espaços, sendo assim uma luta múltipla.

No que tange uma historiografia do trabalho ou dos trabalhadores, o historiador Edward Thompson⁵² representa uma referência desafiadora e provocadora para nossa perspectiva, e que indubitavelmente contribui para o presente trabalho. Certamente, pensar uma classe de trabalhadoras que não estejam dentro de trabalhos formais, como em fábricas, empresas, escolas, entre outros, é sempre um desafio, sobretudo de revalorização de experiências e de lugares reposicionados da luta política na sociedade e mundo do trabalho no Brasil.

⁵⁰ CBO, por meio do Ministério do Trabalho, trata-se de um registro de profissões do mercado de trabalho do Brasil. Foi instituída com base legal na Portaria nº 397, de 10.10.2002. Em 2002 foi inserida a categoria de “profissionais do sexo” no item n. 5198 – 05. No Capítulo 5 analisaremos os registros.

⁵¹ Em 2016 o Deputado Flavinho (PSB-SP) apresentou uma indicação de pedido de retirada do verbete “Profissionais do Sexo” da Classificação Brasileira de Ocupações, que representa evidente retrocesso para a categoria. Tais documentos serão analisados em capítulo específico.

⁵² THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, pp. 9-14.

Thompson entende classe como um fenômeno histórico, não a percebe como uma estrutura, nem como uma categoria, mas como algo oriunda das relações humanas, inserido no exercício do “fazer-se” e “refazer-se” contínuos dos seres sociais, sem esquecer que classe é uma relação, e não uma coisa. Nesse aspecto, busca-se revalorizar a experiência de trabalhadoras sexuais e seus movimentos sociais enquanto prática de luta pela identidade, e por consciência de classe.

Por mais que Edward Thompson parta seus estudos e análises de um contexto global europeu, geralmente envolvendo homens brancos trabalhadores, seus aportes teóricos e metodológicos são importantes para a construção de análises históricas aqui apresentadas, sobretudo no que tange a questão de uma construção de uma consciência social que permeia não apenas o universo de trabalhadores brancos europeus, mas perpassa as classes de trabalhadoras mais subalternas e excluídas socialmente como as prostitutas.

É necessário evidenciar lacunas na própria historiografia do trabalho ou dos movimentos sociais quanto às experiências de mulheres prostitutas enquanto trabalhadoras, e que seus movimentos sociais iniciados na década de 1970 fizeram parte do “barulho” feito pela efervescência das mobilizações no país nos “anos de chumbo” (ditadura civil-militar, 1964/1985).

Silvia Federici⁵³ evidencia importantes perspectivas das lutas históricas das mulheres por salários e reconhecimento. Para a historiadora italiana, do ponto de vista do trabalho, nós mulheres podemos exigir vários salários, pois temos sido forçadas a trabalhar de várias formas, seja em casa lavando roupas e louças, seja na cama com sexo, na saúde física e mental dos maridos, pais ou irmãos trabalhadores. Federici enfatiza: *“Nossa luta por serviços sociais, isto é, por melhores condições de trabalho, será sempre frustrada se nós não estabelecermos primeiramente que o nosso trabalho é trabalho.”*⁵⁴

A responsabilidade da maioria das mulheres em tornar a experiência do sexo prazerosa ao homem - seja no casamento ou em outra relação casual – é o que caracteriza o sexo como um dever de agradar o homem, e isto é construído na sexualidade feminina e masculina, a ideia de ter prazer ao dar prazer, portanto, a sexualidade sempre foi um

⁵³ FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019.

⁵⁴ FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019, pp. 49.

trabalho não remunerado para a maioria de nós mulheres ao longo dos tempos e dos espaços. Sexo é trabalho.⁵⁵

Ser contra ou a favor de pessoas adultas se prostituírem não muda o fato de a profissão existir e ser exercida por mulheres e homens, que sustentam famílias e constroem suas casas, portanto, é um trabalho! Gostando ou não, a profissão existe, e o que precisa ser debatido são formas de políticas públicas que alcancem essas trabalhadoras⁵⁶, para além do salvacionismo de “retirar essas mulheres dessa vida”, mais uma vez retorna-se para a pauta da regulamentação, o que mais à frente será abordado mais detidamente.

Joana Maria Pedro⁵⁷ questiona em seu trabalho que todos nós que trabalhamos colocamos de alguma forma nossos corpos, mentes, mãos, pés na função exercida que trocamos por remuneração. Então por que os serviços ligados ao sexo são desqualificados? A autora mostra que este questionamento não é recente, e que alguns autores⁵⁸ na década de 1970 já propunham questionamentos nesse sentido.

A historiadora mostra que os nomes foram diversos e em épocas diferentes, nomes estes ligados a políticas específicas, que ora classificavam os serviços como necessários precisando ser regulamentados e outrora perseguiram e expulsavam mulheres, fechavam bordéis com o fim de proibir e extinguir a prática.

Neste contexto, foram atribuídos alguns nomes como, “decaídas”, “de má vida”, “da vida”, “mulher de vida fácil”, “faladas”, “mariposas”, “prostitutas”, “garotas de programa”. Na imprensa local da primeira metade do século XX, no meu trabalho anterior⁵⁹ verifiquei alguns nomes como “mundanas”, “má vida”, “sem profissão”⁶⁰,

⁵⁵ FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019, pp. 53 – 58.

⁵⁶ Neste trabalho farei referência sempre as trabalhadoras sexuais, sem negar o conhecimento e de homens que fazem prostituição como trabalho, assim como as mulheres transexuais, travestis ou transgênero. Contudo o foco nesse estudo consiste nas mulheres trabalhadoras sexuais cis gênero, ou seja, aquelas mulheres que se identificam com o gênero que foi atribuído no nascimento.

⁵⁷ PEDRO, Joana Maria. *Vender o corpo, vender o sexo – serviços sexuais e trabalhadoras/es do sexo: uma apresentação*. In: Fáveri, Marlene de; Silva, Janine Gomes & Pedro, Joana Maria. *Prostituição em áreas urbanas: histórias do Tempo Presente*. Florianópolis: Editora UDESC, 2010, p. 11.

⁵⁸ Autores como BRUCKER, Pascal; FINKIELKRAUT, Alain. *A nova desordem amorosa*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

⁵⁹ LIRA, Bárbara Rebeka Gomes de. *A Difícil Vida Fácil: O mundo da prostituição e suas representações na cidade de Manaus. (1890-1925)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Amazonas. Manaus, AM. 2014.

⁶⁰ Destaca-se “sem profissão” como um termo usado pela imprensa manauara, no qual não se leva nem como hipótese a prática da “prostituição” ser uma profissão, esses debates são enfrentados e apresentados com o surgimento dos movimentos sociais, isto é, o reconhecimento da prática como profissão foi uma demanda que partiu das próprias trabalhadoras do sexo, no final do século XX no Brasil e no Amazonas já

“mulheres de via duvidosa”, “mulheres de vida fácil”, “mulheres infelizes”, “raparigas”, entre vários outros.

Michele Pires⁶¹ realizou estudo sobre o mundo do trabalho sexual em Manaus na imprensa no período de 1967 a 1970, e constatou que nos registros coletados do período estudado os nomes mais referenciados às mulheres prestadoras de serviços sexuais eram “meretriz”, “mundana” e “mariposa”.

Nesse percurso da década de 1990 em diante percebe-se uma recorrência forte ao termo “prostituta” e “garota de programa”. Os termos “trabalhadoras sexuais” ou “profissionais do sexo” surgem no Brasil a partir dos anos 2000 com o amadurecimento das organizações da categoria, como será visto mais a diante.

O nome sempre foi uma polêmica. Continuadamente foram nomes atribuídos “de fora para dentro”, pela medicina, polícia, juristas, jornalistas, eram sempre os outros que definiam as denominações para essas mulheres. Foi com os movimentos políticos das trabalhadoras sexuais que surgiu a necessidade de se afirmar uma própria identidade enquanto trabalhadoras, e enfim questionar: “Como queremos ser reconhecidas?”. Prostitutas, mundanas ou garotas de programa, todas são terminologias construídas de fora para dentro. E as mobilizações de trabalhadoras do sexo surgem também da necessidade de reivindicar seus estatutos de trabalhadoras.

“Boa noite, meu nome é Suely e eu sou uma ‘menina’ de Uberaba”. Menina? Virei para o Boff e falei: “Por que ela está falando que ela é uma menina?” E o Boff: “A pastoral acha muito forte o nome prostituta e resolveu criar uma denominação carinhosa, que é menina”. Até hoje eles usam essa terminologia. Aí chegou a minha vez de falar: “Meu nome é Gabriela e, ao contrário da minha colega de Uberaba, eu sou uma prostituta e atualmente vivo no Rio de Janeiro.”⁶²

O trecho do livro de Gabriela Leite, narra a sua participação em encontro da pastoral da mulher marginalizada, em Salvador/Bahia, em meados da década de 1980, quando ela depara com o termo “menina” para se referir à mulher que trabalha com sexo, como uma forma menos pejorativa, dado os estigmas que vem junto com o termo prostituta. Sendo carinhoso, ou não, foi um nome que partiu de iniciativa da pastoral da

no século XXI.

⁶¹ LIMA, Michele Pires & SAMPAIO, Patrícia Melo. *Pederastas e meretrizes. Trabalho, crime e cotidiano nos jornais de Manaus (1967-1970)*. In: James Green, Renan Quinalha, Marisa Fernandes e outros (Orgs). *História do Movimento LGBT no Brasil*. Alameda: São Paulo, 2018.

⁶² LEITE, Gabriela. *Filha, mãe, avó e puta: A história de uma mulher que decidiu ser prostituta*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009, p. 142.

igreja católica e não das próprias trabalhadoras do sexo. Gabriela propunha enfrentar o nome e os estigmas. Problema que até hoje é discutido nos movimentos.

Gabriela Leite diz que durante o segundo encontro nacional de prostitutas em 1989, a maioria das mulheres presentes não queriam utilizar o termo prostituta, pois na medida em que o movimento social se articulava foi amadurecida a ideia de que um nome “mais sério” era necessário.

Segundo Leite, o nome foi sugerido por Fernando Gabeira, um deputado simpaticante do movimento e apoiador do PL 98/2003, que buscava iniciar os debates da regulamentação da atividade. Mais uma vez evidencia-se um nome de caráter mais profissionalizante como o termo “profissionais do sexo”, contudo, ainda um nome pensado de fora para dentro.

A Rede Brasileira de Prostitutas foi formada, mas logo batizada de Rede Brasileira de Profissionais do Sexo. Esta Rede foi o primeiro grande grupo de organização nacional no país, foi criada em 1987, entre alguns nomes destaca-se Gabriela Leite e Lourdes Barreto⁶³, que apesar de existir a tentativa de mudar a terminologia até hoje a rede permanece sendo chamada de Rede Brasileira de Prostitutas.

Nos anos 1990 foi formado em La Paz, na Bolívia, um grupo feminista chamado “*mujeres creando*”, que contava com nomes como Julieta Paredes e Maria Galindo, que desde então criaram espaços que oferecem atividades de creches para os filhos de trabalhadoras sexuais, mais tarde em 2005 contou com mercado agroecológico, alfabetização, serviços de internet, ducha pública e alojamento a baixo custo. O grupo pintava nos muros frases como “*para todos os sistemas masculinos a mulher é uma puta; os sistemas morrem, as prostitutas vivem*”. E propuseram uma nova perspectiva sobre o termo “puta” mesmo lamentando os danos simbólicos causados pelo uso do nome de forma pejorativa⁶⁴.

Em 1999 foi articulada a REDTRASEX – a Rede de Trabalhadoras Sexuais da América Latina e o Caribe, aderindo à terminologia “trabalhadoras sexuais”. A rede era composta por 13 países, entre eles, Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Equador, El salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai, Peru, República

⁶³ Lourdes Barreto é uma das fundadoras do Grupo de mulheres prostitutas do Estado do Pará e uma das lideranças que junto de Gabriela Leite e demais fundaram a Rede Nacional de Prostitutas.

⁶⁴ PEDRO, Joana Maria. *Vender o corpo, vender o sexo – serviços sexuais e trabalhadoras/es do sexo: uma apresentação*. In: Fávéri, Marlene de; Silva, Janine Gomes & Pedro, Joana Maria. *Prostituição em áreas urbanas: histórias do Tempo Presente*. Florianópolis: Editora UDESC, 2010, p. 12.

Dominicana e Uruguai, que buscava “apoiar e fortalecer as organizações de mulheres trabalhadoras sexuais na defesa e promoção de seus direitos humanos”⁶⁵. Sobre suas companheiras latinas Gabriela falou:

As colegas da América Latina consideram nosso movimento atrasado em relação ao delas, porque elas usam “trabalhadoras do sexo”, e nós ainda não vencemos o preconceito e nos chamamos “prostitutas”. Eu penso o contrário, parece que mudar o nome é um pedido de desculpas⁶⁶.

Percebe-se o movimento da memória como movimento de valores em disputa, sendo a memória um dos campos dessas disputas. A autora Ecléa Bosi⁶⁷ atribui à memória oral a condição de poderoso instrumento para a construção da crônica do cotidiano, que, contudo, pode ser visto como um antônimo da história política hegemônica, para o que se deve ter atenção. A memória oral articula perspectivas contraditórias ou distintas, eventualmente ambíguas, e aí evidencia-se uma das suas maiores possibilidades como fonte histórica.

Analisando documentações e conversando com algumas mulheres em Manaus e fora da cidade, percebe-se que a insistência no termo “prostituta” ou “puta” partia mais de Gabriela Leite e das mais antigas no movimento. Lourdes Barreto tatuou em seu braço “eu sou puta”, como forma de enfrentamento. Compreende-se a necessidade de enfrentar o peso que o nome carrega consigo, contudo, o estigma é forte e boa parte dessas trabalhadoras prefere ser reconhecida como profissionais do sexo ou trabalhadoras sexuais, que por sua vez serão os termos adotados neste trabalho.

Nesse sentido, as lutas dos movimentos sociais perpassam a necessidade de se construir novos valores para o trabalho sexual e a utilização de uma terminologia de conotação menos pejorativa e mais relacionada aos mundos do trabalho busca enfrentar os estigmas com uma nova perspectiva sobre a classe trabalhadora, e esta por sua vez é conflituosa com a visão das mulheres mais antigas do movimento. Em conversa com

⁶⁵ Livro RedTraSex, Red de trabajadoras sexuales de latinoamérica y el caribe. Sede Executiva Base Argentina. “*As mulheres trabalhadoras sexuais somos sujeitos de direitos: reivindicamos uma vida livre de violência, com atenção integral da nossa saúde, sem estigma nem discriminação.*” Acervo: Associação As Amazonas.

⁶⁶ LEITE, Gabriela. *Filha, mãe, avó e puta: A história de uma mulher que decidiu ser prostituta*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009, p. 158.

⁶⁷ BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p. 15.

algumas militantes dos direitos das trabalhadoras sexuais, consegue-se observar tais vestígios.

Eu acho que tem que mudar a cabeça das pessoas que tá na frente do movimento, aí entra no bom senso mesmo e procurar valorizar a classe, enquanto não tomarem uma decisão de tirar o nome de puta, de prostituta, nunca esse projeto (de lei) vai pra frente, isso aí já tá bem claro. E elas (as mais velhas) insistem em ser puta, tem que ser prostituta [...] porque se você for entrevistar uma mais nova ela não quer isso não, elas querem ser respeitadas mas com uma profissão, entendeu? Aí eu não fui pra esse seminário, mas eu acompanhei quase tudo pelo *whatsapp*, pelo *facebook* ... e é assim, é puta, é prostituta. Que diabéisso, será que isso não muda não? Eu as vezes evito assim quando eu vou pra esses seminários, essas conferências, eu evito até de falar porque eu sou totalmente contra o que elas pensam, eu penso sim moralizar a classe, penso que a legalização da profissão, tudinho, mas no modo delas pensarem eu penso totalmente diferente e pra mim não me aborrecer, não chatear ninguém eu prefiro não me envolver, mas que tá errado, tá errado. Primeira coisa que tem que fazer é fazer um novo projeto e tirar o nome de prostituta, por aí você vai começar a moralizar a classe, porque não adianta, essa profissão diz que existe antes de Cristo, eu não era nem nascida, então se já existia antes de cristo já era pra ter legalizado, o problema é que não entra num acordo né, eu não gosto. E a rapariga mesmo de Manaus, ela não gosta de ser chamada de puta não, nem de puta, nem de prostituta, chamou prostituta você tá ofendendo ela. Foram 12 anos de movimento que eu fiz e eu tenho certeza absoluta que enquanto não mudar esse nome...o nome de...tirar esse nome de prostituta, de puta, não vai pra frente de jeito nenhum.⁶⁸

Ana percebe a necessidade de se enfrentar os estigmas de uma forma diferente das mais antigas no movimento, aderindo ao um termo que ‘moralize’ a classe, os projetos que visam a regulamentação da profissão precisam ser revistos primeiramente pelo nome adotado pela categoria, que denote respeito como qualquer outra classe trabalhadora. O fragmento também mostra as divergências de pensamento entre as militantes mais antigas e mais novas sobre a utilização do termo “prostituta”.

Nesse sentido, o termo “trabalhadora sexual” surge a partir dos debates de militantes latino americanas, com o objetivo de construção de novos valores para o trabalho sexual.

No Brasil, o termo ficou mais conhecido com a criação da CUTS – Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores sexuais – fundada em 2015, foi uma iniciativa de militantes do Nordeste e Norte do Brasil a partir de uma demanda de trabalhadoras

⁶⁸ Entrevista com Ana. Foi Coordenadora geral da Associação de Profissionais do sexo do Estado do Amazonas. Entrevista em 03 de novembro de 2019, em sua residência.

sexuais que não se sentiam atendidas pela Rede Nacional de Prostitutas, questões que serão apresentadas mais à frente.

Erving Goffman em seu clássico trabalho intitulado “Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada”⁶⁹ define estigma como a situação de uma pessoa que se encontra impossibilitada de aceitação social plena. Mostra que os gregos criaram o termo para se “referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava”⁷⁰. Esses sinais eram marcas de queimaduras ou cortes provocados para marcar pessoas como escravizadas ou criminosas. Posteriormente na era cristã foram acrescentadas as referências religiosas de graça divinas ou de sinais corporais de desordens físicas. Posterior a isso o autor afirma que já nos séculos XIX e XX o termo é mais empregado à desgraça e às marcas corporais.

O peso do nome é tão evidente que “filho/filha da puta” é um dos grandes palavrões da nossa sociedade. Em vários idiomas se sabe o que se pretende quando se chama alguém de “filho da puta”. As trabalhadoras do sexo, por exemplo, se manifestam afirmando que esses políticos chamados de “filhos da puta” não são seus filhos, como manifestou o grupo boliviano: “Nós putas aclamamos que nem Sánches de Lozada nem Sanchez Bregain são nossos filhos”⁷¹. E como manifestou também a trabalhadora sexual brasileira e militante feminista Santuzza Souza, em protesto publicado em 2017:

... sempre no auge das indignações os autores escrevem “filho da puta”. Aliás, nas tretas da vida, toda a vez que se quer ofender, humilhar, rebaixar alguém, o chamam de “filho da puta” – como se fosse “imoral” ser filho daquela que sai de casa todos os dias para prestar seu serviço, trabalhar como qualquer outra trabalhadora para sustentar casa e família e assim, tentar dar aos seus a dignidade que a sociedade hipócrita e cruel insiste em dizer que não temos, por sermos putas. Insistem em nos imputar a responsabilidade de ter parido os piores filhos dessa sociedade doente, cada dia mais machista, homofóbica, racista, assassina. Não! Esses não são nossos filhos, como vocês fazem questão de vociferar. Os nossos, os filhos paridos por nós, são criados de maneira que cresceram, crescem e crescerão com uma mentalidade completamente diferente desses que vocês dizem serem os nossos filhos. Acredito que já é hora de pararem para pensar e não nos citarem mais em tudo que está relacionado ao ruim, ao desonesto, ao imoral.

⁶⁹ GOFFMAN, Erving. *Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Cidade, LTC Ed., 1963. Versão Digital.

⁷⁰ Idem, pp. 4-5.

⁷¹ PEDRO, Joana Maria. *Vender o corpo, vender o sexo – serviços sexuais e trabalhadoras/es do sexo: uma apresentação*. In: Fáveri, Marlene de; Silva, Janine Gomes & Pedro, Joana Maria. *Prostituição em áreas urbanas: histórias do Tempo Presente*. Florianópolis: Editora UDESC, 2010, p. 12.

Deixo aqui uma pergunta que ao mesmo tempo é uma reflexão, você permitiria que seu filho (a) namorasse o (a) filho (a) de uma puta?⁷²

Diane Helene Ramos⁷³ em seu trabalho sobre os movimentos sociais de trabalhadoras sexuais e o direito à cidade, também analisa o peso do chamado “estigma de puta”, evoca Margot St. James – prostituta, ativista e criadora da primeira organização de prostitutas do mundo, a COYOTE⁷⁴ – que explica de que forma a conotação negativa relacionada ao trabalho sexual e a caracterização da palavra “puta” como alvo de ofensa e desmoralização que alcança todas nós mulheres, sobretudo às mulheres trabalhadoras do sexo.

No mesmo texto, Helene menciona trecho de fala de Margot St. James em 1989 em São Francisco, EUA, em entrevista disponível online⁷⁵, intitulada como “the whore stigma”, ou seja, o “estigma de puta”:

A palavra ‘puta’ ainda é usada para manter as outras mulheres na linha, todas as mulheres. Mas a punição de uma prostituta é o exemplo, definido pelo sistema que: se você não -você sabe- agir direito, curvar-se aos homens (eu suponho), você terá o que merece, e... um monte de prostitutas são assassinadas neste país [...] a prostituta se torna uma vítima legítima para o estupro, o assassinato, o roubo, e qualquer tipo de abuso, abuso verbal e abuso físico.

Gail Pheterson⁷⁶ – escritora e militante do movimento social de trabalhadoras sexuais introduziu o “estigma de puta” como uma categoria analítica marcadora de “desvalor” que pode ser direcionado tanto para trabalhadoras sexuais como para outras mulheres. Sendo a palavra “puta” puramente um “estigma de gênero feminino”, podendo ser definido como marca de vergonha ou doença que encara mulheres como desviadas.

Todas nós, mulheres, estamos sujeitas a esses rótulos da estigmatização dependendo de como nos comportamos, como nos vestimos, como falamos, os lugares

⁷² Protesto publicado em 1 de maio de 2017 na página <https://mundoinvisivel.org/nao-sao-nossos-filhos/>. Acesso em 15/01/2020.

⁷³ RAMOS, Diane Helene. *O movimento social das prostitutas e o direito à cidade para as mulheres*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11& 13th Women’s Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X.

⁷⁴ C.O.Y.O.T.E: Call Off Your Old Tired Ethics (Desligue sua velha e cansada ética), fundada em 1973, na Califórnia, EUA.

⁷⁵ JAMES, Margot St; PHETERSON Gail. *The whore stigma*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PIXV370ipEI>. Acesso em: 14/01/2020. A entrevista também foi armazenada em acervo pessoal.

⁷⁶ PHETERSON, Gail. *The whore stigma – female dishonor and male unworthiness*. Den Haag: Ministerie van Sociale Zaken en Werkgelegenheid, 1986.

que costumamos frequentar, etnia/raça, classe social. Como aprofunda Diane Helene Ramos, o estigma de puta é um mecanismo de controle social e instrumento de ataque direcionado a todas as mulheres.

Portanto, o estigma de puta tem uma utilidade normativa dada a construção da imagem depreciativa e pejorativa da trabalhadora sexual, como se essas mulheres fossem um tipo de exemplo de punição. Além disso, o estigma está embasado na ideia de que essas mulheres trabalhadoras do sexo estão inseridas em uma outra categoria de mulheres, diferentes das demais, que abriga a clássica dicotomia entre a mulher da rua e a mulher honesta do lar.

Trata-se de discurso que se tornou a “verdade” da sociedade patriarcal e que tem grande interferência na vida de todas as mulheres, principalmente na vida das mulheres trabalhadoras do sexo⁷⁷. Neste ponto fica evidente que a luta de trabalhadoras sexuais é também uma luta de todas as mulheres contra os estigmas de gênero.

Sobre a questão do patriarcado, Gerda Lerner⁷⁸ fornece importantes análises sobre a criação histórica do patriarcado diretamente conectado às definições de gêneros. A autora destaca que mesmo antes da formação da civilização ocidental, as sexualidades femininas eram resumidas nos aspectos de seus serviços reprodutivos e sexuais.

Lerner realiza um vasto estudo sobre a criação do patriarcado, analisando desde as sociedades de recortes mais longínquos às sociedades contemporâneas. E percebe que a escravidão de mulheres foi estabelecida com toques de racismo e machismo, e antecede a formação e opressão de classes. Enfatiza-se que as distinções de classe não estão separadas das distinções de gênero e foram fundamentadas em relações patriarcais.

Este papel social atribuídos às mulheres ao longo dos tempos e espaços, eram expressos nas trocas e vendas de esposas⁷⁹, a invenção das esposas substitutas atreladas as possibilidades de reprodução. E sobretudo construía um lugar de protagonismo para homens e submissão para as mulheres. O gênero chegava primeiro e com isso definia o

⁷⁷ RAMOS, Diane Helene. *O movimento social das prostitutas e o direito à cidade para as mulheres*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11& 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X, pp. 4-5.

⁷⁸ LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado*. História da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo, Cultrix, 2019, pp. 350-377.

⁷⁹ Edward Thompson também dedicou alguns de seus estudos para essa questão da venda de esposas na Inglaterra entre os séculos XVIII-XIX. Ver mais em: THOMPSON, Edward. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 305-353.

seu lugar de dominador ou de dominado, ou seja, homens transformaram a diferença em dominação.

A autora exemplifica que a dominação de classe na escravização de homens e mulheres teve efeitos diferentes baseados na diferenciação de gêneros, isto é, os homens eram tinham sua força de trabalho exploradas, eram percebidos como trabalhadores. Já as mulheres eram multiplamente exploradas: como trabalhadoras braçais, domésticas, sexuais e reprodutoras.

No caso específico de mulheres, são inseparáveis a exploração sexual da exploração de classe, pois a Gerda Lerner em seu estudo evidencia como a exploração sexual de mulheres pobres por homens de diversas classes transpassa os recortes temporais históricos – Antiguidade, feudalismo, séculos XIX e XX na Europa, nos países colonizados - e em cada recorte estudado, percebeu-se que homens e mulheres foram percebidos como duas classes distintas. E ainda, para as mulheres seu status de classe ficou caracterizada por suas relações sexuais, e isto perpassava desde as situações de escravizadas ou esposas.

Ou seja, o que a autora evidencia é que para os homens, classe era - ainda é - caracterizada por meio de suas relações com os meios de produção, os que possuíam os meios e os que não possuíam. E para as mulheres, classe é interposto por intermédio de suas relações sexuais com um homem. Quer dizer, mulheres percebidas como “respeitáveis” acessam a determinada classe por meio de seus pais ou maridos, contudo, se houver transgressão dos padrões de “feminilidade respeitável”, sua classe pode ser rebaixada, e é neste ponto que entra a estigmatização de gênero, a definição de desvio sexual que marca as mulheres como “não respeitáveis”.

Ainda seguindo o pensamento de Lerner, para a manutenção do funcionamento do patriarcado é necessário a participação das mulheres, e esta participação é garantida pelos seguintes meios: doutrinação de gênero, problemas educacionais, negação do conhecimento da própria história das mulheres, a legitimação da separação entre mulheres “respeitáveis” e as “desviadas” baseadas em suas atividades sexuais, por coerção e também pela negociação de privilégios de classe às mulheres obedientes e submissa ao papel social imposto a elas.

Essa demarcação e controle dos corpos femininos atravessa primordialmente a vida dessas mulheres que trabalham com o sexo, quando tais estigmas devastam a vida dessas trabalhadoras, que com vergonha de suas profissões não assumem suas atividades

para suas famílias, seus vizinhos, devido tudo de ruim que é atribuído a mulher que exerce o sexo pago.

Homens não sofrem com o estigma de puta/prostituta, até aqueles que exercem o trabalho sexual heterossexual ou homossexual. Um homem que faz sexo com várias mulheres, é tido como “cafajeste” ou “mulherengo”, o que de longe não tem o mesmo efeito das desvalorizações que sofre uma mulher que faz sexo com vários homens, sendo ou não por dinheiro.

Para a antropóloga pesquisadora da temática Alexandra Oliveira⁸⁰ a reação social dirigida às trabalhadoras do sexo sempre foi, ou melhor, ainda é de rejeição e exclusão, essa rejeição é tida como base as normas de comportamento sexuais tidas como corretas para mulheres, com isto a trabalhadora sexual é vista como a imoral e transgressora, pois é colocada em equiparação ao que é posto como ideal para o comportamento feminino, é portanto, objeto de estigmatização, colocadas quase sempre em outra categoria de mulheres ou de mulheres anormais.

Sua estigmatização se dá a partir de uma concepção moral da prática sexual, que define o que é permitido ou não, ou o que é certo ou não, no outro extremo foi colocado o trabalho sexual, lugar destinado aos comportamentos desviantes e imorais. A autora ainda complementa que o estigma opera como um procedimento simbólico e ideológico de repressão e de controle dos modos de vidas das pessoas, sobretudo, de mulheres. Por conseguinte, a estigmatização, a discriminação, a exclusão de demais formas de violências são as manifestações mais evidentes e lamentáveis da reação social.

Teve-se a oportunidade de conhecer Diana, uma mulher trabalhadora sexual e militante na Associação de Profissionais do Sexo do Rio Grande do Norte, e entramos na questão dos nomes que juntos trazem consigo o forte estigma de puta.

Eu nunca me dei bem com essa palavra, eu Diana, eu sujeito Diana, né. Eu nunca me dei bem, sabe. Mas aí quando eu cheguei na Rede, eu fui tendo que engolir, tendo que engolir... mas não me sentia bem, não me sentia bem de jeito nenhum, uma coisa é você estar junto de 10/15 mulheres, todas falando de prostituta, que sou prostituta e sou prostituta né, ali tem uma coisa diferente, outra coisa é você tá lá na sua base né, e você tá dizendo eu sou prostituta e você sente sabe, o quanto você é olhada de forma...a forma...o estigma que você traz se torna mais

⁸⁰ OLIVEIRA, Alexandra. *Andar na vida: prostituição e reação social*. Porto: Almedina Ed. 2011, pp. 215-216.

presente e sei lá, é uma coisa assim que mexe com o seu...com o sujeito-você, né. Então assim, foi isso aí eu sempre bati de frente.⁸¹

Percebe-se que ao entrar para a Rede Brasileira de Prostitutas, Diana deparou primeiramente com a utilização do termo “prostituta”, termo no qual afirma sempre ter causado incômodo, pois sente que o estigma fica mais forte, os olhares são fuziladores quando uma mulher se declara como uma prostituta para a sociedade. O estigma é uma forma de etiquetagem como afirmava a antropóloga Alexandra Oliveira, etiqueta esta que a marca como “desviante” aos olhares dos “normais” da sociedade, estes inserem a si mesmos nessa condição de “normais” e colocam o outro como se não fosse totalmente humano⁸².

Para Gail Pheterson⁸³, os conhecimentos sobre sexo e independência financeira de uma mulher contrariam as divisões impostas para todas as mulheres que tratam da dependência sexual e financeira. As mulheres que não trabalham com sexo são socializadas para não possuírem conhecimentos sexuais, para não falarem sobre, não pedir dinheiro seja qual for a situação e principalmente não se correlacionar com ‘prostitutas’.

No fragmento apresentado acima, o que fica evidente é a questão do estigma que o nome ‘prostituta’ carrega e ao se assumir como tal este estigma é fortificado nos olhares inquisidores, algo que mexe profundamente com a autoestima dessas mulheres. Tamanho o peso que o estigma acarreta a vida dessas mulheres, o tema foi posto como uma das principais pautas dos movimentos sociais de trabalhadoras sexuais.

A Rede Brasileira após o 4º Encontro Nacional confeccionou uns boletins informativos sobre algumas temáticas abordadas durante os quatro dias de evento, destaca-se a edição do terceiro dia intitulada de “Estigma faz debate ferver”, que conta com alguns fragmentos de falas de algumas trabalhadoras presentes na mesa nomeada “Como o estigma afeta as prostitutas e o movimento organizado”.

Vânia Rezende (ANPS) é prostituta há 36 anos “eu posso falar de auto-estigma porque me escondi por 30 anos”, disse. “Tinha uma farda que

⁸¹ Entrevista com Diana, militante na associação de profissionais do sexo do Rio Grande do Norte. Em 07 de janeiro de 2020. Via vídeo conferência com gravação de áudio.

⁸² OLIVEIRA, Alexandra. *Andar na vida: prostituição e reação social*. Porto: Almedina Ed. 2011, pp. 216.

⁸³ PHETERSON, Gail. *The Whore Stigma: Female Dishonor and Male Unworthiness*. Social Text, No. 37. Impresso por: Duke University. Winter, 1993, pp. 39-64. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/466259>. Acesso em: 04/02/2020.

lavava todos os dias para os vizinhos pensarem que eu trabalhava em qualquer coisa, menos puta.”⁸⁴

O peso do estigma faz com que mulheres trabalhadoras sexuais tenham vergonha do que fazem e tentem a todo custo esconder isso das outras pessoas ou até de suas próprias famílias, o que Vânia chamou de “auto-estigma”. Disso fica evidente a importância dessas questões e o porquê de o estigma ser uma das grandes lutas dos movimentos sociais, no sentido de fornecer novas perspectivas mais sensíveis para o ofício do trabalho sexual, para que essas mulheres possam se perceberem como as trabalhadoras que são.

Essa mudança de perspectiva promove um novo olhar para quem exerce o trabalho sexual e com isso se pode propor alguma mudança dos olhares reprovadores da sociedade, onde muitas vezes o preconceito e rejeição começam dentro de suas próprias casas.

Para Alexandra Oliveira⁸⁵, os estigmas afetam diretamente a vida de trabalhadoras do sexo em diversas proporções e perdura por vários tempos de suas vidas, resultando em três grandes problemas: “1º) a grande restrição de liberdade – a trabalhadora passa a se esconder dos vizinhos, familiares etc. -; 2º) a forte vulnerabilidade às violências e 3º) baixo bem-estar”.

E esse estigma pode acompanhar as mulheres que não exercem o trabalho sexual, mas que se aproximam das trabalhadoras. E nesse ponto, farei uma pausa para citar uma das vezes que estive em área de trabalho sexual e fui confundida com uma profissional. E isto se deu independente da forma como estava vestida – bermuda até o joelho e camisa da associação, folgada e sem decotes. Eu estava numa área de trabalho sexual, conversando com trabalhadoras sexuais e me parece que na percepção dos homens que ali circulavam, aquilo bastava para perceber que todas as mulheres ali sentadas eram profissionais do sexo.

Não posso deixar de mencionar que nenhuma das abordagens foi violenta ou constrangedora para mim, anos de aproximação com essas mulheres me fez enxergá-las como trabalhadoras, logo não tenho por que me sentir ofendida por ser confundida com uma delas.

⁸⁴ Diário do encontro. *Estigma faz debate ferver*. 4º encontro da Rede brasileira de Prostitutas. Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 2008. Disponível: Acervo As Amazonas, associação de profissionais do sexo do Estado do Amazonas.

⁸⁵ OLIVEIRA, Alexandra. *Andar na vida: prostituição e reação social*. Porto: Almedina Ed. 2011, pp. 216-217.

Evidente que não apenas as trabalhadoras são marcadas pelos estigmas de prostituta, mas os espaços também são definidos como “zonas de prostituição”, amizades e famílias também são marcadas, onde na maioria das vezes as mulheres são postas para fora de suas casas quando suas ocupações são descobertas.

“É muito bom falar de estigma”, disse Ivanete P., prostituta desde os 15 anos. “Comecei por dinheiro, mas gostava do que fazia. E logo fui apontada como a ‘putinha do beco’”. A primeira barreira que Ivanete enfrentou foi na própria família. “Tive que sair de casa porque minha mãe não me aceitava.”⁸⁶

Ter que lidar com o preconceito dentro e fora de casa é um dos enfrentamentos cotidianos na vida dessas trabalhadoras que internalizam e compreendem muito bem o peso do estigma que marca suas vidas. Baiana, uma mulher negra, trabalhadora sexual, aproximadamente 60 anos de idade, que também fez parte da diretoria da Associação “As Amazonas” na cidade de Manaus. Em uma de nossas entrevistas Baiana conta que seu filho não aceitava o seu trabalho, mesmo este ter garantido o sustento dele e de seus irmãos:

[...] e a maioria das vezes o preconceito começa em casa já que muitas vezes, como os meus filhos mesmo, *tem um que não aceita ele sabe que ele foi criado com o dinheiro de prostituição, eu paguei livros caríssimos pra preparar ele pra faculdade, eu paguei muita coisa, eu criei eles com o dinheiro praticamente da prostituição*, mas ele não aceita isso de jeito nenhum, ele não se dá muito bem com a irmã dele, ainda mais quando ela ganhou aquele concurso, nossa! [...] outra coisa, eu só dei essa entrevista porque também eu tava longe da minha terra, longe de casa, porque se fosse pelos arredores, de jeito nenhum eu faria isso, porque a minha família é muito preconceituosa em relação a isso aí.⁸⁷

Sua filha Neila, também era trabalhadora sexual para completar a insatisfação dos filhos, que não aceitavam o trabalho. O tal concurso que completou o desagrado de um dos filhos, foi o “Concurso de Miss Prostituta do Estado do Amazonas”, realizado em dezembro de 2012 pela Associação As Amazonas em parceria com a Rede Uai *shopping*,

⁸⁶ Diário do encontro. *Estigma faz debate ferver*. 4º encontro da Rede brasileira de Prostitutas. Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 2008. Disponível: Acervo As Amazonas, associação de profissionais do sexo do Estado do Amazonas.

⁸⁷ Entrevista com Baiana, trabalhadora sexual, fez parte da associação As Amazonas. Entrevista realizada em 09 de setembro de 2019, em sua residência.

que também realizou o “Miss *Drag queen*” no mesmo evento, onde a ganhadora do primeiro concurso foi a filha de Baiana, Neila.

Durante nossa entrevista, Neila mostrou total segurança em se afirmar como trabalhadora sexual. Além disso, quando pergunto qual o nome com que deveria me referir a ela em meu trabalho, a mesma afirma que gostaria de ser apresentada pelo seu nome, e que não tinha problemas quanto a isso. Desde nova vê sua mãe sustentando sua família, razão pela qual optou pela mesma profissão. Já concedeu entrevista para a televisão, e no concurso de Miss Prostituta também contou com a participação da imprensa, quando foi fotografada, sem hesitar em mostrar seu rosto e nome.

Então pois é, sempre quando tinha evento eu sempre queria tá participando que era pra sempre expor né, as ideias, o que as meninas diziam, coisas que elas [...] não tinha coragem de falar, não queriam aparecer, e eu aparecia, não tinha vergonha entendeu? Era aquilo que eu tinha, que eu tinha escolhido, enfim, eu vou esconder de quem se minha família toda já sabe né? E os demais já não me importava sinceramente.⁸⁸

Neila tem ciência de todos os estigmas que podem afetar a sua vida, e apesar disso enfrenta o julgamento social. Não tem vergonha e nem se esconde pelo que faz. Importante destacar a imagem abaixo, cedida pela própria narradora, a sua força expressiva, orgulho e coragem evidenciados.

A disputa de valores de beleza em meio tradicionalmente ocupado pela grande indústria da moda e da exploração capitalista do corpo é aqui confrontado pela realza de pessoas que no mais das vezes sofrem todo o tipo de desvalorização e perseguição pela classe dominante da sociedade. Ao fim ao cabo, sorrisos, e bonita altivez, precisamente de quem pretende-se o papel social secundarizado do “sofrimento”, da “tristeza”, da profunda “amargura”.

Como desejo da narradora de ver também a sua imagem, e não apenas o seu nome real, registrados nessa pesquisa, destacam-se sentidos de sua luta também no campo da memória.

⁸⁸ Entrevista com Neila, 37 anos. Trabalhadora sexual, de Manaus, mas hoje atua em São Paulo, em virtude disto nossa entrevista foi realizada por vídeo chamada com gravação de voz em 13 de dezembro de 2019.



Imagem 1: Neila após vencer o concurso Miss Prostituta 2012. Fonte cedida pela própria, e consta em acervo pessoal.

Baiana também revelou que havia concedido entrevista para a televisão, na qual ela aparece falando um pouco de sua vida cotidiana de trabalhadora sexual, o que de certa forma chocou os expectadores conhecidos. Naquele momento, chegou a ser questionada quanto a sua coragem de afrontar seus parentes e conhecidos por ter se exposto daquela forma. Mesmo tendo a consciência do preconceito Baiana forneceu a entrevista, mas com a certeza de que o material só seria transmitido na cidade de Manaus, bem longe dos olhares de seus familiares no interior da Bahia, caso contrário não teria dado a entrevista.

Um dia desse eu dei uma entrevista, passou na televisão, meu filho mais velho viu e falou, me chamou atenção e as colegas aí da rua que viram a minha entrevista, me viram na televisão, elas me chamaram: “ei Baiana, o que tu fizeste menina? O que você tá fazendo com você mesma?” Eu falei, foi comigo, se fiz foi comigo, eu me expus, eu não expus vocês, eu falei, contei a história, um pouco da história da minha vida, não foi a de vocês [...] ⁸⁹

O fato de uma trabalhadora sexual aparecer na televisão falando um pouco sobre seu trabalho e sobre sua história choca não apenas aqueles que não trabalham com sexo, mas também choca boa parte da classe de trabalhadoras sexuais, como no exemplo de

⁸⁹ Entrevista com Baiana, trabalhadora sexual, fez parte da Associação As Amazonas, em 09/09/2019, em sua residência.

Baiana que após a transmissão da entrevista foi questionada pelo seu filho e por suas colegas que também exercem o trabalho sexual. Atribui-se esse incômodo ao peso do estigma que reforça que essas mulheres devam permanecer escondidas no anonimato das zonas.

Interessante que ao mesmo tempo que Baiana contava na televisão um pouco de sua história de vida, de certa forma isto assustava outras colegas trabalhadoras que provavelmente não concederiam uma entrevista na televisão. Aspectos como consciência e orgulho das conquistas materiais com o seu trabalho podem ser destacados em sua narrativa.

Edward Thompson⁹⁰ explica que a experiência de classe é determinada pelas relações de produção em que os sujeitos nasceram ou foram introduzidas de forma não voluntária, e a consciência de classe é a forma como as experiências são tratadas, ela não é determinada, mas sim surge em tempos e lugares distintos, nunca da mesma maneira. É necessário perceber a consciência de classe como ela é, e não como deveria ser.

Sobre a “tomada de consciência”, Eder Sader⁹¹ explica que a consciência dos sujeitos sobre os seus próprios direitos é atravessada pelo percebimento das limitações e dificuldade da vida como injustiças ao invés de reproduzir simplesmente naturalizações cotidianas. Sader fala sobre o despertar da consciência política das mulheres frequentadoras do clube de mães em São Paulo na década de 1970, e em seu estudo percebeu que as expectativas construídas por elas circulavam a valorização de sua dignidade, esta, possibilitada por meio da atuação coletiva em lutas contra as injustiças que as alcançavam.

Desta forma, sua experiência enquanto uma trabalhadora sexual é permeada pela possibilidade de não apenas sobreviver junto de seus filhos, mas de consumir uma boa refeição, momentos de diversão regadas a cerveja gelada no bar, o material escolar das crianças, bem como roupas, transporte e a tão sonhada casa própria. Contudo, a sua consciência é construída por meio de suas experiências, como mulher negra trabalhadora sexual, seja em casa, no trabalho e sobretudo, nos movimentos sociais. Resistência e consciência caminham lado a lado.

⁹⁰ THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, pp. 9-14.

⁹¹ SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 199-223.

[...] o meu filho me chamou a atenção, eu falei, meu filho eu criei vocês, infelizmente olha [...] você nunca aceitou isso, mas eu criei vocês dessa maneira, foi com o dinheiro daí mesmo. Quem sempre se incomodava era meu filho mais velho, mas como não tinha outra alternativa... quando eu comecei a trabalhar eu tinha que fazer sim programa pra ajudar, pra ajudar as despesas em casa, enfim, só que aí, foi assim, a minha filha, e já foi as filhas dela, duas, três que fizeram isso também, entendeu?⁹²

Mesmo tendo a consciência de que seu trabalho proveio o sustento de sua família, Baiana ainda tinha motivos suficientes para manter sua família desavisada de seu trabalho, dado ao medo do preconceito e o peso do estigma que ainda se sobrepunha ao orgulho de ter sustentado sua família e construído a sua casa própria com o seu trabalho.

Portanto, os estigmas são percebidos, como instrumentos analíticos e descritivos, como foi apontado pela cientista política Carolina Bonomi⁹³, que observa a categoria como um “modus operandi” de uma disputa biopolítica que hierarquiza e generifica as outras experiências, e ainda legitima a separação entre mulheres boas e más, e que se efetiva na vida das mulheres que trabalham com sexo na forma em que elas são empurradas para marginalidade de seus direitos que as deixam mais suscetíveis a diversas violências físicas e simbólicas, não só nas ruas, mas dentro de suas casas, na vizinhança e diversas outras possibilidades.

Os movimentos sociais de *Prostitutas, Profissionais do Sexo e Trabalhadoras sexuais*.

Atualmente, no Brasil, existem três grandes grupos de organização política de trabalhadoras sexuais: A Rede Brasileira de *Prostitutas* - RBP, a Central Única de *Trabalhadoras e trabalhadores sexuais* – CUTS e a Articulação Nacional de *Profissionais do Sexo* - ANPROSEX. A cientista política Carolina Bonomi⁹⁴ mostrou em sua dissertação de mestrado, que até o ano de 2019 eram 27 associações da categoria pelo país, algumas com registros ativos e portas abertas, e outras com seus registros inativos.

Os nomes das redes chamaram a atenção (e os destaques em itálico são meus), inicialmente no que se refere à terminologia adotada por cada grupo para se referir às

⁹² Entrevista com Baiana, trabalhadora sexual, fez parte da associação As Amazonas, em 09 de setembro de, em sua residência.

⁹³ GUERRA, Carolina Bonomi de Menezes. “*Mulher da vida, é preciso falar*”: um estudo do movimento organizado de trabalhadoras sexuais. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Unicamp, Campinas, São Paulo: 2019, p. 22.

⁹⁴ Idem, p. 20.

trabalhadoras do sexo. E noto que mesmo sob tantas discordâncias sobre os nomes atribuídos, as mudanças foram acontecendo de forma gradativa, com fortes debates e conflitos.



Imagem 2: 1º Encontro Nacional de Prostitutas com o tema “Mulher da vida, é preciso falar”, realizado no Rio de Janeiro de 20 a 23 de julho de 1987. Fonte: As Amazonas e Acervo pessoal.

A imagem acima evidencia, como valor compartilhado por muitos movimentos sociais de luta no Brasil e no mundo, a alegria advinda da capacidade de organização e de participação. Trata-se de foto que explicita a centralidade atribuída ao lugar da “mesa”, espaço de reunião, debate, amadurecimento de ideias, consolidação de importantes documentos de classe, deliberação e luta.

Essa fotografia é registro do reconhecimento daquele grupo de mulheres quanto à importância de se formalizarem espaços institucionais de resistência, sobretudo para trabalhadoras que têm cotidianamente os seus espaços de trabalho ameaçados pela violência e perseguição social e policial. Nessa imagem, evidenciam que, para resistir a tudo isso, fazem política.

Resistência certamente é um conceito de importância para estudar as experiências de mulheres trabalhadoras do sexo. Marilena Chauí⁹⁵ ao analisar alguns elementos da Cultura Popular como resistência, percebeu que esta pode ser difusa e complexa, e

⁹⁵ CHAUI, Marilena. *Conformismo e Resistência*. Aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 62- 66.

também pode ser situada em atos coletivos, é necessário enfatizar que a autora se refere a práticas transformadas em atos de resistências.

Ao analisar o processo de educação primária no Estado do Rio Grande do Norte, Chauí exemplifica que os aspectos dessa resistência popular podem ser identificados pelas seguintes motivações: a criação de métodos próprios de intervenção escolar, o não apoio ao Estado mesmo que não haja crítica e oposição ao mesmo, e a adaptação das políticas de inclusão aliada aos interesses da população periférica.

Este ponto do estudo de Marilena Chauí nos orienta para os âmbitos de resistência enfrentados pelas trabalhadoras do sexo no Brasil e em Manaus. Essas trabalhadoras resistem aos nomes pejorativos atribuídos a elas – prostituta ou puta -, e ainda buscam reinventar os termos depreciativos, e assim elaborar novas terminologias. Também criam os seus métodos próprios de assistência em saúde, como os encaminhamentos médicos realizados nas Associações, resistindo assim às triagens médicas constrangedoras. As trabalhadoras do sexo não recusaram as políticas públicas para mulheres, mas, buscaram recriá-las aliadas aos seus interesses.

Observa-se evidentemente a organização de prostitutas no Brasil como uma resistência ao silenciamento histórico. Segundo Marilena Chauí: *“estabelecer laços de convivência e de solidariedade, recriar uma identidade que não depende daquela produzida pela sociedade mais ampla”*.

A Rede Brasileira de Prostitutas foi fundada em julho de 1987⁹⁶ durante a realização do primeiro encontro nacional de trabalhadoras sexuais na cidade do Rio de Janeiro, onde morava Gabriela Leite (no centro da imagem acima) uma das principais articuladoras do movimento na época, que buscava entre outras coisas tirar essas trabalhadoras do silêncio, como foi intitulado o primeiro encontro “mulher da vida, é preciso falar”.

Vale lembrar que o Brasil na década de 1970 em diante atravessou um período importante no que tange às mobilizações populares⁹⁷, sobretudo os movimentos feministas ou demais movimentos de mulheres. Maria da Glória Gohn⁹⁸ mostra que

⁹⁶ Vale lembrar que a RBP foi criada no final da década de 1980, período em que o país atravessara um momento de lutas sociais de vários seguimentos. Sobre as várias lutas sociais no período citado, ver em: MATOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

⁹⁷ A autora Maria da Glória Gohn mostra a diversidade de mobilizações populares que vão desde os movimentos de moradia, transporte coletivo, movimento popular de saúde, profissionais da saúde. É um momento em que as lutas pela redemocratização do país se alinham as demais questões como melhoria das condições de vida. Em: GOHAN, Maria da Glória. *Os movimentos e as lutas do período de 1964-2004 em São Paulo*. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, setembro de 2004.

⁹⁸ GOHN, Maria da Glória. *Os movimentos e as lutas do período de 1964-2004 em São Paulo*. VIII

nessa década houve uma onda de movimentos de mulheres, e que no Estado de São Paulo alguns grupos se reuniam regularmente em sindicatos diversos, foram fundados jornais, associações e lideranças feministas. Sem dúvida representam momentos importantíssimos para os movimentos sociais no país, principalmente no que se refere as mobilizações de mulheres.⁹⁹

Nesse contexto de fervor para as mobilizações sociais pelo Brasil¹⁰⁰, vale destacar que no Amazonas, especificamente na cidade de Manaus o cenário das lutas sociais enfrentados também deve ser lembrado nas mais variadas categorias, como as organizações de professores¹⁰¹ que a partir da década de 1980 travaram fortes paralizações e greves em Manaus.

Porém, antes disso é necessário localizar a cidade de Manaus nesse final na década de 1980, momento de efervescência política e sindical, bem como da organização de grupos marginalizados. Segundo James Batista¹⁰², Manaus foi terreno fértil para as mais variadas mobilizações sociais, que iam das questões étnicas, de gênero, de raça, de nacionalidade, de classe, e etc., que além das reivindicações salariais traziam consigo a necessidade de valorização de direitos básicos e dignidade.

Vale lembrar que os vestígios de organização associativa de trabalhadoras do sexo em Manaus foram encontrados a partir da primeira metade do século XXI. Destaca-se a Associação Gempac, em Belém no Pará como uma das primeiras organizações políticas

Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, setembro de 2004.

⁹⁹ Sem esquecer que esse momento de agitação das mobilizações abriu o leque de possibilidades para uma reorganização política de grupos marginalizados, como por exemplo o Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas, iniciado ainda nas décadas de 1960 – ainda com forte interferências da Igreja Católica -, mas que alcançou sua efervescência e autonomia nos anos 1980 em diante. Para mais, ver em: COSTA, Joaze Bernardino. *Sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil: Teorias da descolonização e saberes subalternos*. Universidade de Brasília – UnB. Tese de Doutorado em Sociologia. Brasília, 2007, 287fls.

¹⁰⁰ O historiador Lincoln Secco também destaca a importância do Partido dos Trabalhadores nesse contexto de mobilizações sociais no país nesse período, realizando trabalhos de base com os trabalhadores, grandes greves no ABC paulista marcaram este período em São Paulo. Secco enfatiza a importância do partido nas articulações de movimentos populares como o Movimento dos Direitos dos Favelados, o movimento de usuários de transporte público, a Igreja Católica também era participativa, os trabalhadores rurais, as domésticas, e etc, evidenciando assim a pluralidade dos movimentos englobados dentro do partido, não podendo assim cristalizar ou resumir a mobilização social do partido ao que ele representa hoje. Ver mais em: SECCO, Lincoln. *História do PT*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

¹⁰¹ BATISTA, James da Costa. *Da Lousa à Luta: Organização, mobilização e luta dos professores amazonenses na década de 1980*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós graduação em História Social. Universidade Federal do Amazonas. 2018. 185 f.; REIS FILHO, Milton Melo dos. *A saga dos operários em Manaus – 1980*. Manaus: EDUA, 2013.

¹⁰² BATISTA, James da Costa. *Da Lousa à Luta: Organização, mobilização e luta dos professores amazonenses na década de 1980*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós graduação em História Social. Universidade Federal do Amazonas. 2018. 185 f, pp. 19-27.

de prostitutas no Norte do país (fundada em 1990), esta instituição foi uma das grandes responsáveis na criação do projeto que resultou na fundação da Associação de prostitutas no Amazonas. Esta possivelmente pode ser uma das razões que levaram a uma mobilização de trabalhadoras do sexo de Manaus mais tardia e acabara por não acompanhar esse fluxo de mobilizações populares, culminando assim na fundação da Associação de Manaus apenas em 2008.

Em documento informativo da Rede localizado no acervo da associação local, consta um pouco da “história da fundação”, as ações já realizadas e suas articulações:

A rede de prostitutas surgiu no ano de 1987, no primeiro encontro nacional de **prostitutas** do Brasil. Começamos a nos organizar para lutar contra a *violência policial* e *defender nossos direitos* como **profissionais do sexo**. A rede está formada por grupos e associações de prostitutas e entidades colaboradoras do país inteiro, comprometidas com a promoção e a defesa da cidadania e dos direitos humanos.¹⁰³

Nota-se que as primeiras demandas sociais para a organização da rede foram as questões da luta contra a violência policial e pela defesa de seus direitos enquanto uma classe de pessoas trabalhadoras. Para isso se utilizam-se do termo *profissional do sexo* com o claro objetivo de denotar uma atividade trabalhista. Mesmo tendo como proposta o enfrentamento dos nomes pejorativos como *prostituta* ou *puta*, a Rede também se utilizava desse nome mais “sério”, possivelmente isso se dê pelos estigmas atribuídos e a necessidade de se construir novos valores para um movimento social, e isto parte de negociações e renegociações constantes. E talvez as próprias lideranças mais antigas do movimento percebam a urgência nessa busca por novos valores para o trabalho sexual.

Apesar do documento informativo não estar datado, nele constam apenas cinco instituições agregadas na Rede Brasileira, sem constar ainda As Amazonas, que foi fundada mais tarde no ano de 2008, por iniciativa da própria Rede. Até então, faziam parte da Rede brasileira as seguintes instituições: Da vida – Prostituição, Direitos Civis, Saúde (Rio de Janeiro); NEP – Núcleo de Estudos da prostituição (Porto Alegre/RS); GEMPAC – Grupo de mulheres prostitutas da área central de Belém do Pará; APROSBA – Associação de prostitutas da Bahia e APPS – Associação Pernambucana de Profissionais do sexo.

¹⁰³ Panfleto informativo da Rede Brasileira de Prostitutas. Disponível em Acervo As Amazonas, Associação de Profissionais do sexo do Estado do Amazonas. Destaque em negrito da autora.

O documento também menciona algumas das ações realizadas pela Rede, entre elas a inclusão da categoria de “profissionais do sexo” no registro da Classificação Brasileira de ocupações – CBO, do Ministério do Trabalho e Emprego. A inclusão aconteceu no ano de 2002, o que aprofundarei mais adiante, nos próximos capítulos. Entre outras ações foram citadas, destaca-se as seguintes:

- Apresentação ao Congresso Nacional de projeto de lei que formaliza as relações do trabalho da prostituição;
- Luta para a criação de um marco jurídico e do reconhecimento do trabalho sexual como atividade profissional, já que sua prática é legal no Brasil, não está regulamentada;
- Campanha nacional “Sem vergonha, mulher você tem profissão”, executada pelo programa nacional de HIV/AIDS e composta de: documentos com recomendações, cartilha para as prostitutas, adesivos e anúncios para a veiculação em rádios;
- Desenvolvimento de estratégias de promoção da cidadania e projetos contra a discriminação;
- Ações de prevenção de HIV/AIDS, distribuição de folhetos e preservativos;
- Trabalhamos para conseguir destaque, autonomia e auto-estima. Somos totalmente contra a abolição da prostituição, vitimização e o gueto¹⁰⁴.

Percebe-se a valorização que o movimento atribui para a apresentação de um projeto de lei no Congresso Nacional, de autoria de membros da Rede e do deputado Fernando Gabeira. O feito representou um marco para o movimento de trabalhadoras sexuais do país. Nesta pesquisa, abordaremos em tópico próprio os projetos de leis que afetam diretamente essas trabalhadoras.

Para a antropóloga brasileira Leina Rodrigues¹⁰⁵, a história dos movimentos sociais organizados por trabalhadoras sexuais revela uma busca constante pelas questões de identidades que são reivindicadas para elas mesmas, mas também perante a sociedade, com o objetivo de transformar a velha visão que torna a mulher trabalhadora uma vítima ou a torna uma vilã. É uma luta que também reivindica seus lugares de protagonistas de suas próprias vidas. E complementa que a partir do momento em que se percebe a

¹⁰⁴ Panfleto informativo da Rede Brasileira de Prostitutas. Disponível em Acervo As Amazonas, Associação de Profissionais do sexo do Estado do Amazonas.

¹⁰⁵ RODRIGUES, Leina Peres. *Não quero que gostem de mim, mas exigo que me respeitem: a prostituta cidadã, os significados e as ambiguidades na relação com o ministério da saúde*. Universidade Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, 2014, p. 16.

prostituição como um trabalho mais se distancia da velha visão mitificada e fantasmagórica colocadas sobre essas mulheres.

Disputar a memória a partir da definição de datas comemorativas das lutas das trabalhadoras sexuais no mundo e no Brasil também faz parte do projeto de se construir novos valores para o trabalho. Assim, o dia 3 de março ficou conhecido como o Dia Internacional de Luta por Direitos das Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais, dia este que remete ao ano de 2001, quando aproximadamente 25.000 trabalhadoras e trabalhadores sexuais se reuniram na Índia para um evento organizado pela *Durbar Mahila Samanwaya Committee*.

Tratava-se de um grupo que possuía mais de 50.000 membros trabalhadores e trabalhadoras sexuais mobilizados, mesmo sob ataques de grupos proibicionistas tentando impedir a ocupação do lugar por meio de pedidos de revogação da autorização do governo. Com isso, diversas redes de organização política de trabalhadoras do sexo em todo o mundo passaram a comemorar o dia 03 de março como um marco político para a categoria¹⁰⁶.

Também o dia 2 de junho¹⁰⁷ é lembrado pela categoria nacional e internacionalmente como o dia Internacional das Trabalhadoras Sexuais, memória que remete à manifestação ocorrida em Lyon na França em meados da década de 1970, onde trabalhadoras se manifestaram contra a violência policial e foram reprimidas em frente a uma igreja, acontecimento que marcaria mundialmente as organizações da categoria de profissionais do sexo.

A luta é constante, como alerta Maria do Rosário da Cunha Peixoto em “O trem da história”¹⁰⁸. Peixoto mostra em seu trabalho que as lutas dos movimentos sociais consistem em lutas contínuas, sem “finais felizes” ou “paraísos”, e em qualquer momento as conquistas podem ser subtraídas, enfatizando o caráter contínuo dessas lutas sociais.

A Rede enfrentou a missão de promover a articulação política dos movimentos sociais de trabalhadoras do sexo e o fortalecimento de uma identidade profissional da categoria, aspirando ao exercício da cidadania plena, o refreamento dos estigmas e da

¹⁰⁶ NSWP: Global Network of sex work Projects. Promoting health and human rights. (Rede global de projetos de trabalho sexual. Promovendo saúde e direitos humanos). Em: <https://www.nswp.org/event/international-sex-worker-rights-day>. Acesso em: 14/02/2020.

¹⁰⁷ MATHIEU, Lilian. *Na unlikely mobilization: the occupation of Saint-Nizier church by the prostitutes of Lyon*. In: *Revue française de sociologie*. 2001, 42, Supplément. Na anual english selection, pp. 107-131.

¹⁰⁸ PEIXOTO, Maria do Rosário da C. *O trem da história. A aliança PCB/CSCB/O PAIZ*. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1994.

discriminação. Apesar de não possuir registro jurídico e não possuir cargos foi um movimento criado para ser um espaço de trocas de experiências, de realização de eventos, encontros nacionais e debates entre as demais associações ou organizações de trabalhadoras sexuais, devendo auxiliar na formação e na capacitação de associações pelo Brasil¹⁰⁹.

Segundo Lourdes Barreto¹¹⁰ o movimento social de trabalhadoras do sexo surgiu antes do contexto da epidemia de HIV/AIDS¹¹¹ no Brasil – contrariando algumas afirmações de outros estudiosos – tornando a questão da prevenção de ISTs/AIDS numa das grandes pautas dos movimentos, estabelecendo assim uma importante relação de parceria com o Ministério da saúde. Como resultado dessa parceria foram realizados alguns projetos nacionais de prevenção do HIV/AIDS financiados pela Coordenação Nacional de ISTs/AIDS¹¹² (na época chamada de DSTs) do Ministério da saúde e executados pela Rede Brasileira de Prostitutas.

As campanhas e projetos sociais voltados para a prevenção também são feitos valorizados pela categoria. A Rede deveria auxiliar as Associações locais para a execução desses projetos em suas regiões, alguns desses projetos: Projeto Previna (1989), Esquina da noite (2002) e o projeto Sem vergonha (2006). O “Sem vergonha, garota. Você tem profissão” foi uma campanha nacional, executada pelo Programa Nacional de IST/AIDS em parceria com a RBP¹¹³.

Em 1989, a Rede em parceria com o governo realizou o 2º Encontro Nacional na cidade do Rio de Janeiro focando nas temáticas do trabalho sexual e da prevenção de ISTs/AIDS e contou com várias trabalhadoras sexuais ligadas à Rede e outros colaboradores de várias instituições. Neste segundo encontro foi debatida a execução do

¹⁰⁹ RODRIGUES, Leina Peres. *Não quero que gostem de mim, mas exigo que me respeitem: a prostituta cidadã, os significados e as ambiguidades na relação com o ministério da saúde*. Universidade Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, 2014, pp. 46-47.

¹¹⁰ Diário do 4º Encontro Nacional da Rede Brasileira de Prostitutas. “O movimento de prostitutas veio muito antes da AIDS e tem sido fundamental no combate à exploração sexual de menores”. 2º dia: 3 de dezembro de 2008, Rio de Janeiro. Disponível: Acervo As Amazonas.

¹¹¹ Human Immunodeficiency Virus/ Acquired Immuno Deficiency Syndrome: Vírus de Imunodeficiência Humana / Síndrome de Imunodeficiência Adquirida.

¹¹² Doenças sexualmente transmissíveis – DSTs agora são denominadas de Infecções sexualmente transmissíveis – ISTs.

¹¹³ RODRIGUES, Leina Peres. *Não quero que gostem de mim, mas exigo que me respeitem: a prostituta cidadã, os significados e as ambiguidades na relação com o ministério da saúde*. Universidade Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, 2014, pp. 48.

projeto “Previna” e outras questões foram debatidas como direitos humanos, estigma, discriminação, regulamentação, entre outros temas cotidianos do trabalho sexual¹¹⁴.

Convida-se para reflexão sobre a importância desses encontros nacionais, estaduais e regionais, pois nesses encontros são reunidas várias experiências de mulheres trabalhadoras das mais variadas regiões do país, momentos que oportunizam articulações sobre projetos sociais, políticas públicas e demais debates que são construtivos para os movimentos sociais.

Uma grande evidência disso é que a própria Rede brasileira foi articulada durante um encontro nacional e dentre tantas outros projetos que foram debatidos e aprovados durante esses eventos, daí se percebe a importância que é estar em grupo, junto das suas companheiras de luta, que juntas se propõe a refletir sobre melhores condições de trabalho.

Ainda sobre os encontros nacionais e sua importância, em dezembro de 2008 foi realizado o 4º encontro¹¹⁵ nacional da Rede Brasileira de Prostitutas, nas dependências do *Rio's Presidente Hotel* e promovido pela Ong Davida no Rio de Janeiro, coordenada por Gabriela Leite.

O evento contou com a presença de 50 trabalhadoras sexuais de 17 estados, contando também com a presença de demais apoiadores. Entre os temas abordados estavam: os impactos das leis e da ordenação pública no trabalho sexual; as possíveis parceiras governamentais e privadas nas áreas de saúde e cultura; as questões dos estigmas; a violação dos direitos humanos e a regulamentação da profissão.

De cores chamativas os folhetos abaixo buscam chamar a atenção para as afirmativas da campanha de 2006 “Sem vergonha garota, você tem profissão”, feito em cinco versões diferentes, chama-se a atenção para o apelo impresso em cada um, no qual pede que as trabalhadoras deixem a vergonha de lado e passem a se juntar na luta pelos seus direitos, pela importância de usar preservativos, de denunciar os casos de violência (seja no trabalho ou em casa), e principalmente na luta para se buscar o respeito e a valorização de seus trabalhos, “sem vergonha de ser prostituta”.

¹¹⁴ Idem, pp. 49-50.

¹¹⁵ Diário do 4º encontro nacional de prostitutas de Rede Brasileira de Prostitutas. 2, 3 e 4 de dezembro de 2008, Rio de Janeiro. Disponível: Acervo As Amazonas.



Imagem 3: Folhetos da campanha do projeto “sem vergonha garota, você tem profissão”, da Rede Brasileira de Prostitutas. Fonte: Acervo As Amazonas: Associação de profissionais do sexo do Estado do Amazonas.

Como pode ser notado nos folhetos da campanha, o projeto “Sem vergonha” surgiu como mais uma forma de apelo e enfrentamento aos estigmas, buscando cultivar nessas trabalhadoras a legitimidade em suas lutas.

Nos encontros locais que participamos era possível perceber algumas das trabalhadoras fechadas e com muita vergonha de falar das suas experiências na atividade. Percebe-se a vergonha em vários âmbitos, mas é inegável que é fruto dos estigmas, forte razão pela qual faz algumas dessas mulheres se esconderem, se calarem e acreditarem que por serem “prostitutas” não tenham direitos.

Os folhetos foram distribuídos pelas Associações do país e também foram entregues nas zonas para trabalhadoras e clientes. Vale destacar que as logomarcas abaixo em letras minúsculas que correspondem ao apoio e financiamento da campanha realizados pela Coordenação DST-AIDS, Secretaria de Vigilância em Saúde, Ministério da Saúde e Governo Federal, sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

É inegável que esse governo esteve aberto a discutir com os movimentos de trabalhadoras sexuais. A manutenção de secretarias e investimento em campanhas destinadas as questões das infecções sexualmente transmissíveis- IST, órgãos responsáveis diretamente pelas questões da saúde das mulheres, são evidências de que as minorias eram levadas em consideração, eram ouvidas. Foi um período do surgimento de diversas Associações de trabalhadoras sexuais pelo país, uma delas foi a de Manaus.

Percebe-se essa abertura através da realização de conferências nacionais temáticas que contavam com a participação de setores organizados como mulheres, negros, indígenas, habitação e entre outros setores, que evidenciam esse diálogo e articulação de possíveis políticas públicas. Em relatório intitulado “Qual o orçamento para a saúde das

mulheres?” realizado do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA, que executa desde 1995 um monitoramento do orçamento público para financiar a participação e controle social dos movimentos feministas e de mulheres.

Afirma-se neste relatório que de 1995 a 1999 a saúde das mulheres já era uma preocupação, mas ainda não se tinha uma quota orçamentária específica, deixando aí grandes lacunas. Entre os anos de 2000 a 2003 foi criado um programa específico visando a saúde das mulheres e para a saúde materno infantil.

A partir disto pode-se observar uma atenção maior para as questões da saúde das mulheres. O que entre 1995 a 1999 os montantes autorizados para essas questões giravam em torno de 0 a 8 milhões de reais, nos anos posteriores variavam de 10 a 20 milhões de reais.

Em 2003, o “Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher” (PAISM) foi incorporado ao Plano Plurianual¹¹⁶ (PPA) mas se manteve até o ano de 2005, sendo posteriormente transformado no programa de “Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações de Agravo”, sendo renomeado como “Promoção da Capacidade Resolutiva e Humanização da Atenção à Saúde” e foi mantido no PPA de 2008 a 2011¹¹⁷.

Com isto, fica perceptível que existiu uma preocupação com a saúde das mulheres, e para isto foi investido mais. A saúde da mulher trabalhadora sexual também é inclusa nisto através das articulações feitas através das Associações locais e Redes nacionais da categoria na execução de políticas que aproximem mais os atendimentos médicos dessas trabalhadoras, com o fim de evitar constrangimentos ocasionados pelos estigmas.

Vale ressaltar que é evidente o crescimento dos movimentos de trabalhadoras sexuais pelo país nos governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rouseff. Menciono no presente trabalho que se percebe as lutas das trabalhadoras sexuais como múltiplas, na qual se reivindica a identidade de trabalhadoras, que está ligado ao direito ao trabalho, aos seus corpos e aos espaços. Direitos que historicamente vinham sido negados, e que entre os anos de 2002 a 2016 foram possibilitados por intermédio de luta e articulação, e

¹¹⁶ Planejamento de médio prazo definidor das diretrizes, estratégias e metas do governo por um período de 4 anos. Em: OLIVEIRA, Guacira César; BRITO, Priscilla Caroline. *Qual o orçamento para a saúde das mulheres?* Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA, 2012.

¹¹⁷ OLIVEIRA, Guacira César; BRITO, Priscilla Caroline. *Qual o orçamento para a saúde das mulheres?* Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA, 2012, pp. 5-8.

que hoje (sobretudo nos anos 2019-2022) estão sob ameaça (como será destacado mais a frente).

As conferências e outros eventos nacionais permitiam os debates entre os poderes públicos e os setores mais marginalizados da sociedade, considera-se uma evidência concreta de articulação de políticas públicas que envolvessem essa parte da sociedade por tempos confinadas nos espaços das zonas ou das ruas.

A política do governo federal a partir de 2002 abriu espaço para a participação dessas pessoas através das Associações e/ou demais organizações políticas das minorias. Promovendo assim o bem das pessoas sem discriminação, como foi proposto pela Constituição Federal de 1988, no Artigo 3º que trata dos objetivos fundamentais da República Federativa: “*IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação*”¹¹⁸.”

Vale ressaltar que as construções de políticas públicas são conquistas dos movimentos sociais, contudo percebe-se como é importante ter uma política governamental aberta para diálogo com as minorias, isso permite resultados valiosos para uma parte da sociedade que precisa de atenção pública e um governo que fecha os olhos para esses setores contribui para o fortalecimento dos estigmas e empurra cada vez mais essas pessoas para a margem da sociedade.

Retornando aos boletins¹¹⁹ do 4º Encontro Nacional possibilitam refletir sobre temas, encaminhamentos e demandas articuladas pela categoria, e nas experiências acima é possível perceber as iniciativas para a realização dos encontros oriundas dos eixos centrais como o caso da ONG Davida no Rio de Janeiro, que praticamente se considerava o país como um todo, deixando assim os outros eixos como norte e nordeste fora de certas demandas, pontos esses que será abordado mais a frente com a criação da CUTS.

O evento foi iniciado com a mesa de abertura que contou com a presença do presidente da OAB RJ, do chefe da unidade de prevenção do Programa Nacional de DST/AIDS, do representante do fundo de população das Nações Unidas e também com as presenças das fundadoras do movimento de prostitutas do Brasil, Gabriela Leite e

¹¹⁸ Constituição da República Federativa do Brasil. Vade Mecum Penal: Penal, Processo Penal e Constituição Federal/obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Livia Céspedes e Fabiana Dias da Rocha. São Paulo: Saraiva, 2017.

¹¹⁹ Os boletins foram feitos nos moldes de uns jornais informativos sobre o andamento do evento, os debates, as mesas e os depoimentos coletados durante o encontro. Flávio Lenz, marido de Gabriela Leite foi o jornalista responsável pela edição e redação do informativo; Silvio de Oliveira na diagramação e no projeto gráfico, e Wagner Zig na fotografia.

Lourdes Barreto. O deputado Fernando Gabeira enviou uma mensagem gravada ao evento pois estava fora da cidade. Neste primeiro dia ainda houve uma conferência com a historiadora Beatriz Kushnir.

Boas-vindas para todas vocês, amigas e colegas, companheiras de profissão. Nesta semana em que estaremos juntas, a certeza é que vocês curtirão muito o Rio de Janeiro. Foi aqui, na cidade maravilhosa, que 21 anos atrás *iniciamos o sonho de mostrar nossa cara e falar saindo do escuro para a claridade da busca pela cidadania*. Caminhamos e avançamos e vamos continuar a caminhar porque *ainda temos muito o que fazer para que a sociedade em geral não nos veja com tanto preconceito, e para nós mesmas possamos nos encarar e ter orgulho da profissão que escolhemos*. Estigma, violação de direitos humanos, condições indignas de trabalho, fortalecimento do movimento serão questões que discutiremos nesses três dias.¹²⁰

Eis o recado de Gabriela Leite no boletim, dando boas vindas e relembrando que a 21 anos (hoje 33 anos atrás) atrás o movimento era iniciado no Rio de Janeiro, articulação nascida do desejo de sair da escuridão do silêncio, enfatizando a necessidade não apenas da sociedade olhar de uma outra forma para as trabalhadoras sexuais, mas principalmente as próprias trabalhadoras possam um dia ter orgulho de suas profissões. Isto só evidencia o quanto o estigma é um ponto central para os movimentos de trabalhadoras sexuais.

É importante enfatizar que o 4º Encontro contou com uma representante do Amazonas, Ana. Este encontro, como já foi mencionado, foi realizado em 2008, mesmo ano em que foi fundada a Associação de trabalhadoras do sexo de Manaus. Fundada por iniciativa da própria Rede Brasileira de Prostitutas junto do Gempac do Pará, a instituição foi batizada de As Amazonas, fazendo referência ao mito das mulheres guerreiras amazônicas.

Mana, eu... o primeiro encontro que eu fui nacional foi da Rede Brasileira de prostitutas, foi o quarto encontro da Rede e eu entrei calada e saí calada, por que eu não tinha ação pra nada... só escutei ... lá eu vi o quanto existe possibilidade de dar uma alavancada no movimento, lá eu vi, entendeu? Não é uma coisinha pequenininha não, é muita coisa, é o Brasil inteiro, lá que eu fui saber da Rede Brasileira de prostitutas, lá que eu fui saber de Estados que tem instituição e quanto as mulheres brigam, batalham pra conquistar os espaços delas, eu não falei nada, mas eu trouxe uma experiência boa...aprendi... [...] se tiver um projeto nacional eles tão pedindo um currículo de experiência

¹²⁰ Diário do 4º encontro nacional de prostitutas. *Coluna da Gabi*. 2 de dezembro de 2008, Rio de Janeiro. Disponível: Acervo As Amazonas.

que a pessoa tem de dentro do movimento e eu acho que lá no meio daqueles papel eu não sei se tem, não sei se eu separei e tem um currículo meu que tá com dois, com duas folhas. [...] Então o primeiro encontro foi no Rio de Janeiro, eu entrei calada e saí calada, mas eu peguei uma experiência¹²¹.

Ana contou um pouco de sua primeira experiência em um evento nacional, na qual é possível perceber os espaços dos encontros nacionais como momentos de articulação política, de aprendizados e possibilidades. Ana conta que foi em seu primeiro encontro que percebeu que era possível alavancar o movimento, conheceu outras mulheres interessadas em lutar pelos seus direitos e espaços.

A programação do evento foi articulada na forma de conferências e sessões de debates, como a primeira conferência sobre estigmas, a primeira sessão foi intitulada “como o estigma afeta a organização do movimento de prostitutas, na gestão, na política e no financiamento”, seguida da sessão 2 “profissão prostituta: visões dos três poderes – Judiciário, Legislativo e Executivo”, a terceira sessão foi nomeada “parcerias nacionais e internacionais: sucessos, fracassos e perspectivas”, a quarta sessão foi sobre “Direitos humanos: teoria, prática e ética”, para de fato encerrar o último dia de encontro com a plenária para aprovação da “carta de princípios da Rede Brasileira de prostitutas”¹²², carta esta que permite compreender mais claramente os objetivos, as pautas e bandeiras da Rede Brasileira de Prostitutas.

A carta foi criada em 2008 no IV encontro nacional, com o intuito de se posicionar politicamente sobre assuntos importantes que tangem o trabalho sexual, desde o reconhecimento da prática como uma profissão, no posicionamento sobre tráfico de seres humanos, exploração sexual de menores de idade, sobre o que a Rede luta contra e sobre as pautas que defende, e quem pode e não pode se inserir na rede. Segundo a *Carta de princípios da Rede Brasileira de Prostitutas*:

A rede considera:

A prostituição uma profissão, desde que exercida por maiores de 18 anos.

A rede é contra:

Em consonância com a legislação brasileira, a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.

A rede repudia:

A vitimização das prostitutas,

¹²¹ Entrevista com Ana, em 22 de dezembro de 2019 em sua residência.

¹²² Programação do 4º Encontro Nacional da Rede Brasileira de prostitutas. 2 a 5 de dezembro de 2008 no Rio de Janeiro. Disponível: Acervo As Amazonas.

O controle sanitário de prostitutas,
O combate à criação e a existência de zonas delimitadas e confinadas,
E combate a criminalização dos clientes,
O oferecimento de exames e outros procedimentos médicos nos locais em que se exerce a prostituição, a não ser em casos que envolvam a população em geral,
Que se associe prostitutas com a criminalidade,
Repudia o tráfico de seres humanos.

A rede defende:

A regulamentação do trabalho da prostituta,
E promove a auto-organização das prostitutas,
E promove o acesso aos insumos de prevenção de DTS/AIDS,
O acesso aos serviços de saúde integral,
O direito de migração para o trabalho legal,
Que o trabalho sexual é um direito sexual,
Que as prostitutas se assumam como prostitutas/putas em todos os espaços.

A rede combate:

A discriminação, o preconceito e o estigma dirigido às prostitutas.

A rede atua:

Em parcerias nos cenários nacionais, regionais e internacionais com outras redes de prostitutas e aliados.

A rede vê:

O turismo sexual como uma forma de trabalho para maiores de 18 anos.

A rede entende:

Que a prostituta não vende seu corpo. Ela presta serviços sexuais.

A rede recomenda:

Aos seus integrantes a realização de encontros municipais, estaduais e nacionais.

Crítérios

Quem pode entrar na rede:

Associações, núcleos e grupos de prostitutas, e prostitutas que respeitem os princípios desta Carta.

A rede pode convidar pessoas que contribuam e respeitem esta Carta. Para entrar na rede e na lista eletrônica é necessário ser indicado por grupo já integrante.

Quem não pode entrar na rede:

Entidades ou empresas dirigidas ou controladas por cafetinas, cafetões e/ou outros exploradores da prostituição.

Associações, grupos e individuais que não respeitem os princípios desta Carta.¹²³

A carta de princípios evidencia perspectivas da organização da rede na construção de suas lutas, partindo do reconhecimento da prostituição como um trabalho desde que seja exercido por uma pessoa maior de 18 anos capaz de optar pela atividade, ou seja, se é exercido por menores de idade não é trabalho, se é forçado, também não é trabalho. Deixando evidente, assim, que o trabalho sexual remunerado é uma atividade. Já a

¹²³ Jornal Beijo da Rua. Dezembro de 2017. *Carta de princípios da Rede brasileira de prostitutas*. Edição de 30 anos de movimento social de trabalhadoras do sexo.

exploração da sexualidade de crianças, jovens e até adultos consiste uma outra atividade, tipificada criminalmente pelo Código Penal Brasileiro como lenocínio ou tráfico de pessoas, atividade recorrente em todo o território nacional.

Destaca-se a importância da carta de princípios pois é a mesma que funda os princípios dos movimentos sociais, não só a Rede Brasileira, mas as Associações locais espalhadas pelo país e os demais grupos de organização política de trabalhadoras sexuais que nasceram posteriormente.

A Rede se posiciona contra a exploração de crianças e jovens, faz questão de esclarecer esse ponto e se posicionar também contra a vitimização da trabalhadora sexual, bem como do controle sanitário impostos às trabalhadoras do sexo desde o início do século XX, assim como as estratégias de mudança geográfica das zonas para regiões mais afastadas.

Seguindo essa proposta de construção de novos valores para o trabalho sexual, o movimento vê como necessário lutar contra as associações ocorrentes entre o trabalho sexual e criminalidade, paralelos recorrentes na imprensa brasileira, bem como na imprensa amazonense, onde nas pesquisas iniciais feitas em alguns jornais da cidade constatou-se essa associação a criminalidades ou a propagação do HIV/AIDS.

Notícias como: *“Prostitutas contaminadas com a AIDS”*¹²⁴ e *“Falta de segurança nos portos atrai marginais”*¹²⁵ são recorrentes nesse impresso e também nos outros jornais menores de baixo custo, entre 25 ou 50 centavos, a maioria utiliza de adjetivos pejorativos que fortalecem os estigmas marcadores na vida dessas trabalhadoras, atribuindo às infecções sexualmente transmissíveis a elas. Neste segundo exemplo o jornal inclui entre esses "marginais" no porto de Manaus as trabalhadoras do sexo.

Debruça-se nas pesquisas das edições do jornal “A crítica”¹²⁶ na Biblioteca Pública do Estado do Amazonas por uns poucos anos, digitalizando em conjunto com uma amiga também historiadora e dinamizávamos os trabalhos e com isso conseguimos reunir boas

¹²⁴ Jornal A Crítica. Edição de 25 de fevereiro de 1990. Disponível: Acervo da Biblioteca Pública do Estado do Amazonas.

¹²⁵ Jornal A Crítica: Edição de 16 de fevereiro de 1990. Disponível: Acervo da Biblioteca Pública do Estado do Amazonas

¹²⁶ Consideramos que os jornais produzem suas publicações em formas de “produtos” e necessitam de um público pagante para se manter em circulação, dessa forma, observa-se que o jornal “A Crítica” deve atender às expectativas de seu público, pois se mantém em circulação há mais de 70 anos. O jornal tinha o lema “De mãos dadas com o povo”, contudo nessa breve análise nota-se que no conteúdo do jornal, o “povo” – os pobres - estão nas páginas policiais, em confusões, assassinatos, entre outras situações. Enquanto, os políticos, as celebridades e esportistas são glorificados por seus feitos, com isso, elaboro a questão: quem é esse “povo” no qual o jornal se refere estar de mãos dadas?

edições a partir de 1990 até aproximadamente dos anos 1998. Ainda resta boa pesquisa sobre essas edições, sendo analisadas profundamente por mim apenas as edições de 1990 a 1992.

Essa breve pesquisa nesses jornais permitiu-se observar os esforços que o jornal “A crítica” tinha em reforçar a visão estigmatizada dessas mulheres, quase nunca as percebem como trabalhadoras. Quase nunca, pois o jornal possui uma seção chamada “termas e massagens” onde os serviços sexuais são oferecidos de forma profissional, alguns sob agenciamento e alguns mais autônomos, dependendo do período que se analisa esses anúncios.

Essas representações que o impresso reproduz corroboram diretamente a concepção das pessoas que consomem aquele produto que veste uma “capa” de “informação” e por sua vez reforçam os estigmas sociais que afetam a vida das mulheres que trabalham com o sexo. E é isto que a Rede brasileira de prostitutas repudia e combate, expressa em sua carta de princípios, “*que se associe prostitutas com a criminalidade*” e “*discriminação, o preconceito e o estigma dirigido às prostitutas*”.

Percebe-se que esse conjunto de princípios da Rede Brasileira norteou e ainda norteia as organizações conseguintes à rede, a *Articulação Norte/Nordeste de profissionais do sexo*, articulada mais ou menos no ano de 2014; a *CUTS – Central Única de trabalhadoras e trabalhadores sexuais*, fundada aproximadamente nos anos 2015 e a *Articulação Nacional de Profissionais do sexo*, fundada nos anos 2016.

Ambas organizações políticas de trabalhadoras do sexo que surgiram não necessariamente com o apoio da Rede, mas nasceram de conflitos e também da necessidade de articulação própria das demais regiões, para além do eixo Rio de Janeiro/São Paulo/Minas Gerais. Acreditava-se que a Rede Brasileira favorecia as Associações do Sudeste brasileiro nas pautas e projetos. Independente das datas exatas das fundações das organizações o que se mostra mais notável nisto são as motivações e demandas que levaram o surgimento desses grupos e ainda, a utilização de outros termos para o trabalho, como profissionais do sexo e trabalhadoras do sexo.

[...] eu faço muita confusão com a data se eu não tiver com o documento na mão, mas eu acho que a articulação norte/nordeste ela surgiu em 2014, não sei se tá certo. A CUTS foi fundada em 2015, em dezembro de 2015. E a articulação foi fundada em dezembro de 2016¹²⁷.

¹²⁷ Entrevista com Diana, em 07 de janeiro de 2020, por meio de vídeo chamada com gravação de voz.

As divergências acontecem naturalmente em diversos âmbitos de redes, Associações ou demais instituições com debates e percepções diferentes sobre determinado tema, onde existem percepções distintas umas das outras haverá divergência.

Porém, nesse caso dos movimentos de trabalhadoras do sexo, não foram somente as divergências, mas foi principalmente pelo fato da Rede Brasileira privilegiar cidades como Rio de Janeiro e São Paulo para os projetos, e isto causou incômodos nas outras lideranças, principalmente no Nordeste, o que ocasionou na formação de outros grupos de organização política de trabalhadoras sexuais e/ou profissionais do sexo.

Bem, a articulação ela foi criada pelo fato de que o espaço em que estávamos, em que tínhamos criado justamente pela Rede brasileira de prostitutas que é uma das primeiras redes, a mais antiga na qual quase todas nós viemos dela, então criamos o espaço da CUTS, pelo fato de que a gente não se sentia contemplado dentro da rede, principalmente as pessoas do nordeste, muitas pessoas do norte e do nordeste, do nordeste principalmente, não se sentia contemplado com nada, nada chegava até nós, entendeu, então justamente por conta disso se criou a CUTS, e a CUTS começou a usar da mesma prática que a rede tava usando, e o que a gente queria? A gente queria um espaço político onde não houvesse [...] aristocracia, aquela coisa de uma pessoa mandar ou desmandar em tudo, ou duas/três, uma equipezinha, uma coordenação que fazia, mandava e desmandava que era o que acontecia na rede [...]¹²⁸

Na conversa que se teve com Diana, que nos atendeu carinhosamente, percebe-se que, mesmo ela não concordando com as formas que as lideranças da Rede Brasileira trabalhavam, existe um reconhecimento respeitoso quanto à experiência de luta de Gabriela Leite e Lourdes Barreto. Como as mais antigas nessa luta, muitas coisas foram iniciadas com o pontapé de ambas. De todo modo, ainda era necessário algo mais do que gratidão. Era preciso agir. Se a organização política das trabalhadoras sexuais está se articulando, mais possível se torna a construção de políticas públicas que alcancem a categoria.

No ano de 2014 foi criada a *Articulação Norte/Nordeste de profissionais do sexo*, a partir da lacuna de ações e de apoio deixada pela Rede, militantes do nordeste e do norte do país se uniram com o objetivo de organizar suas demandas e ações políticas.

Só que não foi aquele negócio de “ah, a rede não pôde”, a rede não quis! a rede quis simplesmente privilegiar algumas e deixou as demais.... era tipo assim, se existia digamos que, existisse um evento fora do Brasil... não vou falar nem de evento, vou falar de projeto. Existia um projeto,

¹²⁸ Entrevista com Diana em 07 de janeiro de 2020, por meio de vídeo chamada com gravação de voz.

mas esse projeto ele, ele tinha que ser feito em rede pra 5, que atendesse a 5 instituições afiliadas daquela rede, então...nós sempre pensamos, se tem aquilo ali então vamos decidir, vamos aqui todas as filiadas vamos decidir quem merece ser contemplado e porquê...Ah Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Natal, mas porquê? Por isso, isso e aquilo...então vamos pra votação, né? Aí as pessoas votavam [...] e aquelas que mereciam ser contempladas pelo projeto, então as coisas seriam assim e não aquela coordenação lá chegava e pegava os seus né, “ah não, vai ser contemplado o Rio de Janeiro, Belém né no caso... e por aí vai”, há aquela panelinha e tudo sempre foi aquela panelinha, aí diante disso aí minha filha, não tinha como permanecer num espaço onde a gente não era vista, a gente só era vista digamos assim quando não era do interesse para as demais¹²⁹.

A *Articulação Norte/Nordeste* nasceu como uma articulação regional para organizar as demandas dessas regiões que se sentiam excluídas – Manaus estava entre os excluídos -, e que mais tarde foi ampliada como uma rede nacional chamada de *Articulação Nacional de Profissionais do Sexo* e evidentemente que a iniciativa deixou os ânimos um pouco aflorados entre a rede brasileira e a articulação.

Houve muito confronto com as pessoas da rede brasileira, tinha algumas lideranças do nordeste que ficaram com pé atrás porque achavam que a gente queria bater de frente com a rede [...] entenderam que a gente era outra rede nacional, mas não era isso, a gente era uma rede regional, das regiões norte e nordeste, então depois aí essas outras lideranças vieram, inclusive a própria Lourdes quando ela conseguiu captar, entender direitinho aí ela também fez parte... mas já quando a gente percebeu a necessidade de criar uma rede nacional devido na articulação norte/nordeste ter outras regiões, tinha pessoas de outras regiões que eram deixadas de lado pela rede brasileira de prostitutas e começaram a somar conosco, foi quando a gente disse [...] nós já temos quatro regiões aqui dentro da articulação norte/nordeste, chegou a hora da gente pegar e fundar uma rede nacional¹³⁰.

Esta outra rede de organização política de trabalhadoras sexuais foi batizada de CUTS como uma forma de enfrentamento à CUT – a Central única de trabalhadores – devido ao coletivo de mulheres da CUT¹³¹ que se posicionou em 2013 contra o projeto

¹²⁹ Idem.

¹³⁰ Entrevista com Diana em 07 de janeiro de 2020, por meio de vídeo chamada com gravação de voz.

¹³¹ “Mulheres da CUT são contra...”. Publicado: 03 dezembro, 2013 - 18h17, em: <https://www.cut.org.br/noticias/mulheres-da-cut-sao-contraregulamentacao-da-prostituicao-473a>. Acesso em: 08/04/2020.

de lei 4.211/2012¹³² que tratava de regulamentar o trabalho, arquitetado pela Rede brasileira com o apoio do Deputado Jean Willys (Psol – RJ).

A única coisa que tem assim de diferente... é o nome assim sabe. Porque o nome da CUTS era Articulação Nacional, só que foi quando nós convidamos a Monique pra estar construindo um novo espaço conosco, ela viu a necessidade, e ela sugeriu que o nome fosse CUTS, justamente por conta das mulheres da CUT que era contra a regulamentação da prostituição, eram...são abolicionistas, então era mais uma maneira da gente bater de frente sabe, porque CUT e CUTS né.¹³³

Segundo Diana, a CUTS foi criada anteriormente com o nome de “Articulação Nacional”, que por sua vez foi batizada de CUTS, com o evidente objeto de provocar o movimento que deslegitimou suas lutas. Percebe-se que é possível ser contra o projeto de lei sem deslegitimar o movimento e suas lutas.

O coletivo claramente se posicionou contra o PL e enfatiza que o mesmo irá beneficiar os empresários e não as mulheres, deixa-se claro que para as mulheres da CUT é necessário retirar essas mulheres da prostituição. Com isto evidencia-se um posicionamento abolicionista¹³⁴ e fecha os olhos para as mulheres que acreditam em seus trabalhos e em seus movimentos sociais. Tomam o projeto como se fosse do deputado e não um trabalho em conjunto com a demanda dos movimentos sociais.

A CUTS foi criada no ano de 2015, no sentido de provocar esse posicionamento do coletivo de mulheres da CUT. E trata-se de uma organização em rede - que assim como a RBP – que integra várias associações de prostitutas do país.

Para Monique Prada - na época uma das militantes fomentadoras da criação da CUTS – se a CUT afirma que o trabalho sexual não é trabalho, as trabalhadoras sexuais se posicionam e afirmam que sim, são trabalhadoras. “*Nós somos, sim, trabalhadoras. Somos uma classe imensa de trabalhadoras que segue à margem de qualquer reconhecimento ou direito*”¹³⁵.

¹³² Projeto de Lei batizado de PL Gabriela Leite. Neste trabalho de tese consta um capítulo específico para as análises dos projetos de lei propostos até então.

¹³³ Entrevista com Diana em 07 de janeiro de 2020, por meio de vídeo chamada com gravação de voz.

¹³⁴ Corrente de pensamento feminista que se posiciona contra o trabalho sexual, luta pelo fim da prática que não é vista como trabalho e sim como exploração.

¹³⁵ PRADA, Monique. *Putafeminista*. São Paulo: Veneta (coleção Baderna), 2018, p. 98.

GEMPAC – Grupo de mulheres prostitutas do Estado do Pará

O GEMPAC (Grupo de mulheres prostitutas do Estado do Pará) foi fundado em 01 de maio de 1990, sendo pioneiro no norte do país. Entre os seus fundadores estão Lourdes Barreto, tendo contado ainda com a colaboração de várias lideranças ao longo desses tempos, como May, Leila Barreto, Cinderela, entre outras mulheres.

A Associação faz parte até hoje da Rede Brasileira de Prostitutas, Rede esta que contou com forte colaboração de Lourdes Barreto, então próxima de Gabriela Leite. Essa última influenciaria diretamente na fundação da associação de Manaus. Assim, a compreensão do processo de formação das instituições que antecederam a *As Amazonas* é entender também um pouco dos princípios que nortearam o estabelecimento dos movimentos organizados.

Meu nome é Lourdes Barreto, sou ainda atual coordenadora do grupo de mulheres prostitutas do Estado do Pará, e tem como objetivo organizar as prostitutas em busca de sua cidadania, hoje eu tô com 73 anos, sou mãe de quatro filhos, vó de dez netos, bisavó de dois bisnetos, e venho lutando dentro de uma linha da questão dos direitos humanos das mulheres, combatendo o tráfico de seres humanos, a exploração sexual de crianças e adolescentes, trabalhando na área da saúde preventiva que é a questão da saúde da mulher, a questão do combate a AIDS, a gente tem sido pioneira nessa questão [...] ¹³⁶

Além das questões voltadas para a cidadania e direitos humanos dessas trabalhadoras e de todas as mulheres, uma das bandeiras também levantadas pelos movimentos – isso tem sido observado em algumas das documentações evocadas neste capítulo – é a questão do combate ao tráfico de seres humanos, sobretudo o tráfico de mulheres para o fim de exploração sexual.

Essa prática hedionda é ainda hoje muito generalizada e confundida com o trabalho sexual remunerado, bem como com a exploração de jovens e crianças, pautas estas de extrema importância e que mais tarde vão ser agregadas às pautas do movimento local em Manaus.

O GEMPAC é a instituição de trabalhadoras sexuais precursora no norte do Brasil, tendo suas articulações iniciadas no final da década de 1980 e formalizada em 1990, seguindo também a ideia de enfrentamento dos estigmas ao utilizar dos termos

¹³⁶ Fala de Lourdes Barreto. Em documentário institucional do Gempac, disponibilizado em maio de 2016. Disponível: blogdasesquinas.wordpress.com, *youtube* e consta em acervo pessoal.

“prostituta”, “puta” como propunha a Rede brasileira. De todo modo, também faz uso em seu estatuto social da terminologia que refere para o mundo do trabalho, como “profissional do sexo”.

O GEMPAC formalmente é da década de 90, e o GEMPAC faz parte dessa rede que luta desde seu início mesmo pela questão da... do reconhecimento do trabalho sexual e dessa questão do reconhecimento dessa mulher, valorização dessa mulher, *mas quando a gente fala assim fica parecendo que é algo feito para elas, mas na verdade é algo protagonizado por elas* [...] a prostituta é uma mulher, um ser humano, ela precisa ter essa...essa relação com a sociedade de uma maneira que ela se sinta mais feliz, que se sinta...não tendo que negar o que ela faz, não tendo que negar as coisas que ela acredita.¹³⁷

O fragmento acima trata de depoimento de Leila Barreto, em material audiovisual em parceria entre o GEMPAC e o programa “Direitos Humanos” em 2014, ano que Leila Barreto foi coordenadora da instituição. Nessa oportunidade, a mesma destaca que as lutas dos movimentos das trabalhadoras é algo protagonizado por elas, e não algo feito por outras pessoas para elas, e ainda lembra que a prostituta é uma mulher como outra qualquer e propõe a desmistificar a figura quase “mitológica” dessas trabalhadoras, que as coloca ou sob a figura de vítima ou de vilã.

As evidências que possuímos da Associação GEMPAC estão disponibilizadas na rede, alguns modelos de estatuto social rabiscados que encontrei junto dos estatutos da Associação de Manaus, que inclusive serviu de modelo para o estatuto manauara¹³⁸ e alguns folhetos de encontros regionais e informativos. Fui até Belém em uma oportunidade, e tive uma boa aproximação inicial, troca de contatos.

Contudo, tive dificuldades em me encontrar com Lourdes, dada sua agenda de trabalho ser intensa, com viagens e eventos inúmeros de que participa. Por essas articulações é fundamental problematizar a participação do GEMPAC na institucionalização da Associação de Manaus, *As Amazonas*.

Lourdes Barreto tinha participação assídua nas atividades da Rede, e com a consolidação da rede como movimento social da categoria de trabalhadoras sexuais, foi dado início a um projeto de abertura de Associações pelo país em busca do crescimento

¹³⁷ Entrevista de Leila Barreto no programa Direitos Humanos, exibido em agosto de 2014 pela TV Brasil e publicado na rede em 23 de setembro de 2014. Disponível na rede e acervo pessoal.

¹³⁸ Oriundo da cidade de Manaus.

e do fortalecimento dos movimentos sociais, sendo o Estado do Amazonas cotado para ter a abertura de uma associação.

A Lourdes Barreto, com a Leila Barreto e com a Gabriela, as três fizeram um projeto, Amujanci também tava no meio, fizeram um projeto pra fundar associação em todos os estados, não sei se foi 12 estados...não sei... foi 10, então elas tiveram que viajar pra esses estados pra fundar as associações. Então o Amazonas foi contemplado, isso foi em 2008, no começo de janeiro. 2008 que elas começaram a executar o projeto, aí quando chegou aqui no Amazonas, foi exatamente na data que foi fundada a associação.¹³⁹

Fica evidente que a iniciativa da abertura da Associação na cidade de Manaus partiu de articulações envolvendo outros estados e movimentos sociais, evidenciando capacidade de diálogo e valorização da organização política e capacidade de representatividade ampla.

Tratava-se de um projeto nacional de fortalecimento dos movimentos sociais de trabalhadoras sexuais. Para isso o projeto buscava fomentar o nascimento de mais associações da categoria pelo Brasil. Em 2008 seria então fundada a Associação de Manaus.

A comissão formada por duas mulheres militantes da Rede Brasileira e do GEMPAC – por questões de proximidade geográfica – Lourdes Barreto e Amujanci Brilhante chegaram em terras manauaras com o objetivo definido: fundar a associação de trabalhadoras sexuais, e para isso precisavam encontrar voluntárias para que a Associação se mantivesse aberta após o seu retorno para as suas cidades de origem. Dessas experiências tratamos no capítulo seguinte.

¹³⁹ Entrevista com Ana, em 03 de novembro de 2019, em sua residência.

Capítulo II

As Amazonas: Associação das Prostitutas do Amazonas

Aí quando chegou o dia, veio uma equipe de lá de Belém. Foi a Leila Barreto com a Amujanci (...) Então elas vieram fundar a Associação aqui. Elas foram diretamente no centro pra formar uma diretoria. Aí o que aconteceu?! Ninguém queria. Porque tu sabe, as mulheres são tudo interesseira, né. Se tiver dinheiro elas querem, mas se não tiver ela não quer não. Aí ninguém queria. Aí chegou até mim, aí como eu tenho aquela amizade assim com o movimento de prostitutas eu fui conversar com a Leila e Amujanci. Aí ela veio com a proposta pra mim aceitar como coordenadora da Associação. Eu fiquei com medo. Eu nunca na minha vida eu tinha me metido nesses negócios, né. E eu fiquei com medo. Eu digo, “mas eu na frente de uma Associação? Não!”. Eu sou leiga, né.¹⁴⁰

Analisa-se neste segundo capítulo os processos históricos de constituição das várias lutas enfrentadas pela Associação¹⁴¹ de Trabalhadoras do Sexo da Cidade de Manaus, bem como as disputas pela sua manutenção como instituição social organizada pelo período de onze anos, de 2008 a 2019. Apoiado na problematização de atas, estatutos sociais, fotografias, cartas, fichas de cadastros, relatos orais, este capítulo conta com conjunto diversificado de documentos, sem que uma ou outra fonte tenha sido secundarizada nessas investigações.

O surgimento dos movimentos de mobilização de trabalhadoras sexuais em várias regiões do país, articulou novos significados e representações dessas mulheres na imprensa escrita. A partir da década de 1990 já é possível encontrar notícias no Jornal A Crítica sobre a fundação de Associações de prostitutas pelo Brasil. Na edição de janeiro de 2008, intitulada “Profissionais do sexo são chamadas a se organizar”, lemos que:

Vítimas de discriminação e violência, elas agora estão tentando se organizar para formar a primeira entidade representativa da categoria. Para isso, estarão participando, amanhã (17), do 1º Encontro de Profissionais do Sexo de Manaus, que acontece na sede do Sindicato

¹⁴⁰ Entrevista com Ana, 63 anos, ex-coordenadora da Associação As Amazonas, realizada em 22 de dezembro de 2019, em sua residência.

¹⁴¹ Segundo a socióloga Lígia Helena Hahn, “associações são grupos e organizações mais ou menos estruturadas ou hierarquizadas. Assim, além daquelas com autonomia organizacional, voluntárias e com relações internas mais igualitárias e menos hierárquicas, há também todo um conjunto de associações mais estruturadas, como sindicatos e associações profissionais. Embora também sejam, ou possam ser, associações, os movimentos sociais têm sido conceituados como articulação ou redes estabelecidas por grupos, coletivos e indivíduos que compartilham identidades e lutam por alguma causa.” Em: LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. *Associações, participação e representação: Combinações e tensões*. São Paulo: Revista Lua Nova, 84: 141-174, 2011.

dos Estivadores, situado na Rua Visconde de Mauá, exatamente numa das áreas de prostituição mais antigas de Manaus. O encontro terá como finalidade promover a reflexão sobre os direitos de cidadania das profissionais do sexo, além de criar grupos de representatividade da classe e uma rede regional que reúna tanto profissionais do sexo masculino quanto feminino¹⁴².

Os títulos e subtítulos executam o papel de “manchete”, o principal meio de divulgação da natureza e das pretensões de uma publicação¹⁴³. Nesse caso o subtítulo foi empregado como: “*Encontro de que elas participarão amanhã poderá definir a criação de uma entidade representativa*”. O que fica evidente logo no título é o termo “profissionais do sexo”, no mínimo curioso, pois até o final dos anos 1990 e começo dos anos 2000 o jornal A Crítica se utilizava dos termos “prostituta” ou “garota de programa” em notícias sobre essas trabalhadoras, notícias que em sua maioria eram depreciativas.

Verifica-se que essa nova forma de tratamento com as trabalhadoras, utilizando na notícia termos como “profissionais do sexo” contribui para a construção social de uma identidade trabalhadora para essas mulheres, diferentemente das notícias antes vinculadas, com a associação de valores negativos à profissão e às profissionais, tratando-as como mulheres rebeldes, assassinas, devassas etc. A formação de Associações pela categoria rearticula no período aqui analisado forças no campo social que ajudam a construir nova perspectiva com relação a essas mulheres, o que já se reflete no tratamento dado ao tema naquele momento por aquele jornal.

É importante enfatizar que o jornal A Crítica nesse período era o impresso de maior circulação na cidade de Manaus e demais municípios do Estado do Amazonas, vendido na década de 1990 por 30,00 a 50,00 cruzeiros e posteriormente passa a ser vendido por aproximadamente 2 reais. Apesar dos valores do impresso, o mesmo pode ser percebido como parte integrante da “grande imprensa”.

Basta uma pesquisa a fundo pelas várias edições do jornal para perceber com quem o jornal estava “de mãos dadas”. O povo pobre geralmente aparecia nas páginas

¹⁴² A Crítica, 16 de janeiro de 2008. Caderno Cidades C4. Título: “*Profissionais do sexo são chamadas a se organizar*”. Subtítulo: “*Encontro de que elas participarão amanhã poderá definir a criação de uma entidade representativa.*” Disponível: Acervo Biblioteca Pública do Estado do Amazonas; Acervo digital do jornal A Crítica: <https://www.acritica.com>.

¹⁴³ CRUZ, Heloisa de Faria e PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa*. In: Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. N.0. São Paulo: EDUC, 1981, p. 261.

policiais¹⁴⁴, nas páginas de esporte as mulheres seminuas¹⁴⁵ são exibidas como propaganda do “peladão”¹⁴⁶, se trata de um jornal que anda conforme a onda machista e classista predominante em nossas sociedades.

Como bem lembra Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário Peixoto¹⁴⁷, os jornais não nasceram prontos, sua composição e formação partem de uma criação social e cultural que são negociados e inerentes a cada recorte histórico.

As autoras destacam a compostura histórica assumida pela imprensa desde sua fundação no século XIX: verbos como fomentar, articular/divulgar/disseminar, produzir, repetir e naturalizar, alinhar, formar visão e formar o consumidor, fazem parte do que denominou de campo de ação dos impressos, no qual atesta a força de sua interferência nos diversos âmbitos da vida moderna – social, político e cultural – e evidencia a subjetividade dessas fontes.

Retornando a notícia que o jornal publicou sobre a fundação da Associação As Amazonas, o impresso complementa:

O evento está sendo promovido pela Rede Amizade e Solidariedade de apoio a pessoas que convivem com o HIV, única entidade que atua hoje com o público das profissionais do sexo. “*É sabido que o Amazonas é um dos poucos estados do país que não têm um movimento organizado que reúna as profissionais do sexo e é preciso mudar isso*”, afirma a diretora-presidente da Fundação Alfredo da Matta, Adele Benzaken, que também apóia [sic] a realização do encontro. Na opinião de Adele, vencer o tabu da profissão é o primeiro passo para se construir um movimento de cidadania entre as mulheres que se prostituem¹⁴⁸.

O jornal mostra a Rede Amizade como uma das instituições participantes da fundação da Associação, alguns documentos como projetos sociais da Rede Amizade

¹⁴⁴ Notícias como: A Crítica, 28 de janeiro de 1990. Caderno Policial. Nota: “*Matou o amante para viver na prostituição*”. Acervo Biblioteca Pública do Estado do Amazonas.

¹⁴⁵ Exemplos como: A Crítica, 10 de janeiro de 1990. Caderno Esporte 3. Acervo Biblioteca Pública do Estado do Amazonas. A edição mostra 2 páginas inteiras mostrando as candidatas e poses provocantes e trajes de banho. Assim como também eram anunciados naturalmente o lançamento de filmes de sexo nas páginas sobre cinema.

¹⁴⁶ Um tipo de concurso de beleza de moças durante um campeonato de futebol popular conhecido como “peladão”.

¹⁴⁷ CRUZ, Heloisa de Faria e PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa*. In: Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. N.0. São Paulo: EDUC, 1981, pp. 259-260.

¹⁴⁸ A Crítica, 16 de janeiro de 2008. Caderno Cidades C4. Título: “*Profissionais do sexo são chamadas a se organizar*”. Subtítulo: “*Encontro de que elas participarão amanhã poderá definir a criação de uma entidade representativa*.” Disponível: Acervo Biblioteca Pública do Estado do Amazonas; Acervo digital do jornal A Crítica: <https://www.acritica.com>.

serviram como modelo fornecido para As Amazonas, possibilitando compreender uma possível parceria entre as duas instituições.

Qual o possível interesse de um jornal como o A Crítica noticiar sobre a articulação política de prostitutas? Lembrando que o jornal citado fazia parte da grande imprensa, logo, fomentou por tempos a exclusão de mulheres prostitutas da sociedade, mesmo um jornal vestindo a “capa da informação”, certamente possuía interesses em trazer a luz notícias como esta, e possivelmente provocar uma reação popular.

Ressalta-se que antes da Associação As Amazonas ser fundada, a “*Rede Amizade e Solidariedade de apoio a pessoas que convivem com HIV*” era a instituição que realizava algumas ações voltadas para o público de profissionais do sexo. Adele Benzaken, na época diretora do Hospital Alfredo da Matta também foi um dos nomes citados em algumas entrevistas desta pesquisa, atuando justamente com a Associação em parcerias como encaminhamentos médicos e outros serviços básicos necessários.

O jornal utiliza da fala de Adele Benzaken no sentido de dar legitimidade para a notícia, e ainda destaca sua fala dando a entender que a diretora do hospital possuía participação direta nas articulações, o que não necessariamente correspondia. Benzaken foi um ponto de apoio efetivo para os assuntos relacionados a saúde e prevenção, a parte das questões de identidades e organização política ficaram a cargo da Rede Brasileira de Prostitutas e do GEMPAC.

Como foi observado anteriormente, a fundação da Associação em Manaus fez parte de um cronograma nacional organizado e proposto pela Rede Brasileira de Prostitutas em articulação com outras instituições. Sem esperar, o cotidiano da zona do sexo pago no centro de Manaus foi surpreendido pela visita de outras trabalhadoras sexuais militantes, dessa vez a procura de outras trabalhadoras do sexo para articulação da mais nova instituição.

Na entrevista que fora com Ana em dezembro de 2019, nos ativemos ao tema dos movimentos sociais de trabalhadoras sexuais, sobre a Rede Brasileira de Prostitutas e a fundação da As Amazonas nos primeiros anos de associação de 2008 a 2009, após nossos vários encontros nossas conversas já passavam a ser sobre assuntos diversos, não ficávamos presas a conversamos apenas sobre a Associação, e mais tarde assuntos mais íntimos de sua infância eram revelados.

Teve-se certa resistência em como chamar as fontes orais de entrevistas, as tratava como conversas, como de fato eram. Costumamos deixar as entrevistadas a vontade, e

também conduzir com tranquilidade e espontaneidade, afinal uma conversa precisa ser recíproca. Se manteve um espaço para falar um pouco de experiências pessoais, para assim a entrevistada e a entrevistadora pudessem conhecer uma à outra ao longo do processo de constituição das fontes, processo que no início causava certo nervosismo, e hoje se constitui como os processos mais fortes dentro do metiê de historiadores e historiadoras orais.

Sobre isto, mais uma vez Portelli surge como um suporte metodológico para as hesitações causadas com a pesquisa e as entrevistas. Em seu ensaio intitulado “A arte multivocal da história oral”¹⁴⁹, o autor inicia suas análises em como a relação entre história e memória toma corpo na narrativa oral. Os conteúdos da memória são memorados e organizados verbalmente por meio da interação entre os envolvidos – entrevistado(a) e historiador(a) – no processo. Coloca a história oral como uma arte verbal, uma troca de olhares também, a entrevista como uma “entre/vista”.

É importante enfatizar que com as entrevistadas que não residiam mais na cidade de Manaus apenas algumas entrevistas foram concluídas por meio de videoconferências, para que fosse possibilitada essa troca de olhares tão importante para as análises.

A historiografia amazonense pouco explorou as questões dos movimentos sociais de trabalhadoras do sexo. De todo modo, como bem recorda a historiadora Maria Luiza Ugarte, “não se pode tomar os silêncios de uma historiografia como sendo os silêncios da própria história”¹⁵⁰. Nesse sentido, as análises são delineadas pelos caminhos indicados das fontes primeiramente, e não pela historiografia.

Sem dúvida o legado da obra da professora Maria Luiza Ugarte é inegável e mostra em seu trabalho sobre os estivadores da cidade de Manaus na primeira metade do século XX, a historiadora mostrou como os processos de lutas da categoria de estivadores resultou no desenvolvimento da institucionalização do movimento que mais tarde sucedeu no sindicato, a historiadora mostra também que as categorias de estivadores e trabalhadoras do sexo vem dialogando e trocando experiências em seus cotidianos de trabalhos ao longo dos tempos e espaços históricos.

O sindicato de estivadores se mantém aberto até hoje e muito colaborou para a formalização da Associação de trabalhadoras sexuais do Estado do Amazonas, cedendo

¹⁴⁹ PORTELLI, Alessandro. *Ensaio de história oral*. São Paulo: Editora Letra e Voz, 2010, pp. 19-20.

¹⁵⁰ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A cidade sobre os ombros: Trabalho e conflito no porto de Manaus (1899-1925)*. Projeto História, São Paulo: (16), fev. 1998.

por anos um espaço para o funcionamento da sede da instituição, cedendo o espaço para reuniões, o auditório para os encontros municipais e mais tarde, uma sala para o funcionamento da sede.

Daisyenne Santos ¹⁵¹ contribui bastante com a presente pesquisa e seu trabalho é um pontapé importante para os estudos envolvendo trabalhadoras do sexo na cidade de Manaus. A autora em sua recente dissertação de Mestrado analisou as memórias e resistências de trabalhadoras sexuais em Manaus entre os anos de 1970 e 1980.

Em capítulo específico do seu trabalho, a autora dedica em observar os processos de sindicalização da categoria, se baseia em autores como André Frank, que atenta que os movimentos sociais tidos como novos fornecem evidências de sua existência muito antes de 1960, um exemplo dado são os movimentos de mulheres, não podendo apenas ser atribuídos apenas à contemporaneidade. Daisyenne Santos ainda mostra que nos anos de 1960 em diante foram importantes para os movimentos feministas, visto que na medida em que os movimentos se organizavam era posto em evidência os debates envolvendo categorias como gênero, corpo e sexualidades.

De acordo com a socióloga Paola Cappellin ¹⁵², as décadas de 1979 e 1985 foram momentos de crescimento de reivindicações de diversos setores da sociedade focados na luta pela redemocratização do Brasil, propiciando uma renovação nas práticas sindicais, que transcenderam as fábricas alcançando as várias e complexas questões pertinentes as relações de trabalho. Ainda se percebe o movimento de trabalhadoras sexuais negligenciado pelos estudos de trabalhadoras e trabalhadores do país, como se elas não fossem trabalhadoras, sem considerar que nesse contexto de crescimento das reivindicações no Brasil também estiveram as trabalhadoras sexuais.

As referências sobre o associativismo e a mútua ajuda entre trabalhadores e trabalhadoras também merece um destaque aqui. A autora Tânia Regina de Luca ¹⁵³ estuda o mutualismo entre os trabalhadores urbanos nas cidades de São Paulo e Santos, e mostra seu crescimento considerável no final do século XIX e meados do XX. Na falta de

¹⁵¹ SILVA, Daisyenne Santos. *Memórias, sociabilidades e resistências: O trabalho sexual feminino na cidade de Manaus nas décadas de 70 e 80 do século XX*. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Amazonas. Manaus: 2017. 129 fl, pp. 88-89.

¹⁵² GIULANE, Paola Cappellin. *Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira*. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.) *História das mulheres no Brasil*. 10 edição. São Paulo: Contexto, 2011, pp. 640-644.

¹⁵³ LUCA, Tânia Regina de. *O sonho do futuro assegurado*. O mutualismo em São Paulo. São Paulo: Contexto, 1990.

instrumentos intermediadores da relação entre o patronato e os trabalhadores, a solidariedade mútua surge como uma estratégia política dos trabalhadores. Contudo, a autora enfatiza que mutualismo e sindicalismo não são sinônimos, mas possuem alguns aspectos em comum e limites entre ambos os fenômenos.

No campo específico das trabalhadoras sexuais, a historiadora Beatriz Kuchnir¹⁵⁴ realizou um grande trabalho sobre as prostitutas e cafetinas judias e suas associações de mútua ajuda no final do século XIX e maior parte do XX, destacando as sociabilidades e solidariedades entre as prostitutas, pois tratava-se de uma luta também múltipla, pelo direito de exercer a sua fé mesmo sendo prostitutas, bem como de lutar por suas identidades judaicas, mas também de mães, de esposas, filhas e irmãs.

O trabalho da historiadora busca compreender essas mulheres para além da máscara da prostituição. E constata que essas associações de ajuda mútua possuíam um caráter beneficente e funerário baseados nos preceitos judaicos, pois dentro de tais preceitos, as prostitutas eram enterradas junto ao muro do cemitério para enfatizar a exclusão e o estigma que as delineavam.

As associações de ajuda mútua gozavam de estrutura organizada, possuía uma sede, cemitério e sinagogas próprios, bem como estatutos, atas de reuniões, livros de registros e uma diretoria. Tais associações representavam a saída para o sentimento de exclusão social, tanto para as mulheres como para os seus descendentes.¹⁵⁵

Tais estudos nos permite compreender as aproximações e os limites entre essas associações. Essa questão é muito bem apontada por Cláudio Batalha¹⁵⁶, no qual explica que historicamente as sociedades mutualistas antecederam o surgimento dos sindicatos, pois estes, eram proibidos até o século XIX. Mas, o autor ainda atenta para o fato de muitas associações mútuas foram fundadas mesmo após o surgimento dos sindicatos.

¹⁵⁴ KUCHNIR, Beatriz. *Baile de Máscaras*. Mulheres judias e prostituição: as polacas e suas associações de ajuda mútua. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

¹⁵⁵ Idem, pp. 30-41.

¹⁵⁶ BATALHA, Cláudio. *Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil*: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente. Revista Mundos do Trabalho, vol. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010, pp. 12-22.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLÉIA DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DAS PROSTITUTAS DO AMAZONAS (APAM)

Dia 26 de Março de 2008.

Horário: 14:00 horas – 1ª Chamada
14:30 horas – 2ª Chamada

Local: Sindicato Estivadores do Amazonas
Rua Mauá, s/n - Centro

Pauta:

- Fundação da Associação;
- Aprovação do Estatuto Social;
- Eleição e Posse da Diretoria e Conselho Fiscal, e
- Demais Assuntos ligados a fundação da Associação.

Manaus (AM), 12 de Março de 2008

Vera Maria Albuquerque da Silva
Pela Comissão Provisória

Imagem 4: Edital de convocação para Assembleia de fundação da Associação. Fonte: Acervo As Amazonas.

Vejamos no edital de convocação acima, que demonstra a capacidade de mobilização e organização política, deixando evidente o compromisso que a partir de então faria parte da organização da categoria. Com data, local e pautas definidas, a fonte mostra a representação política marcada pela fundação da instituição.

Em sua narrativa Ana (apresentada na inauguração do capítulo) inicia apontando a dificuldade em conseguir mulheres interessadas para compor essa frente de luta, em sua visão, as mulheres são interesseiras e apenas se interessam por algo que envolva dinheiro. Em seu passado Ana já havia sido trabalhadora do sexo, mas nunca desejou prosseguir na profissão, juntou o dinheiro que queria e logo mudou de atividade se dedicando posteriormente ao trabalho de garçoneiro, mas se denominava como uma grande simpatizante das prostitutas, nega o convite da coordenação, mas se compromete em buscar outras mulheres interessadas.

O que é possível observar na epígrafe que abre este capítulo é que Ana era articulada, conhecia não todas, mas a maioria das trabalhadoras da área central de Manaus, interesse em dinheiro percebe-se que todas as pessoas que trabalham para sobreviver tenham o mesmo interesse, não sendo inerente às mulheres trabalhadoras sexuais, todos nós temos interesse em ganhar dinheiro. Talvez a falta de conhecimentos dos trâmites de uma associação impedia algumas mulheres de se auto indicarem para ajudar no movimento, mais do que a falta de dinheiro.

Como Ana mesmo colocou: “mas eu sou leiga”, como se a falta de conhecimento impedisse o seu comprometimento, sem perceber que as suas outras colegas que iria convidar também estavam na sua mesma situação, a maioria sem seus estudos completos, como veremos mais à frente nas fichas de cadastradas da instituição.

[...] sem saber como se comanda uma instituição, eu não sabia de nada. Aí: “não, é porque tem que ser prostituta”, eu digo “eu sou uma ex, não sou uma prostituta, eu sou uma ex.” Aí vai pra lá e vai pra cá, convida uma, convida outra, ninguém quis [...] aí ela veio me pedir apoio pra mim, já que eu não aceitei né, ela veio me pedir apoio, eu disse assim “olha, eu vou fazer uma pesquisa por dentro dos bares, conversar com as mulheres, ver quem é que aceita. Aí foi quando eu encontrei a Denise - já conhecia ela que ela fazia programa no centro né - aí eu fui conversar com a Denise, pedi pra ela aceitar, aí: “tu quer conhecer a Leila Barreto com a Amujanci?”, aí ela disse: “vamo lá”, aí fomos né. Aí a Leila com a Amujanci, que já era carimbada no assunto né, aí ela foi e convenceu a Denise a aceitar a coordenação, ela aceitou¹⁵⁷.

No início da fundação um requisito para participar da Associação era estabelecido: era necessário ser trabalhadora sexual, fator que já na segunda versão do estatuto de 2009 foi modificado, passando a aceitar ex-trabalhadoras do sexo. Este segundo Estatuto Social manteve a sua estrutura modificando apenas a questão da inclusão de “ex-prostitutas” na instituição.

Esta questão de incluir “ex-prostitutas” partia da necessidade de incluir mulheres que já exerceram o trabalho do sexo pago e que não exerciam mais, como era o caso de Ana, que levava a frente as atividades da instituição. Como é possível observar nos panfletos abaixo, onde as primeiras tiragens contavam apenas com a terminologia “Associação das Prostitutas do Amazonas” e posteriormente começou a contar com “Associação das Prostitutas e ex-prostitutas do Amazonas”, esperando que com isso a instituição tivesse mais adeptas.

Vale lembrar que Ana foi a única mulher que conhecemos e que se assumia diretamente como uma “ex-prostituta”, durante nosso envolvimento na pesquisa e dentro de Associação percebemos que apesar de muitas trabalhadoras do Centro da cidade acumulavam outros trabalhos informais, principalmente como vendedoras ambulantes, mas que também exerciam o trabalho sexual paralelamente.

¹⁵⁷ Entrevista com Ana, em 22 de dezembro de 2019, em sua residência.



Imagem 5: Dois panfletos da associação As Amazonas, antes e depois da alteração do estatuto social que incluiu as ex-prostitutas. Fonte: Acervo As Amazonas.

O primeiro folheto foi elaborado no ano de 2008 e percebe-se que a Associação era denominada apenas como “Associação das Prostitutas do Amazonas”, abaixo a data de fundação e duas das principais pautas do movimento: a “história de vida” dessas mulheres e “Prevenção e Direitos Humanos”.

O segundo folheto foi elaborado no ano de 2009, após a alteração do Estatuto Social, que denomina a instituição como “Associação das Prostitutas e Ex-Prostitutas do Amazonas”, seguida da data de fundação e a frase “Como Vamos Vencer as DST/HIV/AIDS. Com a Prevenção”, denotando a pauta da prevenção como um dos focos da instituição.

Retornando ao ano de 2008 e a busca por mulheres que fizessem parte da diretoria para formalizar a fundação e encontraram Denise, uma trabalhadora sexual do centro de Manaus, a qual topou conversar com as militantes da Rede Brasileira e do GEMPAC, e após boa conversa Denise aceita participar da Associação como coordenadora. E em seguida foram em busca das outras mulheres para compor a diretoria. Com a diretoria formada, o problema se tornou outro:

O documento foi feito e foi entregue pra Denise, formou a diretoria todinha né, só que essa diretoria ela ficou só no documento. Ela não foi [...] as mulheres que assumiram o cargo, elas não foram pra atuar no cargo, foi só pra fazer o documento, só foi pra dar legalidade ao documento [...] aí eu fiquei na espera, eu chamei algumas delas né, algumas da diretoria, a Denise sumiu com os documentos, sumiu totalmente [...] quando a gente via, ela aparecia no horário da noite ou feriado, sei que nessa aí passou cinco meses [...] ¹⁵⁸

Podemos entender desse processo, é que a primeira diretoria foi formada para o cumprimento da agenda nacional da Rede Brasileira de formar as associações pelo país. Essa diretoria – formada por 8 mulheres - serviu para dar legalidade à instituição e não necessariamente significava que esta seria a diretoria que iria trabalhar em prol da categoria.

Após os trâmites de cartório, autenticações e outras burocracias, que foram feitas pelas representantes da Rede Brasileira e do GEMPAC, elas retornaram para suas cidades de origem deixando a cargo de quem ficasse em Manaus, contudo, a falta de informação acabou prejudicando o andamento de algumas atividades.

Aí ficou pra formar o resto das pessoas, que eram oito mulheres. Três fiscais e cinco na diretoria. Aí lá fomos atrás, conseguimos, eu entrei como secretaria financeira, já que não tem quem [...] eu fico como secretaria financeira que esse negócio de banco eu entendo. Aí tá, formamos tudinho, aí tinha que ter documento, CPF, identidade, comprovante de residência, telefone, aí conseguimos e aí fomos pro cartório, elas fizeram, as duas né que vieram fizeram o trâmite todinho. Nós não sabíamos que tinha ficado uma pessoa aqui em Manaus responsável pela instituição, nós fomos descobrir isso depois, que foi até [...] o Fabrício Nunes. Ele ficou de dar apoio, entendeu? De direcionar como é que faz, o que deixa de fazer tudinho e ele não deu bola, ele simplesmente sumiu. ¹⁵⁹

Como é possível observar na primeira ata de assembleia apresentada logo abaixo, o nome de Fabrício consta como coordenador do Fórum Amazonas de OSC/DST/AIDS e aparece também como redator da ata, e na fala das colaboradoras da pesquisa surge como uma das figuras que ficou delegada pela Rede brasileira de orientar as ações da recém fundada Associação, contudo não cumpriu com o que foi acordado.

“Na época que foi fundada a associação [...] elas nos procuraram porque elas queriam fazer esse convite, eu, a Ana, enfim, as nossas amigas tipo

¹⁵⁸ Entrevista com Ana, em 22 de dezembro de 2019, em sua residência.

¹⁵⁹ Idem.

a Socorro, que foi uma das fundadoras também [...] só que na época que foi fundada a gente brigava muito logo no início que o Fabrício...(tentando lembrar o sobrenome) Fabrício Nunes ficou...foi pago pra nos ensinar e que acabou que ele nos deixou na canoa lá no meio do rio, sem rumo pra gente dá um jeito de chegar e graças a deus nós chegamos¹⁶⁰.

Em conversas com Baiana, percebeu-se que ela se mostrava mais aberta a falar de algumas de suas experiências de trabalho, e mostrava certa dificuldade em lembrar de detalhes das suas experiências cotidianas dos trabalhos da Associação. Suas outras vivências diversas serão dedicadas para um dos próximos capítulos deste trabalho. Neste primeiro momento tratamos de observar o andamento da instituição e os esforços e práticas utilizadas que construíram nesses 11 anos de As Amazonas.

Temos aprendido que essa troca é constante, e é importante enfatizar aqui que em nenhuma das entrevistas foram fundamentadas pela “canetada acadêmico-científica”, por mais que elas pudessem perceber desta forma, é preferível concluir que já havíamos passado por esses julgamentos no início de nosso contato, talvez na primeira vez que nos encontramos, mas naquele momento não mais, já havíamos trabalhado juntas nos últimos anos de Associação, com colaborações voluntárias para elaborar projetos e eventos.

Contudo, o “esquecimento” ou uma simples “má-vontade” de detalhar as coisas, e o gosto por falar de outros assuntos que não da instituição nos conduz a refletir possibilidades, que por sinal são iluminadas ao longo do texto por autores como Alessandro Portelli.

Nunca é demais atentar para os ensinamentos do autor e lembrar bem das questões das subjetividades dos narradores, as pessoas atribuem suas importâncias e desinteresses em suas experiências, o estado de ânimo do narrador também é importante, tanto da narradora e como também do outro presente dentro da narrativa, as vezes a pessoa para falar de si fala do outro, ou fala de diálogos que teve com outras pessoas¹⁶¹.

Michael Pollack¹⁶² atenta para as zonas do silêncio e do “não-dito” que perpassa uma linha tênue entre o esquecimento efetivo e o reprimido involuntário, e estes não são

¹⁶⁰ Entrevista com Baiana, em 12 de dezembro de 2019. Nessa época Baiana já havia se mudado de Manaus, e nossa conversa foi realizada por meio de vídeo chamada com gravação de voz.

¹⁶¹ PORTELLI, Alessandro. *A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais*. Revista Tempo, Rio de Janeiro: vol. 1, n° 2, 1996, pp. 59-72.

¹⁶² POLLACK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: vol. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.

fixos e sim maleáveis. E os silêncios podem ser construídos pela ânsia da falta de escuta, ou por medo de represália por conta de algo que é dito ou até de ser mal compreendido.

Dessa forma, é a partir do estado de ânimo da Baiana ao falar da As Amazonas, que é possível perceber que a falta de vontade de falar de certos assuntos da Associação pode partir da própria entrevistada, e isto pode acontecer por diversas razões. Mas como foi dito anteriormente tratamos de possibilidades e não certezas. Como bem ensina a professora Ecléa Bosi¹⁶³, dificilmente é possível arrancar um “fato puro” memorizado, deve-se considerar as idades e as várias experiências que as pessoas carregam consigo.

Mesmo Baiana ter 60 anos de idade, suas memórias selecionam outras experiências, e lembram muito bem de certos momentos tidos como mais relevantes para ela, que no caso as lembranças da Associação.

Diferentemente de como percebe-se o estado de ânimo de Ana em nossas conversas em assuntos da Associação, mesmo em assuntos que se percebe que ela não gostaria muito de tocar, nós conversávamos, por vezes com fala raivosa, com forte entonação ou batendo na mesa, como foi o caso de tocar no nome de Fabrício.

[...] aí fui correr atrás, agora sem saber de nada, como é que faz, aí eu ia perguntando, aí eu fui atrás do Fabrício, contei a situação, eu disse “Fabrício, você ficou pra nos ajudar e tu não fizesse nada pela gente”, briguei feio com ele, briguei feio mesmo. A oportunidade que nós tivemos de vir alguém aqui no Amazonas fundar uma associação e deixar acabar assim, não pode acabar não, você vai nos ajudar! Aí ele foi me dizendo, ele só foi me dizendo entendeu? Me dizendo como era pra mim fazer e como eu vi como era feitos os documentos tudinho, eu tava presente que eu entrei como secretaria financeira eu aproveitei esse gancho¹⁶⁴.

Mesmo Fabrício não tendo cumprido com o papel que lhe foi atribuído, de orientar sobre as questões burocráticas da instituição, Ana foi atrás dele e enfim inquiri-lo sobre as informações de como levar a instituição a diante, tendo em vista que a diretoria formalizada foi apenas formada e não estava pronta para o trabalho. Abaixo segue o processo de como a Associação As Amazonas foi formalizada.

Daisyenne Santos¹⁶⁵ no processo de construção de sua dissertação de Mestrado perpassou alguns dos caminhos – mesmo com objetivos diferentes - que temos perpassado

¹⁶³ BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, pp. 19-21. Nesta obra a autora atenta para o cruzamento das fronteiras da Psicologia, da Sociologia, da História, que em sua perspectiva são permitidos com estudos de autores como Walter Benjamin.

¹⁶⁴ Entrevista com Ana, em 22 de dezembro de 2019 em sua residência.

¹⁶⁵ SILVA, Daisyenne Santos. *Memórias, sociabilidades e resistências: O trabalho sexual feminino na*

no que tange a institucionalização da Associação manauara, em diálogo com algumas de suas entrevistadas também foi observado este processo de fundação como algo conturbado devido a iniciativa ter partido de fora da cidade de Manaus, e muito deixou a desejar nas orientações sobre como proceder, tendo em vista que ninguém tinha experiências anteriores com organização política, essa falta de assistência fez com que algumas delas se sentisse abandonadas pela rede brasileira e pelo GEMPAC.

Como resultado disso, percebeu-se na fala das entrevistadas certa mágoa “do pessoal de Belém”, e também percebi a utilização da analogia da canoa, que foi verbalizada para Daisyenne Santos em suas entrevistas e também foi apresentada aqui, e observa-se ao mesmo tempo que existiu o sentimento de abandono por parte de suas colegas paraenses e da Rede Brasileira como um todo, existe também o sentimento de superação, “nós conseguimos chegar”.

As Amazonas – Associação das prostitutas do Amazonas

As Amazonas – denominada como uma Associação civil de direito privado sem fins lucrativos, localizada na rua Brasil no Bairro de São Jorge, mas contava com a sede do Sindicato dos estivadores para seus encontros, como a reunião do dia 26 de março de 2008. Neste dia¹⁶⁶, às 14 horas e 30 minutos nas dependências do Sindicato dos Estivadores do Amazonas, no centro de Manaus - especificamente na rua Visconde de Mauá – foi iniciada uma reunião de fundação da Associação das trabalhadoras sexuais de Manaus.

O edital de convocatória foi registrado em 13 de março de 2008, e 13 dias depois a primeira reunião foi iniciada às 14 horas e 38 minutos, com as seguintes pautas: a fundação, a aprovação do Estatuto Social, a eleição e posse da Diretoria e Conselho fiscal e demais assuntos ligados à instituição.

A reunião contou com a participação e falas de Luiz Nascimento, representando a Secretaria Municipal de Direitos Humanos (SEMDIH), Gilson do Conselho Municipal de Saúde (CMS), Lourdes Barreto e Ajumanci Brilhante do Grupo de Mulheres Prostitutas da área central do Pará (GEMPAC), Elifrank Moris da Rede Nacional de pessoas vivendo

cidade de Manaus nas décadas de 70 e 80 do século XX. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Amazonas. Manaus: 2017. 129 fl, p. 105.

¹⁶⁶ Ata de Assembleia de fundação. 26 de março de 2008. Acervo As Amazonas.

com HIV e AIDS (RNP Norte) e Fabrício Nunes, coordenador do Fórum Amazonas de OSC/DST/AIDS.

Entre os assuntos debatidos para uma primeira e calorosa reunião, estavam: as finalidades principais do movimento, alinhado com o movimento nacional brasileiro, que trata primeiramente da auto representação das trabalhadoras sexuais, independente “*de sexo, orientação sexual, etnias, credo, convicções filosóficas, condição social, idade, profissão*”; a promoção da liberdade e os direitos das “mulheres e prostitutas” - evidenciando neste ponto uma luta em nome de todas as mulheres; fomentar a prevenção e assistência em casos de ISTs/AIDS – que na época era chamada de DST hoje é chamada de IST, muda-se a terminologia de “doença” para “infecção” - promover os direitos humanos de mulheres e prostitutas, sem esquecer de coordenar e unificar a luta das profissionais do sexo na defesa de seus direitos e lutar pela “emancipação política, social, econômica e cultural”.

Falava-se do incentivo à participação das profissionais do sexo nos movimentos “onde o povo se organiza na defesa democrática e pela melhoria de qualidade de vida”. Ou seja, o incentivo à participação depende de trabalho de base junto a essas mulheres, e como elas podem enfrentar o estigma para enfim se enxergar enquanto parte de uma categoria de trabalhadoras.

Entre mais diálogos enfrentados nessa primeira reunião, consta-se em ata a importância de elaboração de materiais informativos como folhetos, cartilhas e obras com o objetivo de esclarecer problemas e objetivos em comum no grupo, no caso trabalhadoras sexuais. A promoção de eventos e seminários de orientação, informação e mobilização das filiadas, nas diversas questões pertinentes como saúde, trabalho, violência, estigma e principalmente a luta pela defesa dos direitos humanos.

TRABALHE SEMPRE COM SEGURANÇA.

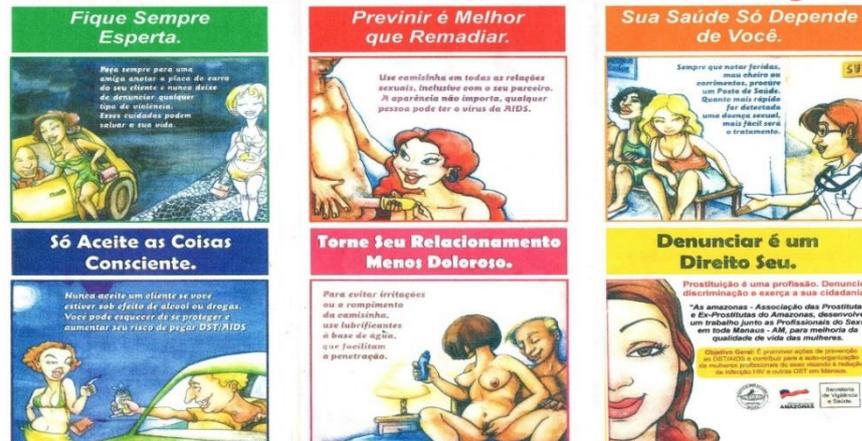


Imagem 6: Folheto informativo para trabalhadoras do sexo “*Trabalhe sempre com segurança*”.
Fonte: Acervo As Amazonas.

No acervo da Associação encontra-se uma vasta quantidade de folhetos informativos, variando-se entre folhetos direcionados para informação do que se trata a instituição, com conteúdo mais escrito e outros são informativos voltados para os cuidados com o corpo, com a saúde, com os clientes, com apelo visual, para o alcance de trabalhadoras alfabetizadas ou não.

Como este folheto acima, que mostra a necessidade de orientar as trabalhadoras e seus clientes sobre os cuidados com o corpo, o uso dos preservativos e consequentemente com as infecções sexualmente transmissíveis, e alerta para os perigos das drogas e bebidas oferecidas durante o trabalho. Tratam-se de evidências da construção de uma ação coletiva que busca orientar e informar essas trabalhadoras do sexo.

Orientações como: “*Fique sempre esperta. Peça sempre para uma amiga anotar a placa do carro do seu cliente e nunca deixe de denunciar qualquer violência. Esses cuidados podem salvar a sua vida.*” E “*Prevenir é melhor que remediar. Use camisinha em todas as relações sexuais, inclusive com o seu parceiro. A aparência não importa, qualquer pessoa pode ter o vírus da AIDS.*”, eram algumas das orientações expostas no folheto acima, atentando para possíveis clientes violentos e resistências ao uso dos preservativos.

Ainda na primeira ata, a mesma revela que se falava que o movimento local deveria se inteirar de outras organizações populares de modo geral, sobretudo nos movimentos de “mulheres e das minorias” com o fim de fortalecer os movimentos sociais no

Amazonas. Sem esquecer de uma das principais bandeiras de luta da categoria nos âmbitos nacional e internacional, a luta pela regulamentação da profissão de profissionais do sexo.

Após os debates acima mencionados, o debate foi direcionado para o nome da instituição, sendo apenas um nome sugerido e aceito por unanimidade, As Amazonas, Associação de prostitutas do Amazonas.

Aí eu fiz uma reunião com elas de novo, com algumas delas porque nem todas vão, aí eu disse, olha o nome da associação vai ser As Amazonas, sabe por que vai ser As Amazonas? Porque eu acho que vocês são guerreiras, vocês são mulheres de coragem, guerreiras mesmo, aí não tem outro nome melhor do que As Amazonas e aí aprovado, aí pronto, ficou¹⁶⁷.

Seguidos dos debates para construir o que seria o primeiro estatuto social – inspirados nos moldes do GEMPAC – e após a apresentação do estatuto, este foi aprovado. Assim sendo declarada “definitivamente constituída As Amazonas – Associação **das prostitutas** do Amazonas que funcionará [...] para todos os efeitos de direitos, tornando-se, pois, indispensável a eleição dos integrantes da diretoria e do conselho fiscal da Associação, para o mandato de 04 (quatro) anos”. As mulheres que se indicaram e foram eleitas foram: Denise – coordenadora geral; Ana – secretária financeira; Vera – Coordenadora temática de saúde; Suely – Coordenadora temática de Direitos Humanos e as três conselheiras fiscais, Marluce, Maria e Debora.

O primeiro estatuto ele já veio pronto... já trouxeram pronto de lá quando vieram fundar, do Pará. Quando eles vieram de lá, já trouxeram o estatuto pronto. E o segundo estatuto, eu percebi assim, pra dar mais visibilidade né, pras mulheres antigas que foram prostitutas e hoje em dia não é, elas foram, entendeu?¹⁶⁸

Este estatuto social veio pronto de Belém e foi aprovado em Manaus em 2008, possui oito capítulos, entre eles, “Da denominação, sede e afins”, “Das associadas, seus direitos e deveres”, “Dos órgãos da associação”, “Das eleições”, “Das fontes de recursos”, “Patrimônio”, “Prestação de contas” e por fim, “Das disposições gerais”. E pretendemos explorar algumas partes do documento com o fim de compreender como deveria funcionar internamente a Associação. É importante levar em consideração que esses

¹⁶⁷ Entrevista com Ana, em 22 de dezembro de 2019, em sua residência.

¹⁶⁸ Entrevista com Ana, em 22 de dezembro de 2019, em sua residência.

estatutos são diretrizes e predefinições, porém esse “tom” burocrático que os estatutos possuem não determinava objetivamente como a instituição iria ser gerida. Ou seja, nem sempre os trâmites ocorriam precisamente como estava escrito no estatuto.

Denominada no Artigo 1º de associação “civil, de direito privado, de fins não econômicos”, ou seja, assim como as fundações, as organizações religiosas ou partidos políticos, as associações são pessoas jurídicas. Associação é uma pessoa jurídica de direito privado que deve ter como objetivos a realização de atividades culturais, sociais, recreativas e afins, e não visam lucros. Ao se tornar “jurídica” a instituição está dotada de direitos e obrigações. E demais atribuições e regimentos devem ser expostos no seu estatuto social¹⁶⁹.

No parágrafo único é exposto o tempo indeterminado da associação e que não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião. E logo abaixo no artigo 2º fica evidente a finalidade da instituição:

- a) Coordenar e unificar a luta das **trabalhadoras do sexo** na defesa dos seus direitos e pela emancipação política, social, econômica e cultural;
- b) Incentivar a participação das **trabalhadoras do sexo** nas entidades onde o povo se organiza, na defesa das liberdades democráticas e pela melhoria da qualidade de vida;
- c) Publicar folhetos, boletins, cartilhas e obras visando o esclarecimento dos problemas e interesses comuns do grupo;
- d) Promover cursos, encontros, conferências, debates, palestras e seminários, orientando suas filiadas nas questões de saúde, trabalho, combate à violência, e outros assuntos de interesse do grupo;
- e) Mobilizar as **trabalhadoras do sexo**, mulheres na luta pela defesa dos direitos humanos em qualquer tempo e lugar;
- f) Ligar-se a organizações populares de modo geral, e em particular aos movimentos de mulheres e das *minorias*, fortalecendo os movimentos sociais do Estado;
- g) Lutar pela legalização da profissão de **trabalhadoras do sexo**, bandeira de luta da categoria a nível nacional e internacional.¹⁷⁰

Foi feito destaque no grifo acima mencionado, que após a leitura do artigo 2º, entendeu-se que ao mesmo tempo em que se busca enfrentar os estigmas carregados com o termo “prostituta”, como consta no título do estatuto “Associação das Prostitutas do Amazonas”, no corpo do documento encontra-se o termo “trabalhadoras do sexo”, que

¹⁶⁹Código Civil. Associações sem fins lucrativos. Em: lefisc.com.br/matérias/2007/122007societarios.htm.

¹⁷⁰ Estatuto Social As Amazonas, 2008. Disponível: Acervo As Amazonas: Associação de profissionais do Amazonas.

apesar de dar “soar” “mais sério” e ter conotação trabalhista, não subtrai os estigmas, estes por sua vez podem ser enfrentados com políticas públicas e construção de novos valores para a profissão.

Em nove laudas de documento, o nome “prostituta” é citado apenas uma vez (excluindo o citado no nome da Associação), no restante do documento o termo utilizado é “trabalhadoras do sexo”. O que pode indicar que a profissionalização do termo pode ser uma estratégia para enfrentar o peso que o termo “prostituta” carrega consigo. Como foi mostrado no capítulo anterior, o processo de construção dos estigmas é simbólico, mas que se resultam nas formas simbólicas, físicas e sociais na vida de mulheres.

Em uma das entrevistas com Ana, enfatizou-se mais uma vez que a iniciativa de fundação da Associação em Manaus fazia parte de um projeto da Rede Brasileira de Prostitutas de fundar associações da categoria de profissionais do sexo em algumas cidades brasileiras, e Manaus estava nesse cronograma, como ficou evidente no capítulo anterior.

E com o incentivo da RBP e do GEMPAC do Pará que mandaram duas representantes para a Assembleia de fundação, sendo elas Leila Barreto (filha de Lourdes Barreto, fundadora do GEMPAC e uma das fundadoras da Rede) e Amujanci Brilhante, cujo nomes constam em ata, que trouxeram o estatuto social pronto de Belém para ser apreciado e aprovado em assembleia em Manaus.

O capítulo II do estatuto foi intitulado “Das associadas, seus direitos e deveres”, que constitui o número ilimitado de associadas, desde que compartilhem os objetivos e princípios da Associação. As associadas são hierarquizadas nas categorias de: Fundadoras, contribuintes (dentro desta é adicionada a subcategoria “amigos”), honorárias e ativas, e cada uma delas são referidas as seguintes atribuições:

- a) **Fundadoras:** Aqueles que participaram da assembleia de fundação da associação assinando o respectivo estatuto e comprometendo-se com as suas finalidades;
- b) **Contribuinte:** pessoas físicas e/ou jurídicas que se propõe a contribuir mensalmente com as taxas fixadas pela administração. **Amigos** – aquelas pessoas que de qualquer forma atuam no trabalho de interesse da Associação, podendo ser chamados pelo colegiado (os) para consultas e orientações e ter direito de voz;
- c) **Honorárias (os):** as que se distinguiram com os benefícios relevantes a juízo da administração;
- d) **Ativas:** as trabalhadoras do sexo que colaborarem para a realização dos objetivos da entidade e contribuir com quantia financeira, estabelecida pelo colegiado no valor de 5,00 Reais mensal, *ad*

referendum da Assembleia Geral, podendo votar e ser votada. Para ser conduzido a qualquer cargo eletivo, esse associado precisa ter, o prazo mínimo de seis (06) meses de participação constante e efetiva nas reuniões e outras atividades do grupo.¹⁷¹

O que temos observado ao longo do tempo de pesquisa e contato mais próximo com a instituição, é que as mulheres envolvidas seriamente no trabalho social da instituição eram as mesmas, Ana, Baiana, Leila e em alguns outros casos Neila ou Denise, não tendo assim envolvimento maior das demais associadas, com exceção do recebimento dos kits de preservativos, encontros locais e entre outros eventos que contavam com a presença expressiva das trabalhadoras.

Essa falta de envolvimento das demais trabalhadoras causa certa atenção. E algumas pistas surgem nas narrativas de algumas das entrevistadas. Como na próxima fala de Denise, que recorda o fervor causado durante a eleição da coordenadora geral, na qual a maioria das votantes havia optado por Denise como coordenadora.

Aí tá, começamos a eleição, teve a leitura do estatuto, o estatuto tudo ok, bacana. Foi apresentado a diretoria que ia assumir essa associação, só que na hora deu um reboliço as meninas não queriam a Ana como coordenadora geral, não queriam foi uma discussão lá. [...] Aí a Leila falou “quem vota na Ana?” algumas levantaram a mão, “quem vota na Denise?” todo mundo levantou a mão. Resumindo, eu fiquei bem dizer forçada como coordenadora (risos).¹⁷²

Com isso pode-se compreender que Denise possuía uma boa relação com suas companheiras, afinal ela também era uma daquelas trabalhadoras que batalhavam dia após dia no centro de Manaus, e isto parece ter grande peso no que tange a representatividade política de uma liderança, e possivelmente pudesse ter este reflexo na votação da maioria para a coordenação da instituição.

Só que eu sempre tive uma boa articulação com todas as meninas. Se tu chegasse no centro e perguntasse pela Denise (risos) [...] eu sempre fui muito de tá no meio, gostava de beber mesmo, da putaria mesmo. E um dia eu tava na praça umas meninas chegaram comigo, falaram “Denise, tem umas mulheres lá na praça da prefeitura dizendo que a gente pode se organizar, pra gente montar - na época elas falaram um sindicato – um sindicato pra gente, bora lá?”. Aí eu fiquei assim, na verdade eu também era leiga naquela época né, eu não sabia o que era sindicato, o que era associação, porra nenhuma. Aí as meninas só queriam subir se eu fosse, aí subi com... eu acho que com umas quinze comigo, chegamo

¹⁷¹ Estatuto Social As Amazonas, 2008. Disponível: Acervo As Amazonas.

¹⁷² Entrevista com Denise, em 05 de junho de 2020. Devido a situação grave da pandemia de Covid 19 a entrevista foi realizada por meio de videochamada com gravação de áudio.

lá já tinha umas lá. Foi a primeira vez que eu tive o contato com a Leila Barreto, Gabriela Leite e com a Amujanci.¹⁷³

Nota-se que a fala de Denise e Ana compartilham de um elemento em comum: o reconhecimento da falta de conhecimento sobre estes assuntos burocráticos de associações ou sindicatos. Ou seja, essas mulheres possivelmente se sentiram impactadas e curiosas com a possibilidade de organização política, e a falta de conhecimento era um terreno em comum a maioria delas.

Os artigos 7º, 8º e 9º abordam os direitos e deveres das associadas. Sendo os três seguintes direitos citados: “*votar e ser votada para cargos eletivos, observadas as disposições estatutárias e o regimento interno: apenas sócias fundadoras ou ativas*”¹⁷⁴, ou seja, o direito de votar e ser votada para cargos na Associação são resguardados às associadas que participaram da fundação da instituição e às associadas que colaborem com a quantia estabelecida no estatuto (R\$5,00).

Foi informado por Ana que o regimento interno não foi elaborado, pois a diretoria acreditava que o estatuto social era o suficiente para direcionar a delegação interna da diretoria. Sendo o Estatuto o principal documento que trata das questões internas e administrativas da instituição.

São listados como deveres das associadas: respeitar o estatuto, prestar apoio “*moral, material e intelectual*”¹⁷⁵, colaborar com o crescimento da Associação, comparecer nas assembleias, comunicar qualquer mudança de endereço, integrar comissões, cumprir os mandatos e zelar pelo nome da entidade. E o não cumprimento do estatuto pode recair o desligamento da Associação, como referido no artigo 10º.

A Associação é composta por três órgãos¹⁷⁶: assembleia geral, colegiado e conselho fiscal. Sendo a primeira o “*órgão soberano*” da instituição e compete a assembleia geral: eleger e destituir membros do colegiado, aprovar as contas, alterar o estatuto e deliberar sobre a extinção da Associação¹⁷⁷. O artigo 18º complementa como competência da assembleia, definir e planejar os objetivos da instituição e avaliar o desempenho dos membros do colegiado; O colegiado por sua vez tem como função: “*traçar as diretrizes*

¹⁷³ Idem.

¹⁷⁴ Estatuto Social As Amazonas, 2008. Disponível: Acervo As Amazonas.

¹⁷⁵ Idem.

¹⁷⁶ Estatuto Social As Amazonas, Capítulo II do Estatuto Social As Amazonas, 2008, p. 3. 2008. Disponível: Acervo As Amazonas.

¹⁷⁷ Estatuto Social As Amazonas, Artigo 11º. 2008. Disponível: Acervo As Amazonas.

políticas e técnicas da associação [...] deliberar sobre novos projetos e áreas de atuação e acompanhar o desempenho dos projetos em andamento”¹⁷⁸, ou seja, o colegiado é a gestão formada por aproximadamente nove mulheres que ficam a cargo de executar os projetos planejados para o mandato de quatro anos.

O colegiado é formado de uma coordenadora geral, uma secretária administrativa, uma secretária financeira, uma secretária temática de saúde, uma secretária temática de Direitos Humanos e no conselho fiscal três membros que serão responsabilizadas pelas áreas de geração de renda e secretaria política. Esta gestão, segundo o estatuto, deve se reunir sempre que necessário, mediante convocação da coordenação.¹⁷⁹

Cada um destes cargos do colegiado possui sua função devidamente esclarecida no estatuto, ficando a cargo da coordenadora geral: Convocar e presidir as assembleias gerais, outorgar procuração em nome da associação desde que autorizada, presidir as reuniões, representar a instituição judicial e extrajudicialmente, assinar cheques junto com a secretaria financeira, assinar documentação ou correspondência, coordenar e acompanhar com as demais coordenadoras a execução dos projetos, programas e ações, celebrar convênios e coordenar a elaboração do cronograma anual da Associação¹⁸⁰.

Fica a cargo da secretaria administrativa: certificar-se da execução dos serviços de infraestrutura, organizar os arquivos, preparar as atas das reuniões, receber, elaborar e enviar correspondências, certificar o colegiado das atividades, e na ausência da coordenadora, substituí-la¹⁸¹.

Compete à secretaria financeira: orientar, controlar e conferir os documentos financeiros, contas a receber e a pagar, controlar os depósitos bancários, emissão de cheques, bem como suas assinaturas em conjunto com a coordenadora geral e conferir todas as prestações de contas¹⁸².

A secretaria Temática de Saúde ficava responsável pela proposição e coordenação das ações voltadas para a área da prevenção das ISTs/AIDS, para a área da saúde das mulheres e sexualidade, representar a associação junto da coordenadora geral em eventos

¹⁷⁸ Estatuto Social As Amazonas, Artigo 19º, p.: 4. 2008. Disponível: Acervo As Amazonas.

¹⁷⁹ Estatuto Social As Amazonas, Artigo 20º e 21º. 2008. Disponível: Acervo As Amazonas.

¹⁸⁰ Estatuto Social As Amazonas, Artigo 22º: I – Da Coordenadoria Geral. Itens: a – i, p.4-5. 2008. Disponível: Acervo As Amazonas.

¹⁸¹ Estatuto Social As Amazonas, Artigo 22º: II – Da Secretaria Administrativa. Itens: a – e, p. 5. 2008. Disponível: Acervo As Amazonas.

¹⁸² Estatuto Social As Amazonas, Artigo 22º: III – Da Secretaria Financeira. Itens: a – d, p. 5. 2008. Disponível: Acervo As Amazonas.

da área, organizar e executar eventos de prevenção e informação às trabalhadoras do sexo, estar próxima das trabalhadoras sexuais e incentivar a participação da instituição, articular com órgãos públicos e sociedade civil políticas públicas e debates para a denúncia de violências e promover seminários de capacitação e formação política¹⁸³.

Vale destacar nesta primeira parte as estruturas pelas quais foram construídos esses documentos administrativos e o que se quer construir com suas elaborações. Sabe-se que estes documentos foram desenvolvidos por pessoas, no caso ligadas à Rede brasileira de prostitutas, chegando em Manaus por intermédio do GEMPAC. Estes documentos não vislumbram as formas nas quais a instituição funcionava, mas sim como deveria funcionar.

Pretende-se aqui, expor as formas burocráticas com as quais as Associações de trabalhadoras sexuais construíram suas instituições, pois estes documentos oficiais acabam funcionando como “modelos” a serem seguidos administrativamente. Pois, na prática, a dificuldade em montar uma diretoria completa como previa o estatuto era grande. Contudo, valoriza-se aqui o poder de organização nacional e local. E mesmo com todas as atribuições nas gestões da Associação, como por exemplo: manter as portas abertas com regularidade, foi mantida uma agenda de atividades durante seus 11 anos de funcionamento.

Além disso, outro ponto importante a destacar são as decisões tomadas por unanimidade. Como já foi explicitado ao longo do texto as atas acabam por encobrir as tensões ali existentes que não são mostradas no documento por serem consideradas não importantes. É importante enfatizar que existem atas que registram os conflitos e discordâncias durante reuniões e assembleias, porém não é o caso das atas aqui estudadas. Além disso, as atas fazem parte da construção de uma memória institucional. Vale lembrar que as pessoas que vieram até Manaus fundar a Associação tinham suas viagens de regresso já programadas, então qualquer discordância poderia implicar uma prorrogação na agenda nacional. O que me faz crer que naquele momento de fundação não se tinha espaço para discordâncias, era fundar a instituição e voltar para casa. E percebe-se que isso acarretou muitos problemas para o andamento inicial das atividades.

Mesmo a instituição possuindo um estatuto social pronto e aprovado em assembleia, a problemática era outra: a Associação possuía uma diretoria

¹⁸³ Estatuto Social As Amazonas, Artigo 22º: IV – Da Secretaria Temática de Saúde. Itens: a – g, pp. 5-6. 2008. Disponível: Acervo As Amazonas.

burocraticamente formada, contudo, essa diretoria não funcionava de fato. Quando foi questionado sobre o acontecimento de reuniões posteriores à reunião de fundação:

*Não, a primeira reunião quem fez foi eu, não teve nada, simplesmente nada, foi só assinar o documento, ela (Rede e GEMPAC) preparou os documentos deixou tudinho ok e foi embora, nem a própria Denise sabia o que fazer. Aí que eu fiz, esperamos um mês, dois meses, três meses, quatro meses, quando inteirou cinco meses, eu fui lá no centro, consegui um espaço ali na Luiz Antony [...] pedi um espaço lá pra fazer uma reunião, aí saí chamando, mandei uma carta escrita convidando a Denise pra vir participar da reunião [...] chamei, arrumei um guaraná dali, um bocado de pão com manteiga daqui, tinha umas doze mulheres esperando a dona Denise e a dona Denise não veio [...] ela mandou uma pessoa, foi até um homem, um senhor, entregar os documentos tudinho e uma carta pedindo pra sair, com cinco meses ela saiu.*¹⁸⁴

Não podemos deixar de destacar a importância do processo de formatação das reuniões, o cuidado com o espaço cedido, a arrumação da sala, das cadeiras, a aquisição de alguma refeição ou o simples “pão com refrigerante” já demonstra certo cuidado em receber as trabalhadoras para a reunião. São indícios da construção de espaços de solidariedades e cumplicidades, onde antes eram atribuídas rivalidade e desunião.

Tal fragmento demonstra a importância de uma organização, da formação de uma coordenação para a Associação e da valorização das lutas sociais. São três aspectos de grande importância e citados no trabalho de Eder Sader¹⁸⁵, no qual o autor se preocupa em valorizar essas experiências numa perspectiva política. Que certamente contribuem com a presente pesquisa.

É importante perceber esta evidência como um processo, e neste estão incluídas idas e vindas não apenas na fundação da instituição, mas principalmente na manutenção e na defesa dos seus direitos. Tal qual nos sugere Eder Sader, é salutar compreendermos este processo para além de uma conquista por direitos, e sim como uma invenção/construção/criação de direitos, que são permeados pelo “fazer-se” e “refazer-se” dos sujeitos históricos. Parafraseando Sader, “pelo direito de lutar por direitos”.

Aproximadamente cinco meses após a fundação da Associação, a mesma esteve parada, sem nenhuma atividade ou sequer reuniões de planejamento, ficando a cargo de alguém incomodada o suficiente com essa situação para tomar alguma medida, foi o que

¹⁸⁴ Entrevista com Ana, em 22 de dezembro de 2019, em sua residência.

¹⁸⁵ SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 197-199.

Ana fez, solicitando uma reunião entre trabalhadoras sexuais para programarem alguma atividade para a instituição, claramente a falta de orientação e comunicação foram grandes problemas nessa primeira gestão, onde as mulheres foram colocadas ali sem mais esclarecimentos dos próximos passos.

Aí eu fiz a minha carta de saída, né? E entreguei pra Ana, entreguei uma via como ele tinha me mandado porque eu não sabia de nada, entreguei uma via pra ela e fiquei com a outra e saí das Amazonas. Quando foi um dia, eu acho que já tava com uns 2 meses, o Dartanhã me ligou falando que dentro da secretaria de DST/Aids tava a maior confusão porque ia ter uma reunião pra aumentar os preservativos, só que a Ana realmente, isso era fato, a Ana entrava em reunião calada e saía calada, não falava nada [...] Ah, e detalhe, eu esqueci de te dizer, quando eu entreguei a minha carta de renúncia a maioria das secretarias das Amazonas saíram junto comigo, aí a Ana teve que montar outra diretoria, foi isso a primeira porrada que a Ana pegou. Ela dizia que eu controlava as meninas, não, nunca controlei ninguém mana, nunca. Eu dizia que ia fazer alguma coisa e elas iam junto comigo, eu não tinha culpa de nada. Nunca quis mana, nunca quis prejudicar a Ana nas Amazonas, até porque as Amazonas eu tenho como uma filha que nasceu e filho a gente não prejudica, a gente quer que cresça, mesmo que ande pelas coisas mais ruins, mas a gente só chora vendo caminhar, mas a gente não destrói.¹⁸⁶

Esta questão do abandono do cargo de Denise causa grande desconforto até hoje. Em nossas entrevistas com Ana é possível perceber mágoa e raiva por sua atitude, pois alguns meses após o abandono do cargo, Denise fundou o *Núcleo de prostitutas Rosa Vermelha*¹⁸⁷, caracterizando aí um conflito evidente entre as duas coordenadoras. Em sua narrativa, Denise ainda tece críticas ao jeito calado de Ana, e demonstra este ser um destes conflitos. O fato de a entrevistada destacar que com a sua saída as outras colaboradoras da diretoria também saíram, pode constatar a capacidade de articulação que a entrevistada queria enfatizar.

Vale lembrar que ainda foi possível – por meio do acervo da instituição – localizar a ata da assembleia geral extraordinária do dia 19 de setembro de 2008, na qual consta a vacância da diretoria executiva e eleição da nova diretoria, ficando organizada da seguinte forma: Ana (Coordenadora), Baiana (Secretária administrativa), Tereza (Direitos

¹⁸⁶ Entrevista com Denise, em 05 de junho de 2020. Devido a situação grave da pandemia de Covid 19 a entrevista foi realizada por meio de videochamada com gravação de áudio.

¹⁸⁷ Concentraremos as análises na Associação As Amazonas. Não aprofundaremos sobre o funcionamento do Núcleo por falta de fontes, contudo, a temática representa terreno fértil para futuros pesquisadores e pesquisadoras.

Humanos), Neila (Fiscal 1), Cleide (Fiscal 2) e Debora (Secretária financeira). Formação que posteriormente passou por algumas outras modificações.

Nesta reunião que Denise renunciou a seu cargo de coordenadora por meio de documento escrito, deixou Ana mais confusa sobre o que fazer e mesmo não sabendo de muita coisa, sabia que não poderia deixar a Associação fechar.

Eu disse: “e agora?”, aí o que eu fiz, eu peguei esses documentos pra mim, aí eu disse assim “a associação não vai terminar aqui não, nós vamos brigar pra deixar isso acontecer”. Até que no começo ainda tinham umas quatro ou cinco mulheres que topou a parada sabe? Mas quando viam que não dava em nada aí abandonaram, aí o que aconteceu? Teve a reunião tudinho, ela não apareceu mandou os documentos, mandou a carta se deligando, tá, tá bom, eu tenho essa carta até hoje, tá no meio dos documentos [...] ¹⁸⁸

Daysienne Santos¹⁸⁹ com a ajuda de suas entrevistadas percebem este momento da entrega do cargo da coordenação como crucial para o processo de formalização de fato – tendo em vista que se tinha apenas a formalização de direito – processo que não tem apenas resultados na história da Associação, mas também produz grandes impactos na vida dessa mulher que assumiu as responsabilidades de levar a instituição pra frente. Demonstrando que sua vida antes da Associação era uma e depois da Associação se tornou outra, falando de suas habilidades, sua forma de se expressar, seus estudos, ou seja, sua vida mudou com sua inserção nos movimentos.

Contudo, talvez a baixa frequência das associadas estivesse ligada diretamente a saída de Denise da instituição e a proximidade que a mesma possuía com as suas companheiras, pois Denise ainda trabalhava como trabalhadora sexual e convivia cotidianamente com suas colegas, diferentemente de Ana, que não exercia mais a profissão e não parecia ser tão carismática, e possivelmente as demais trabalhadoras não se sentissem representadas ou convidadas a se envolverem.

Inspirada na obra de Eder Sader¹⁹⁰, chama-se a atenção para o papel desempenhado por Ana no “novo começo” da Associação. Assim que percebeu que a gestão formada legalmente não iria de fato abrir as portas da instituição, Ana tomou para si o lugar de não deixar a instituição fechar, e tomou a iniciativa de realizar uma reunião

¹⁸⁸ Entrevista com Ana, 63 anos, ex-coordenadora da associação As Amazonas, em 22 de dezembro de 2019, em sua residência.

¹⁸⁹ SILVA, Daysienne Santos. *Memórias, sociabilidades e resistências: O trabalho sexual feminino na cidade de Manaus nas décadas de 70 e 80 do século XX*. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Amazonas. Manaus: 2017. 129 fl., p. 107.

¹⁹⁰ SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 201-202.

e tomar a frente das atividades. Sem dúvida uma atitude que fez a diferença na história do movimento de trabalhadoras do sexo na cidade de Manaus.

Com a criação do Núcleo percebe-se o clima conflituoso gerado entre as duas representantes das instituições, mesmo a Associação trabalhando com a demanda de trabalhadoras do centro da cidade e o Núcleo Rosa Vermelha com as mulheres da Zona Leste de Manaus, os conflitos e mágoas foram percebidos em ambas entrevistas, tanto de Ana, como de Denise.

Nisso tudo [...] já ia fazer 6 meses, eu já tava fadigada que era muita reunião, tinha perdido muitos clientes, eu tinha conta mana, meus filhos tudo era pequeno, eu pagava aluguel, era muita correria. Aí [...] o Dartanhã me chamou que ele era da Associação de Garotos da Noite, a gente bebendo, eu falei pra ele [...] que eu não queria mais fazer parte de nada, porque eu tava perdendo cliente, eu tinha uma vida, então isso tava me fadigando muito. Ele falou: “tu quer sair das Amazonas?”, eu digo mas como que foi formada essa porra agora como é que eu vou sair? Ele falou: “Denise, só faz uma carta de saída e entrega e quem tiver abaixo de você assume, no caso era Ana. E na verdade a Ana sempre quis as Amazonas.”¹⁹¹

Denise revelou que foi parar no cargo de Coordenadora Geral por livre e espontânea pressão, e depois de 6 meses não aguentou o número de reuniões exaustivas e demais atividades que acabavam por prejudicar seus ganhos. Contudo, o que se pode perceber é que existiam mais de um motivo, e entre eles seus conflitos de personalidade entre Ana e Denise.

Os conflitos são naturais, as pessoas são plurais e desavenças são recorrentes, e neste caso não seria diferente. E como pode ser observado até aqui, a demanda de trabalhadoras sexuais na cidade era grande, e uma Associação no centro acabaram que não conseguia atender a todas, ficando assim delineado o atendimento das trabalhadoras que trabalhavam pelo Centro. Dessa forma, o surgimento de um Núcleo que atendesse as trabalhadoras da Zona Leste se fazia muito necessário, e naquele momento era vital um trabalho coletivo entre as duas instituições, o que poucas vezes aconteceu.

Carta de princípios As Amazonas

Foi apresentado no capítulo anterior a carta de princípios da Rede brasileira de prostitutas que era um tipo de documento que apresentava os posicionamentos e as

¹⁹¹ Entrevista com Denise, em 05 de junho de 2020. Devido a situação grave da pandemia de Covid 19 a entrevista foi realizada por meio de videochamada com gravação de áudio.

bandeiras do movimento nacional. A Associação As Amazonas era uma das instituições criadas e filiadas à Rede brasileira, e adaptou a carta de princípios da rede e abraçou os princípios para o movimento local, apresentando como suas principais bandeiras as práticas de prevenção, direitos humanos e cidadania.

A nossa missão é: As Amazonas – Associação das Prostitutas foi criada em março de 2008, e tem como finalidade trabalhar na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e do HIV/AIDS, junto a população de profissionais do sexo do Estado do Amazonas bem como a promoção de Direitos humanos e cidadania. A criação desta entidade deu-se a partir da necessidade da auto-organização, e também, de combater a violência, a discriminação, o preconceito e o reconhecimento da profissão e atuar na melhoria da qualidade de vida da categoria.¹⁹²

Este material foi confeccionado e divulgado na forma de panfleto, para o público de dentro e de fora da Associação, vale ressaltar que uma das minhas primeiras visitas na sede da instituição, foi me entregue uma série de panfletos. Percebe-se os panfletos - assim como uma placa de sinalização - também como formas de “cartão de visita”, tem a intenção de mostrar o que é, como funciona, para quem funciona. Faz parte de uma auto fundação ou de uma construção de autoimagem.

Nesses primeiros anos de funcionamento a instituição focou seu trabalho nas questões de prevenção das infecções sexualmente transmissíveis, contudo, percebe-se a adoção de termos como “profissionais do sexo” sem abandonar o termo “prostituta”: “Associação das profissionais do sexo tem como objetivo traçar metas de atuação na prevenção das DST/AIDS, visando a redução do índice de contaminação”¹⁹³.

O conteúdo da carta de princípios foi simplificado e em sua essência integrado como os princípios da As Amazonas, considerando o trabalho sexual como profissão desde que exercida por maior de 18 anos, se posiciona contra a exploração sexual de crianças e adolescentes, repudia a vitimização de trabalhadoras do sexo, bem como o controle sanitário e o confinamento das zonas e das trabalhadoras às zonas, combate a criminalização dos clientes, repudia também que se associe a trabalhadora sexual com a criminalidade, defende a regulamentação da profissão e compreende que a regulamentação promove a auto-organização das trabalhadoras, o acesso ao material de prevenção, facilita o acesso aos serviços de saúde, defende o direito de imigração para o

¹⁹² Folheto informativo As Amazonas (sem data). Disponível: Acervo As Amazonas.

¹⁹³ Folheto informativo As Amazonas (sem data). Disponível: Acervo As Amazonas.

exercício do trabalho legal, entende o trabalho sexual como um direito sexual e por fim busca que as prostitutas se entendam como trabalhadoras e não se envergonhe da sua profissão.

No folheto abaixo é possível identificar os principais objetivos da Associação As Amazonas, que consistia que lutar contra o preconceito e as desigualdades existentes na vida dessas mulheres, bem como defender e promover as liberdades, os direitos, a prevenção e as assistências à saúde e direitos humanos.



Imagem 7: Panfleto informativo dos objetivos da Associação As Amazonas (2009). Fonte: Acervo As Amazonas.

Nas letras minúsculas correspondem aos apoios que a instituição possuía na época, estão: Fórum Amazonas de OCS/DST/AIDS, Coordenação Municipal DST/AIDS, Sistema Único de Saúde – SUS, Secretaria de Cultura do Estado do Amazonas, Coordenação Estadual DST/AIDS, Secretaria Estadual de Assistência Social e Cidadania, Secretaria de Vigilância em Saúde; Governo do Estado do Amazonas, Ministério da Saúde e Governo Federal.

O que torna evidente bons apoios articulados entre As Amazonas e demais setores públicos de saúde, que denotam clara articulação de ações que alcançaram essa população de trabalhadoras sexuais na época. E demandas evidentes como saúde, direitos humanos e cidadania, são os apelos frequentes nos materiais informativos da instituição.

“Movimento social de mulheres”

Antes de iniciar a seção, percebe-se como importante a reflexão sobre a naturalização da categoria “mulher” e “mulheres”. A teórica feminista Monique Wittig¹⁹⁴ aborda a problemática a partir do rompimento da ideia de “mulheres” comporem um “grupo natural”, e isto segundo a autora, se deu a partir de um prisma feminista materialista da opressão feminina.

Segundo Wittig, nós mulheres temos sido objeto de uma divisão criada por homens, trata-se de uma divisão política e evidencia a reconstrução ideológica como um “grupo natural”, onde tanto os corpos como as mentes são produtos de manipulação. A autora coloca a necessidade de tornar evidente que mulheres são uma classe, isto é, as categorias “homem” e “mulher” são categorias políticas e econômicas, e não são fixas ou eternas.

Para Wittig, a primeira lição é compreender que “mulheres” é a classe pela qual lutamos e “mulher” é um mito, não existe, é a cristalização de um ideal, o que a autora chamou de “formação imaginária”, enquanto “mulheres” são o resultado das relações sociais. Nas palavras da autora: *“mulher” não é cada uma de nós, mas sim a formação política e ideológica que nega “mulheres (o produto de uma relação de exploração). “Mulher” existe para nos confundir, para ocultar a realidade de “mulheres”*¹⁹⁵.

A contribuição da teórica feminista auxilia de forma de clara as distinções entre “mulher” e “mulheres”. O que se tenta com essa divisão é manter a unidade entre mulheres como algo perigoso e manter a mulher sozinha como algo mais seguro para o patriarcado.

Como também abordava Michelle Perrot¹⁹⁶, mulheres em grupo causa medo, o confinamento da mulher foi um projeto executado que buscava o silêncio, a invisibilidade das mulheres e o bom andamento das sociedades patriarcais.

O estigma é um assunto que delineia todo este trabalho de tese, e outro aspecto inerente que é trazido é o cartão de visita da Associação As Amazonas: a placa de sinalização, é a postura da instituição quanto a sua autoidentidade.

¹⁹⁴ WITTIG, Monique. *Não se nasce mulher*. IN: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. 440 fls., pp. 83-92.

¹⁹⁵ WITTIG, Monique. *Não se nasce mulher*. IN: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019, p. 88.

¹⁹⁶ PERROT, Michelle. *Minha História das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 17.

Nos primeiros anos de fundação a Associação não tinha uma sede, quando aconteciam reuniões as mesmas eram feitas em salas improvisadas e emprestadas, após isso o material de escritório foi doado e instalado em uma salinha na casa de Ana e mais tarde em uma sala no espaço do sindicato dos estivadores no centro da cidade de Manaus.

não, na verdade ela não tinha nada [...] sem espaço sem nada, eu é que consegui botar pra cá, arranjei um lugar, coloquei. Eu fui lá no PT, cheguei lá no PT tavam reformando, aí tinha um armário de arquivo, tinha outro armário, tinha mesa, eu quero tudinho. Meu marido tava fazendo uma reforma no banco do itaú, ele viu dar aquelas mesas de escritório, cadeira, ele conseguiu tudinho pra mim e nós conseguimos montar, tudo o tempo todo foi aqui, aqui ou lá no sindicato. Aí nunca teve uma sede própria pra ela não.¹⁹⁷

Enquanto a Associação funcionou nos fundos da sede dos estivadores duas placas foram confeccionadas, a primeira foi aproximadamente após a firmação da diretoria, após a primeira formação para a formalização da instituição, em 2009. O letreiro em vermelho e preto era discreto não deixando claro exatamente do que se tratava, “AS AMAZONAS – APAM PONTO DE APOIO PARCEIRO SINDICATO DOS ESTIVADORES DE MANAUS”.

A fala de Ana diz muito sobre a importância de lugares de ajuda, seja qual fosse a demanda (como doação de cadeiras, mesas, armários velhos), poder recorrer a determinados lugares como Ana recorreu ao PT na busca de materiais que pudessem compor a nova sede da Associação são ações evidentes de uma ajuda mútua. Espaços como este (como o PT acabou sendo para As Amazonas) marcam profundamente a história de Associações e entre outros movimentos sociais, pois se mostram como seus aliados.

Também vale mencionar, que um partido pode ser um lugar de ajuda, como foi o PT neste momento para Ana e para As Amazonas. Possivelmente Ana possuía suas referências sobre o PT no Amazonas, sabia onde era e sabia que poderia se deslocar até o partido para pedir algumas doações de móveis usados. Pode-se afirmar que o Partido dos Trabalhadores contribuiu e fez parte da história desta instituição.

¹⁹⁷ Entrevista com Ana 3 de novembro de 2019, em sua residência.



Imagem 8: Primeira placa da Associação As Amazonas. Fonte: Acervo As Amazonas.

A placa em seu sentido é genérica em relação ao que funcionava de fato ali, em minha análise isto acontece para que as próprias trabalhadoras não se sintam acanhadas de entrarem ali e serem identificadas como tal, e isto é dado aos estigmas, que fazem com que a maioria das mulheres sintam vergonha de suas atividades e queiram se manter escondidas dos olhares inquisidores da sociedade. Deixar apenas o nome da instituição acaba por ser uma estratégia para desviar os estigmas.

A segunda placa, já foi confeccionada mais tarde, simples e discreta também de letreiro branco e fundo preto, constava: “AS AMAZONAS APAM MOVIMENTO SOCIAL DE MULHERES”, nesse sentido assumindo a identidade de movimento social, e de mulheres sem a marcação “prostituta” ou “profissional do sexo”, afinal as trabalhadoras do sexo são mulheres.

A placa deve ser um convite para que a trabalhadora se sentisse à vontade de ir até lá, tomar um café e buscar seus preservativos, e uma placa com a definição escancarada poderia afastar as mulheres trabalhadoras.

A primeira vez que o sindicato cedeu a sala pra nós eu mandei fazer uma placa pra lá [...] foi assim, como é que se diz...discretamente né, uma placa discreta, porque foi tão discreta que tinha gente que subia lá e perguntava o que é o movimento de mulheres, aí eu tinha que explicar né, dizer [...] esse é o movimento de prostituta, são mulheres! Aí eu não botei, eu podia botar assim movimento de profissionais do sexo, mas elas não iam aparecer lá, entendeu? Elas não iam aparecer, por isso eu botei assim, discretamente. Eu sempre trabalhei conforme elas queriam

né, então por isso que eu não coloquei prostituta nem profissional do sexo.¹⁹⁸

Conforme atentava Cláudia Viscardi sobre o associativismo, aquelas associações ocupavam um lugar de lacuna para os trabalhadores desassistidos em direitos mais básicos. Nesta ausência as instituições funcionavam como facilitadores para a construção de cidadania. E nesse sentido, a Associação de prostitutas distanciou essas mulheres trabalhadoras de uma ampla lacuna (seja no campo do trabalho, saúde ou moradia), e as aproximou de uma noção de cidadania, tornando serviços básicos (preservativos, consultas médicas, cestas básicas) mais acessíveis a elas.

Percebe-se que a instituição apesar de se manter organizada e com agenda de atividades executável, mantinha uma baixa frequência das associadas, sua maioria reservada suas idas até a Associação para receberem seus kits, uma cesta básica, se inscrever em algum curso oferecido ou buscar um encaminhamento médico, caracterizando uma forte evidencia do associativismo e da ajuda mútua dentro desses espaços, independentemente do envolvimento político dessas associadas.

A discricão no letreiro da placa se faz compreender na medida em que se assimila os efeitos dos estigmas na vida dessas pessoas. Em complemento Alexandra de Oliveira¹⁹⁹ afirma que trabalhadoras sexuais são vítimas enquanto grupo e são alvos de possíveis ações negativas por parte de alguns sujeitos sociais, e uma das violências apontadas pela autora é a violência que trabalhadoras sexuais sofrem apenas por serem trabalhadoras sexuais.

¹⁹⁸ Entrevista com Ana, em 15 de março de 2020, em sua residência.

¹⁹⁹ OLIVEIRA, Alexandra. *Andar na vida: prostituição e reação social*. Porto: Almedina Ed. 2011, p. 227.



Imagem 9: Segunda placa da Associação As Amazonas com a denominação de “movimento social de mulheres”. Fonte: Acervo As Amazonas.

Como também fica evidente no corpo do texto do Estatuto Social, ao longo do documento o termo adotado em sua maioria é “trabalhadora sexual” ou “profissional do sexo”. Lembrando que o modelo do documento veio do Pará que era e ainda é ligado à Rede Brasileira de Prostitutas que defendia o enfrentamento dos nomes pejorativos. Percebe-se tal contradição como um processo de amadurecimento que se dá com a formalização de documentos administrativos das instituições de trabalhadoras do sexo, e que ao mesmo tempo busca enfrentar os estigmas se busca construir novos valores para o trabalho.

Agora eu fiz uma coisa errada também, mas também no momento eu não sabia ainda, ainda não tava bem inteirada no assunto, essa modificação que eu fiz me custou caro, mas eu fiz pra incluir as ex prostitutas, eu sou uma ex, eu tenho muitas meninas que são ex, que hoje em dia é casada, trabalha, mas foi. Aí eu baseei nisso aí. Não existe só a prostituta, existe a ex prostituta e esse tema de ex prostituta, na nacional não existe, diz que não existe ex prostituta [...] prostituta é prostituta, pronto! Existe sim! [...] por isso eu digo, as vezes eu não dou a minha opinião por causa disso, entendeu? Eu não gosto de discutir, eu não gosto de briga²⁰⁰.

A partir de 2009 foi incluído o termo “ex-prostituta” no estatuto da Associação, mudança que custou dinheiro, mas que na percepção de Ana precisava ser feito para

²⁰⁰ Entrevista com Ana em 22 de dezembro de 2019, em sua residência.

incluir as mulheres que exerceram o trabalho sexual no passado, não exercem mais, mas que gostariam de contribuir com o trabalho da Associação, como foi o caso da própria Ana, a mesma ainda enfatiza que a Rede Brasileira não acredita no termo “ex-prostituta”.

Em Manaus, a pauta sobre o termo adotado referente às trabalhadoras entra em evidência na instituição As Amazonas com o surgimento das outras redes nacionais que surgem com as terminologias de profissionais do sexo – Articulação Nacional – e trabalhadoras sexuais – CUTS.

Não. Você pode ver que a mudança pra incluir as ex prostitutas, foi tempo curto (2009-2010) [...] aí a Diana disse pra mim, tu sabe também Ana que eu não concordo com esse nome de prostituta também? Eu acho muito... é um nome feio, é um nome pejorativo. Aí foi quando fundaram a Articulação Nacional de profissionais do sexo, eu digo agora sim [...] porque se tivesse na minha mão, o meu pensamento mesmo era tirar “prostituta”, o nome de prostituta. Só que a verba acabou né, não tinha mais dinheiro pra fazer a alteração... do estatuto, mas a minha vontade era de...de fazer essa alteração. Tanto fazer essa alteração, porque se você ler o estatuto ele é fechado. Isso aí tem que ser uma pessoa que entenda mesmo né... tanto quem ia fazer essa alteração de tirar o nome de prostituta e colocar profissional do sexo ou trabalhadora sexual e a abrir o leque pra não ser fechado só pra elas, entendeu? Pra dar a oportunidade de outras pessoas que não seja participar.²⁰¹

Nesta parte da conversa, Ana constrói sua narrativa a partir de um diálogo que teve com Diana sobre suas concepções sobre os termos pejorativos – prostituta e puta – e os termos ligados aos mundos do trabalho, e demonstra à vontade por alterar essa denominação, já tendo demonstrado que as trabalhadoras com que teve contato também preferem um nome mais sério. Nas oportunidades participou-se de eventos da Associação que reunia boa parte de trabalhadoras da área do centro de Manaus, percebeu-se que elas não se sentiam à vontade com o nome prostituta, ou seja, os estigmas começam pelo nome a que são referidas.

É importante perceber que quanto mais pobre for a trabalhadora mais ela é afetada pelos estigmas, portanto, o corte de classe é um marcador importante na presente análise. Isto é, os estigmas agem diferentemente na vida da trabalhadora sexual dependendo de certos cortes analíticos, como gênero, raça/etnia, classe social, faixa etária.

²⁰¹ Entrevista com Ana em 22 de dezembro de 2019, em sua residência.

Uma mulher que está no centro da cidade fazendo prostituição nas ruas que atende os trabalhadores da área central, portuária e comercial é vista de uma forma diferente da mulher que faz sexo pago pelas redes sociais, que atende à demanda de empresários e/ou os filhos dos empresários. Portanto é necessário lançar um olhar interseccional para o trabalho, e perceber que a prostituição de luxo já está legalizada desde que você seja branca e tenha uma rede social ampla de “seguidores”, diferentemente do trabalho sexual das ruas do centro da cidade e periferias.

Como mostra a antropóloga Alexandra Oliveira²⁰² o transcurso de exclusão através dos estigmas na vida de pessoas é constituído por processos sociais, econômicos e políticos de caráter estrutural onde as pessoas passam a frequentar apenas determinados espaços e pessoas que também estejam fora dos valores dominantes da sociedade. A autora trabalha a questão da noção de exclusão, e se pergunta se podemos dizer que todos os trabalhadores do sexo estão em situação de exclusão? Penso que não todos e que a percepção analítica dos cortes gênero, classe e raça/etnia podem fornecer análises mais consistentes.

A exclusão não é inerente a trabalhadores ou trabalhadoras do sexo. O que a autora apontou para o conceito de exclusão como dinâmico e processual que precisam ser analisados nas várias perspectivas, das suas histórias de vidas, perdas de empregos, desestrutura familiar etc. Se a ausência de direitos de cidadania é resultado do estigma e da condição de ilegalidade da profissão, é porque faz parte de um processo de marginalização de um grupo²⁰³, este sendo em sua maioria composto por mulheres não brancas e pobres.

Outro ponto interessante para agregar nesta reflexão é que as mulheres que chegaram a se cadastrar na As Amazonas em sua maioria são mulheres pobres, que não terminaram seus estudos. A Associação localizada na sala do centro acabava por atender a demanda de trabalhadoras daquela área, não representando uma totalidade de trabalhadoras sexuais da cidade de Manaus. Não se pretende aqui fazer um levantamento quantitativo de trabalhadoras por região, as análises aqui levantadas surgem a partir das problemáticas que as fontes instigam.

²⁰² OLIVEIRA, Alexandra. *Andar na vida: prostituição e reação social*. Porto: Almedina Ed. 2011, pp. 220-221.

²⁰³ Idem, p. 222.

O ano de fundação a primeira coisa que nós fizemos foi correr atrás dos preservativos, conseguimos os preservativos. Quem quiser pegar o preservativo tem que fazer a inscrição, dá o nome - aliás tem uma pasta aí que tem muita identidade, muito cpf, muito endereço - tem que dar cpf, identidade e o endereço, aí a gente foi pegando, foi botando na lista o nome [...] deve ter oitocentos e pouco né. [...] ²⁰⁴

Vale ressaltar que tratamos de um recorte temporal - como foi apontado no capítulo anterior - que existia interesse público para ampliar as políticas para atender essa população.

José Aristodemo Pinotti²⁰⁵ demonstra que a partir da segunda metade do século XX, aproximadamente do final da década de 1980, um movimento de unificação e descentralização do sistema de saúde brasileiro foi levantado por profissionais da saúde do país, que culminou no Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde - SUDS, em São Paulo, e posteriormente resultou no Sistema Unificado de Saúde - SUS. O autor ainda afirma que em 1987 documentos de instância federal já consentiam aos Estados a inserção dos Sistemas Locais de Saúde e a direção única de cada governo.

É importante destacar que a reforma sanitária que culminou na implementação do SUS surgiu por meio de articulação de médicos sanitaristas de esquerda como Sergio Arouca e Davi Capistrano, e entre outros trabalhadores da saúde dos setores universitários. ²⁰⁶

O relatório “Qual o orçamento para a saúde das mulheres?”²⁰⁷ do ano de 2012 evidencia através de tabelas quantitativas que dos anos de 1995 a 1990 os projetos de “Normatização e Operacionalização do SUS” e “Educação em Saúde e Mobilização Comunitária”, incluíam questões da saúde das mulheres, contudo de forma rasa e superficial.

²⁰⁴ Entrevista com Ana em 3 de novembro de 2019, em sua residência.

²⁰⁵ PINOTTI, José Aristodemo. *Saúde*. IN: PINSKY, Jaime (Org.). *O Brasil no contexto: 1987-2007*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2007.

²⁰⁶ Sobre a implementação do SUS no Brasil ver: PAIM, Jairnilson Silva. *Sistema Único de Saúde (SUS) aos 30 anos*. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(6):1723-1728, 2018.; MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves. História da reforma sanitária brasileira e do Sistema Único de Saúde: mudanças, continuidades e a agenda atual. *História, Ciências, Saúde*, v.21, n.1, jan.-mar. 2014, p.77-92.; MENEGHEL, Stela Nazareth. *Saúde e Igualdade: a relevância do Sistema único de saúde (SUS)*. In: Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. - Ano 1, n. 1 (2003), São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003.; AMARANTE Paulo; RIZZOTTO, Maria Lucioa Frizon; COSTA, Ana Maria. *Memória de um movimento: a revista Saúde em Debate e a reforma sanitária brasileira*. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(7):2023-2029, 2015.

²⁰⁷ OLIVEIRA, Guacira César; BRITO, Priscilla Caroline. *Qual o orçamento para a saúde das mulheres?* Centro Feminista de Estudos e Assessoria - CFEMEA, 2012. Tabela de dados: SIGA BRASIL, 05/04/2012. Elaboração: CFMEA, p. 6. Disponível: Acervo As Amazonas.

Sendo ampliados dos anos 2000 a 2003, o “Programa Saúde da Mulher” envolvia atividades e projetos como: estudos e pesquisas sobre a saúde das mulheres, a promoção de eventos sobre a saúde das mulheres, a publicidade de utilidade pública, a capacitação de Recursos Humanos para a “Promoção do Planejamento Familiar e da Saúde da Mulher”.

De 2003 a 2004 foi implantada a PNAISM – a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, que tratava de ações direcionadas para a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, levando em consideração a diversidade que a categoria “mulheres” possui.

Entre os objetivos da política nacional estavam: 1 - ampliação e qualificação da atenção clínico-ginecológica para não portadoras e portadoras de HIV/AIDS e/ou outras infecções; 2 - fornecer assistência em planejamento familiar no que tange a atenção integral à saúde; 3 - promover atendimento obstétrico e neonatal capacitada e humanizada que incluísse o aborto em condições inseguras para jovens e mulheres; 4 – Oferecer atendimento às mulheres e jovens em situação de violência doméstica e sexual; 5 – Junto com o Programa Nacional de DST/AIDS promover a prevenção e o controle das infecções sexualmente transmissíveis em mulheres; 6 – Instituir um modelo de atenção à saúde mental das mulheres; 7 – Reduzir mortalidade feminina por câncer; 8 - atenção à saúde da mulher na terceira idade, mulheres negras, indígenas, trabalhadoras do campo e da cidade, mulheres em situação de prisão; 8 – promover ações de prevenção e controle das infecções sexualmente transmissíveis para mulheres em situação de prisão.

No que tangem as políticas públicas que efetivamente chegassem até a população de trabalhadoras sexuais, aquelas foram possibilitadas por participação das Associações e organizações nacionais da categoria. É importante considerar que se tinha um governo federal aberto ao diálogo com as populações minoritárias, mas efetivação do acesso dessa população a esses direitos básicos foram realizados pelas articulações feitas entre as Associações de prostitutas e os governos respectivos. Nada foi simplesmente dado, e sim negociado e construído.

Leina Rodrigues²⁰⁸ evidenciou em seu trabalho a parceria histórica entre a Rede Brasileira e o Ministério da Saúde, responsável pelas ações e campanhas de prevenção a

²⁰⁸ RODRIGUES, Leina Peres. *Não quero que gostem de mim, mas exigo que me respeitem: a prostituta cidadã, os significados e as ambiguidades na relação com o ministério da saúde*. Universidade Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, 2014, pp. 72-73.

AIDS e demais infecções sexualmente transmissíveis, principalmente as que objetivavam a população de trabalhadoras e trabalhadores sexuais.

Efetivamente em Manaus, encontrou-se evidências de programas sociais que chegaram até a população das trabalhadoras por intermédio da Associação, sendo os encaminhamentos médicos em parceria com o Instituto Alfredo da Matta, o Sesc disponibilizava cursos de supletivo para as trabalhadoras interessadas em retomar seus estudos, o Mesa Brasil responsável pela distribuição de alimentos, e os dois projetos aprovados pelo Governo Federal (apresentados mais a diante).

eu fiz dois cursos básicos no sebrae, eu botei menina lá pra [...] pra fazer curso no sebrae, mana eu acho que se for pensar bem direitinho, eu trabalhei muito durante esses 12 anos. Só eu. A secretaria financeira – por isso esses documento tão tudo aqui – por que a secretaria finan...a secretaria administrativa (confusão) que era a secretária mesmo, ela só fez assinar o documento, nunca veio um dia. A coordenadora de saúde também não veio nenhum dia [...] teve aqueles dois projetos que teve durante 12 anos teve 2 projetos, é mole? Elas apareceram, mas só pra executar o projeto, mas não sentaram na mesa aí e conferiram os documentos²⁰⁹.

Nas entrevistas realizadas, Ana não esboçou insatisfações sobre os governos federais ou estaduais, a insatisfação surge pelo lado das próprias trabalhadoras e seus desinteresses nas lutas coletivas. Mas deixa claro que para ela foram anos bons de trabalho na Associação. Nos quase 12 anos de instituição aberta Ana lamenta que tiveram apenas 2 projetos, o que demonstra ser pouco em sua concepção. Mas a isso ela atribuí a responsabilidade como sendo de dentro das trabalhadoras sexuais e não dos governos.

Em conversas informais, Ana já expressou abertamente que acreditava que o governo fez a parte dele ao disponibilizar os recursos e materiais. O que fez muita falta foram os recursos humanos.

Outro ponto importante é que nesses anos mais agitados da Associação também proporcionaram a participação da instituição em espaços como “Conselho Municipal dos Direitos Humanos”, “Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres” e “Organização da Sociedade Civil”.

Eu participei...eu fui, eu participei do conselho municipal de direitos humanos, eu fui em várias reunião, aliás eu puxei uma ação lá pro centro [...] mas eu pensei que as coisas fossem dar certo, mas aí as pessoas que são do conselho são aqueles tipos de pessoas que não era pra tá lá,

²⁰⁹ Entrevista com Ana, em 10 de novembro de 2019, em sua residência.

porque uma pessoa que tá no conselho, a pessoa tá...principalmente de direitos humanos, qualquer situação que envolve direitos humanos a pessoa tem que tá né, alerta [...] aí eu comecei a ver lá no conselho municipal que as pessoas, os próprios conselheiros eles não tavam interessados, mana eu só ia perder meu tempo, tinha dia que eu chegava lá, botava no grupo, tem reunião do conselho municipal de direitos humanos, tal hora, eu chegava lá e não tinha ninguém. Cansei de ir, é lá no...naquele CSU do Parque 10 numa sala lá, cansei de ir lá, chegar lá, não ter reunião [...] aí eu fui, fui um mês, dois meses, três meses, aí vi que não trazia nada de lá, eu digo eu tenho mais coisa pra fazer²¹⁰.

A participação e representatividade de uma instituição como As Amazonas nesses espaços de construção de políticas públicas efetivas é de grande importância e de muito valor para a categoria. Contudo, Ana não deixa de tecer as suas críticas em relação as posturas dos membros do conselho, sem compromissos com as reuniões, na qual Ana conta que cansou de ir até as reuniões e não ter ninguém.

Ainda demonstrado nas reuniões, os membros escutavam as pautas da instituição, mas sentia que não havia o interesse em solucionar os problemas, e ainda falava sobre o preconceito que percebia de alguns membros dos conselhos, mais uma vez os estigmas se mostram presentes:

...escutar, escutava, mas eles não se interessavam não, eu vi que não tinha interesse igual o que aconteceu no conselho estadual do direito da mulher, o conselho estadual dos direitos da mulher... [...] a gente percebe preconceito no olhar...quando dizia assim, a Sebastiana ela é a presidente da associação das prostitutas, aí o olhar lá...a gente percebe logo. No conselho estadual do direito da mulher é só mulher [...] dos direitos humanos não, aí é homem, mulher tudo misturado... aí eu saí dos dois conselhos e foi assim, esses espaços aí que... a nova diretoria tem que ocupar, como eu tive vontade de ocupar esses espaços²¹¹.

Por mais que essas situações de preconceito e desinteresse ocorressem, Ana reafirma que é de grande importância ocupar esses espaços políticos e mesmo que não tivesse conseguido realizar o que desejasse, expressa que “teve vontade de ocupar” e que tentou fazer o que pôde. Reconhece que a nova diretoria da Associação necessita estar nesses lugares de diálogo.

Me chamavam pra reunião, uma hora eu tava aqui, outra hora eu tava ali, outra hora tava ali, eu ficava doidinha, só eu trabalhando. Então a gente faz até onde dá, quando não dá, fazer o quê? Mas hoje em dia elas tão reclamando, “dona Ana o que eu faço? Onde que eu vou pegar

²¹⁰ Entrevista com Ana, em 10 de novembro de 2019, em sua residência.

²¹¹ Idem.

preservativo?”, mana vai no posto de saúde, “ah o posto de saúde lá perto de casa não dá não, quando a gente vai lá elas dão 3, dá um tabletezinho daquele ”, mana, chega lá, você pega, você tem que se assumir, cê fala que é uma garota de programa, uma profissional do sexo ou seja lá como você queira ser chamada e que o trabalho de vocês é sexo e vocês precisam de camisinha, aí elas vão dar um jeito de arranjar. Porque eu dava 60 camisinhas e tinha muita mulher que dizia que eu não dava [...] eu digo agora eu não posso fazer nada não. Me cansei eu já tô de idade, não tô mais querendo tá nessa mais não²¹².

As rotinas de reuniões eram diárias, e Ana reconhece que estar sozinha a frente de tudo a cansou. Contudo é perceptível a sensação de dever cumprido, em nossas entrevistas e conversas informais ficava nítido que ao longo desses anos fez tudo que esteve em seu alcance.

Dentre as participações nas reuniões dos conselhos, realização de eventos, projetos e ações sociais, a distribuição dos kits de prevenção foi a atividade que mais esteve ativa. Pois algumas das trabalhadoras sexuais devido aos estigmas, tinham vergonha de se expor como trabalhadoras do sexo nos postos de saúde.

No acervo da Associação constavam várias listas de inscrição do ano de fundação 2008 até 2011, são listas dos nomes de mulheres inscritas para buscar seus kits de preservativos, e isso permite ter acesso ao fluxo de trabalhadoras do sexo que frequentavam a instituição, independente de fazer parte da diretoria ou não. Possibilita ter uma noção mínima da quantidade de mulheres alcançadas pela associação.

“Quanto mais a gente conseguia mais a gente tinha que correr atrás”

Uma das primeiras atividades a ser executada pela instituição após firmar uma diretoria para o trabalho foi a entrega de kits de preservativos. Como conta Ana em uma de nossas conversas, elas – da diretoria – iam pela zona do centro de Manaus coletando os nomes das interessadas em ter seus kits de preservativos.

Na prática a Associação As Amazonas acabara por atender a demanda de trabalhadoras da área do centro de Manaus, como Itamaracá, Igreja da Matriz, Lobo d’Almada e adjacências, que atuavam nas ruas e nas boates. Para Ana, o trabalho só foi possibilitado porque tinham mulheres para trabalhar em prol do movimento e que na

²¹² Entrevista com Ana, em 10 de novembro de 2019, em sua residência.

medida em que essa diretoria foi de desfazendo os trabalhos de ações também foram diminuindo.

[...] quando a gente começou a trabalhar a gente ia em busca delas, e quanto mais a gente conseguia mais a gente tinha que correr atrás, então tinha ações que a gente entregava 200/300 kits de preservativos, já chegamos a entregar 510 kits de preservativos numa ação só. [...] *enquanto tinha gente pra trabalhar a gente conseguia alcançar elas, mas depois que foi diminuindo o pessoal, aí ficou mais difícil.* 2008 pra 2009...eu assumi²¹³.

Intitulada “Relação das associadas: Controle de distribuição de preservativos”, as listas referentes ao ano de 2008 revelam que no começo do ano ao final aproximadamente 143 a 227 mulheres foram cadastradas e tiveram seus kits entregues, nesses kits constavam: 20 preservativos masculinos, 02 preservativos femininos e 04 géis lubrificantes. E as entregas eram feitas em quinzenas, algumas vezes sendo duas vezes em um mês e outras vezes apenas uma vez.

O ano de 2009 foi bem agitado no que se refere a entregas de preservativos e quantidade de mulheres atendidas pela ação de prevenção. Nos primeiros meses de 2009 o número de cadastradas subiu para 278 mulheres, chegando no mês de março em 318 cadastradas e o número aumentou nos meses seguintes, fechando os últimos meses de novembro e dezembro com 498 cadastradas. Segundo Ana, 2009 foi um dos anos mais movimentados para a Associação.

Lembrando que a instituição alcançou o número de 844 mulheres inscritas, ultrapassando o número de mil cadastradas entre os anos de 2014 e 2015, porém, a maioria das inscritas restringiam o acesso a instituição a entrega dos preservativos, e não se envolviam nas questões administrativas e internas.

Já os anos seguintes o número de cadastradas vai diminuindo, chegando em março com aproximadamente 222 cadastradas e fechando o mês de novembro com 392 mulheres cadastradas pegando seus kits de prevenção.

Em 2011 o número é reduzido mais ainda e a lista já é diferente, enquanto que nos anos anteriores de 2008 a 2010 as listas eram feitas no modelo de nome listado e ao lado a assinatura da trabalhadora, em 2011 a lista passa a ser apenas composta de numeração e o espaço em branco para a trabalhadora assinar. Neste referido ano o número de

²¹³ Entrevista com Ana em 3 de novembro de 2019, em sua residência.

cadastradas foi de janeiro com 110 associadas, março com 130, junho com 206 e dezembro com 115 mulheres cadastradas.

De acordo com documento de controle de entrega dos kits de preservativos da Associação, em janeiro de 2018 apenas 108 mulheres foram buscar seus kits. A queda dos números causa bastante interesse, e busca-se as evidências nas fontes. Em uma das entrevistas com Ana, o assunto é recordado:

quando eu assumi mesmo em 2008 tava bom quando a gente tava lá, a gente trabalhou muito, durante o ano todinho 2008, 2009, eu sei que eu acho que até em 2013 a gente trabalhou também, aí quando foi parece que 2014 pra 2015 que nós conseguimos é...sido contemplada com um projeto né , e esse projeto foi de 12 meses, eram dois projetos, um de direitos humanos e o outro do projeto “AMA”, a gente trabalhou esse ano de 2014 todinho pra 2015, aí quando terminou o projeto aí ficou só o recurso do ministério da saúde, aí 2015, 2016 ela foi diminuindo, porque a gente tinha o que? Cada instituição tinha um recurso de 15 mil, aí abaixou pra 12, abaixou pra 10, abaixou pra 6, até que cortaram de vez.²¹⁴

É perceptível que esses anos foram importantes para o amadurecimento das instituições de trabalhadoras sexuais no Brasil, e na cidade de Manaus. Conforme mostrado acima, trata-se de um período de grande importância para instituições como As Amazonas, a abertura do direito de participação política desses grupos nesses espaços de construção de políticas públicas é sem precedentes, e se torna visível ao longo do aprofundamento das fontes.

No acervo da Associação As Amazonas foi possível encontrar relatórios, cartilhas e pastas de Conferências Nacionais, Encontros da região Norte, Encontro de mulheres militantes, são diversas as evidências que demonstram um momento único para os movimentos sociais no Brasil.

Ana lembra que 2008 e 2009²¹⁵ foram bons anos de trabalho na Associação, dada a abertura dos recursos federais para ações voltadas para as questões de prevenção de ISTs e HIV/AIDS, e a nível nacional a rede brasileira ofereciam boas provocações e diálogos com o ministério da saúde que deram certa visibilidade para os movimentos de

²¹⁴ Entrevista com Ana em 3 de novembro de 2019, em sua residência.

²¹⁵ Vale lembrar que os anos de 2008 a 2015 o governo do PT proporcionava outro tipo de diálogo com os movimentos sociais que após o golpe de 2016 em diante, sobretudo no (des) governo atual de 2019/2020 foram esquecidos. Não quero dizer aqui que os movimentos sociais de trabalhadoras viviam nas nuvens de recursos e chuvas de voluntárias, mas que as formas de diálogos com essa população eram diferentes das de hoje.

trabalhadoras sexuais. Curioso que Ana não entra no mérito de nenhum governo federal ou estadual, ela vai apenas narrando de acordo com o movimento de trabalho na Associação, e destaca que os recursos foram diminuindo com o passar do tempo, até serem totalmente interrompidos.

Na narrativa de Ana, as dificuldades vividas então pela Associação começaram por dois motivos: falta de pessoas para compor uma diretoria de trabalho e escassez de recursos financeiros. No começo da instituição afirma-se que tanto recursos humanos como financeiros foram possibilitados mesmo que timidamente, mas não foram mantidos.

Como foi visto anteriormente no estatuto social da instituição, era previsto que cada associada contribuísse minimamente com 5 reais para manutenção da sede ou demais despesas, e refletindo hipoteticamente, com 500 mulheres cadastradas e cada uma pagando 5 reais no mínimo seriam 2,500 reais para pequenas ações ou despesas cotidianas, contudo, na prática as possibilidades eram outras. Ana atribui o não sucesso da taxa de contribuinte à falta de uma secretaria financeira para fazer o recolhimento, pois afirma ter mulheres dispostas a contribuir.

Eu tenho é os carnês aí tudinho, tá lá naquele meio lá os carnê tudinho, algumas deu 10 reais, eu estipulei 10 reais por mês, algumas ainda deu, pagou um mês, dois meses, aí não pagou mais, porque tinha que ter Bárbara, aquela pessoa exclusivamente pra fazer esse trabalho, entendeu? Que muitas delas também disseram assim também “ah dona Ana, ninguém me procura, ninguém fala nada..., mas se vierem atrás de mim eu contribuo com a associação”. O trabalho da secretária financeira né, que não fez, infelizmente não fez, mas se essas 8 mulheres, não digo nem as 8 - porque são as 3 fiscais - as 5 mulheres da associação se tivessem assumido o seu posto, nós tivesse trabalhado bacana o negócio tava bom [...] ²¹⁶

Já nas memórias de Neila, trabalhadora sexual, ex-membro da Associação As Amazonas, que em sua narrativa apontava para a necessidade de se defender as outras pautas do movimento como segurança para as mulheres que trabalhavam nas ruas e saúde como um todo, e não apenas os preservativos:

[...] como eu sempre dizia isso, a gente tem que conseguir um carro, como aquele caminhão [...] a carreta da mulher pra tá sempre ali disponível, a gente tinha que brigar por isso, brigar pela segurança, porque a gente tava a mercê dos bandidos, querendo ou não a gente tem que trabalhar na rua a gente tá a mercê de tudo, entendeu? Nós não

²¹⁶ Entrevista com Ana em 10 de novembro de 2019, em sua residência.

tínhamos segurança, a gente ia pagar os 5 reais da associação pra ganhar o preservativo? Então as meninas se desanimaram, entendeu? Ninguém queria mais continuar participando, porque querendo ou não preservativo a gente podia ir no posto de saúde e podíamos pegar [...]”²¹⁷

É possível perceber que naquele tempo ainda era possível sonhar com a possibilidade de se ter uma “carreta da mulher”²¹⁸ disponível para a Associação. O sonho não foi realizado, contudo a carreta da mulher esteve presente em alguns eventos, como o “Putá Day” e os Encontros Municipais, com serviços básicos de testes rápidos de HIV/AIDS e sífilis, tiragem de documento de identidade e etc. Destaca-se a perspectiva de futuro construída pelos movimentos sociais dessas trabalhadoras percebidas em suas memórias.

Evidentemente que ambas as pautas são importantes, e o que bem lembro contido na carta de princípios da Rede Brasileira e da Associação As Amazonas que as pautas de prevenção às ISTs são importantes, contudo, as questões de segurança, de qualidade de vida, educação também andam em conjunto com as questões de saúde.

Sobre isto, evoca-se um depoimento de Gabriela Leite, onde a militante relatava que por muito tempo as questões de saúde eram as únicas portas abertas para projetos sociais envolvendo trabalhadoras sexuais, como se elas só pudessem adoecer de infecções sexualmente transmissíveis.

De certa forma, este posicionamento do Estado se mostra como um reforço de relacionar a profissão com a propagação das infecções sexualmente transmissíveis, mais uma vez como se somente elas fossem contaminadas, ou para legitimarem a condição da profissão às piores mazelas, visão esta que também dá força para os estigmas físicos e simbólicos que continuam por marginalizar a profissão.

Toda pessoa deve ter direito à saúde, e conseqüentemente, o direito à saúde das mulheres também está em jogo. Eis o fragmento da entrevista evocada de Gabriela Leite sobre os primeiros anos de sua militância, no qual o único financiamento dado à organização de prostitutas era do Ministério da Saúde para a AIDS, Gabriela argumentava:

Não queremos mais o financiamento do Ministério da Saúde para a AIDS. Porque o único financiamento que sempre nos deram foi para a

²¹⁷ Entrevista com Neila, 37 anos. Trabalhadora sexual, de Manaus, mas hoje atua em São Paulo, em virtude disto nossa entrevista foi realizada por vídeo chamada com gravação de voz em 13 de dezembro de 2019.

²¹⁸ Caminhão com serviço itinerante de exames básicos para mulheres.

AIDS e nós não queremos isso, porque prostituta é mulher e não tem doença só da cintura pra baixo, saúde da mulher é saúde da mulher. Não queremos, não participamos mais de nenhuma...é uma decisão política...de nenhum edital do Ministério da Saúde, não queremos isso, enquanto a questão for só AIDS. O dia que se pensar na mulher como mulher nós voltamos a conversar²¹⁹.

Retoma-se este ponto para mostrar como uma pauta está relacionada com a outra. E o quanto é importante para o movimento mostrar para a sociedade que prostituta não precisa apenas de preservativo para trabalhar e para viver. É preciso segurança no trabalho, garantias como trabalhadoras e sobretudo lutar por suas identidades de trabalhadoras. Seria o ideal, entretanto, o cotidiano de trabalho na Associação em Manaus estava sendo resumido pelo desânimo e desistência das demais voluntárias.

Eu acho assim, que é *falta de incentivo, e falta de união*, não sei, as pessoas se afastam, mesmo porque, *acho que não tem verba*, assim...*pra quem tá dentro do movimento só se tiver projeto enfim, as pessoas vão se afastando*, tava só eu e a Ana, aí eu tive que viajar, precisei viajar porque minha mãe precisa de mim e já tá bem idosa, enfim, aí a Ana acabou ficando só, e uma andorinha só não faz verão né? Então foi isso aí [...] mesmo que a maioria delas não quer mostrar, não quer aparecer porque se todas nós arregaçassemos as mangas, e fosse à luta, porque a união faz a força [...] falta de interesse, enfim, tudo isso contribui pra que acabe.²²⁰

Falta de incentivo, desunião, falta de dinheiro e razões pessoais. Motivos citados por Baiana, que falava um pouco do que pensava do desânimo não só das membras da diretoria, mas também das demais associadas que não se motivavam a aprender a superar as diferenças e ajudar a Associação.

A falta de dinheiro para quem trabalhava na instituição foi comentada por Baiana e Ana, o trabalho era constante, todos os dias Ana estava na sala do centro, de segunda a sexta era possível encontrar a sede da Associação aberta, ou seja, é um trabalho árduo de manter não apenas a sala aberta, mas a manter as atividades funcionando, a articulação das pautas e a formação de novas lideranças.

Porém a realidade da demanda de mulheres atendidas pela Associação era de mulheres periféricas com renda mínima e com família para sustentarem, realmente sem uma ajuda financeira para quem está trabalhando em prol, e talvez aqui encontre um dos

²¹⁹ Entrevista com Gabriela Leite feita em 2013, para as cenas extras do documentário “Um Beijo para Gabriela”. Disponível em www.umbeijoparagabriela.com.

²²⁰ Entrevista com Baiana, em 10 de setembro de 2019, em sua residência.

fortes motivos para que a As Amazonas tenha tido uma espécie de “diretoria solitária” ao longo desses 11 anos.

Daisyenne Santos mostra que no ano de 2015 a Associação contava com aproximadamente 1,500 mulheres cadastradas, ainda sem funcionar a estratégia da contribuição mensal²²¹. Sob isto, inevitavelmente me questiono se dessas 1,500 mulheres, uma sequer tenha chegado a se unir da “diretoria solitária”, e quando pergunto de Ana:

Não, pra ajudar não. De jeito nenhum, nunca, nunca, nunca. Nunca, durante esses anos todos nunca teve ninguém que se oferecesse pra ajudar, de jeito nenhum. [...] até a última data que eu trabalhei, nada, nada, nada. Elas querem, elas só querem assim, pra si, mas pra doar alguma coisa, mesmo um tempozinho pra ajudar querem não²²².

Ana não se alonga na resposta, é enfática em afirmar que em seu tempo como membro da diretoria da Associação nunca tinha visto alguma das mulheres trabalhadoras da área se mostrarem dispostas a ajudar. Para Ana, elas estavam mais preocupadas em receber algum tipo de ajuda, seja preservativo, seja uma refeição, uma água ou um cafezinho. A partir disto, percebe-se a necessidade de investigar de alguma forma quem eram essas mulheres cadastradas (capítulo 3), que não tinham condições de doar um pouco dos seus tempos para um trabalho em conjunto, literalmente, tempo é dinheiro e dinheiro é questão de sobrevivência.

Rapidamente pensamos em um diálogo com a obra riquíssima de Marilena Chauí²²³, “Conformismo e Resistência”. A autora evidencia a cultura popular como ambígua, ou seja, como resistência e como conformismo ao mesmo tempo. Resistência como a forma pela qual as classes populares defendem e definem os seus valores, e conformismo na forma em como essas classes submetem-se as imposições da “cultura de massas”²²⁴. O popular é ambíguo, é ignorância e saber, é conformismo ao resistir e é resistência ao se conformar.

²²¹ SILVA, Daisyenne Santos. *Memórias, sociabilidades e resistências: O trabalho sexual feminino na cidade de Manaus nas décadas de 70 e 80 do século XX*. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Amazonas. Manaus: 2017. 129 fls., p. 111.

²²² Entrevista com Ana em 10 de novembro de 2019, em sua residência.

²²³ CHAUI, Marilena. *Conformismo e Resistência. Aspectos da Cultura Popular no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense. 4ª edição, 1896, pp. 120-130.

²²⁴ Chauí evidenciou que nas sociedades divididas em classes, percebe-se a separação entre as culturas “popular” vista como atrasada e a “erudita” percebida como atual, e essa separação resulta em um fenômeno de apropriação que se sucede na denominada “cultura de massas”. Em: CHAUI, Marilena. *Conformismo e Resistência. Aspectos da Cultura Popular no Brasil*. Editora Brasiliense. 4ª edição. São Paulo, 1896.

É nessa perspectiva iluminada por Chauí que se percebe o movimento de prostitutas em Manaus como um movimento de negociações e renegociações constantes, que resistem e se conformam ao mesmo tempo.

No que tangem as políticas de prevenção das ISTs, a classe de trabalhadoras sexuais se reinventou e construiu uma nova perspectiva da mulher trabalhadora do sexo como aquela que se preocupa com os cuidados com o corpo, que usam preservativos devidamente, que resiste, define e defende seus valores. A mesma classe que também aceita o fechamento de sua Associação sem grandes inquietações e movimentações.

Ações e campanhas

Suely Carneiro²²⁵ afirma que o movimento de mulheres do Brasil é reconhecido como um dos mais respeitados do mundo, visto como referência entre os movimentos sociais do país, que conduziu o andamento da constituição de 1988 e mudou a posição jurídica das mulheres no Brasil.

A autora também destaca as fortes contribuições no processo de redemocratização do país, e que ainda forneceu transformações no âmbito das políticas públicas, com a criação de conselhos da condição feminina, na luta contra a violência doméstica e sexual, na administração pública abriu espaço para a instauração de delegacias especializadas, abrigos, etc, e nas lutas no campo das sexualidades encontram-se as lutas pelas autonomias dos próprios corpos e pelo exercício do prazer que resultaram nos chamados direitos sexuais e reprodutivos.

Percebe-se que as lutas de profissionais do sexo agregam nas lutas de todas as mulheres negras e pobres, contudo percebe-se ainda o silenciamento em relação as contribuições que as mobilizações dessas trabalhadoras também trouxeram para todas nós mulheres, não apenas no que tangem os direitos sexuais e de seus corpos, mas também na criação de políticas públicas que tornem acessíveis programas de inclusão social, como educação e saúde, este último indo além das políticas de prevenção de infecções sexualmente transmissíveis. Como dizia Gabriela Leite, a mulher prostituta não adoce apenas da “cintura para baixo”.

²²⁵ CARNEIRO, Suely. *Mulheres em movimento*. Revista Estudos Avançados, 17(49), 2003, pp. 117-132.

De acordo com a tese de Leina Peres ²²⁶, desde o início da Rede Brasileira de prostitutas a AIDS está presente como pauta do movimento e assim foi levado para as demais Associações, atuando diretamente na construção de políticas públicas para a saúde, em parceria com o ministério da saúde. A autora complementa sua análise que mesmo com os conflitos de interesse entre o movimento e o Estado, as mulheres estão inseridas no contexto de construção dessas políticas e utilizam desses espaços e dessas parcerias para evidenciar suas demandas.

Com o crescimento da epidemia de AIDS no mundo na década de 1980 em diante, foram criadas agências para tratar especificamente dessas questões, agências como Inter-AIDS e AIDS'Cap financiavam e desenvolviam ações para o desdobramento de programas de saúde e educação em vários países da América do Sul e da África, para as pessoas chamadas de “grupos de risco”²²⁷.

Gabriela Leite em 1989 participou do V Congresso Internacional de AIDS em Montreal, e concedeu uma entrevista sobre suas impressões do congresso e das reais demandas das trabalhadoras do sexo, evidenciando lacunas e preconceitos. Na época os dados e demais informações sobre a prostituição ainda eram realizadas nos modelos epidemiológicos e não se aprofundavam das questões políticas do lugar que essas mulheres ocupam e deveriam ocupar na sociedade. Gabriela falava da importância dessas trabalhadoras serem colocadas nos lugares de educadoras e difusoras das principais práticas de prevenção, ou seja, como aliadas na elaboração de políticas públicas.

No congresso como tá essa coisa grande, muito feira internacional, eu estou só me atendo às questões que dizem respeito à prostituição né? Então tô consultando lá os painéis lá embaixo e amanhã vai ter uma tarde pra questão da prostituição. O que eu tenho visto são trabalhos muito dando porcentagens sem entrar na questão sócio-cultural mesmo da prostituta, quais os trabalhos que tão sendo feitos pra prevenção e [...] o lugar da prostituta como educadora de homens né, que seria importante, e trabalhos assim muito epidemiológicos certo? E isso é muito ruim né, que coloca a prostituta muito assim, como aquela pessoa que é uma grande portadora do vírus, eu ouvi uma pessoa falar inclusive que dizia que todas as prostitutas no seu país estão contaminadas pelo vírus da AIDS né, então é realmente [...] um grande preconceito com relação a prostitutas ao passo que se faz o trabalho de prevenção e isso

²²⁶ RODRIGUES, Leina Peres. *Não quero que gostem de mim, mas exigo que me respeitem: a prostituta cidadã, os significados e as ambiguidades na relação com o ministério da saúde*. Universidade Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, 2014, p. 28.

²²⁷ ALVAREZ, Gabriel Omar; RODRIGUES, Marlene Teixeira. Prostitutas cidadãs: Movimentos sociais e políticas de saúde na área de HIV/AIDS. *Revista de Ciências Sociais*, v. 32 n. 1/2 (2001): Cidade e Cidadania, p. 189.

eu não vi nenhum aqui, trabalho de prevenção, informação com folhetos bonitinhos, essa coisa, alegres, principalmente alegres...a prostituta pode ser uma grande difusora de ideias, porque ela tá com muitos homens sempre né²²⁸.

Rodrigues e Alvarez²²⁹ mostram que os movimentos sociais surgidos no processo de redemocratização durante os anos 1980 também foram solicitados a se envolverem na forma de convênios com o governo através no Ministério da saúde que atua como um mediador dos recursos, estes são repassados para as organizações não governamentais – ONGs locais que ficam a cargo de executar as atividades, o que os autores chamam de “terceirização das tarefas do Estado”.

Essa relação entre Estado, sociedade civil e cooperação nacional fazem parte da principal direção política e operativa das diversas agências de cooperação internacional, é importante destacar que várias dessas organizações atuaram em parceria com trabalhadoras do sexo e outros segmentos, principalmente no que tangem os programas de capacitação e prevenção. E o contato das trabalhadoras com essas ações tornou acessível serviços como saúde, assistência social e jurídica, que antes não eram acessíveis e quando eram acessíveis eram de baixa qualidade.

Maria da Glória Gohan²³⁰ mostra que no Brasil do decorrer dos anos 1980 os movimentos sociais atravessaram algumas fases que vão do otimismo à hesitação até a descrença, e atribui a alguns fatores como o surgimento de instituições conglomeradas dos movimentos sociais populares, principalmente no setor de moradia e com a multiplicação das ONGs, colocadas pela autora como os novos movimentos sociais dos anos 1990. Sendo que nas décadas anteriores, 1970 e 1980 as pastorais formavam também organizações e mobilizações populares²³¹.

Em Belém, no Estado do Pará, o grupo de mulheres começou suas ações a partir do trabalho da Inter-AIDS em conjunto com a pastoral das mulheres – projetos da igreja católica que executavam entre outras coisas atividades de evangelização para mulheres pobres. Na década de 1990, o GEMPAC também contava com o apoio da coordenação

²²⁸ Fala de Gabriela Leite no V Congresso Internacional de AIDS em Montreal, em 1989. Disponível em acervo pessoal e na rede através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=1igBqOg1el8>.

²²⁹ ALVAREZ, Gabriel Omar; RODRIGUES, Marlene Teixeira. *Prostitutas cidadãs: Movimentos sociais e políticas de saúde na área de HIV/AIDS*. Revista de Ciências Sociais, v. 32 n. 1/2 (2001): Cidade e Cidadania, p. 190.

²³⁰ GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997, pp. 286-286.

²³¹ GOHAN, Maria da Glória. *Os movimentos e as lutas do período de 1964-2004 em São Paulo*. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, setembro de 2004.

Municipal de IST/AIDS que desenvolveu projetos como “sexo seguro” que executavam atividades de distribuição de preservativos, palestras e seminários, e também envolvia - se em parceria com o Ministério da saúde e com a Secretaria de Saúde do Pará²³².

As Amazonas também contavam com a parceria entre as coordenações municipais e estaduais de IST/AIDS para desenvolver suas ações. Ao longo dos seus anos de história a instituição conseguiu aprovar dois projetos sociais e realizou várias ações de distribuição de preservativos e encontros municipais voltados para a orientação dessas trabalhadoras em relação aos seus direitos. Nesta seção o foco se encontra nos projetos executados ao longo da gestão, sendo os projetos “Feminização, prazer e prevenção” e o projeto “Sem vergonha”.

Lembrando que várias atividades foram realizadas ao longo desses anos, mas nesta seção serão apresentados os projetos submetidos e aprovados pelo Ministério da Saúde. Ambos os projetos são elaborados em harmonia, sendo o primeiro voltado para atividades de prevenção e questões de saúde como um todo e o segundo voltado para as questões dos direitos humanos e da luta pela identidade de trabalhadoras.

Chama-se a atenção para um dos pontos de destaque neste tópico, a maturidade administrativa e de organização da instituição, bem como a participação social alcançada pela categoria neste período em que a Associação se encontrava a todo vapor de suas atividades, que possibilitou a criação de direitos básicos e acesso a projetos sociais que objetivavam melhorar a vida dessas trabalhadoras.

Feminização, prazer e prevenção

O primeiro projeto foi coordenado por Ana e planejado para os anos de 2012 e 2013, mas estendendo sua execução ao ano de 2014. A própria Associação As Amazonas foi a instituição mantenedora, ou seja, a responsável pelo recebimento dos recursos, e a instituição executora das atividades.

Foi solicitado o repasse do Ministério da saúde o valor de R\$ 22.666,66 para execução de atividades envolvendo informação, educação e comunicação para o público alvo da Associação, “profissionais do sexo feminino”²³³ da zona sul de Manaus,

²³² ALVAREZ, Gabriel Omar; RODRIGUES, Marlene Teixeira. *Prostitutas cidadãs: Movimentos sociais e políticas de saúde na área de HIV/AIDS*. Revista de Ciências Sociais, v. 32 n. 1/2 (2001): Cidade e Cidadania, p. 201.

²³³ Formulário do Projeto “Feminização, prazer e prevenção”. Submetido em 2012 ao Ministério da Saúde. Disponível: Acervo As Amazonas.

especificamente a área central da cidade, nas proximidades da sala sede no anexo do sindicato dos estivadores.

Um dos objetivos do projeto era reduzir a incidência da infecção pelo HIV/AIDS e outras ISTs e para isto foram solicitados os insumos para a execução das atividades, sendo eles 144.000 preservativos masculinos, 24.000 preservativos femininos e 28.000 géis lubrificantes em sachês.

O projeto possuía uma proposta de integração com o Sistema Único de Saúde - SUS, através de parcerias com as secretarias de saúde do Estado e do Município, SUSAM e SEMSA. Estas parcerias eram executadas nas formas do envio de profissionais de saúde capacitados para ministrar palestras sobre prevenção das ISTs, HIV/AIDS e hepatites virais para as trabalhadoras.

Outra forma de parceria firmada no projeto foi o uso de formulários de encaminhamentos médicos, ou seja, a trabalhadora que desejasse ou precisasse de consultas e/ou exames médicos buscasse o encaminhamento diretamente na Associação e com ele em mãos se dirigisse a um posto de saúde ou para os centros de referência em ISTs/HIV/AIDS, como a Fundação de Medicina Tropical Heitor Vieira Dourado e a Fundação Alfredo da Matta para ser atendida.

Como tem sido evidenciado ao longo do trabalho, o peso do estigma mantém algumas mulheres que trabalham com o sexo escondidas da sociedade que as cerca por vergonha de seus trabalhos, esse peso também pode tornar algo que pode ser simples para algumas pessoas como uma consulta médica, pois para algumas trabalhadoras sexuais pode ser um momento de vergonha e receio de ter que identificar sua profissão no processo de triagem para as consultas.

Os encaminhamentos fornecidos pela Associação foram pensados no sentido de tornar o acesso à saúde menos tortuoso para algumas dessas mulheres. Como é possível observar abaixo na ficha de encaminhamento, na elaboração da ficha e na organização do serviço, no qual era solicitado o atendimento e já direcionava ao médico especialista. Vale ressaltar que no acervo da instituição encontrei vários blocos de fichas de encaminhamento.

Imagem 10: Ficha de encaminhamento médico para trabalhadoras sexuais. Fonte: Acervo As Amazonas.

A proposta objetivava principalmente a capacitação e orientação das trabalhadoras do sexo sobre o uso correto e constante dos preservativos masculino e feminino tanto nas suas relações estáveis como nas relações sexuais de trabalho, para que após a orientação essas trabalhadoras possam se tornar agentes multiplicadoras das informações:

“...incentivando o protagonismo como forma de diminuir o preconceito e estigma, e com isso reduzir a incidência de infecções nesta população, como parte do Plano Integrado de enfrentamento da feminização da epidemia de AIDS e contra outras DSTs, na cidade de Manaus e no estado do Amazonas”²³⁴.

Esse Plano Integrado de enfrentamento da feminização da epidemia de AIDS faz parte do Programa Nacional de IST e AIDS do Ministério da Saúde ²³⁵ desde o ano de 2007, que tinha como objetivo oportunizar a saúde sexual e reprodutiva através de atividades que facilitem o acesso a insumos de prevenção, bem como os acessos ao diagnóstico e ao tratamento das infecções para as mulheres do país.

O nome do projeto por si só convida para diversas reflexões, a principal delas circula sobre esse conceito de “feminização”. Como citado no documento o projeto objetivava também o enfrentamento da feminização da epidemia da AIDS e outras ISTs, ou seja, enfrentar o processo de tornar a epidemia feminina, e principalmente atribuir a

²³⁴ Formulário do Projeto “Feminização, prazer e prevenção”. Tópico “Objetivo geral”. Submetido em 2012 ao Ministério da Saúde. Disponível: Acervo As Amazonas.

²³⁵ Programa que coordenado pela Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres Nilcéa Freire e pelo Ministro da Saúde José Agenor Álvares da Silva, sob o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Cartilha em: http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_feminizacao_final.pdf. Acesso em: 07/05/2020.

propagação de infecções sexualmente transmissíveis às prostitutas, como observou-se ao longo das pesquisas em jornais locais.

Sabe-se que era propagada a ideia de que existiam os grupos de risco, mais vulneráveis ao vírus, entre eles estavam os homossexuais, transsexuais e mulheres cis gênero que trabalhavam com sexo. Esta perspectiva soa um tanto machista e preconceituosa, pois é sabido que basta se relacionar sem preservativo para estar vulnerável ao vírus, independente do seu tipo de trabalho, identidade de gênero ou sexual. Perspectiva esta que também reforça os estigmas em pessoas que trabalham com sexo, por isso buscava-se combater.

Em termos globais, a epidemia de AIDS se constituiu em uma realidade para as mulheres, desde o seu surgimento. A ocorrência da infecção pelo HIV foi detectada em mulheres, em 1981, nos Estados Unidos. Entretanto, como a existência desses casos era entendida como restrita a mulheres parceiras de usuários de drogas injetáveis, de hemofílicos e de homens bissexuais, ou mulheres envolvidas na prática da prostituição, foi somente no início da década de 90 que surgiram as primeiras respostas coordenadas voltadas para esse segmento²³⁶.

Desde que entrou-se em contato com a Associação de profissionais do sexo e com os estudos voltados para a temática percebe-se a grande quantidade de programas e ações de orientação da população de trabalhadoras sexuais a nível nacional, desde os finais dos anos 1980 campanhas ensinando como inserir e retirar preservativos, e conscientizando da necessidade, a importância do uso dos métodos e demais cuidados com a saúde o que pode nos levar a pensar que as trabalhadoras do sexo estão bem mais protegidas e orientadas que as mulheres que não trabalham com o sexo, que na maioria das vezes não recebe orientação familiar ainda sob a velha perspectiva de que mulheres não precisam saber sobre sexo. Certamente, atribuir infecções sexualmente transmissíveis à profissionais do sexo são percepções preconceituosas que reforçam os estigmas dessas trabalhadoras.

²³⁶ MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde Programa Nacional de DST e AIDS. *Plano Integrado de enfrentamento da feminização da epidemia de AIDS*. 2007, p. 8. Disponível: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_feminizacao_final.pdf. Acesso em: 07/05/2020.

Sem vergonha de lutar por direitos

Projeto executado nos anos de 2013-2014²³⁷. Sob a coordenação de Baiana num primeiro momento, e posteriormente por Elizandra. Foi um projeto mais centrado na conscientização das trabalhadoras sexuais quanto aos seus direitos, mas que também buscou facilitar o acesso dessas mulheres a serviços básicos. Foi financiado pela Fundação de Medicina Tropical Doutor Heitor Dourado – FMT – HVD.

Os principais objetivos do projeto “Sem vergonha” era de esclarecer as trabalhadoras sobre os seus direitos de cidadãs, através de palestras educativas sobre direitos humanos e prevenção às infecções sexualmente transmissíveis.

É importante lembrar que as lutas são multifacetadas, ou seja, o que se busca com os projetos e com políticas públicas são direitos, direito de poder se organizar, poder ter um espaço pra se reunir e conversar sobre suas articulações, o direito de permanecerem nos espaços de sua cidade – debate que consta no capítulo seguinte -, de trabalhar e poder se orgulhar disso, enfim o direito de existir e resistir.

Primeiramente foram confeccionadas as cartilhas de orientação, indicando onde encontrar a Associação, os objetivos do projeto, telefones de emergência para denúncias de violências como delegacia da mulher, disque denúncia, polícia militar, conselho municipal dos direitos da mulher, disque direitos humanos, etc., com texto informativo sobre a Lei Maria da Penha, sobre organização de sociedade civil, participação social, pensão alimentícia, direito previdenciário e direitos reprodutivos.

O título do projeto “Sem Vergonha” faz parte de uma estratégia de enfrentamento dos estigmas que são colocados sob essas trabalhadoras, uma forma de mostrar para essas mulheres que elas têm profissão, e que não precisam se envergonhar de algo que promove o sustento seus e de suas famílias.

Apesar da capa da cartilha ser bem colorida e chamativa (observa-se abaixo), o seu conteúdo é todo em forma de textos, dificultando o acesso de mulheres não alfabetizadas, onde o apelo às imagens se torna estratégia aliada para levar as orientações a todas.

É importante lembrar que a demanda de trabalhadoras atendidas pela Associação e seus projetos eram em sua maioria as mulheres que trabalhavam na área do centro da

²³⁷ Relatório Trimestral do Projeto “Sem vergonha de lutar por direitos”. Submetido em 2013 ao Ministério da Saúde. Disponível: Acervo As Amazonas.

cidade, que moravam em outros bairros que não o centro e obtinham pouca formação, geralmente os estudos não concluídos, como será apresentado em capítulo mais à frente.

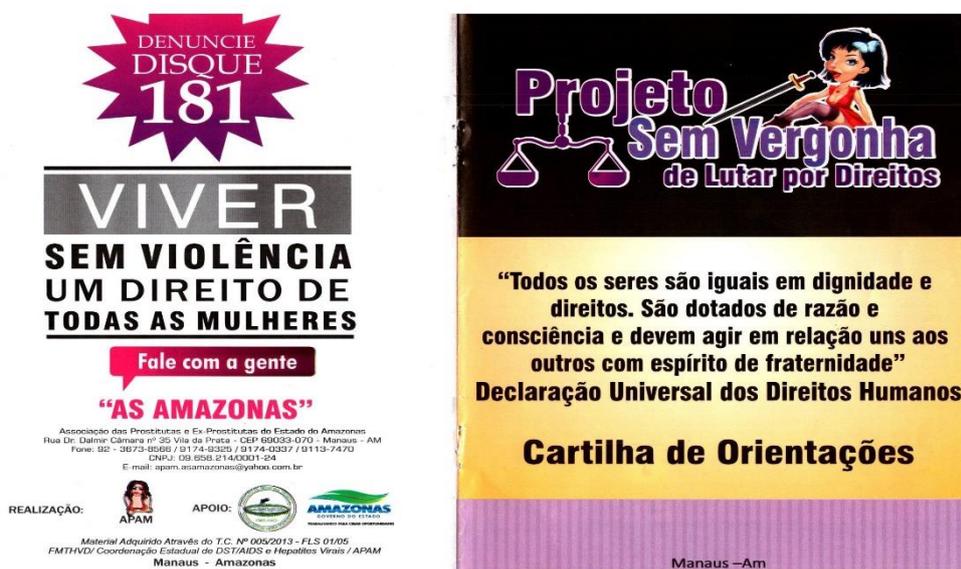


Imagem 11: Cartilha de orientações do projeto “Sem vergonha de lutar por direitos”. Fonte: Acervo As Amazonas.

Tivemos acesso às informações deste projeto através de relatórios trimestrais feitos pela Associação, e foi possível verificar que as atividades foram iniciadas em outubro de 2013 com a submissão do projeto. A sua execução foi iniciada em 2014 com a confecção da cartilha de orientações, com as primeiras atividades divididas em palestras com os gestores da área de segurança pública e com a secretaria Estadual de Justiça e Recursos Humanos – SEJUS/AM, contando com a participação de mais ou menos 35 mulheres e com distribuição de kits de preservativos.

No mês seguinte foi realizada a palestra com o tema “mulheres conquistando espaços na sociedade” que contou com a participação de 54 mulheres e distribuição de preservativos. E já no mês posterior foi realizada uma reunião na sede de apoio do sindicato dos estivadores para uma reunião com os proprietários de bares, casas de shows, boates e afins para discutir as questões de segurança durante o trabalho, e esta programação contou com o número de 85 trabalhadoras, onde também foram distribuídos os kits de preservativos. Sendo esta última de grande potencial, pois mobilizou um bom número de trabalhadoras interessadas. Pois uma das grandes dificuldades expostas na

documentação era de conseguir reunir um bom número de trabalhadoras do sexo nas atividades, tendo em vista que as atividades eram sempre em horários de trabalho.

A jornada de trabalho das trabalhadoras sexuais que atuavam nas ruas da área central de Manaus acompanha o movimento do fluxo de pessoas do centro comercial, ou seja, das 8 horas até as 18 horas, o chamado “horário comercial” representava o melhor movimento da área. O que pode ser uma surpresa para muitos que acham que a prostituição apenas é feita a noite, esse é caso do trabalho exercido dentro das boates, o trabalho nas ruas acompanhava o fluxo de pessoas do centro comercial.

Também foi encontrado em meio ao acervo da instituição um esboço do relatório do projeto “Sem vergonha” feito à mão, onde era expresso que apesar da execução das atividades, “*o projeto se encontra na sua execução normal apenas encontrando algumas dificuldades para realizarmos as quatro reuniões semanais devido as dificuldades das profissionais do sexo deixarem seu local de trabalho*”²³⁸. Segundo Daisyenne Santos²³⁹ as profissionais que atuavam nas boates eram as que mais tinham dificuldade de frequentar a Associação, isso por terem horários mais rígidos determinados pela casa em que trabalham, diferentemente das mulheres que atuavam nas ruas e que flexibilizavam seus horários de trabalho, mas mesmo assim tinham suas dificuldades de frequentar as reuniões.

o espaço do sindicato as vezes era mais pra eventos, os encontros. As reuniões eram na sala mesmo, as vezes era aqui (na casa de Ana) as vezes a gente fazia na praça, entendeu? Quando a gente tinha sala, porque essa é a segunda vez que nós começamos a usar aquela sala (no centro), no outro presidente (do sindicato dos estivadores) nós usamos também a sala, uns 3 anos, aí a gente fazia lá as reuniões. Mas mana, era uma luta pra fazer essa reunião lá, uma luta mesmo [...] eu acho que pelo caderno de lista de frequência daí tu ver quantas devia ter²⁴⁰.

A frequência de participantes nas reuniões da diretoria foi possibilitada com o auxílio do livro de atas da Associação o qual Ana faz referência no fragmento acima. Consta que no ano de 2008 foram realizadas quatro reuniões com frequência média de 4 a 10 mulheres. No ano seguinte, 2009 foram registradas duas reuniões contando de 5 a 6 participantes. Não foram encontrados registros de reuniões nos anos de 2010 e 2011. No

²³⁸ Manuscrito “Dificuldades do projeto sem vergonha”. 2013. Disponível: Acervo As Amazonas.

²³⁹ SILVA, Daisyenne Santos. *Memórias, sociabilidades e resistências: O trabalho sexual feminino na cidade de Manaus nas décadas de 70 e 80 do século XX*. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Amazonas. Manaus: 2017. 129 fls., p. 117.

²⁴⁰ Entrevista com Ana em 10 de novembro de 2019, em sua residência.

ano de 2012 os registros retornam com duas reuniões e frequência média de 6 a 11 mulheres – no mesmo ano a Associação registrou cerca de 1.116 trabalhadoras sexuais cadastradas.

Ambos os projetos foram de 12 meses e depois disso não houve mais nenhum projeto aprovado, tentou-se ainda a submissão de outro projeto anos depois, porém com a tentativa não feliz por pendências burocráticas internas.

Este contexto permite compreender as várias dificuldades que permeavam as atividades da Associação As Amazonas, que vão de baixos recursos, conflitos internos e a falta de aderência de outras trabalhadoras dispostas a somar os esforços nas atividades, pois mesmo com a falta de projetos aprovados a instituição ainda contava com o grande contingente de preservativos a serem entregues, e como já foi visto neste capítulo, as trabalhadoras do sexo não necessitam apenas de preservativos para viver e trabalhar com qualidade, era necessário força humana para que dentro da coletividade pudessem surgir ideias que formulassem políticas públicas direcionadas a essas mulheres.

[...] aí de uns tempos pra cá foi dificultando as coisas, as próprias coordenações dificultando as coisas, diminuindo o recurso , que o ministério da saúde ele dava, ele tinha uma cota de...de recurso pra trabalhar justamente essas ações [...] agora não tem mais, a gente trabalhar sem apoio não tem condições, porque tudo vai sair do bolso da gente, até pra comprar uma água, tem que sair do bolso da gente, mesmo assim ainda não tem...quando tiraram o recurso todinho, ainda voltei...[...] eu continuei fazendo a entrega dos preservativos, mas aí eu ia lá, no ponto delas pra entregar, eu não fazia reunião, não fiz mais encontro, esse ano nós só fizemos o Puta Day né, não teve encontro, porque já não tinha mais recurso [...] ²⁴¹

Um dos grandes problemas encontrados ao longo desses anos foi a falta de recursos humanos. O ano e 2016 foi o último registro de reunião com frequência de outras participantes, depois disso Ana ficou praticamente sozinha a frente das atividades da Associação.

Com o passar dos anos, aproximadamente a partir do ano de 2017 a Associação passou a contar apenas com o suporte dos preservativos para a montagem dos kits e distribuição. De 2018 em diante além de Ana, a Associação ainda contava apenas com 3 colaboradores que não eram trabalhadores sexuais.

²⁴¹ Entrevista com Ana em 3 de novembro de 2019, em sua residência.

Nesse momento a Associação já não contava com nenhum recurso externo para projetos, as poucas atividades que eram realizadas eram possibilitadas por “cotinha”, onde cada um contribuía com alguma quantia para pagamento de taxas para evento, aluguel de algum material e com doações de órgãos dos poderes públicos como secretarias de cultura para estrutura de som, espaço para palestras e serviços básicos como retiradas de documento de identidade, exames preventivos e doação de refeição.

No ano de 2019 após as sequências de roubos na sala-sede do Centro, o espaço foi entregue ao Sindicato dos estivadores, e as poucas coisas que ainda restavam retiradas de lá para a casa de Ana, após finalizar todo o estoque de preservativos as atividades da Associação foram interrompidas “temporariamente” para buscar se formar uma nova gestão, e enquanto isso nenhuma atividade tem sido realizada na zona do centro de Manaus.

Após observar fundação e o funcionamento da instituição, fica evidente que a Associação foi fundada para atender as trabalhadoras sexuais da área central da cidade e inevitavelmente surge a questão: onde estão e quem são/foram (tendo em vista que algumas delas não estão mais vivas) essas mulheres trabalhadoras da área central. Estas problematizações serão encaminhadas no próximo capítulo.

Capítulo III

As Trabalhadoras do sexo e a Cidade: exclusões e ambiguidades

Os encontros mostram que nós putas somos estrelas e juntas formamos uma constelação. Quanto mais movimento de puta, melhor, pra nos tirar da invisibilidade, pra acabar com o estigma, com o preconceito, a vitimização, e a gente ter coragem de se identificar como prostituta. É fácil dizer que é advogado, médico, mas dizer que é puta é muito difícil. Pra dizer que é puta tem que estar com autoestima lá em cima. Por isso acho que a maior conquista do movimento é as putas estarem se identificando. E seria bom que as prostitutas que estão na universidade também se identificassem.²⁴²

Esta pesquisa possibilitou anos de convivência com trabalhadoras do sexo de diversas condições econômicas, educacionais etc., e percebe-se que não seria correto afirmar que apenas mulheres pobres e negras fazem prostituição, a prostituição é uma saída para vários seres humanos – mulheres cis gênero, mulheres trans, homens cis gênero e etc. – sim, pessoas se mantêm e sustentam suas famílias com o dinheiro de sexo pago, assim como muitos pagam as contas com o dinheiro do seu trabalho.

A questão aqui apresentada circula sobre quem eram as mulheres que contavam com a Associação *As Amazonas*? Eram as trabalhadoras que exerciam suas atividades nas redondezas do centro comercial da cidade.

Todas as tardes que passei na região de trabalho sexual no centro da cidade percebia que eu não era bem quista por algumas. Outras conversavam comigo naturalmente enquanto esperavam por clientes, outras simplesmente ignoravam a minha presença, e quando tentava alguma aproximação, não queriam falar comigo. Não as culpo. Possuía um cronograma de abordagens e possíveis conversas, contudo com o cenário em 2020 de pandemia do novo Corona vírus crescendo no Brasil, sobretudo na cidade de Manaus, muitos planos mudaram.

Como já levantado, o conjunto integral dos acervos da Associação, já havia localizado diversas fichas de cadastro de anos diferentes, e decidimos mergulhar sobre esta documentação, e através dela conhecer um pouco mais da demanda de trabalhadoras atendidas pela instituição apresentada no capítulo anterior.

²⁴² Vânia Rezende, Associação Pernambucana de Profissionais do Sexo – APPS, Recife. Em: Jornal Beijo da Rua. Número 2, dezembro de 2017, p. 4.

Do ano de 2008 a 2014 – que foram os anos de intensas atividades da Associação – foi localizado diversas fichas de vários projetos, cadastros na entidade, registros de trabalhadoras do sexo no programa Mesa Brasil, inscrições em projetos como o “Feminização” e o “Sem vergonha de lutar por direitos”, além de fichas de cadastro de projeto da Arquidiocese de Manaus.

Entre Marias, Sebastianas, Fátimas e Franciscas, nenhuma mulher terá a sua identidade exposta, e devido a variedades de nomes em comum, elas serão chamadas pelos seus primeiros nomes apenas, com a intenção de preservar suas identidades, pois compreendemos a dor dos estigmas impelidos a essas mulheres, algumas delas já se foram e outras permanecem em vida de batalha²⁴³.

Todas as mulheres são diferentes umas das outras e suas oportunidades também não são iguais. Ser prostituta não é destino, mas também não é uma maldição. Assim como todas as prostitutas não são iguais, cada uma delas tem uma história, tem oportunidades ou a falta delas.

Foram relacionadas fichas da Associação com algumas narrativas orais de nossas entrevistadas no intuito de aproximar essas experiências de vida aos leitores e leitoras deste trabalho.

Para além de uma “quantificação de vidas” – como costumava-se enxergar tabelas e arrolamentos – os demonstrativos quantitativos são apresentados no objetivo não apenas de complementar uma visão mais panorâmica das fichas utilizadas neste capítulo, mas no sentido de provocar as discussões instigadas pelas fontes. E a história oral possibilita através da escuta ampliar o reconhecimento dessas histórias e de transformar as pessoas envolvidas a partir dessas escutas, como um processo de mediação que é possibilitado não por dar a voz a alguém, mas sim dar a escuta.

É importante também lembrar que se percebe os sujeitos e as sujeitas²⁴⁴ históricas como pessoas em movimento, com autonomia nas vivências e sobrevivências, para além das dualidades que vitimizam ou fantasmagorizam a figura da mulher trabalhadora sexual.

²⁴³ Termo utilizado com frequência no campo social do trabalho sexual para se referir a trabalho. “Batalhar” significa trabalhar.

²⁴⁴ Algumas autoras, entre elas Márcia Tiburi, mostraram que os movimentos feministas permitiram que as pessoas se identificassem para além da binária divisão como homens ou mulheres, abrindo-se espaço para outras identificações e diferentes expressões de gênero e de sexualidades. Em alguns casos autoras e autores se utilizam de “todes”, “tod@s” ou “todxs” para ultrapassar o binarismo de “todas” e “todos”, e assim incluir outras identidades e sexualidades.

O centro de Manaus: um lugar de permanências e transformações para o trabalho sexual

A partir do final do século XIX é possível observar uma valorização das práticas de lazer da população manauara, e com isto as praças, jardins, parques, passeios e demais espaços públicos passaram por uma série de transformações para tornar estes espaços atrativos para sua população²⁴⁵.

De acordo com Patrícia Rodrigues²⁴⁶ o centro de Manaus, especificamente a área denominada como “Manaus moderna” desde o século XIX tem sido organizado como um espaço de prestígio comercial para a cidade de Manaus. E esta área delimitada pelo porto e Mercado municipal ao longo dos tempos foi se constituindo não apenas como área comercial, mas também como lugar de moradia para alguns e de passagem para outros, além das variedades nos tipos de comércio, inclusive, o sexual. Desde o final do século XIX Manaus tem sido mostrado como um lugar de oportunidades, principalmente para a população interiorana. Sobre isto, Heloísa de Faria Cruz²⁴⁷ explica que está inserido no processo de divisão social do trabalho entre o campo e a cidade, e no processo de formação do mercado de trabalho que o capitalismo criou e organizou os espaços urbanos como diferenciados dos espaços do campo.

A perspectiva de Rodrigues sobre o espaço do centro de Manaus, especialmente a chamada Manaus Moderna como um campo de múltiplas disputas que circulam diversos interesses, destacando as tentativas de limpeza pelos poderes públicos que a área foi submetida em anos anteriores de 1960 a 1980 em diante, com a desculpa de limpar a entrada da cidade das imperfeições e perigos sanitários, após as décadas citadas as interferências foram concentradas na transformação do espaço como um lugar proveitoso para a economia e torna-lo como uma “vitrine”.

²⁴⁵ MESQUITA, Otoni Moreira de. *La belle vitrine*. O mito do progresso na refundação da cidade de Manaus. (1890-1900). 2005. 439 f. Tese de Doutorado em História Social. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro: 2005, pp. 235-246.

²⁴⁶ SILVA, Patrícia Rodrigues. *Disputando espaço, construindo sentidos: Vivências, trabalho e embates na área da Manaus Moderna (Manaus/AM – 1967/2010)*. 2011. 293 f. Tese de Doutorado em História Social. Universidade Pontifícia Católica – PUC. São Paulo: 2011, pp. 46-49.

²⁴⁷ CRUZ, Heloísa de Faria. *Mercado e Polícia* – São Paulo, 1890/1915. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v. 7 n°14, mar./ago. 1987, pp. 115-130.

MAPA DO CENTRO HISTÓRICO DE MANAUS



Imagem 12: Mapa do Centro Histórico de Manaus. Fonte: Prefeitura de Manaus (2019).

O centro histórico de Manaus está localizado na Zona Sul de Manaus, e no mapa acima mostra o centro delineado pela Av. Manaus Moderna, o contorno conhecido popularmente como “beira-rio”, no qual encontra-se o Porto de Manaus. Destaca-se também o início da Av. Sete de Setembro, onde estava localizada a Associação As Amazonas, vizinha da Praça Dom Pedro II, conhecida popularmente também como “Praça das meninas”. A Praça da Matriz destacada em cinza e logo ao lado o terminal de ônibus da Matriz, e mais acima na rua Lobo D’Almada a boate Remulos²⁴⁸.

²⁴⁸ Boate inaugurada em 1991, localizada na rua Lobo D’Almada no centro da cidade de Manaus, sendo uma das boates mais conhecidas e frequentadas desde a sua inauguração, promovendo show de *strepapease*, programas sexuais, entre músicas e bebidas. Lembrando que a rua Lobo D’Almada é conhecida pela agitação das boates e dos bares que lá funcionavam e funcionam até hoje. No ano de 2020 a boate Remulos fechou por conta dos decretos da pandemia de Covid 19, mas em 2021 publicou uma chamada de reabertura e convocação para novas trabalhadoras.

Para ver o cartaz: www.facebook.com/remulos.beer/photos/a.126238065620784/272457697665486.

A Associação estava localizada em um dos bairros que mais concentravam espaços e lugares para o trabalho sexual - fosse nas ruas, praças ou dentro das boates - no período em que foi fundada. Logo, a sua localização de funcionamento tornava-se estratégica, e a demanda atendida pela instituição acabava que eram aquelas que já exerciam os seus trabalhos no centro da cidade.

O mapa também revela um pouco da dinâmica daquele espaço dada a proximidade dos estabelecimentos, restaurantes, lojas e comércios dos mais variados setores (inclusive o sexual), bares, hotéis, salão de beleza, pontos de ônibus e linhas de ônibus de todas as regiões da cidade, portos, e evidentemente as pessoas que ali transitavam, trabalhavam e até moravam.

Márcio Araújo²⁴⁹ em sua dissertação de mestrado, evidenciou o centro de Manaus como um lugar de densidades e diversidades, e demonstra como o centro se revela como um espaço atrativo para a realização de trabalhos informais – em sua pesquisa destacam-se os trabalhos de camelôs e demais ambulantes. O sociólogo aponta que no ano de 2005, 141 linhas de ônibus circulavam pelo centro da cidade nos dias de semana, sendo 138 linhas nos finais de semana e feriados, ou seja, durante os dias de semana transitavam aproximadamente 860 veículos de transporte público durante os dias de semana, sendo o terminal de ônibus da Matriz (Praça da Matriz) um dos maiores até o ano de 2005. Fatores que também influenciam na percepção do centro da cidade como um lugar próspero para os trabalhos informais.

Vale mencionar que os locais destacados no mapa acima foram os pontos mais citados como locais de trabalho sexual pelas trabalhadoras de acordo com as fichas das associadas analisadas para a constituição deste capítulo.

Na análise das fichas das associadas é possível perceber que muitas dessas mulheres trabalhadoras do centro de Manaus também eram oriundas de famílias de extração social e econômica inferior, que moravam em outros bairros mais distantes e que iam para o centro da cidade para trabalhar.

Dessas 125 mulheres, todas trabalhavam no centro da cidade, cada uma em sua particularidade, mas a maioria morava em bairros distantes, como Tarumã, Nova Floresta, Cidade Nova, Lírio do Vale etc. O quadro abaixo evidencia que a exclusão que divide a

²⁴⁹ OLIVEIRA, Márcio André Araújo. *Trabalho Informal e Redes Sociais: os camelôs da Praça da Matriz em Manaus*. 2005. 187 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Amazonas. Manaus: 2005, p. 45.

cidade entre áreas com mais acesso aos bens culturais e sociais e outras regiões que sofrem a precariedade desses serviços e oportunidades traz consequências ainda mais graves para as mulheres, crianças e idosas.

Residência	Quantidade de mulheres
Centro	5
Outros bairros	109
Não revelou	11

Demonstrativo 4: Residência das associadas. Fonte: Ficha de cadastro de associadas 2008. Acervo: As Amazonas.

Diane Helene Ramos²⁵⁰ realizou seu trabalho de tese sobre o trabalho sexual na cidade de Campinas, ampliando perspectivas de análise sobre a prostituição nas áreas centrais das cidades.

Ramos constatou que a maioria das mulheres que trabalhavam na área central de Campinas era composta por trabalhadoras autônomas, sem agenciamentos intermediados por terceiros – sejam boates, casas ou pessoas – nas faixas etárias entre 30 a 60 anos realizando programas mais populares, durante o dia e que atendem a demanda de trabalhadores da própria região central.

Outro ponto em comum: a maior parte das trabalhadoras observadas pela autora saem de suas casas pela manhã para trabalharem e retornam no fim do dia para seus bairros, cumprindo com uma jornada de trabalho que se assemelha com a dinâmica do centro comercial da Cidade.

Geralmente elas estavam localizadas nas praças do Centro. As divisões já estavam preestabelecidas e nesse caso as trabalhadoras mais velhas dispunham dos melhores pontos em relação às mais novas, evidenciando perspectivas de disputas internas também nesse grupo social. Essas praças ocupadas pelas trabalhadoras sexuais são estratégicas na medida em que acompanham o maior fluxo de pessoas pela região.

O trabalho de Heloísa de Faria Cruz²⁵¹ também nos lembra que as forças policiais também são forças aliadas do Estado para o controle dos espaços urbanos e do mercado

²⁵⁰ RAMOS, Diana Helene. “*Preta, Pobre e Puta*”: a segregação urbana da prostituição em Campinas – Jardim Itatinga. 2015. 334 f. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2015, pp. 40-42.

²⁵¹ CRUZ, Heloísa de Faria. *Mercado e Polícia* – São Paulo, 1890/1915. Revista Brasileira de História. São Paulo: v. 7 n°14, mar./ago. 1987, pp. 115-130.

de trabalho, principalmente aquele contingente conhecido como “não-ativo”. A pesquisa da historiadora indica que as preocupações do Estado na Primeira República em sua maioria circulavam a necessidade de delimitar o trabalho e do não trabalho, e controlar os desocupados dentro dos limites capitalistas do trabalho.

Um último ponto citado pela autora, e que coincide com perspectivas analisadas nesta pesquisa, é que as trabalhadoras sexuais do centro de Campinas permaneciam nos bancos das praças ou caixotes próximos da Catedral, de forma amistosa e discreta, sem vestimentas extravagantes como costumeiramente se espera.²⁵²

É de grande importância perceber essas mulheres trabalhadoras com agência, e não meramente como vítimas de uma realidade financeira, pois todos nós precisamos sobreviver, e de acordo com a realidade interseccional que cerca cada pessoa – gênero, classe, raça etc. -, isto aumenta ou diminui as opções de sobrevivência, mas não irá subtrair a sua possibilidade de negociar e elaborar demais estratégias para seu auto sustento.

Outro ponto importante de destacar nas fichas analisadas é o local de trabalho dessas mulheres. Como foi apontado acima, a maioria das trabalhadoras se deslocavam de seus bairros mais longínquos – entre os bairros citados pelas trabalhadoras: Monte das Oliveiras, Nova Esperança, Lírio Do Vale, Cidade Nova, São José, entre outros - para exercer a atividade no centro da cidade em espaços variados.

A tabela abaixo fornece uma perspectiva geral dos lugares específicos de atuação no centro de Manaus, sendo citadas praças, ruas, paradas de ônibus e boates. Apenas oito delas não preencheram o item.

Local que atua	Quantidade de mulheres
Praça Dom Pedro II	42
Praça da Matriz	31
Praça (sem especificar qual)	15
Rua	5
Boate	5
Vários	5

²⁵² RAMOS, Diana Helene. “*Preta, Pobre e Puta*”: a segregação urbana da prostituição em Campinas – Jardim Itatinga. 2015. 334 f. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2015, pp. 41-42.

Parada de ônibus	7
Não revelou	8

Demonstrativo 5: Local de trabalho das associadas. Fonte: Ficha de cadastro de 2008. Acervo: As Amazonas.

Em minha dissertação de mestrado²⁵³, foram analisadas as representações da prostituição na primeira metade do século XX em Manaus. Tornou-se evidente a perseguição às prostitutas por parte não só dos poderes públicos nas formas de vigilância policial e médica, mas principalmente por parte da imprensa local, que dedicava muitas de suas “notícias” ao cotidiano do trabalho sexual no centro de Manaus, uma clara estratégia de controle dos corpos femininos.

O segundo capítulo da dissertação surgiu no intuito de demonstrar a perseguição sofrida por essas mulheres, e ainda evidenciar que a sociedade era expectadora, assistia e ainda participava – por meio da imprensa - das tentativas de expulsão dessas trabalhadoras do centro da cidade.

Várias ruas do centro de Manaus eram constantemente notificadas como “antro de prostituição miserável”, – termo retirado de uma entre as tantas notícias sobre prostituição - Itamaracá, 24 de maio, praça da Matriz, praça Dom Pedro, eram lugares frequentemente citados²⁵⁴. Evidenciando uma questão também de classe tendo em vista que o grande incômodo dos poderes públicos era a prostituição vista na rua, ou seja, a prostituição “barata” como nomeava a imprensa manauara. Por outro lado, a prostituição dos bordéis fechados que atendiam os homens ricos e/ou seus filhos pouco eram notificados e perseguidos.

Outros autores e autoras na historiografia local em seus trabalhos evidenciaram o centro da cidade como um espaço também ocupado pelas trabalhadoras do sexo, entre

²⁵³ LIRA, Bárbara Rebeka Gomes de Lira. *A difícil vida fácil: o mundo da prostituição e suas representações na Cidade de Manaus (1980-1925)*. 2014. 114f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus: 2014.

²⁵⁴ Como mostrava o Jornal do Comércio de 29 de janeiro de 1904: “*Epaminondas, Saldanha Marinho, Matriz, Itamaracá, 10 de Julho, 24 de Maio, para de outras não falar, sendo ruas centraes, são ninhos de prostituição barata, com todos os inconvenientes do lupanar franqueado aos viandantes.*” Nota: *Echos do Dia: A bem da moral.*” Disponível: Acervo digital do Jornal do Comércio: www.jcam.com.br

eles: Maria Luiza Ugarte²⁵⁵, Paulo Marreiro²⁵⁶, Caroline Rodrigues²⁵⁷. Com a ajuda da historiografia amazonense e das reflexões sobre o centro da cidade é possível perceber que desde o final do século XIX e início do XX, as trabalhadoras sexuais resistiram e resistem contra os infortúnios e as tentativas de expulsá-las das praças e das ruas da cidade, é sob esta perspectiva que se percebe a apropriação do Centro de Manaus como espaço de resistência dessas mulheres trabalhadoras.

Certamente, o Centro de Manaus não é mais o mesmo daquele estudado no início do século XX, e entre transformações e continuidades, Daisenne Santos²⁵⁸ evidencia em seu trabalho a Manaus dos anos 1960, 70 e 80, no qual também é possível observar a prostituição no centro da cidade como um “problema” para as autoridades e para a moralidade pública. Os jornais da década de 1960 utilizados pela pesquisadora nomeavam ruas como Itamaracá, Frei José dos Inocentes, Henrique Antoni, e a Zona portuária.

Rafaela Bastos²⁵⁹ demonstra como a área do porto de Manaus já na década de 1990 e arredores eram completamente desqualificados pela imprensa local, que atribuía a circulação de populares em grande fluxo como “balbúrdia” e “promiscuidade”, e apelava a todo momento para revitalização e retirada dessa população daquela área, processo este que corrobora para uma estigmatização dos espaços e das pessoas que ali circulavam e trabalhavam.

Diane Helene Ramos²⁶⁰ observa que a organização e segregação das zonas de prostituição das capitais brasileiras estiveram fundadas na polarização criada entre “putas” e “esposas”, sendo delimitados e estabelecidos então como espaços específicos tanto para as prostitutas quanto para as “moças de família”. A cidade era assim também

²⁵⁵ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1895-1925)*. Manaus: Editora da Universidade de Manaus, 1999.

²⁵⁶ SANTOS JÚNIOR, Paulo Marreiro dos. *Pobreza e Prostituição na Belle Époque manauara: 1890-1917*. In: *Revista de História Regional* 10(2):87-108, Inverno, 2005.

²⁵⁷ RODRIGUES, Caroline Souza. *Sombras da Noite: As mulheres marginalizadas da Belle Époque manauara (1860-1920)*. 2014. 142f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus: 2014.

²⁵⁸ SILVA, Daisenne Santos. *Memórias, sociabilidades e resistências: o trabalho sexual feminino na cidade de Manaus nas décadas de 70 e 80 do século XX*. 2017. 129f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus: 2016, pp. 43-44.

²⁵⁹ OLIVEIRA, Rafaela Bastos. *Entre memórias: as experiências dos carregadores e carregadoras da Manaus Moderna e Estação Hidroviária de Manaus (Roadway) 1993-2015*. 2016. 122f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus: 2016.

²⁶⁰ RAMOS, Diana Helene. *“Preta, Pobre e Puta”*: a segregação urbana da prostituição em Campinas – Jardim Itatinga. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2015, 334 f., pp. 90-91.

segmentarizada em espaços apropriados para a classe dominante e os que poderiam circular as “putas”, sem que uns e outros fossem confundidos ou iguados socialmente.

Ramos denominou esta divisão de “organização generificada da cidade”, circunscrita por meio do afastamento desses dois papéis femininos tidos como distintos pelo sistema patriarcal, vestidos historicamente dos saberes médico, jurídico, jornalístico, pela literatura e pela criminologia.

Portanto, percebe-se o trabalho sexual feminino no centro da cidade como uma prática de resistência às formas de controle atribuídas a todas as mulheres. O patriarcado sexualiza os corpos femininos, porém quando esses corpos sobrevivem do sexo eles são estigmatizados e perseguidos.

Para perceber isto, basta uma volta hoje no centro de Manaus e observar que as praças da Matriz e Dom Pedro II permanecem até hoje como espaços populares²⁶¹ de sexo pago resistindo ao longo dos tempos.

Uma referência importante para entender esses espaços como espaços consagrados ou já conhecidos por determinada prática ou pela permanência de determinados sujeitos históricos, é o trabalho da historiadora Sandra Pesavento²⁶², que problematizou o conceito de “estigmatização urbana” para compreender o processo que torna um lugar conhecido como “perigoso” no século XIX em diante.

Historiadoras e historiadores dedicaram suas pesquisas a problematizar as cidades em diversas perspectivas analíticas. Recorremos a outra obra de Sandra Pesavento²⁶³, na qual demonstra de forma notória algumas reflexões sobre o fenômeno da urbanização para pensar as cidades, que certamente contribuem para este trabalho de Tese. No percurso da década de 1990, a eclosão de uma História Cultural proporcionou novas abordagens ao fenômeno urbano.

A cidade não é percebida apenas como *locus* privilegiado, mas também como um problema e um objeto de reflexão. Seguindo na análise de Pesavento, a cidade é a materialidade dos sujeitos, é ação humana, ou seja, o “outro da natureza”. Ao mesmo tempo, a cidade é sociabilidade, pois acomoda pessoas, relações, personagens, grupos,

²⁶¹ Utiliza-se aqui o termo popular para fazer referência a prostituição de rua que atende trabalhadores de várias áreas, sobretudo os trabalhadores da própria área central de Manaus.

²⁶² PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Uma Outra Cidade*. O mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001, pp. 35-37.

²⁶³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias*. Revista Brasileira de História, vol. 27, nº 53, junho de 2007, pp. 13-18.

classes, hábitos, ritos e práticas sociais. A cidade também é sensibilidade, é um fenômeno cultural que atribui significados ao mundo.

A autora ainda complementa que é neste processo de abordagem que o espaço se torna lugar, ou seja, possuidor de significados e memórias, como unidades de tempo e espaço. E sublinha que as construções imaginárias de sentido construídas em relação à cidade são históricas e são datadas, portanto, a cidade é um lugar no tempo. Em suas palavras “*cada cidade é um palimpsesto de histórias contadas sobre si mesma, que revelam algo sobre o tempo de sua construção e quais as razões e as sensibilidades que mobilizaram a construção daquela narrativa*”²⁶⁴.

Raymond Williams²⁶⁵ também evidenciou as cristalizações construídas do campo e da cidade, sendo o primeiro associado a um lugar de paz e tranquilidade e a cidade como a concentração do caos e ao mesmo tempo como um centro de saberes, movimentos e barulhos, também associando aspectos negativos que podem se relacionar com as mundanidades, porém com grandes atrativos.

Evidentemente Williams parte de uma perspectiva norte global e se utiliza de procedimentos impessoais de análise, mas também faz uso de uma força pessoal, pois ele mesmo se inseria como alguém que nasceu e cresceu no campo e que cambiava experiências na cidade. Williams percebia as visões da cidade, com grandes prédios, largas avenidas, tensões e euforias se entrelaçando e proporcionando uma sensação de infinitas possibilidades, e relaciona o centro e as experiências adultas.

Longe do contexto britânico, as experiências do autor certamente conduziram a pensar nas possíveis cristalizações que podem ser construídas sobre o centro da cidade de Manaus, e principalmente em como essas imagens cristalizadas ou essa estigmatização do centro como um lugar de movimento, de promiscuidades, ou um “lugar de ganhar dinheiro” como muito se ouviu falar nas conversas informais com algumas trabalhadoras da área. E faz com que algumas dessas mulheres se desloquem de seus bairros longínquos ou de suas cidades para exercer o trabalho sexual no centro da cidade.

Certamente a dinâmica do centro da cidade foi se transformando no tempo e nos espaços. Afirma-se²⁶⁶ que a partir da década de 1970, com instauração e expansão da

²⁶⁴ Idem, p. 17.

²⁶⁵ WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, pp. 11-21.

²⁶⁶ FILHO, Vitor Ribeiro. *A dinâmica recente da área central de Manaus*. In: OLIVEIRA, José Aldemir de. (Org.) *Cidades Brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais*. Manaus: Editora da

Zona Franca, mudanças mais significativas foram impostas à vida urbana, entusiasmo que perdurou até os anos 1990, com a abertura do mercado nacional que permitiu o acesso a produtos importados em qualquer região do país, resultando numa diminuição no fluxo comercial da cidade de Manaus e conseqüentemente no enfraquecimento do comércio de produtos. E mais tarde a abertura de outros centros comerciais em outras regiões da cidade também resultaram em transformações na dinâmica do centro de Manaus.

Vale lembrar que as sedes tanto do governo estadual quanto da prefeitura, até os finais da década de 1990, localizavam-se no centro da cidade, sendo que o governo do Estado se mudou do palácio Rio Negro, situado na av. Sete de Setembro para a zona Norte, e a sede da Prefeitura foi transferida em 1999 das instalações do Paço Municipal localizado em frente à praça Dom Pedro II para a atual sede localizada no bairro da Compensa²⁶⁷.

Teve-se acesso a um mapeamento de distribuição de áreas de prostituição nos principais bairros de Manaus realizado pela Rede Brasileira de Prostitutas, GEMPAC e Fabricio Nunes (até então colaborador na fundação da instituição) para auxiliar no processo de fundação da Associação de Manaus.

Nesse mapa, é possível observar o Centro como o espaço de maior concentração de zonas de trabalho sexual, sejam nas ruas ou nas boates. Conforme dito anteriormente, o mapa foi elaborado entre os anos de 2007 e 2008, com o objetivo de mapear as áreas de prostituição na cidade, para se obter um panorama geral para a execução das atividades d'As Amazonas.

Universidade Federal do Amazonas – EDUA, 2009, pp. 61-64.

²⁶⁷ FILHO, Vitor Ribeiro. *A dinâmica recente da área central de Manaus*. In: OLIVEIRA, José Aldemir de. (Org.) *Cidades Brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas – EDUA, 2009, p.: 70. Apesar da obra fornecer bons dados sobre a dinâmica do centro da cidade de Manaus dos anos 1990 aos anos 2002 aproximadamente, o autor simplesmente silencia sobre a existência e permanência das trabalhadoras sexuais na área central de Manaus.

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS LOCAIS DE PROSTITUIÇÃO POR LOCALIDADE, TIPO E GÊNERO

BAIRRO	LOCAL	Tipo do Local de Prostituição	ENDEREÇO (ruas e avenidas)	GÊNERO E FUNCIONAMENTO		
				MULHER	HOMEM	TRAVESTI
				HORÁRIOS		
Centro	Boite Rêmulos	Boite	Joaquim Sarmento	19:00 as 5:00	19:00 as 5:00	19:00 as 5:00
Centro	Aquarius**	Boite	Joaquim Sarmento			
Centro	Scorpions	Boite	Lobo D'alMada (próximo ao Rêmulos)	14:00 as 21:00	-	Madrugada
Centro	Bar Mistura Fina	Bar	Atrás do Banco Brasil, na Praça, da Matriz	14:00 a Madrugada	-	-
Centro	Bar Holanda	Bar	Visconde de Mauá	10:00 a 00:00	-	-
Centro	Bar do Júnior	Bar	Visconde de Mauá	14:00 a madrugada	-	-
São José	Bar Natureza	Bar	Grande Circular (entrada da Feira do Multirão)	19:00 a Madrugada	-	-
Centro	Boite Jet Set	Boite	10 de Julho	23:00 a Madrugada	-	-
Jorge Teixeira	Bola da Feira do Produtor	Rua	Grande Circular	22:00 a Madrugada	-	-
Jorge Teixeira	Av. Grande Circular	Bares	Grande Circular - do Armando Mendes até Feira do Produtor- diversos bares ao longo da avenida.	20:00 a Madrugada	-	-
Aleixo	Em frente ao INPA	Rua	General Rodrigo Otávio	21:00 a Madrugada	-	-
Distrito Industrial	Calçada da Bola da Suframa	Rua	Bola da Suframa	20:00 a Madrugada	-	-
Aleixo	Av. Ephigênio Salles	Rua	Da C.E.F. até o cond. Greenwood Park	20:00 a Madrugada	-	-
Ponta Negra	Em frente ao Motel Free	Rua	Estrada da Ponta Negra	22:00 a Madrugada	-	-
Parque 10	Av. Paraíba	Rua	Altura da Telemar	20:00 a Madrugada	-	-
Coroado I	Coroado	Rua	Ao lado da Clínica Sêmia		-	-
Ponta Negra	Bares da Praia da Ponta Negra	Rua	Ponta Negra	20:00 a Madrugada	-	-

Imagem 14: Mapeamento dos espaços de prostituição por local, tipo e gênero (2007-2008).
Fonte: Associação As Amazonas.

O mapeamento revela as especificidades dos locais de trabalho sexual na cidade, isto é, se a prática é exercida por mulheres cis gênero ou trans, ou por homens, os horários e caracteriza os espaços como bares, boates e rua.

No centro de Manaus, a atividade era encontrada também nas boates como Rêmulos's (conhecida e frequentada até nos dias atuais) e demais boates localizadas na rua Lobo D'Almada como Dama da Noite, e bares como Mistura fina. Dos quais possuíam horário para abrir e fechar. No caso das boates, possuíam organização gerenciada e segurança privada. Ou seja, as trabalhadoras eram profissionais das casas.

Raimundo Alves²⁶⁸ trabalhou especificamente em sua dissertação de Mestrado sobre lupanares, boates e puteiros como espaços de sexo pago e também como espaços de sociabilidades.

²⁶⁸ PEREIRA FILHO, Raimundo Alves. Lupanares e puteiros: os últimos suspiros do Rendez-vous na sociedade Manauara. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus: 2014, 132 f., pp. 54-55.

Alves afirma que a atividade do sexo pago perdurou pelo centro de Manaus – como rua Itamaracá e redondezas - desde o século XIX até os dias atuais, contudo, este entorno atendia à demanda de clientes de renda mais baixa. Diferentemente das boates de strip-tease que a partir dos anos 1990 – como o Remulo's e demais - atendiam a uma outra demanda de clientes.

Centro	Praça D. Pedro II	Rua	Centro de Manaus	Dia inteiro	-	-
Betânia	Bar do Zé Maria	Bar	Atrás do Cecomiz	14:00 a 00:00	-	-
Centro	Bar Emoções	Bar	Próximo à Praça Tenreiro Aranha	8:00 as 19:00	-	-
Centro	Porto Central de Manaus	Bar	Centro	15:00 a 00:00	-	19:00 a 00:00
Centro	Bar Natureza	Bar	Tamandaré	15:00 as 4:00	-	Madrugada
São José	Bar Natureza	Bar	Grande Circular	21:00 as 4:00	21:00 as 4:00	21:00 as 4:00
Praça 14	Bar Kiss	Bar	Tarumã	14:00 a 00:00	-	-
Cidade Nova	Bola do Núcleo 23	Rua	Núcleo 23	22:00 a Madrugada	-	22:00 a Madrugada
São José	Bar Acapulco	Bar	Grande Circular	21:00 a Madrugada	21:00 a Madrugada	21:00 a Madrugada
São José	São José T5	Rua	Ao lado da Terminal 5	22:00 a Madrugada	-	-
Mauazinho	Porto do Ceasa	Rua	Ceasa	20:00 a Madrugada	-	-
Centro	Praça da Matriz	Rua	Centro	Dia inteiro	-	-
Centro	Castelinho	Rua	Eduardo Ribeiro	18:00 a Madrugada	-	22:00 a Madrugada
São José	Bar Biribá	Bar	Grande Circular	20:00 a Madrugada	20:00 a Madrugada	20:00 a Madrugada
Cidade Nova	Marcelo's Bar	Bar	Cidade Nova *	22:00 a Madrugada	-	Madrugada
Cidade Nova	Boite Fênix	Boite	Conjunto Ribeiro Júnior	21:00 a 00:00	-	-
Centro	Bar Castanhola	-	Mercado Grande	Dia inteiro até 00:00	-	-
Centro	Bar do Pina	Rua	Praça da Polícia	Dia inteiro até 00:00	-	-
Centro	Em frente ao Motel Mauá	Rua	Visconde de Mauá	10:00 a 00:00	-	-
Parque 10	Amazonas Shopping (dentro e no estacionamento)	Shopping	Darcy Vargas	10:00 a 22:00	-	-

* Verificar localização do bar
** ver horário de funcionamento

Imagem 15: Mapeamento dos espaços de prostituição por local, tipo e gênero (2007-2008).
Fonte: Associação As Amazonas.

Na segunda página do mapeamento (2007-2008) é possível perceber espaços públicos já conhecidos e apresentados neste trabalho como Praça da Matriz e Praça Dom Pedro II, com funcionamento diurno, seguindo a lógica do centro comercial.

Daisyenne Santos²⁶⁹ também observou o Centro como um espaço de permanência de atuação das profissionais do sexo, devido à proximidade com a área portuária e comercial da localidade, contudo no final do século XX a dinâmica do trabalho sexual na

²⁶⁹ SILVA, Daisyenne Santos. *Memórias, sociabilidades e resistências: o trabalho sexual feminino na cidade de Manaus nas décadas de 70 e 80 do século XX*. 2017. 129f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus: 2016, pp. 46-49.

área central também passou por transformações e as antigas casas de tolerância e “pensões alegres” foram substituídas pelos hotéis, bares, bregas e lupanares.

A autora mostra um crescimento populacional da cidade de Manaus em comparação com a zona rural, crescimento apontado dos anos 1970 até os anos 2000, e conseqüentemente na falta de emprego que assolava os mais empobrecidos.

Patrícia Rodrigues²⁷⁰ evidenciou em números o crescimento populacional da cidade de Manaus, que a partir da década de 1970 atravessou um momento de grandes transformações devido a instauração da Zona Franca de Manaus, que se mostrou como uma abertura para grandes oportunidades de uma vida melhor, e com isso atraiu um forte contingente migratório para a cidade. A autora mostra que em 1960 a população de Manaus era de aproximadamente 152.432, em 1970 os números cresceram para 283.685 e em 1980 alcançou o número de 611.843 habitantes. Segundo o censo do ano de 2015 do IBGE, no ano de 2010 o número de habitantes subiu para 1.802.014 e em 2015 registrou 2.057.711 habitantes²⁷¹.

Algumas ruas do centro permaneceram com seus espaços destinados ao trabalho sexual, e vão dos pontos de ônibus às praças, como a praça da Matriz, que em diferentes recortes temporais foi e ainda é uma das zonas de prostituição popular. E chegou a ser capa do jornal “A Crítica” no ano de 2011 com a chamada “Problemas do centro. Prostituição convive com rotina da Catedral”.

Presente na maioria das cidades, a prostituição feita nas ruas é um dos traços que caracterizam as zonas portuárias e centrais principalmente nas capitais. No centro de Manaus, não é diferente. A atividade é desenvolvida à luz do dia e nos locais mais inusitados. Mas um em especial chama a atenção: a praça da Matriz. Bem no entorno da imponente Catedral de Nossa Senhora da Conceição, a primeira igreja católica construída na cidade, centenas de profissionais do sexo do sexo dividem espaço e a clientela formada, na sua maioria de homens mais velhos, que circulam de forma aleatória pelo lugar em busca de programas sexuais. A situação choca quem passa pela primeira vez na área. Mas basta observar a calma com que os transeuntes passam para concluir que a convivência com a prostituição naquele local é pacífica²⁷².

²⁷⁰ SILVA, Patrícia Rodrigues. “A gente vê a Cidade Assim”: Memórias de mulheres interioranas em Manaus. In: PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte (Org.). *Gênero & Imprensa na História do Amazonas*. Manaus: EDUA, 2014, pp. 169-170.

²⁷¹ PINHEIRO, Mônica Farias. *Lugar e memória: o velho e a imagem da cidade Manaus-AM*. 2015. 81 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus: 2015, p. 34.

²⁷² A Crítica, 15 de maio de 2011. Nota: *Problemas do centro. Prostituição convive com rotina da Catedral*. Disponível: Biblioteca Pública do Estado do Amazonas e Acervo A Crítica: acritica.com

Percebe-se que no título o jornal já desenha a prostituição como o “problema do centro”, o foco da notícia é a praça da Matriz como um espaço de negociação por interesses sexuais. A praça é o ponto de encontro e os programas são feitos nos diversos hotéis nas proximidades, boa parte deles já especializados com a dinâmica do sexo pago popular.

O jornal destaca a suposta existência de um choque por parte das pessoas que andam ali por uma primeira vez, mas no cotidiano daquela área diferentes sujeitos convivem de forma pacífica. Nota-se também mais uma vez os encaminhamentos narrativos da imprensa local quanto ao tema das trabalhadoras sexuais, diferentemente da forma utilizada pelos jornais locais do século anterior, marcado pelo tom pejorativo e de apelo dramático.

A equipe dessa reportagem ainda deixou evidente que nem todas estão dispostas a falar com tranquilidade sobre seus trabalhos, atribui o fato delas fugirem das câmeras pelo medo de serem identificadas. A narrativa do jornal acaba que reproduz a estigmatização do espaço e das pessoas que por ali transitavam.

Evidentemente, esse medo se dá pelos estigmas, o medo de se expor para uma equipe de jornal advém do receio de ficar marcada pelos seus conhecidos, seus familiares, vizinhos. Estigmas esses que por muito tempo foram legitimados e reproduzidos pela imprensa, talvez mesmo desde a sua fundação até o presente²⁷³.

Essa nova forma de enxergar a prostituta como uma trabalhadora sexual foi resultado explícito das lutas dos movimentos sociais das trabalhadoras sexuais pelo Brasil e também na cidade de Manaus. A nível da historiografia brasileira do trabalho, é sabido que não se pode restringir a história do trabalho ao contingente de trabalhadores fabris, se faz urgente incluir cada vez mais os diversos trabalhadores e trabalhadoras informais no rol dos debates acerca da história do trabalho²⁷⁴. Muitos avanços vêm acontecendo e cada vez mais surgem estudos sobre as trabalhadoras sexuais enquanto trabalhadoras vem se aproximando da historiografia do trabalho, sobretudo no Norte do país.

²⁷³A título de exemplificação cito: 1 - Jornal do Commercio de 13 de março de 1904. Com a nota intitulada: *Scenas pouco edificantes. Polygono da prostituição*. Disponível: Acervo digital do Jornal do Comércio: www.jcam.com.br; 2 – Jornal O Chicote de 19 de julho de 1913, com nota intitulada: *O syphilis em Manáos*. Disponível: Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas; 3 – Jornal A Crítica de 25 de fevereiro de 1990. Na lateral da capa se anunciava: *Prostitutas estão espalhando vírus da AIDS*. Disponível: Acervo da Biblioteca Pública do Estado do Amazonas.

²⁷⁴ BATALHA, Cláudio H. M. *Os desafios atuais da História do Trabalho*. In: Anos 90, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p. 87-104, jan./dez. 2006.

A reportagem de A Crítica passou uma tarde no local para conhecer de perto essa realidade. Arredias, as prostitutas não aceitam muito falar sobre a rotina no local. Espalhadas por toda parte, elas também não se intimidam por usar roupas insinuantes, estejam solitárias ou em grupo. O medo de serem identificadas faz com que fujam das lentes das câmeras, porque em muitos casos escondem da família a verdadeira profissão²⁷⁵.

Já passei várias tardes nessa região do centro, entre as praças da Matriz e Dom Pedro, observando o movimento, aguardando a Associação abrir para alguma reunião de atividades e mesmo depois que a entidade entregou a sede do sindicato dos estivadores as reuniões passaram a se dar na praça da Matriz. O ambiente é amistoso, mesmo dividindo espaço com o comércio o clima é de tranquilidade. Vi poucas situações conflituadas na área, mas isto não anula a existência de conflitos, violências, entre outras práticas.

A vestimenta insinuante não é regra, percebe-se uma diversidade nessa questão. Cada uma tem sua particularidade, tem sua forma de seduzir os clientes. Foram vistas mulheres com maquiagem destacada e mulheres sem maquiagem ali trabalhando, cada uma delas com formas diferentes de se identificar com as expectativas de homens e mulheres clientes.

Entre as trabalhadoras sexuais não presenciei confusões, – não é que não existam - as delimitações de seus espaços de trabalho estão bem definidas entre elas, e claro, as hierarquias estão presentes, assim como a disputa por um poder mais simbólico, que é disputa pela experiência, ou seja, quem tem mais tempo de profissão conhece mais os pormenores da profissão os melhores pontos e clientes.

Isso não quer dizer que existem outras práticas que podem envolver este contexto, mas vale deixar evidente que aqui discorre-se sobre o trabalho sexual voluntário, ou seja, mulheres que buscam exercer seus trabalhos de forma mais autônoma possível, sem intermédios de agenciadores e afins.

As fichas de associadas ajudam a demonstrar um pouco desse perfil, não só as faixas etárias também podem significar poder, mas também o tempo de profissão, e de acordo com as fichas que foram analisadas a maioria dessas trabalhadoras possuíam de 10 a 20 anos de profissão, ou seja, trabalhavam a bastante tempo, não eram mulheres “em situação de prostituição” como gosta de denominar o discurso abolicionista, algumas vezes

²⁷⁵ A Crítica, 15 de maio de 2011. Nota: *Problemas do centro. Prostituição convive com rotina da Catedral*. Disponível: Acervo A Crítica: acrítica.com

exercido através das pastorais e feministas que se denominam radicais e não reconhecem o trabalho sexual como um trabalho.

Utiliza-se o termo “mulheres em situação de prostituição” se para se referir a mulheres que estão temporariamente na atividade em decorrência de desemprego, mas que abandonam assim que arrumam outra atividade. O que visivelmente não é o caso da maioria das mulheres trabalhadoras do sexo que se cadastraram na Associação, apenas uma minoria estava a poucos meses na atividade.

Tempo de profissão	Quantidade de mulheres
Meses	3
1 a 4 anos	21
5 a 8 anos	17
10 a 20 anos	78
Não revelou	6

Demonstrativo 5: Faixa etária das associadas. Fonte: Ficha de cadastro de associadas 2008. Acervo: As Amazonas.

Por vezes, algumas das trabalhadoras com mais tempo de profissão e com o caminhar das idades a quantidade de clientes também acaba sendo reduzida com o tempo, e outros tipos de trabalhos como vendas de comidas, lanches, café ou cervejas acabam que se tornam alternativas para complementação de renda, pequenas bancas de vendas eram montadas nos seus próprios pontos de trabalho sexual ou trabalho por encomenda, como foi o caso de Baiana, que gravou algumas de nossas entrevistas fazendo salgadinhos para venda por encomendas, pois sua clientela do trabalho sexual já estava bastante reduzida.

Sabe-se que no momento atual as trabalhadoras podem pagar de forma autônoma para a previdência social²⁷⁶, contudo, conforme constatou a historiadora Daizyenne Silva²⁷⁷ a maioria das trabalhadoras não contribuem por não sentir as necessidades da

²⁷⁶ A previdência social refere-se as casualidades que implicam a não capacidade de gerar renda, ou seja, morte, idade avançada, acidentes, desemprego, maternidade e etc. Trata-se de uma forma de abrandar o impacto destas casualidades. Para mais, ver em: BELTRÃO, Kaizô I.; NOVELLINO, Maria S.; OLIVEIRA, Francisco E. B.; MEDICI, André C. *Mulher e previdência social: O Brasil e o mundo*. Rio de Janeiro, março de 2002. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2101>. Acesso em: 29/09/2021.

²⁷⁷ SILVA, Daizyenne Santos. *Memórias, sociabilidades e resistências: O trabalho sexual feminino na cidade de Manaus nas décadas de 70 e 90 do século XX*. Manaus: 2017, 129 f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal do Amazonas, p. 103.

categoria atendidas nesta opção, e acabam optando em investir em seus pequenos negócios.

Nesses espaços de trabalho sexual no Centro de Manaus são construídos os fazeres e saberes das trabalhadoras sexuais nos seus espaços de trabalho, e isto alcança uma dimensão cultural daqueles espaços e pessoas, que produz formas de vivências, usos e costumes pertencentes àquele universo.

Seguindo os passos de Edward Thompson²⁷⁸, sua concepção de “fazer-se” do processo histórico muito contribui para minha perspectiva. Thompson, em “Costumes em Comum” evidencia que os estudos contidos nessa obra se conectam – mesmo sob trajetos diferentes - com a temática dos ‘costumes’, sobretudo como isto se manifestou na cultura dos trabalhadores do recorte estudado por ele.

O costume como a segunda natureza dos sujeitos, como se fosse uma diretriz da vida e nisto a transmissão oral tem a sua importância e destaque no que tangem as rotinas de trabalho, hábitos e comportamentos diários, usos e costumes que tomam a força de lei.

Estas indagações acima são importantes, pois norteiam algumas problemáticas em torno das fontes estudadas até então, sobretudo no que tangem as disputas que muito tem a ver com os usos e costumes reproduzidos nesse mundo do trabalho sexual na área central de Manaus, que envolvem seus conformismos e suas resistências²⁷⁹.

Primeiramente, destaca-se dois pontos primordiais nesta análise: as pautas/demandas dos movimentos de prostitutas e as fichas de cadastros estudadas neste presente capítulo. Ambos os pontos conversam entre si, pois é possível perceber que essas demandas são construídas a partir dos usos e costumes adquiridos nas experiências das trabalhadoras sexuais daquele contexto.

Ou seja, preconceitos, estigmas, violências, infecções sexualmente transmissíveis, preservativos, reconhecimento da profissão, salários, filhos, festas, comemorações, eram costumeiramente identificados como experiências em comum entre aquelas trabalhadoras. Entre as associadas da instituição a maioria tinha conhecimentos prévios

²⁷⁸ THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 12-24.

²⁷⁹ Cf. Thompson em sua pesquisa percebia a identidade dos trabalhadores como ambígua, ou seja, identidades intermitentes em uma mesma pessoa. O autor dialoga com Antonio Gramsci e cita uma “moralidade popular” e uma “moralidade oficial”, evidenciando que indivíduos se apropriam de filosofias a partir de suas experiências vividas nos trabalhos e nas demais relações sociais, costumes que devem servir aos interesses do povo. Ao mesmo tempo que é possível o povo se rebelar contra a ordem hegemônica, é possível também que ele se atrele a esse poder se isto trouxer benefícios a seu povo.

sobre IST's e sobre o uso de preservativos pois são pautas costumeiramente abordadas entre elas. Símbolos reciprocamente compartilhados entre si.

Em segundo, ressalta-se que entre as trabalhadoras cadastradas, todas atuavam no centro de Manaus, em sua maioria nas praças da área. Percebe-se, portanto, o Centro como um lugar que foi apropriado pelas trabalhadoras sexuais como seus espaços de trabalho e demais sociabilidades.

Certamente a praça não foi projetada inicialmente para ser um espaço de prostituição, mas as pessoas que ali ocupavam se apropriaram dos espaços para fazer de lá um pedaço seu, a “cidade como materialidade dos sujeitos”. E com isso a cidade vai se moldando a partir daquela demanda criada, ou seja, a praça da matriz é cercada de hotéis pequenos que além de abrigar eventuais turistas, também servem o contingente de negociações prostitucionais da área, com quartos a custo menor para programas.

Também é no centro de Manaus que outras experiências - atreladas ao trabalho ou não - aconteciam, as festas, as celebrações, refeições – feijoadas, macarronadas, cachorro quente e refrigerantes – foram confraternizadas coletivamente. Como afirmava Michel De Certeau²⁸⁰, cada hábito alimentar abriga a intersecção de histórias. Na mescla de “hábitos herdados e costumes repetidos”, a realização de refeições coletivas é algo que se destaca neste momento.

Reflete-se no sentido da cultura da partilha, do alimento ao preservativo, dos debates às políticas públicas. Era de praxe nos eventos – entre encontros locais, aniversário de fundação, celebração do 2 de junho, Puta Day - realizados pela Associação era reservado sagradamente o momento da refeição coletiva.

Isto tem grande importância na comunidade local que as pessoas se dirigem até o local porque souberam que estavam distribuindo refeições. (Nos eventos que estive presente nunca vi um prato de comida ser negado.) Para algumas pessoas aquele era o momento de garantir a refeição daquele dia e do posterior. Se a pessoa tinha 3 filhos voltava para sua casa com 4 marmitas. Entre essas pessoas: trabalhadoras do sexo, ambulantes, flanelinhas, pessoas em situação de rua.

O momento da alimentação era um ritual especial, os participantes aguardavam aquele momento, com chegada das comidas os cheiros tomam conta do salão – o “sabor

²⁸⁰ CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar*. Petrópolis: Artes de Fazer, 1996.

preliminar” como citado pelo autor. Para quem tem poucas possibilidades de alimentação, aquele momento se tornava uma oportunidade.



Imagem 16: Almoço coletivo durante encontro municipal da Associação As Amazonas. Fonte: Acervo As Amazonas.

Como é possível observar na imagem acima, um dos momentos de refeição coletiva. É notório o momento de relaxamento e descontração, bem como alguns rostos sorridentes na imagem. Ana era a mulher que sempre estava à frente da organização dos eventos da Associação, sua história de vida revela a experiência da fome, e isto transformou suas vivências e a fez enxergar a extrema importância desses momentos de alimentação durante os eventos.

Amizades também são criadas e estabelecidas nessas vivências. Como já foi observado aqui, não podemos reduzir as experiências dessas trabalhadoras apenas no campo das violências, suas experiências permeiam solidariedades e confraternizações.

Eu conheci a Ana... eu via a Ana no bar do Irã que ela trabalhava lá como garçonete, só que ela não se lembra de mim, eu creio que não, faz tanto tempo. [...] Eu morava na Frei José (dos inocentes), e eu a via servindo no bar do Irã. [...] Quando eu voltei a encontrá-la... foi quando a Socorro vendia cerveja – a menina que também trabalhou na Associação – ela vendia cerveja numa caixinha ali no canto da praça [...] a gente se encontrava ali sempre, aí fizemos amizade. Enfim, foi quando surgiu a Associação né.²⁸¹

A mesma praça onde aconteciam algumas das confraternizações, não era apenas um lugar de trabalho e encontros, mas também um lugar propício para novas amizades. É

²⁸¹ Entrevista com Baiana, em 09 de setembro de 2019, em sua residência.

marcante na narrativa de Baiana certa nostalgia ao falar de suas amigas e dos lugares onde se conheceram, vale destacar a relação ali estabelecida entre o nascimento de suas relações de amizades e o surgimento da Associação. Suas relações estiveram conectadas com o trabalho sexual, com o Centro e com o movimento social de prostitutas.

Tanto Baiana, quanto Ana se afirmam como grandes conhecedoras dos meandros do Centro, sabiam quem era “da área” e quem não era, quem estava a pouco ou muito tempo. Raymond Williams²⁸² chama atenção para a diferença entre a cidade, o bairro ou a aldeia. Sendo esta última bem menor que os anteriores, no bairro as pessoas são mais identificáveis, ficando mais evidente quem mora ali e quem não mora.

O autor José Guilherme Magnami²⁸³ em trabalho sobre cultura popular e lazer na cidade, evidenciou que as pessoas que ali circulavam e habitavam os “pedaços do centro” não obrigatoriamente se conheciam, mas se reconheciam. O comportamento, a vestimenta, o dialeto revelam o que o autor denominou de “*sinais exteriores de seu pertencimento*”. Tais perspectivas me remetem para uma narrativa de Ana sobre a sua relação com Centro de Manaus.

Eu conheci o Centro de Manaus em 1974 [...] o Centro representa pra mim, sabe o quê? Uma história de vida, o Centro me ensinou muita coisa, o Centro de Manaus me ensinou muita coisa. Muita coisa que eu sei até hoje, o que eu aprendi foi o Centro que me ensinou, de tudo! De tudo! [...] tanto de bom, como de ruim, como dificuldade, como maus tratos, perambulando na rua ou sentada na mesa do bar bebendo, numa boate dançando, conhecendo várias pessoas. O centro pra mim, me ensinou tudo, a maioria das coisas que eu sei foi o centro que me ensinou, então ali no centro, ele é uma escola da vida. Nem num banco de escola você aprende o que eu aprendi no centro. Mas não tem só coisa ruim não, tem coisa boa, mas tem coisas bastante ruim. Como diz assim “ou aprende ou sai fora”, e como eu não tinha pra onde ir, tinha que ficar no centro eu tive que aprender [...] o que eu aprendi no centro é o que eu sei hoje. É claro que teve outros lugares, porque eu viajei muito, aprendi muitas coisas, mas foi o centro que mais me ensinou [...] eu sofri bastante no centro, mas também eu aprendi muitas coisas, eu tive momentos bons, eu conheci pessoas boas, conheci pessoas ruins. no centro de Manaus você conhece pessoas boas, pessoas ruins, drogado, assassino, tudo quanto é tipo de gente ruim você conhece [...] mas também você conhece coisas boas, mas é mais é pra coisa ruim. Ou você aprende ou desiste de viver porque lá é uma escola e o professor é pra ensinar mesmo.²⁸⁴

²⁸² WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, pp. 230-237.

²⁸³ MAGNAMI, José Guilherme Cantor. *Festa no Pedaço: Cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Hucitec/UNESP, 2003.

²⁸⁴ Entrevista com Ana em 22 de dezembro de 2019, em sua residência.

O centro da Cidade foi um espaço de múltiplas experiências para muitas pessoas, assim como foi na vida de Ana, sua perspectiva do Centro como uma escola, responsável pelos seus maiores ensinamentos, atribui vivências boas e ruins, mas denota um lugar de trocas, de conflitos e aprendizados.

Sua narrativa é iniciada pelo momento em que conheceu o centro de Manaus, a vasta experiência a permitiu acompanhar as transformações ocorridas na cidade ao longo desses anos. Apesar de Ana enfatizar as experiências ruins vivenciadas no centro da Cidade, sua narrativa não reduz suas vivências somente para o lado negativo.

É importante ressaltar que Ana, na condição de revisitar e falar de suas experiências do passado, ela fala a partir do presente no momento da nossa entrevista, com os aprendizados já evidenciados em sua vida, desse modo, a sua perspectiva de veracidade que é valorizada neste trabalho.²⁸⁵ E como também orienta Alessandro Portelli²⁸⁶, a memória é uma versão do passado que é engendrada de variadas formas através do meio social, a memória é, portanto, social.

Eu não tenho nem que parar pra pensar, eu já tenho isso gravado na minha cabeça, tudo de ruim, de bom, de ótimo, de perversidade, tudo que pode existir na vida, eu tenho gravado na minha cabeça, eu não preciso parar pra pensar não. Então, falando de coisa boa que aconteceu comigo na minha experiência de mais de 40 anos no centro da cidade, foi que em primeiro lugar eu encontrei pessoas pra me acolher [...] e desde o momento que você encontra uma pessoa pra lhe aceitar como você é, é uma coisa boa. Eu morava na rua minha amiga, eu tive gente que me acolheu, eu tive gente que me viu mesmo praticamente na sarjeta, que se aproximou de mim e me falou muita coisa de bom, me dando força pra mim não desistir da vida.²⁸⁷

Ana narra sobre suas experiências de aproximadamente 40 anos atrás, contudo, ela conta com a percepção da Ana de 65 anos de idade, já com sua bagagem de experiências e com a perspectiva de aprendizado após todas essas vivências.²⁸⁸ A importância das amizades é um pouco de destaque positivo na narrativa de Ana, ter amigos por perto era reconfortante, sobretudo naqueles momentos de tristeza e desesperança.

²⁸⁵ Cf. ROUSSO, Henry. *A memória não é mais o que era*. IN: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

²⁸⁶ PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho*. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. Proj. História, São Paulo, (15), abr. 1997, p. 16.

²⁸⁷ Entrevista com Ana em 22 de dezembro de 2019.

²⁸⁸ Sobre isto, Ecléa Bosi em seu estudo sobre as lembranças de idosos, aborda que nessas memórias é possível perceber o desenvolvimento de uma história social, pois essas pessoas já passaram por várias experiências na sociedade, possuem referências largas e concepções de mundo diferentes dos mais jovens. Cf. BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade*. Lembranças de velhos. São Paulo: TAQ Editor, 1979.

São experiências que em sua perspectiva fizeram a enorme diferença na constituição de seu presente, “tudo que eu sei, tudo que sou, é graças a...”, ou seja, mesmo com uma história de abandono familiar, Ana encontrou nas amigadas uma nova forma de perceber a vida, as pessoas ao seu redor, a fome, a dor física etc.

Seja na hospitalidade que teve ao ser acolhida por prostitutas no seu passado, ou nas amigadas estabelecidas no convívio no Centro, essas relações evidenciam desdobramentos do seu envolvimento na Associação de prostitutas em Manaus. Como observa Raymond Williams²⁸⁹, trata-se do direito de existir, de estar, de fazer-se e de refazer-se como sujeito histórico.

Fichas de cadastro de associadas (2008)

As primeiras fichas que se teve acesso foram as fichas de cadastro realizadas em 2008, primeiro ano de atividades da Associação, as quais deram origem às primeiras listas de associadas apresentadas no capítulo anterior.

As fichas foram estruturadas da seguinte forma: nome, data de nascimento, endereço de residência, título de eleitor, estado civil, escolaridade, local de trabalho, tempo de atuação no trabalho sexual, uso de preservativo, se já leu algum material sobre ISTs e se possui menores dependentes (podendo ser filhos, enteados, sobrinhos e afins). O conteúdo das fichas é o que conduz as discussões aqui presentes.

Nem todos os quesitos eram preenchidos, percebem-se dificuldades de escrita. Alguns desses registros foram anotados com o apoio de Ana – Coordenadora Geral da Associação – com o objetivo de complementar um perfil da demanda de trabalhadoras, foco aqui na diversidade desses dados. Como foi visto anteriormente, a Associação acabava concentrando esforços na área do centro da cidade. Mesmo que ações de prevenção fossem feitas em outras regiões também, o foco estava nas trabalhadoras do centro.

²⁸⁹ WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.



AS AMAZONAS - ASSOCIAÇÃO DAS PROSTITUTAS DO AMAZONAS - APAM
 End: Rua Brasil n 35 Cep. 69033-070
 São Jorge. Fone - (92) 3873 - 8566 - 8141 - 6955
 Fundada em 06 de Março de 2008 cnpj n 09.658.214/0001-24

FICHA DE CADATRO DE ASSOCIADAS (OS)

Nome.....Data de Nasc:...../...../.....
 Endereço:.....n.....Bairro:.....
 Cep:.....Fone Res:.....Cel.....
 RG:.....CPF:.....Titulo Eleitor:.....
 Zona:.....Seção:.....Estado Civil:.....
 Escolaridade:.....Local de Trabalho:.....

Há Quanto Tempo Trabalha como profissional do Sexo?.....
 Há Quanto Tempo Usa Preservativo ?.....
 Já Leu Algum Material Sobre DST/ AIDS ? Sim Não

DEPENDENTES MENORES

1. Nome:.....Data de Nasc:.....
 2. Nome:.....Data de Nasc:.....
 3. Nome:.....Data de Nasc:.....
 4. Nome:.....Data de Nasc:.....
 5. Nome:.....Data de Nasc:.....

Imagem 17: Ficha de cadastro de associadas 2008. Fonte: Acervo As Amazonas.

A ficha acima, elaborada pela instituição, destaca dados como nome, data de nascimento – que permitiu ter uma noção das idades de cada trabalhadora cadastrada – endereço, estado civil, escolaridade, local de trabalho e se possuía menores dependentes. O registro também solicitava da cadastrada que revelasse o tempo que trabalhava na prostituição e seus conhecimentos sobre preservativos e infecções sexualmente transmissíveis.

Foram 208 fichas no total, sendo que, dessas, 125 foram preenchidas e analisadas neste tópico. 83 registros trazem preenchimento incompleto, com a informação apenas dos nomes. Busco aqui traçar um perfil das trabalhadoras atendidas pela Associação As Amazonas. A faixa etária dessas mulheres variava entre 18 e 57 anos. O quadro discriminado dos dados referentes as 125 fichas analisadas é o que segue:

Faixa etária	Quantidade de mulheres
18 a 19 anos	2
20 a 29 anos	33
30 a 39 anos	45
40 a 49 anos	26
50 a 60 anos	11
Não revelaram	7

Demonstrativo 3: Faixa etária das associadas. Fonte: Ficha de cadastro de associadas 2008. Acervo: As Amazonas.

Nota-se que a faixa etária das trabalhadoras giravam em torno de 18 a 60 anos aproximadamente. Sendo que a maioria das mulheres possuíam entre 30 a 39 anos. Contudo, a tabela acima totaliza 124 mulheres, ou seja, está faltando uma inscrita para completar as 125 inscritas que foram mencionadas anteriormente.

Esta ficha não foi arrolada na tabela acima pois trata-se de um caso que chama atenção, e este caso é o de Olívia, nascida no ano de 1993. Em 2008, tinha, portanto, 15 anos de idade, informando trabalhar há 7 anos na área. Com 8 anos de idade já “trabalhava” com sexo. A ficha da menina também mostra que a mesma havia estudado até a 4ª série, e que naquele momento trabalhava em uma boate.

Antes de tudo, é necessário elucidar sobre as aspas colocadas em “trabalhava”. Pois, uma criança de 8 anos de idade não deveria trabalhar em lugar nenhum, muito menos no trabalho sexual, sendo aí caracterizado o crime de exploração sexual de menor de idade.

A Constituição Federal possui o Capítulo VII, intitulado: “Da família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso”, que correspondem aos artigos 226 ao 230. E no ano de 1990, foi instituído através da Lei 8.069 no dia 13 de julho de 1990 o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.²⁹⁰ Contudo, a existência de leis e estatutos não significam que os crimes sexuais contra crianças e adolescentes não sejam cometidos.

É provável que Olívia tenha sido conduzida por alguém maior de idade – podendo ser a mãe, o pai, ou qualquer outro parente – que se aproveitava da vulnerabilidade da criança e tirava vantagens financeiras a partir disto. Isso não é trabalho sexual, mas sim exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável. A expressão “prostituição infantil” é um equívoco.

O segundo ponto de destaque é o fato de a menina trabalhar em uma boate, ou seja, uma empresa que sabe o crime que está cometendo ao admitir uma menor de idade trabalhando ali. Crime este que inclusive é uma das bandeiras de luta dos movimentos sociais de trabalhadoras do sexo, combater a exploração sexual de crianças e adolescentes.

²⁹⁰ Estatuto que possibilitou a garantia de proteção integral a crianças e adolescentes, percebendo estes sujeitos como sujeitos de direitos. A regulamentação do Artigo 227 da Constituição de 1988 resultou no ECA. Sobre este tema ver em: PINHEIRO, Maria Joseilda da Silva. *Violência sexual contra crianças e adolescentes no Amazonas e os paradoxos do controle social*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Amazonas. Manaus: 2015.

Por meio do documento de identificação de Olívia disponibilizado no anexo de sua ficha de associada, foi possível constatar que a mesma era natural do município de Urucurituba²⁹¹ no Estado do Amazonas. Tais evidências provocam algumas desconfianças.

Primeiramente, como foi observado com 8 anos a menina já era explorada sexualmente, aumentando as possibilidades de Olívia ter sido conduzida até Manaus para exercer a atividade exploratória e criminosa por intermédio de pessoas adultas.

Para compreender isto, é necessário esclarecer alguns conceitos que englobam a temática. Maria Joseilda Pinheiro (2015) em pesquisa sobre violência sexual contra crianças e adolescentes, constatou que mesmo com as estratégias de controle social por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente, crianças e adolescentes continuam sendo vítimas de crimes que por vezes acabam sendo naturalizados, e considera as intervenções estatais ineficazes.²⁹²

A autora explana o conceito de violência sexual contra crianças e adolescentes, e apresenta os tipos e formas de violência sexual. São nomeados como: *abuso sexual; exploração sexual; pedofilia; “prostituição”*²⁹³; *pornografia; turismo e tráfico sexual.*

Sendo o primeiro compreendido como um ato indevido - fundado em uma relação de poder, coerção e dominação praticado - contra criança ou adolescente. Também é possível identificar o *abuso sexual incestuoso*, quando o abusar possui algum grau de parentesco com a vítima.

Exploração sexual consiste no abuso em forma de exploração de criança ou adolescente, que é usada como mercadoria por meio de sujeitos adultos que possuem lucros com isto, e a vítima passa a se tornar uma escrava sexual desse sistema que está diretamente conectado com o tráfico mundial de crianças e adolescentes.

Pedofilia, por sua vez consiste em uma compulsão e/ou prática sexual de um adulto com uma criança. Nesse caso também existe uma rede criminosa de comercialização de crianças e jovens como mercadoria sexual que fomenta o mercado de pedófilos.

²⁹¹ Município do Estado do Amazonas. De acordo com dados do IBGE trata-se do 34º município mais populoso do estado estimando aproximadamente 24 mil habitantes. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am/urucurituba.html>

²⁹² PINHEIRO, Maria Joseilda da Silva. *Violência sexual contra crianças e adolescentes no Amazonas e os paradoxos do controle social*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Amazonas. Manaus: 2015, p. 24.

²⁹³ A autora utiliza de aspas para utilizar do termo prostituição, mas esclarece que o termo prostituição é incabível para crianças, sendo exploração sexual de crianças e adolescentes um termo mais apropriado. Em: PINHEIRO, Maria Joseilda da Silva. *Idem*, pp. 29-30.

O conceito de “*prostituição*” nesse caso pode ser terminologicamente substituído por *exploração sexual infantil*. Este sistema de exploração de crianças está associado a vulnerabilidade na qual é inserida a criança perante o aliciamento do adulto.

Pornografia infantil consiste em outra forma de violência sexual que se utiliza de conteúdos fotográficos ou fílmicos com o objetivo comercial. Esta rede criminosa se conecta diretamente com a rede de pedófilos e aliciadores.

E por fim, o *turismo e tráfico sexual* se refere a uma prática que envolve turistas em geral - nacionais ou estrangeiros – no agenciamento de sexo pago, este pode envolver o trabalho sexual adulto e voluntário, mas pode também envolver as demais práticas criminosas mencionadas acima.

Geralmente esse agenciamento é fornecido pelos próprios hotéis de hospedagens dos visitantes, agências de viagens ou agências de acompanhantes. O turismo é colocado lado a lado com o tráfico sexual, pois a autora compreende que o primeiro oferece abertura para o segundo que ainda vitimiza muitas crianças e jovens pelo país.

Após isto, faz-se necessário também citar as formas das quais essas violências podem acontecer, e são conhecidas como: *intrafamiliar*, isto é, quando a violência acontece dentro do elo familiar onde se é estabelecida hierarquia entre a vítima e o criminoso; a *extrafamiliar*, acontece quando não existe elo familiar, contudo existe certa proximidade, podendo ser vizinho, amigo da família ou até sem proximidade alguma; e por fim, a *institucional*, que trata-se de atos de violência contra crianças e adolescentes dentro de instituições governamentais – ou não – sendo que estas instituições deveriam garantir a proteção das vítimas e não o contrário.²⁹⁴

Tendo esclarecido sobre as violências cometidas a crianças e adolescentes, as possibilidades para interpretações sobre a situação de Olívia se expandem. Pois ela pode ter sido aos 8 anos de idade, agenciada ou comercializada para alguma rede de exploração sexual por intermédio de familiares, mas também pode ter sido sequestrada e vendida diretamente por essa rede.

Como foi visto acima, Olívia afirmou ter estudado até a 4ª série do ensino fundamental, série esta que corresponde a sua idade – 8 anos aproximadamente - quando

²⁹⁴ PINHEIRO, Maria Joseilda da Silva. *Violência sexual contra crianças e adolescentes no Amazonas e os paradoxos do controle social*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Amazonas. Manaus:2015, pp. 29-32.

começou a ser explorada, pois havia afirmado em sua ficha que na época trabalhava a 7 anos na área.

Ou seja, Olívia vivia no interior do Amazonas, seus estudos foram interrompidos justamente no momento em que foi conduzida para Manaus – ano de 2001. O que nos leva a pensar que Olívia foi levada para Manaus com objetivo específico: ser explorada sexualmente. E se isto foi intermediado por familiares, por redes de aliciadores, ou por ambos, não saberemos. O que é inegável é que a transferência da criança foi intermediada por adultos, isto é evidente.

Infelizmente, este caso de Olívia se mostra muito presente na vida de muitas meninas que começam sendo aliciadas por grupos organizados, sendo forçadas a terem encontros sexuais, geralmente feitos com homens mais velhos. Crimes que no Estado do Amazonas ainda são recorrentes.

Maria Josesilda Pinheiro²⁹⁵ ainda evidencia em sua pesquisa, que o estado do Amazonas principalmente dos anos de 2012 em diante se tornou destaque no que tange os crimes contra crianças e adolescentes e denúncias de grandes esquemas de redes de exploração sexual de crianças. Municípios como Coari e Iranduba ficaram famosos nos noticiários televisivos e impressos.

Coari²⁹⁶ é o primeiro citado, por meio da operação “Vorax” da Polícia Federal e por inúmeras denúncias envolvendo o prefeito de Coari - Adail Pinheiro - como um dos principais integrantes de uma rede de exploração de meninas de 9 a 15 anos. Além da rede criminosa de exploração de crianças, os criminosos ainda sonegavam impostos, fraudavam licitações e desviavam verbas públicas.

No município de Iranduba²⁹⁷, no final do ano de 2012, uma operação da Polícia Federal também colocava em mira uma rede de aliciamento de crianças e adolescentes responsável por recrutá-las com propostas fantasiosas de emprego em “casas de família”, mas eram destinadas para situação de exploração sexual em prostíbulos da cidade de Manaus.

²⁹⁵ PINHEIRO, Maria Joseilda da Silva. *Violência sexual contra crianças e adolescentes no Amazonas e os paradoxos do controle social*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Amazonas. Manaus:.. 2015, pp. 34-36.

²⁹⁶ Coari é uma cidade do Amazonas, se estende por 57 921,9 km² e contava com 85 097 habitantes no último censo. Fonte: cidades.ibge.gov.br. Acesso em: 17/12/2020.

²⁹⁷ O município se estende por 2 214,3 km² e contava com 48 296 habitantes no último censo. Municípios próximo de Iranduba: Manaquiri e Manaus. Iranduba se situa a 20 km a Sul-Oeste de Manaus a maior cidade nas proximidades. Fonte: cidades.ibge.gov.br. Acesso em: 17/12/2020

O município de São Gabriel da Cachoeira também foi citado com denúncias de uma rede de exploração de meninas indígenas de 10 a 16 anos. A autora ainda discorre sobre diversas situações de abusos de crianças, envolvendo meninas e meninos, contudo as meninas eram a maioria das vítimas.

Prostituição não é crime no Brasil, mas ser prostituta é?

Existem três marcos legais que regem o trabalho sexual pelo mundo²⁹⁸: O regime proibicionista, que proíbe a prática de forma geral, a punição abarca desde os agenciadores, as prostitutas e os clientes, alguns países que criminalizam a prática são Suécia, China e Eslovênia; O segundo marco é o regime regulamentarista. Países como Alemanha, Uruguai, Áustria, Chile e Suíça permitem a prática desde que regulamentada e controlada pelos setores públicos, principalmente setores de saúde e de polícia. Este regime compreende o comércio sexual como um problema social impossível de ser exterminado.

Como foi observado em meu trabalho anterior²⁹⁹, os dois marcos, o proibicionista e o regulamentarista, eram debatidos no final do século XIX com apelos morais e cristãos para o enquadramento ou extinção da prática. Até as primeiras décadas do século XX o Brasil seguia o regimento regulamentarista influenciado pelo modelo francês instaurado por Napoleão Bonaparte durante o século XIX e início do XX³⁰⁰.

Sob perspectiva diferente, o terceiro marco legal é o abolicionista, que criminaliza os agenciadores, traficantes e proxenetas. Países como Brasil, Inglaterra e Canadá adotaram o tal regime que considera as profissionais do sexo “vítimas” dos agenciadores, não as criminaliza, mas praticamente as persegue.

O Brasil se integrou aos países abolicionistas somente em 1951, um ano após a votação de uma “Convenção Internacional para a repressão do tráfico de seres humanos e da exploração da prostituição” pela Quarta Assembleia Geral das Nações Unidas³⁰¹. O

²⁹⁸ DENARDI, Adriano Francisco. *Poder e (des)ordem: preliminares de uma outra História – Prostituição e o mercado do sexo em Joinville*. (1990-2010). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História do Tempo Presente. Florianópolis: 2011, pp. 69-70.

²⁹⁹ LIRA, Bárbara Rebeka Gomes de. *A Dífícil Vida Fácil: O mundo da prostituição e suas representações na cidade de Manaus. (1890-1925)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Amazonas. Manaus: 2014.

³⁰⁰ LEME, Edson Holtz. *Noites ilícitas: histórias e memórias da prostituição*. Londrina: EDUEL, 2005, p.: 182.

³⁰¹ Em 1958, foi ratificado pelo Congresso Brasileiro, que a legislação combate o proxenetismo e formas

modelo abolicionista resultou em um submodelo chamado neo-abolicionista e o modelo regulamentarista no que se conveniu designar de laboral, mas que ainda são pouco trabalhados e divulgados como aponta a jurista Alessandra Margotti³⁰².

Tal tema remete à necessidade de esclarecer as diferenças entre prostituição, lenocínio e tráfico, em razão de ser possível notarmos certas generalizações em debates que tratam as profissionais do sexo como “exploradas” que exercem tal atividade contra sua vontade. Isso é exploração sexual, descrita no Código Penal como Lenocínio, e tipificado pelo mesmo Código Penal brasileiro nos artigos 227 a 230. Recentemente, o tráfico de pessoas, para fim de exploração sexual, foi separado do lenocínio através da revogação pela Lei 13.433/16 de 06 de outubro de 2016, com inclusão do artigo 149-A, intitulado “tráfico de pessoas”.

O Capítulo V do Código Penal é destinado aos crimes relacionados à prostituição, e é intitulado “Do lenocínio e do tráfico de pessoa para fim de **prostituição** ou outra forma de exploração sexual”.³⁰³

O título do capítulo em si já é confuso e dá espaço para generalizações, pois uma pessoa traficada implica uma prática forçada, sequestro, cárcere privado e exploração sexual, ou seja, a pessoa é traficada para ser escrava sexual e não trabalhadora. Ao contrário disto, existem mulheres que saem de seus estados ou países para fazer prostituição por livre e espontânea vontade, nesse caso é chamado de migração ou emigração, e não tráfico. Essa é uma diferença básica e que a legislação brasileira pouco se importa em elucidar ou utilizar outra denominação.

Curioso que o Estado não criminaliza a prostituição em si, mas para discorrer sobre os crimes de exploração sexual, favorecimento ou rufianismo se utiliza do termo prostituição, associando diretamente a ocupação a práticas criminosas, e isso repercute diretamente no imaginário da sociedade. Mais um dos motivos para se ressignificar o termo usado para a profissão, apropriando-se do status de trabalhadoras sexuais ou profissionais do sexo.

de exploração, e que considera e respeita os profissionais do sexo. Em: LEME, Edson Holtz. *Noites ilícitas: histórias e memórias da prostituição*. Londrina: EDUEL, 2005.

³⁰² MARGOTTI, Alessandra. *Direito à prostituição: Legalização do lenocínio no Brasil*. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2017, p. 85.

³⁰³ Vade Mecum Penal: Penal, Processo Penal e Constituição Federal / obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Livia Céspedes e Fabiana Dias da Rocha. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 182.

Sobre os artigos deste capítulo do Código estão, o artigo 227: que consiste na “*mediação para servir a lascívia de outrem*”, ou seja, o intermédio da libidinagem ou sexualidade alheia.

Sobre o “*favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual*”, incluem-se os artigos 228: “*induzir ou atrair alguém à prostituição ou outra forma de exploração sexual, facilitá-la, impedir ou dificultar que alguém a abandone*”, agravando a pena se o aliciador for parente ou empregador; e o artigo 229: “*Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente*”.

Sobre o rufianismo inclui-se o artigo 230: “*tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo – se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça*”, podendo se agravar o crime se a vítima for menor de idade e se o ilícito for cometido por parente ou empregador.

O artigo 149-A sobre “Tráfico de pessoas” foi incluído no Capítulo VI do Código Penal Brasileiro intitulado “Dos crimes contra a liberdade individual”. Acrescentado no ano de 2016, o Código entende por tráfico de pessoas a prática de “*agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso*”, e ainda elenca as cinco possíveis finalidades da prática do tráfico de pessoas, sendo “*I - remover-lhe órgãos, tecidos ou partes do corpo; II – submetê-la a trabalho em condições análogas à de escravo; III – submetê-la a qualquer tipo de servidão; IV – adoção ilegal ou V – exploração sexual*”.

304

Diante disto, uma trabalhadora sexual que deseja exercer seu trabalho em outro país por vontade própria não pode ser encaixada na condição de traficada, pois existem diferenças gritantes entre o tráfico de pessoas para exploração sexual e o trabalho sexual, porém em nossas leis não existe a preocupação em esclarecer essas distinções.

A prostituição/trabalho sexual por sua vez, é uma ocupação, podendo ser escolhida por qualquer adulto ou adulta percebida como capaz, não sendo ilegal no Brasil³⁰⁵. E

³⁰⁴ Vade Mecum Penal: Penal, Processo Penal e Constituição Federal / obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Livia Céspedes e Fabiana Dias da Rocha. São Paulo: Saraiva, 2017, pp. 171-172.

³⁰⁵ É importante enfatizar que apesar do Código Penal brasileiro ter sua redação datada em 1940, o Capítulo V intitulado “Do lenocínio e do tráfico de mulheres” teve sua primeira redação datada no ano de 2005 e posteriormente foi revogada em 2009 pela lei número 12.015, de 7 de agosto de 2009. Fica claro, que a legislação brasileira tratou por certo tempo de questões como a exploração de menores e o tráfico de

mesmo não sendo regulamentada, ainda é reconhecida como uma ocupação pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio do CBO - a Classificação Brasileira de Ocupações, que será abordada em capítulo específico sobre os debates da regulamentação do trabalho sexual.

Percebe-se o Código Penal Brasileiro, tal qual o Direito Penal, como instrumentos de controle social de uma população pobre, preta e periférica. Como mostra o jurista Victor Romfeld³⁰⁶, a justiça penal funciona em harmonia com o modo de produção capitalista, onde se mostra classista e seletiva, e busca manter a estrutura social hierarquizada pesando sempre para as classes subalternas.

Portanto, quando se afirma que a prostituição não é crime no Brasil, é certo que a prática do trabalho sexual também perpassa o corte interseccional, pois se a trabalhadora não é preta e não é periférica, ela ainda consegue exercer o trabalho sexual mais “livremente” através das várias ferramentas como classificados dos jornais da década de 1990, e atualmente pelas ferramentas de internet, desde redes como Instagram, Câmera Privê e demais sites específicos de sexo pago e acompanhantes³⁰⁷.

Elas por sua vez, não estão livres dos estigmas de prostituta, por isso a maioria das mulheres dessas categorias citadas que se teve contato não se percebem como profissionais do sexo, não gostam de ser vistas como tal e se denominam de “modelos” ou “acompanhantes”.

Boa parte das mulheres que atua pelos sites não se vê como prostituta comum – que seria aquela que exerce seu trabalho nas ruas ou lugares mais “baratos”. Do mesmo modo, a prostituta que atua nas ruas procura manter certa distância das mulheres que anunciam em sites por não vê-las como “prostitutas de verdade”³⁰⁸.

mulheres de forma não aprofundada, sendo exposta apenas na Lei nº. 8.072, de 25 de julho de 1990, que considera crime hediondo, isto é, de extrema gravidade, “VIII - favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável”. Ver mais em: Lei nº. 8.072, de 25 de julho de 1990. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8072compilada.htm. Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.

³⁰⁶ ROMFELD, Victor Sugamoto. *Uma análise criminológica dos sistemas jurídicos de enquadramento da prostituição feminina*. Universidade Federal do Paraná. Monografia do curso de Direito. 2013. 81 fls.

³⁰⁷ Terminologia utilizada para o trabalho sexual de luxo, onde primeiramente é negociada a companhia sendo o sexo uma consequência do encontro proposto. Geralmente sua demanda de clientes são empresários e homens endinheirados. A clientela da prostituição popular é composta de trabalhadores em geral, vendedores, carregadores, estivadores e etc.

³⁰⁸ PRADA, Monique. *Putafeminista*. São Paulo: Veneta, 2018, p. 54.

Mesmo a prostituição de luxo não sendo o foco deste trabalho, é importante observar para perceber as diferenças no exercer da atividade. A trabalhadora periférica, além de também sofrer com o estigma, se a trabalhadora atua nas ruas, a represália da polícia também é um problema - tendo em vista que a polícia também é uma instituição classista, racista, machista e misógina – assim como as represálias no posto médico da triagem ao consultório, os olhares e comentários dos transeuntes nas ruas.

O Código Penal brasileiro no que corresponde a prostituição, mais dificulta a vida de quem vive do trabalho sexual do que protege a trabalhadora dos riscos e violências que cercam não só o trabalho sexual, mas a vida de mulheres em sua diversidade. O Código criminaliza as práticas que podem intermediar e facilitar os ganhos das trabalhadoras.

Um exemplo bem didático pode mostrar a ineficácia do Código: Se uma trabalhadora sexual resolve convidar mais duas colegas de trabalho para dividirem um aluguel de uma casa para que possam fazer seus programas com mais segurança, mais longe da vulnerabilidade das ruas ou o intermédio de uma boate, isso rapidamente poderá ser enquadrado no artigo 229 e/ou 230.

O que parece é que o estado quer manter essas trabalhadoras nas ruas e solitárias, como uma forma de exemplo para as mulheres não trabalhadoras sexuais.

A jurista contemporânea Alessandra Margotti, em recente trabalho publicado mostra a inconstitucionalidade na criminalização das atividades que mediatizam a relação prostitucional, tendo em vista que a condenação de tal prática afeta os direitos básicos de mulheres e homens adultos que decidiram por se prostituírem³⁰⁹.

Se faz necessário esclarecer as diferenças entre as práticas, pois ainda hoje os crimes de exploração sexual de menores ainda são associados e generalizados como uma forma de trabalho sexual, e não são. São práticas muito distintas que podem ser diferenciadas a partir da seguinte reflexão: se a pessoa for obrigada por outra pessoa a se prostituir, não é trabalho. Nesse contexto, os movimentos sociais da categoria mantêm o esforço em diferenciar a prática criminosa da prática laboral, buscando evitar quaisquer associações entre as duas práticas.

Monique Prada³¹⁰, em sua obra também aborda esses aspectos problemáticos da legislação brasileira. E mesmo a prostituição sendo legal no país, todas as atividades que

³⁰⁹ MARGOTTI, Alessandra. *Direito à prostituição: Legalização do lenocínio no Brasil*. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2017.

³¹⁰ PRADA, Monique. *Putafeminista*. São Paulo: Veneta, 2018, pp. 58-59.

a cercam são criminalizadas. A autora percebe a função das leis como de permanecer isolando socialmente essas mulheres e não as protegem em nada, pelo contrário, reforçam os estigmas sobre essas trabalhadoras.

Também repudiamos a confusão costumeira entre trabalho sexual e tráfico de pessoas, assim como a ideia de que nossa atividade, em si, configura violência – uma violência que só poderia ser combatida com o fim da prostituição. É uma argumentação falsa: trabalho sexual é trabalho. Exploração sexual, estupro e tráfico de pessoas são crimes – e não trabalho. [...] Já as leis sobre o tráfico de pessoas são problemáticas para as trabalhadoras sexuais migrantes e, no fim das contas, para todas as mulheres, considerando que qualquer uma de nós pode ser suspeita de prostituição e acabar detida na imigração ao viajar para outros países³¹¹.

Por fim, a autora aponta a necessidade urgente de se estabelecer as diferenças entre trabalho, crime e exploração e sobretudo a respeito do que consiste exploração sexual e exploração laboral, pois esta última se fez presente em todas as relações de trabalho no sistema capitalista.

Esses enfrentamentos partem da necessidade de se construir uma nova percepção sobre o trabalho sexual e sobre as trabalhadoras sexuais, contudo, percebe-se que para se obter resultados mais palpáveis no quesito de construção de políticas públicas e uma legislação mais comprometida é necessário existam governo representativos que ao menos se proponham a dialogar com as minorias, inclusive com as trabalhadoras sexuais.

O que se percebe também ao longo das pesquisas e leituras feitas é que o maior período de intensidade de trabalhos para os movimentos sociais de prostitutas e conseqüentemente a disponibilização de recursos para a realização das atividades ocorreu de 2002 a 2016, e a partir deste último os recursos foram diminuindo.

Nos eventos realizados pelo país se construía debates que mais tarde resultariam em projetos de políticas públicas, projetos de leis, e é inegável que de 2002 a 2016 o Governo Federal brasileiro era mais aberto as questões das populações minoritárias e isso é possível observar nos eventos, projetos, campanhas e relatórios realizados ao longo de período tendo como público alvo as trabalhadoras sexuais.

³¹¹ PRADA, Monique. *Putafeminista*. São Paulo: Veneta, 2018, p. 59.

O cuidado de si e o uso dos preservativos

Como tem sido mostrado ao longo desta pesquisa, a questão do uso do preservativo é importante e sempre esteve presente como pauta nos movimentos sociais da categoria de trabalhadoras do sexo no Brasil e na cidade de Manaus.

E também foi demonstrado como foram investidos recursos para essa área, secretarias relacionadas ao combate e prevenção de infecções sexualmente transmissíveis foram criadas, bem como as políticas e ações sociais de distribuições e orientações sobre o uso desses métodos foram executadas ao longo desse período de estabilidade dos movimentos.

Como tem sido mostrado, a Rede Brasileira atuou lado a lado do Ministério da Saúde no que tangem às questões da construção de políticas públicas direcionadas as infecções sexualmente transmissíveis. Rodrigues³¹² discorre que a participação da categoria nos trabalhos de prevenção foi considerada pelos agentes do Ministério da Saúde e da Comissão Nacional de AIDS - a CNAIDS – como imprescindível para o reconhecimento do Programa Nacional de AIDS do Brasil como um dos mais eficazes do mundo³¹³.

A mesma autora complementa que a política de prevenção brasileira se tornou reconhecida internacionalmente, principalmente porque preocupava-se com questões de cidadania e direitos humanos com as pessoas que viviam com HIV/AIDS. Com a participação da sociedade civil organizada, eram realizadas grandes distribuições de insumos de prevenção como preservativos masculinos (também conhecido como preservativo externo), femininos (também conhecido como interno)³¹⁴ e géis lubrificantes, bem como a disponibilização de materiais de orientações como cartilhas e panfletos sobre a temática.

³¹² RODRIGUES, Leina Peres. *Não quero que gostem de mim, mas exigo que me respeitem*: a prostituta cidadã, os significados e as ambiguidades na relação com o ministério da saúde. Universidade Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, 2014, pp. 72-73.

³¹³ É importante situar isto, pois o atual presidente (2019 em diante) havia se pronunciado que verbas para as políticas de controle e as campanhas de prevenção às infecções sexualmente transmissíveis não serão preocupações do atual governo, e extinguiu o departamento de AIDS. Segundo ele: *“A pessoa não pode ficar aí na vida mundana e depois querer cobrar do poder público um tratamento que é caro nessa área aí. Se não se cuidou, o problema é dele”*. Para reportagem completa: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/05/bolsonaro-departamento-AIDS-revolta-orgs>.

³¹⁴ Vale mencionar que preservativo externo e interno são terminologias novas adotadas com o objetivo de abranger a múltipla possibilidade de uso dos preservativos, não sendo apenas na forma binária “masculino” e/ou “feminino”.

A questão do preservativo feminino ou preservativo interno é um ponto relevante, pois envolve a autonomia feminina sobre seus próprios corpos. Criada no final da década de 1990, especificamente no ano de 1997, trata-se de um método de prevenção de iniciativa feminina. No ano 2000 o Ministério da Saúde passou a fornecer o preservativo feminino (PF) às Secretarias Estaduais de Saúde com o objetivo de distribuição para a população feminina tida como prioritária³¹⁵.

O Programa Nacional de DST/AIDS (PN-DST/AIDS) antes era conhecido como Coordenação Nacional de DST/AIDS, e no ano de 2009 foi passado a ser denominado de Departamento de DST, AIDS e Hepatites virais. Este, era responsável entre outras coisas pela elaboração das diretrizes voltadas para a disponibilização do PF. Até o ano de 2009 foi registrado um total de 16 milhões³¹⁶ de preservativos femininos adquiridos.

Aponta-se que do ano de 1980 até 2006 o Brasil registrou aproximadamente 433.067 casos de HIV/AIDS. Destacando que a partir do ano de 1996 a 2005 aumentaram os casos de contaminação entre mulheres, a qual também é conhecida como feminização da epidemia³¹⁷.

O Ministério da Saúde a partir do ano 2000 incluiu o preservativo feminino em seus programas de prevenção, inicialmente seu público alvo era composto por mulheres denominadas pelo Ministério de “vulneráveis”³¹⁸, sendo as trabalhadoras sexuais inclusas nessa classificação, dada a variedade de parceiros comerciais.

Um ponto que se deve levar em consideração é que o preservativo masculino restringe as opções de escolha da parceira, que fica limitada a concordância do homem para a utilização do método. O método do preservativo feminino surge nesta perspectiva de tornar a proteção sexual uma escolha também das mulheres, e isto colabora para o seu processo de autonomia sob seus corpos.

Sobre isto narrou Baiana, ao falar sobre sua experiência com o uso do preservativo interno. Durante os tradicionais encontros de trabalhadoras sexuais na cidade várias experiências eram trocadas e novos valores eram construídos, e foi em um desses eventos

³¹⁵ Vários colaboradores. *Preservativo feminino: das políticas globais à realidade brasileira*. Brasília: UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas, 2011, p. 7.

³¹⁶ Vários colaboradores. *Preservativo feminino: das políticas globais à realidade brasileira*. Brasília: UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas, 2011, pp. 7-8.

³¹⁷ OLIVEIRA, Nancy da Silva et al. *Conhecimento e Promoção do Uso do Preservativo Feminino por Profissionais de Unidades de Referência para DST/HIV de Fortaleza-CE: o preservativo feminino precisa sair da vitrine*. Saúde Soc. São Paulo, v.17, n.1, p. 107-116, 2008.

³¹⁸ Idem.

que Baiana compartilhou com suas companheiras a importância do uso do preservativo feminino.

Teve um encontro que elas estavam (elas do GEMPAC), até a Lourdes riu quando era pra falar...era pra falar sobre a importância do uso da camisinha feminina, então eu nem sabia que eu ia palestrar né [...] aí eu comentei sobre isso mesmo, o uso do preservativo feminino, eu até comentei que a maioria dos homens não quer saber de acertar a borracha, quer meter o prego, aí pra isso...porque a maioria não querem usar preservativos, então é por isso que fabricaram a camisinha feminina, porque quando os homens não quiser usar, a mulher coloca a camisinha feminina³¹⁹.

Também existem vários casos de clientes mais resistentes ao uso dos preservativos masculinos. Nesta mesma entrevista Baiana continuou narrando um caso de um cliente que tentava fazer um programa sem camisinha, afirmando pagar mais por isso.

E uma dessas vezes que apareceu um pra mim que não queria usar camisinha, aí ele chegou e falou: Baiana, essas menina aqui só querem usar camisinha, mas eu não gosto de usar essas camisinha não, eu tô procurando uma mulher, eu pago bem. Eu falei: Quanto você dá? Ele disse: Eu dô 100 reais pra ir lá rapidinho, mas eu não uso camisinha. Eu falei: Tá bom. Ele falou: Você usa? Você só vai com camisinha? Eu falei: é. Ele falou: Você não abre exceção? Eu falei: eu posso até abrir. Eu tava com umas quatro camisinha feminina na bolsa. Eu digo: tá bom. Quando eu chego lá, entrei lá pro banheiro rapidinho e introduzi a camisinha e vim. Quando foi depois que terminou o sexo, a camisinha ficou engatada nele. Aí ele olhou “Baiana! O que que é isso, Baiana? Eu não usei preservativo!” Eu falei: Você não usou, mas eu usei (segurando o riso) [...] ³²⁰

Percebe-se esta fala como de grande importância para a vida de Baiana e consequentemente para o fortalecimento da propagação sobre o método com suas companheiras de trabalho, e isto tem um valor coletivo que resultam em mulheres mais informadas, protegidas e com autonomia de seus corpos.

Entretanto, Baiana ainda leva em consideração a porcentagem de mulheres que ainda deixam se convencer pelo “pagar mais”. Para ela proteção é algo inegociável e faz questão de sempre fazer o uso do método.

E ainda tem mulher que não usa [...] se o cliente não quiser usar, eu sei que vão, ainda vão sem o uso do preservativo, nem feminino, nem masculino. Cê acredita nisso? Porque, olha, muitas vezes, a Neila (sua filha) quando tava aqui, que ela ia com frequência nos hotéis, ela dizia:

³¹⁹ Entrevista com Baiana, em 10 de setembro de 2019, em sua residência.

³²⁰ Entrevista com Baiana, em 10 de setembro de 2019, em sua residência.

Mãe, se a senhora ver o tanto de camisinha feminina que tem na lixeira. Eu falei: Minha filha, quando você ver assim, você não deixe, se tiver na sacola você traga. Eu já falei pra essas meninas, quando elas não usarem que traga, porque tem muitas que usam³²¹.

A acessibilidade dos preservativos – femininos e masculinos - às trabalhadoras do sexo se fez eficiente com a participação direta da Associação As Amazonas. Já sobre a utilização dos métodos, este fica a cargo das escolhas individuais de cada pessoa, a Associação realizava os trabalhos de tornar acessíveis os insumos de prevenção e as informações.

Em setembro de 2002 foi criado na cidade de Manaus o “Fórum Amazonas da Organização da Sociedade Civil de combate as Infecções de transmissão sexual e a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida”³²². Ficou conhecido como “Fórum Amazonas de OSC/ITS/AIDS”, que tratava de um grupo de debate de construção de políticas públicas relacionadas à saúde no Estado do Amazonas.

O Fórum Amazonas era um meio de articulação entre as instituições e demais movimentos sociais. A Associação As Amazonas possuía uma vaga cativa dentro do fórum de debates que tornava as pautas das profissionais do sexo em visibilidade nesses setores, o que representa um marco importante para as atividades voltadas para este público de trabalhadoras.

No ano de 2009, o colegiado do Fórum Amazonas era composto por 15 organizações, entre Associações, Redes e casas de apoio estavam: Associação Orquídeas GLBT; Associação Kátiro; Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV e AIDS – Núcleo Amazonas; Rede de Mulheres Positivas do Estado do Amazonas; Associação das Travestis do Amazonas – ATRAAM; Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Travestis – AAGLT; Centro Dom Jackson Damasceno Rodrigues – CDJDR; Casa de Apoio Nossa Casa; Associação de Combate a AIDS – SOCEAMA; Movimento de Gays, Lésbicas e Transgênero de Manacapuru; Ong Visão Mundial; Movimento Cidadãs Positivas; Associação para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável – ADEIS; Associação das Prostitutas do Estado do Amazonas – APAM e a Pastoral da AIDS.³²³

³²¹ Idem.

³²² Estatuto Fórum Amazonas de OSC/ITS/AIDS, 18 de março de 2007. Disponível: Acervo As Amazonas.

³²³ Ofício nº. 030/2009. Ofício enviado pelo Fórum Amazonas sob a coordenação de Fabricio Nunes direcionado ao Secretário de Saúde do Estado do Amazonas – SUSAM, senhor Agnaldo Gomes de Costa. Em 13 de julho de 2009. Disponível: Acervo As Amazonas.

Os objetivos³²⁴ do Fórum Amazonas eram incentivar e promover campanhas de prevenção, apoio, educação e direitos humanos para colaborar com a redução da propagação das infecções sexualmente transmissíveis. Bem como elaborar propostas para o fortalecimento das ações realizadas pelas organizações filiadas ao Fórum e realizar denúncias de violação dos direitos humanos.

Vejam os abaixo, no demonstrativo sobre o uso de preservativos das 125 mulheres cadastradas na Associação As Amazonas no ano de 2008:

Usa preservativo	Quantidade de mulheres
Sim	63
Sempre	48
As vezes	1
Não revelou	13

Demonstrativo 1: Sobre o uso de preservativos das associadas. Fonte: Ficha de cadastro de associadas 2008. Acervo: As Amazonas.

Sobre o uso de preservativos, a maioria das trabalhadoras revelou aderir ao método de prevenção. Vale destacar que nesse quesito, a ficha não possibilitava uma resposta negativa, são indicadas duas respostas positivas como “sim” e “sempre” e a outra é indicativa de dúvida ou talvez como “as vezes”, deixando em aberto para pensar que as que não revelaram talvez fossem as que não aderiam ao método.

Como Baiana contou no fragmento mais acima, em sua época os preservativos eram negligenciados, pois ainda não existiam as políticas públicas na área e muito menos as orientações tão valiosas para os movimentos sociais organizados de prostitutas.

Essas políticas foram efetivadas com a participação direta dessas instituições, formando assim um contingente de trabalhadoras sexuais informadas, protegidas e principalmente conscientes de que os cuidados com a saúde são inegociáveis. Em 2004 foi realizado um estudo feito pelo Núcleo de Estudos em Saúde Pública da Universidade de Brasília, estudo este realizado com parceria da Rede Brasileira de Prostitutas, que entre outras coisas debatia-se a praticabilidade das atividades voltadas para prevenção de infecções sexualmente transmissíveis entre trabalhadoras do sexo de três regiões do país. O estudo revelou uma transformação no comportamento das mulheres trabalhadoras na

³²⁴ Estatuto Fórum Amazonas de OSC/ITS/AIDS, 18 de março de 2007. Disponível: Acervo As Amazonas.

aderência ao método de proteção, ou seja, as profissionais do sexo estavam usando mais preservativos, fosse na sua relação comercial ou afetiva.³²⁵

O primeiro caso de HIV/AIDS registrado no Brasil foi no ano de 1982³²⁶, e especificamente no Estado do Amazonas o primeiro caso foi notificado no ano de 1986. Entre os anos de 1986 a 2010 o Amazonas registrava 7.993 casos notificados. Dos 62 municípios, 9 deles até o ano de 2010 não notificava nenhum caso, porém pela falta de hospitais especializados nos interiores do Amazonas, as pessoas infectadas acabavam por buscarem tratamentos na capital Manaus. Em totalidade dos casos registrados na época, aproximadamente 60% dos municípios registravam menos de 10 casos, enquanto Manaus registrava 87% de casos.³²⁷

Conhecimento sobre IST	Quantidade de mulheres
Já leu sobre	113
Nunca leu sobre	9
Não revelou	3

Demonstrativo 2: Conhecimento sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis das associadas. Fonte: Ficha de cadastro de associadas 2008. Acervo: As Amazonas.

E por fim, a ficha de cadastro ainda solicitava das trabalhadoras que informassem o grau de conhecimento sobre as infecções sexualmente transmissíveis, revelando que sua maioria demonstrou possuir conhecimentos prévios sobre e a minoria expressou não ter conhecimentos. Demonstrando que efetivamente as informações sobre as formas de prevenção e cuidados chegavam até essa demanda de trabalhadoras.

No relatório de atividades³²⁸ da Associação As Amazonas do ano de 2009 consta um resumo das atividades da instituição de janeiro a dezembro. E apresento aqui esta fonte no intuito de contribuir com o que tem sido apresentado.

³²⁵ RODRIGUES, Leina Peres. *Não quero que gostem de mim, mas exigo que me respeitem*: a prostituta cidadã, os significados e as ambiguidades na relação com o ministério da saúde. Universidade Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, 2014, pp. 73-74.

³²⁶ BARRETO, Letícia Cardoso. *Prostituição, gênero e sexualidade*: hierarquias sociais e enfrentamentos no contexto de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 2008, Dissertação de Mestrado. Mestrado em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, p. 56.

³²⁷ KADRI, Michele Rocha El. *A participação das organizações da sociedade civil no enfrentamento à AIDS*: história da política no Estado do Amazonas. Universidade Federal do Amazonas/FIOCRUZ. Dissertação de Mestrado em Saúde, Sociedade e Endemias na Amazônia, Manaus: 2013, pp. 11-13.

³²⁸ As Amazonas. Relatório de atividades referente ao ano de 2009. Disponível: Acervo As Amazonas.

Neste relatório consta que em no mês de janeiro a Associação realizou um trabalho de prevenção em conjunto com a Coordenação Municipal de DST/HIV/AIDS da SEMSA e a Coordenação Estadual de DST/HIV/AIDS da SUSAM. A ação contou com distribuição de preservativos com aproximadamente 120 trabalhadoras, número que foi aumentando com o passar do tempo, pois o trabalho era feito uma vez por mês.

No mês seguinte, em fevereiro, foi feito um trabalho voltado para prevenção do HIV/AIDS nos barracões das escolas de samba, além dos pontos de trabalho sexual nas ruas, bares e boates do centro de Manaus. Em abril foi destacada no relatório a parceria entre a Associação e o Hospital Alfredo da Matta por meio dos encaminhamentos médicos:

para levar centenas de mulheres a fazer exames de sorologia e doenças sexualmente transmissível, nesse período tivemos um grande avanço, a participação das profissionais do sexo foi maior, tivemos 235 mulheres que fizeram seu exame [sic].³²⁹

Em maio, foi destacada a conquista de cursos de informática através de uma parceria com o SEBRAE que tornou os cursos acessíveis a 37 trabalhadoras do sexo. Foram realizadas reuniões entre a Associação, as trabalhadoras e alguns de seus clientes para assim elaborarem um debate mais horizontal acerca da prevenção das IST's e a conscientização do uso dos preservativos. E também foi realizada uma ação de combate à exploração sexual infantil.

No mês de junho, conhecido pela categoria como o mês das prostitutas foi realizado um encontro de comemoração ao dia Internacional das prostitutas – 2 de junho – no qual foi feito um “mutirão da cidadania” com o apoio da Secretaria da Justiça, Secretaria de Assistência Social e as Secretarias Estadual e Municipal de Saúde. O mutirão contou com exames, panfletagens, distribuição de preservativos e materiais informativos, bem como palestras sobre direitos humanos, exploração sexual infantil, discriminação e preconceitos.

Em julho foram realizadas reuniões na sede da instituição para articulação das atividades de prevenção em outras regiões da cidade fora do centro – região onde geralmente as atividades da Associação eram concentradas.

Em agosto foram realizadas ações de prevenção de ISTs em bares, praças, escolas e boates. E também foram feitos diversos encaminhamentos médicos para trabalhadoras

³²⁹ As Amazonas. Relatório de atividades referente ao ano de 2009. Disponível: Acervo As Amazonas.

do sexo e seus filhos e filhas. Em setembro foi destacada a participação da Associação em reuniões de alguns setores públicos responsáveis pelo controle do HIV/AIDS no Estado do Amazonas.

Em outubro e novembro as atividades foram concentradas na realização do III Encontro Municipal das Profissionais do Sexo de Manaus, a temática principal do evento foi “Mulheres Guerreiras, prevenção, igualdade e direitos humanos”.

Em dezembro foi feita uma confraternização de natal com distribuição de algumas cestas básicas para as trabalhadoras mais necessitadas, e destacou-se no relatório a quantidade de 583 trabalhadoras cadastradas na Associação, e ainda se demonstra no documento a esperança de ter um ano seguinte mais próspero para a categoria.

A relevância em destacar o presente relatório de atividades serve para demonstrar em termos gerais que as questões de saúde, prevenção e preservativos estavam no cerne das questões prioritárias da Associação local. A maioria das atividades realizadas neste ano foram relacionadas a saúde.

Não que isto fosse um problema, mas a questão possui dois lados. Primeiro, era necessário primordialmente nos primeiros anos da Associação se construir uma política que alcançasse a categoria, era necessário insistir incansavelmente nas questões de saúde, porém o problema está se as únicas políticas públicas acessíveis às prostitutas fossem apenas no âmbito da saúde. E este é o caso.

Os movimentos organizados de trabalhadoras sexuais consideram que exista um risco muito grande em restringir a acessibilidade a cidadania apenas através do Ministério da Saúde, isto favorece a correlação entre prostituição e doenças ou infecções. É importante lembrar do documento já apresentado neste material chamada de “Carta de Princípios” que norteia os posicionamentos dos movimentos sociais da categoria, no qual apresenta-se em combate a essa associação entre trabalho sexual e “doenças venéreas³³⁰”.

Leina Rodrigues³³¹ faz uma análise acerca do único apoio do governo federal ser relacionado ao Ministério da saúde, como se os únicos problemas da categoria fossem o das infecções sexualmente transmissíveis, e também como se o único acesso a cidadania fosse o acesso ao consultório médico. Era isso que Gabriela Leite queria dizer quando

³³⁰ Doença venérea, termo recorrente da primeira metade do século XX. Atualmente utiliza-se o termo Infecção Sexualmente Transmissível – IST como mais apropriado.

³³¹ RODRIGUES, Leina Peres. *Não quero que gostem de mim, mas exigo que me respeitem: a prostituta cidadã, os significados e as ambiguidades na relação com o ministério da saúde*. Universidade Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, 2014, pp. 75-76.

falava que “a prostituta não tem doença apenas da cintura para baixo”. Os movimentos sociais de prostitutas precisam de mais que preservativos e consultas médicas. Necessitam de suas pautas respeitadas, seus *projetos de leis* e títulos de *utilidade pública* percebidos de forma séria, questões estas que serão apresentadas em capítulo específico.

No ano de 2011 a Rede Brasileira de Prostitutas deixou de participar dos editais propostos pelo Ministério da Saúde que unicamente privilegiassem as questões de ISTs/AIDS/HIV. Tratava-se de uma decisão política dos movimentos na tentativa de chamar atenção para o problema que existe nessa restrição de acesso a políticas públicas que alcançasse a categoria³³².

Na nota de rodapé 75 do capítulo anterior deste trabalho, foi apresentada a fala de Gabriela Leite sobre as questões referentes a saúde das trabalhadoras do sexo. A entrevista³³³ foi realizada no ano de 2013, mesmo ano de seu falecimento. Na entrevista Gabriela enfatizava a necessidade de romper com a ideia de “prostituta vítima” e de certa forma a postura do Ministério da Saúde em relação de tratar com trabalhadoras do sexo apenas no âmbito da saúde, contribuía para que a sociedade continuasse associando o trabalho sexual com a propagação de infecções sexualmente transmissíveis. E isto acaba por reforçar os estigmas, ou seja, um dos principais pontos de combate dos movimentos. O problema não está em oferecer políticas públicas voltadas para HIV/AIDS, e sim está em apenas oferecer isso.

No Amazonas, também não é difícil encontrar rastros da implementação de políticas públicas voltadas para HIV/AIDS, e isto se dá diretamente com o diálogo e participação direta dos movimentos sociais. E no que tange as políticas públicas no Amazonas, especificamente na cidade de Manaus que alcançasse a população de trabalhadoras sexuais ainda foram bastante restritas às políticas de HIV/AIDS.

Nestes aspectos, o trabalho de Michele El Kadri³³⁴ contribui no que se refere a identificação das Organizações da Sociedade Civil e suas contribuições voltadas para políticas de enfrentamento ao HIV/AIDS no Estado.

³³² RODRIGUES, Leina Peres. *Não quero que gostem de mim, mas exigo que me respeitem: a prostituta cidadã, os significados e as ambiguidades na relação com o ministério da saúde*. Universidade Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, 2014, p. 76.

³³³ Para acessar a entrevista de Gabriela Leite: www.youtube.com/watch?v=sISSYTGVjJc

³³⁴ KADRI, Michele Rocha El. *A participação das organizações da sociedade civil no enfrentamento à AIDS: história da política no Estado do Amazonas*. Universidade Federal do Amazonas/FIOCRUZ. Dissertação de Mestrado em Saúde, Sociedade e Endemias na Amazônia, Manaus: 2013.

Em 1981 foi criado na Fundação Alfredo da Matta o primeiro ambulatório específico de “DST” no Estado do Amazonas, no qual a responsável pelo atendimento de mulheres era a médica Adele Benzaken e José Carlos Sardinha para o atendimento de homens. Até o ano de 1985 os próprios Estados tomavam suas próprias estratégias de enfrentamento da epidemia, pois ainda não se tinha um posicionamento em nível nacional.³³⁵

A autora evidencia em sua pesquisa que com o aumento dos casos na capital amazonense, o ambulatório de IST da Fundação Alfredo da Matta acabara por atender seus pacientes de forma precária, solicitando assim a criação de um programa nacional específico para HIV/AIDS. O Programa Estadual foi implementado em fevereiro de 1989, e a Fundação de Medicina Tropical de tornou referência em atendimento da infecção.³³⁶

A participação dos movimentos sociais de prostitutas nos debates de enfrentamento da epidemia se tornou de grande importância, pois parcerias foram feitas nesse âmbito. El Kadri destaca também a formalização e participação de instituições como As Amazonas e Garotos da Noite. Por mais que não fossem organizações que tratavam especificamente do HIV/AIDS - como por exemplo a PVHA, “Pessoas Vivendo com HIV/AIDS no Amazonas” -, mas estavam diretamente ligadas com as políticas de prevenção das infecções sexualmente transmissíveis e com a preocupação de informar e orientar essa população que trabalhava com sexo.

“Negra, pobre e prostituta”

A discussão acima também conduz para algumas entrevistas realizadas com a mesma pessoa. Recorda-se de uma das entrevistas com Baiana, na qual a mesma narrou que quando criança se percebeu na situação de ser explorada por sua irmã mais velha. A partir do momento em que sua irmã descobriu que Baiana não era mais virgem (aos 12 anos) passou a tirar proveito dela, e marcava encontros com homens mais velhos e tirava todo o lucro para si.

Esse é mais um caso de exploração de menores, e se encaixa perfeitamente no que o Código Penal acima exemplificou. Contudo, quando Baiana tinha 12 anos era o ano de

³³⁵ Idem, pp.: 27-28.

³³⁶ KADRI, Michele Rocha El. *A participação das organizações da sociedade civil no enfrentamento à AIDS: história da política no Estado do Amazonas*. Universidade Federal do Amazonas/FIOCRUZ. Dissertação de Mestrado em Saúde, Sociedade e Endemias na Amazônia, Manaus: 2013, pp.: 31-32.

1969 e tais questões só foram começar a ser construídas no Código a partir da década de 1990 e ainda de forma muito genérica.

Baiana conta que quando percebeu que estava sendo explorada precisou tomar uma atitude, pois compreendeu que aquela condição não era justa. Para ela, o problema não estava em fazer sexo por dinheiro, o problema estava em fazer sexo por dinheiro e não ter o dinheiro.

O que me levou a fazer isso, eu me lembro que foi uma coisa assim inesquecível, o que me levou a fazer isso foi que quando o meu namorado tirou a minha virgindade, minha irmã soube, e ela arrumava os coronéis, daqueles comerciantes forte, e ela me levava. [...] Eu já tinha 12 anos, e ela me levava. Só que eu não recebia dinheiro, quem recebia era ela. O quê que ela comprava pra mim? Aqueles vestidinhos de chita, aquela sandalhinha [...] sandalhinha de couro, mas daquelas baratinhas, e o dinheiro ela embolsava. Eram bem coroas, tinha quarenta e poucos anos, trinta e poucos - os homens comerciantes, os coronéis que ela me levava com eles. [...] E aí eu pensei: já que é pra fazer isso aqui e eu não pegar nada, eu prefiro fazer. E aí eu cheguei a sair de casa pra eu ter assim a minha liberdade de sair com quem eu quisesse, mesmo que seja os coroas que me deram muito dinheiro, mas que eu soubesse que eu ia gastar o meu dinheiro, e não eu sair com os homens e minha irmã que pegar o dinheiro, isso não era justo³³⁷.

Baiana busca em suas memórias o momento em que foi aliciada pela irmã e se viu explorada, sem liberdade e sem autossustento. Com 12 anos, a fala de Baiana mostra que ela se viu na condição de explorada pela irmã, mas que também viu dentro do sexo remunerado uma saída para uma vida mais autônoma, mesmo que fosse trabalhando com sexo. Baiana é oriunda de uma cidade do interior da Bahia, nascida em 1957, mudou-se para Manaus já casada no final da década de 1980 com 23 anos de idade.

Já foi exposto neste trabalho o posicionamento que criança não deveria trabalhar em lugar algum, muito menos no trabalho sexual. Contudo os tempos da infância de Baiana eram outros. As questões de trabalho infantil também perpassam o corte interseccional de análise, pois percebe-se que quanto mais pobre a família for, mais cedo surge a necessidade de as crianças serem expostas ao trabalho exploratório para ajudar a família na complementação de renda.

Com 12 anos foi explorada pela irmã, e posteriormente se casou com um homem que seria o seu maior explorador e violentador, e várias vezes precisou dar um “grito de

³³⁷ Entrevista com Baiana, em 09 de setembro de 2019, em sua residência.

liberdade” na sua vida, da irmã, do marido e até dos patrões, pois Baiana também teve suas experiências de trabalho em outro ramo.

As questões de como o patriarcado age na vida de mulheres são bem presentes, e ainda parece incomodar apenas algumas pessoas, em sua maioria mulheres. Os assédios presentes da infância ao longo da vida adulta, as violências simbólicas e físicas, estupros, feminicídio etc. são alguns dos exemplos mais evidentes presentes nas vidas de mulheres.

Baiana ainda expressou que depois de um tempo na prostituição conseguiu um emprego em uma conservadora do aeroporto de Manaus, e que de forma cotidiana Baiana teria que lidar com o assédio dos patrões, que prometiam promoções em troca de sexo.

Em 1990 eu consegui um trabalho no aeroporto e trabalhei...90 não... foi um pouco antes, não foi em 90 sim, logo depois que eu me separei do meu marido eu trabalhei, fui trabalhar no aeroporto, e trabalhei 5 anos [...] numa conservadora, o meu trabalho eu comecei trabalhando no salão, depois eu fui promovida e trabalhei, fui trabalhar na área vip, enfim... depois eu saí por que eu tava sendo muito assediada no trabalho, os patrões, o pessoal que trabalhava que tinha o maior cargo, o cargo bem elevado pra trabalhar que era da Infraero, começaram a me assediar e por isso eu não aceitei, comecei a discutir, enfim, foi muito chato, eu tive que pedir a conta. Depois de 5 anos de trabalho saí, mas eu consegui fazer a minha casa nessa época, e aí eu continuei mesmo trabalhando, nos dias de folga eu fazia programa, foi assim a minha vida³³⁸.

Percebe-se certa confusão quanto aos anos referentes, os marcos cronológicos acabam sendo construídos a partir de marcos/acontecimentos, então mesmo não se recordando ao certo o ano que começou a trabalhar no aeroporto, se recorda que foi logo após se separar do marido, onde baiana teve que encontrar outra estratégia para complementar a renda, afinal possuía 3 filhos e sua necessidade maior era sobreviver e garantir a sobrevivência sua e de seus filhos.

Baiana complementa que vivia de aluguel e após esses anos trabalhando no aeroporto e na prostituição, conseguiu sair do aluguel e construir sua casa própria. Foi questionado se Baiana acredita que o trabalho sexual a libertou e a surpresa surge com a sua resposta:

Sim, me libertou sim. E tanto me libertou do marido, o esposo explorador, porque eu me casei com ele mesmo, era o meu marido, era o pai dos meus filhos, enfim, e me libertou dos assédios dos patrões, que ainda me oferecia vantagem que eu cedesse, me deitasse com ele, aceitasse as coisas que eles queriam fazer comigo, os assédios né.

³³⁸ Entrevista com Baiana, em 09 de setembro de 2019, em sua residência.

Enfim, eu não aceitei e por isso tive que sair, por opção minha, tive que pedir a conta, opção não! Porque eu tive que sair mesmo³³⁹.

Interessante que Baiana revelou sua percepção em alto e bom som, que transpassou segurança e orgulho de ter tomado as decisões em sua vida com agência próprio sobre o seu destino. Durante os momentos de sua vida que se deparou sob situações de violência conjugal, exploração sexual, pela irmã ou pelo marido, e ainda os assédios procurou alguma forma de ressignificar a sua vida e buscar o que era melhor para si.

E nesse sentido o trabalho sexual autônomo – aquele realizado sem intermédio ou agenciamento de outrem - se mostrou como uma solução e um caminho de liberdade, ao contrário do que se propaga de que não existe autonomia na prostituição. Experiências e falas como essa constroem novos valores para o trabalho sexual, e desnudam que as violências contra as mulheres não ocorrem apenas no âmbito da prostituição, estando muito mais ligadas a uma estrutura patriarcal que afeta mulheres de todas as profissões, umas mais que outras, mas que existem.

Alimentar a ideia de que dentro do trabalho sexual só exista tristeza, sofrimento e exploração é dar vida para pensamentos que tipificam e reduzem as experiências dessas pessoas, e reforçam os estigmas que têm sido demonstrados ao longo deste trabalho. É no cotidiano das experiências dessas mulheres – dentro e fora dos movimentos – que se constroem novos valores, novas percepções, confraternizações, momentos de risadas, alegrias e descontrações.

Nas entrevistas, Baiana costumava ser tranquila, sempre educada, disposta a conversar e possuía uma fala bem mansa. Gostava mais de falar de suas experiências do trabalho sexual, alguns episódios com seus clientes, entre risadas e momentos de emoção, Baiana sempre fez questão de mostrar com orgulho da mulher batalhadora que se tornou.

No momento das entrevistas gravadas, possuía 62 anos de idade, e revelou que não está completamente aposentada do trabalho sexual. Quando acontecem convites, que em sua perspectiva possam parecer interessantes, ela os aceita.

Eu não me exponho mais, mas assim, quando alguém liga pra mim, eu vou sim! É... porque eu acho que até bem velinha eu ainda vou tá nessa (risos) [...] teve um tempo que eu fazia sim por necessidade, agora de vez em quando sim, que eu tô fazendo os meus salgadinhos, mas aqui e

³³⁹ Entrevista com Baiana, em 09 de setembro de 2019, em sua residência.

ali eu faço por necessidade, mas eu faço mais porque eu gosto, e é muito bom a gente fazer o que gosta, não é mesmo?³⁴⁰

Neste ponto, destaca-se o fator da “exposição” citado pela entrevistada, ou seja, ela não exerce mais o trabalho sexual que antes exercia, isto é, o trabalho sexual nas ruas do centro de Manaus. Entretanto, nos casos de antigos clientes que a procuram através do seu número de telefone, Baiana conta que atende sim, mas agora de forma bem discreta.

Baiana demonstra que é bom trabalhar com o que gosta, e esse foi e continua sendo o seu caso. Sua fala revela a linha tênue existente entre precisar sobreviver e gostar do que faz para sobreviver – é importante salientar que são abordadas aqui experiências e múltiplas possibilidades. Assim como existem mulheres que fazem prostituição e não gostam e nem desejam permanecerem na atividade, existem aquelas que gostam e ainda lutam por melhores condições de vida e de trabalho.

Outro ponto importante, é que Baiana é uma mulher negra, trabalhadora sexual idosa, tendo também sofrido experiências e perspectivas de preconceitos de raça, de classe e contra a velhice.

[...] mesmo sofrendo discriminação né, me chamam de velha sem vergonha, velha acesa, velha pra frente, coroa assanhada, mas eu não tô nem vendo, eu não vou é ficar toda “malacafenta”, me entregar, eu não, eu quero é me divertir, eu quero sair, agora eu quero, mesmo porque o que eu já fiz, o que eu tinha que fazer eu já fiz.³⁴¹

Nesse caso, Baiana fala sobre o preconceito por ser uma mulher idosa com uma vida sexual ativa, apontada pelos “outros” como uma “velha safada”. Como se a velhice fosse um marco pelo qual extraísse a capacidade das pessoas de desejo e vontades sexuais.

Percebe-se que esse pensamento pode estar fundado na relação entre trabalho e capitalismo, e os corpos que estão aptos ou não para fornecer uma força de trabalho para o capital. Sendo os não aptos colocados numa espécie de “limbo” laboral, intelectual e sexual de idosos, sofrendo especialmente nesse campo as mulheres idosas.³⁴²

Ao contrário do que já se afirmou em uma historiografia anterior ou ultrapassada que bestializava as populações excluídas ou minoritárias e as colocavam como incapazes de refletirem e questionarem acerca de sua própria realidade social, política e cultural.

³⁴⁰ Entrevista com Baiana, em 05 de setembro de 2019, em sua residência.

³⁴¹ Idem.

³⁴² Sobre esse tema, e reflexões sobre os cuidados com os idosos, conf. FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019, pp. 253-276; BEAUVOIR, Simone de. *1908-1986 A velhice* (versão digital). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

Direciona-se as perspectivas apresentadas nesse trabalho de tese para uma ótica que descoloniza os sujeitos e as sujeitas históricas.

Isto significa que estes agentes históricos são percebidos como capazes não apenas de refletir e questionar, mas de negociar suas resistências. Neste sentido, conversando com as entrevistadas, ou problematizando os documentos históricos que cercam essas trabalhadoras e sua Associação, e também em conversas informais com algumas dessas mulheres, compreende-se que são todas possuidoras de suas vozes, de suas perspectivas de mundo, e, portanto, de suas práticas sociais.

Baiana também narra sobre as opressões e preconceitos que a cercam, e conhece muito bem onde moram as suas matrizes de opressão, e as nomeou: gênero, classe, raça/etnia.

Um dia desses eu ouvi um comentário - sem querer, que eu ia passando – um falou assim “ó, amanhã é dia da consciência negra, mas e negro tem lá consciência rapaz? Negro é um bicho”. Nossa aquilo ali [...] Meu Deus, essa foi pesada. Enfim, nós...eu mesma já sofri muito preconceito, mesmo pelo fato de **ser negra, pobre, prostituta, nossa é muito preconceito junto**, enfim, nós, nós pelo fato mesmo de ser mulher, nós já sofremos, por exemplo, se tem uma mulher no trânsito [...] se comete algum deslize pequeno que seja, os homens olham e falam “só podia ser mulher”, “mulher não tem que tá no trânsito”, “mulher tem que tá na cozinha” ... Ainda tem esse preconceito sobre as mulheres.³⁴³

Na primeira parte do fragmento destacado acima, Baiana conta um episódio no qual a mesma estava apenas passando e ouviu um pedaço da conversa entre dois homens na rua. Contou na fé que não tinha sido observada pelos dois homens, contudo no momento em que ela passou por eles escuta tremendo absurdo.

Várias questões podem surgir no campo das hipóteses. Será que não foi provocativo? Ou seja, os homens possivelmente avistaram uma mulher negra se aproximando e puxaram o assunto apenas no intuito de distribuir seu racismo próximo de outras pessoas inclusive. De fato, nunca saberemos das intenções daquele homem, mas isto não torna sua afirmação menos racista. E certamente Baiana impactou-se em ouvir aquilo enquanto passava.

“Negra, pobre e prostituta”, vemos aí novamente as marcações de raça, de classe e de gênero, são os marcadores sociais nomeados pela própria entrevistada. Intersecção

³⁴³ Entrevista com Baiana em 27 de novembro de 2019, em sua residência.

nomeada por Patricia Hill Collins como “matriz de dominação”³⁴⁴. É neste sentido que as autoras mencionadas nos orientam a não hierarquizar as opressões, e sim pensá-las como um conjunto estrutural de opressões.

A interseccionalidade é o local de cruzamento das matrizes de opressão. Carla Akotirene³⁴⁵ aborda o conceito como um meio teórico-metodológico de abranger as experiências e intersecções nas quais as mulheres negras estão submetidas. Direcionado às estruturas indissociáveis do racismo, do capitalismo e do cisheteropatriarcado, estes compreendidos como produtores das chamadas “avenidas identitárias” onde mulheres negras e mulheres de cor são alcançadas pelo cruzamento de gênero, raça e classe.

Eu tive um cliente, que ele era um capitão da marinha, pensa num homem assim muito bonito, muito charmoso. E eu tinha acabado de me separar do meu marido, eu tava com... 35, 36 anos, **mas eu era uma negra bonita. Ele me convidou pra sair [...] mas só que eu não podia ser vista saindo junto com ele. Ele foi na frente, e ele ia me apanhar num lugar determinado, pelo fato de eu ser negra e prostituta**, isso é cada coisa assim que eu me deparo [...] é assim inacreditável, mas acontece.³⁴⁶

Baiana se percebe como uma mulher negra, pobre e prostituta, e reconhece as ocasiões em que foi subalternizada por clientes ou demais parceiros, como os dois exemplos citados neste momento. No primeiro fragmento, a entrevistada evidencia um caso de um homem que a convidou para sair, mas que não poderia ser visto ao seu lado.

Esse caso chama a atenção, pois um homem heterossexual pode realizar quantos programas assim desejar com mulheres negras, desde que não fosse visto com uma delas. É provável que se o homem estivesse utilizando os serviços de prostituição de luxo – branca e de classe média – o mesmo pudesse ser visto publicamente, jantando em um belo restaurante.

Como o sujeito hegemônico - o homem branco heterossexual - se encontrava numa zona de prostituição popular e com uma trabalhadora negra, ele se sentisse autorizado a agir daquela forma colocando Baiana num lugar de recusa, vergonha e/ou invisibilização.

³⁴⁴ COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: Conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

³⁴⁵ AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Polén, 2019, pp. 18-20.

³⁴⁶ Entrevista com Baiana em 27 de novembro de 2019, em sua residência.

Como observa Miriam Goldenberg³⁴⁷, o corpo é atravessado por dimensões de capital físico, simbólico, econômico e social, inserido em uma relação contraditória de símbolos, valores e signos – corpos magros, cabelos lisos e peles brancas - que delimitam os corpos que se encaixam e são aceitos como normativos e os outros corpos que são negados e colocados num lugar de não aceito, sofrendo, portanto, desprezo e desvalorizações sociais.

Baiana ainda narra acerca de outra situação vivenciada, seguindo um pouco a lógica do primeiro exemplo. No qual o cliente no caso era um médico que também não queria ser visto com uma trabalhadora sexual. Baiana compreende a situação como vexatória, ou seja, se sentiu no lugar de recusa de seu corpo. E percebe como algo inerente da profissão, como “a realidade da vida da prostituta”. Situações estas que estão diretamente ligadas ao estigma de prostituta como foi abordado nos capítulos anteriores.

Outro, eu acho que eu comentei com você, foi um cirurgião pediátrico. Que tinham muitas, tinha uma meia dúzia de mulheres juntas, eu tinha acabado de chegar, e ele me escolheu no meio das outras. **Só que ele falou, você segue na frente, você vai por aqui assim e assim, e eu te apanho em tal lugar, eu não posso ser visto, e ele falou pra mim que não podia ser visto comigo, aí tá,** mas é cada coisa assim [...] enfim, a gente passa por situações vexatórias, mas **infelizmente é a realidade da vida de prostituta.** E quando acaba, tem gente que diz que é vida fácil. Fácil? Vá ficar no lugar de uma pra ver se é fácil. Não é fácil. ³⁴⁸

Sobre isto, Lélia Gonzales³⁴⁹ certamente fornece importantes contribuições. Antes de tudo, a autora em sua obra sobre racismo e sexismo no Brasil afirma que dependendo do lugar de onde estamos indica nossa percepção sobre os fenômenos do racismo e do sexismo.

Gonzales demonstra como o racismo é o principal sintoma de uma “neurose cultural brasileira”, e mostra como racismo e sexismo quando articulados produzem inúmeras violências principalmente às mulheres negras.

Ao longo das últimas décadas – a partir de 1970 – a autora vem abordando a mulata não no aspecto étnico, mas como uma profissão. Mais tarde veio a abordar a dupla

³⁴⁷ GOLDENBERG, Miriam. *Corpo, Envelhecimento e Felicidade na cultura brasileira*. Ed. 18. Vol. 9 N.2.2011. Disponível: www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed_18/contemporanea_n18_06_Miriam_Goldenberg.pdf. Acesso em: 03/11/2020.

³⁴⁸ Entrevista com Baiana em 27 de novembro de 2019, em sua residência.

³⁴⁹ GONZALES, Lélia. *Racismo e Sexismo na cultura brasileira*. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, pp. 223-244.

imagem da mulher negra: mulata e doméstica, e depois a mãe preta. Gonzales se utiliza epistemologicamente da psicanálise, e também segue suas análises partindo de seu lugar de fala de mulher negra, e se coloca disposta a aprofundar essas questões ao invés apenas de reproduzir modelos de investigação científica.

Homens negros geralmente são associados ao malandro, desempregado, ladrão; a criança negra é vista como a miniatura desse homem negro, portanto, uma “trombadinha”. E a mulher negra, é a cozinheira, a faxineira, a servente, a cobradora de ônibus e a prostituta. A autora aponta o lugar da mulher negra no processo de elaboração cultural, bem como as diversas formas de rejeição e/ou incorporação de seu papel.

É neste aspecto, que quando o cliente fala para Baiana “eu não posso ser visto com você”, essa negação/rejeição a coloca no lugar do fetiche da mulata do carnaval brasileiro, o homem que rejeita ser visto com a mulher negra e prostituta é o mesmo homem que deseja e coisifica as mulheres negras para além do carnaval.

A construção da mulata e da doméstica se deu a partir da figura da mucama. A doméstica é a mucama permitida – afirma Gonzales – aquela que presta serviços, que carrega sua família e a família dos outros nas costas, também conhecida como “burro de carga”, o lado oposto da exaltação carnavalesca.

A narrativa de Baiana sobre os clientes que não queriam ser vistos ao seu lado nos aproximou das análises de Lélia Gonzales. Como se fosse uma espécie de “porta de serviço” dos prédios, as entradas específicas que afirmam diretamente que se é negra, é doméstica, logo, “você entra e sai por ali”.

O racismo na prostituição por sua vez, também surge na forma de subestimação da trabalhadora sexual negra em relação às outras mulheres não negras, sobretudo as brancas. As negras são menos valorizadas e até barateadas nas boates e nas ruas.³⁵⁰

Outra questão também presente não só na vida de trabalhadoras do sexo, mas na vida da maioria de nós mulheres, é a violência/abuso físico e psicológico por parte de seus companheiros. Aqui temos um trecho de como o machismo afetou diretamente sua vida e seu corpo:

O que afetou muito a minha vida que até eu fiquei com trauma de machista, é que o meu marido, ele sempre me dizia que a mulher tinha que ser submissa ao homem, então uma das coisas que me marcou meu

³⁵⁰ Fala de Raiany, trabalhadora sexual, durante a roda de conversa “Existimos e Resistimos” realizada em 05/06/2020 pela plataforma *meet*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rTl3Hf3a1KU>

corpo e a minha vida foi a violência que ele tinha comigo, ele era muito violento (controlando choro/emoção), tinha semana que eu apanhava tanto que eu não podia sair na rua, toda marcada. E outra coisa que os negócios dele eu não tinha que me meter, ele tinha que fazer sozinho do jeito dele eu não tinha que optar, então isso aí me afetou muito. ³⁵¹

A entrevistada narra essas vivências com muita emoção, fala pausadamente e em algumas partes cala sua fala para respirar fundo e continuar sua narrativa sobre os abusos de poder que o marido exercia sobre ela, que inclusive passava por cima de qualquer opinião que Baiana poderia ter.

Eu era casada com meu marido, e eu acho quando a vida a dois assim, tudo, tem que ser compartilhado, eu acho assim que se ele fosse fazer um negócio ele tinha que me participar né, enfim, pra saber minha opinião, mas não, ele tinha que fazer sozinho [...] quando eu ia saber já tava feito, aí não tinha mais jeito. Como ele vendeu uma casa que eu terminei de fazer, óh, eu terminei de pagar a casa que nós morávamos no bairro de São José, eu paguei junto com as crianças, trabalhando na rua, quando não era fazendo programa era trabalhando de vendedora ambulante. E quando eu terminei de pagar essa casa ele vendeu [...] quando o novo dono chegou já era pra eu sair da casa, eu falei: não, eu sou casada com ele. Ele: minha senhora, mas eu já comprei a casa. Agora você já pensou um negócio desse? Eu não falei nada porque eu não queria entrar de confronto com ele pelo fato de ele ser violento. ³⁵²

Em dezembro de 2019 Baiana mudou-se de Manaus, foi para a cidade de São Paulo passar um tempo com sua filha Neila, e depois seguir viagem para Vitória do Espírito Santo para cuidar de sua mãe já bem idosa. Considera-se as experiências de Baiana de grande importância para este trabalho e não poderíamos interromper o processo de diálogo que estávamos construindo, e para isto, aproveitamos a existência de ferramentas³⁵³ que permitiam nossas entre/vistas. E a partir dessa mudança geográfica alguns exemplos já são tomados a partir de suas experiências após a mudança.

Olha São Paulo, agora que eu tô conhecendo São Paulo, porque já tivemos aqui antes, eu e ele, tanto aqui como no Rio, eu até tive um filho no Rio de Janeiro, mas eu não conheço (a cidade) porque eu só ficava em casa, só ele que saía. Eu só saía de casa pra fazer programa, só pra batalhar, e voltava pra casa, eu não saía não me divertia, ele saía às vezes chegava em casa de manhã, porque ele podia sair e eu não, nem menos ao lado dele não tinha que sair ele era muito ciumento, ninguém podia me olhar e não podia olhar pra ninguém, então isso pra

³⁵¹ Entrevista com Baiana em 12 de dezembro de 2019.

³⁵² Idem.

³⁵³ Ferramentas como videochamada ou videoconferência que permitiam a troca de olhares, mas apenas o áudio ficou registrado.

mim foi um martírio, foi uma tortura. Por isso que eu fiquei com trauma, agora que tô recuperando desse trauma.³⁵⁴

Esta temática da violência conjugal nos inclina para o estudo realizado por Suelen Barroso³⁵⁵, em que afirma tratar-se de um assunto por muito tempo mantido confinado no âmbito privado familiar, aquele velho bordão machista que dizia: “em briga de marido e mulher não se mete a colher”.

A historiadora ainda complementa que somente no final do século XX a violência conjugal passou a ser percebida como um problema social, e isto se deu com as reivindicações dos movimentos de mulheres e feministas.

Em 1979 foi criada no Rio de Janeiro durante o Encontro Nacional de Mulheres, a “Comissão de Violência contra a mulher”, e posteriormente dos anos 1980 em diante também foram criadas outras organizações que visavam amparar as mulheres vítimas de violências. Também foi criado em São Paulo o “SOS Mulher”, e aproximadamente nos anos 1985 foram criadas delegacias direcionadas especificamente em crimes contra as mulheres.³⁵⁶

O que podemos observar com isto, é que em nosso país não se educa os homens para respeitar as mulheres, e sim se educam as mulheres para buscarem ajuda caso sofram alguma violência por parte de seus companheiros, e mesmo assim a maioria delas se sente amedrontada em denunciar seu agressor e acabar perdendo sua vida. Fruto de uma cultura patriarcal que ensina aos homens que eles podem tudo quando se trata dos corpos de mulheres. O absurdo é tamanho que as medidas não buscam prevenir a violência contra as mulheres, e sim se espera a violência ou até o crime ocorrer para se buscar “soluções”.

A justiça brasileira é cis-hetero-patriarcal, pois é composta por esses mesmos homens que espancam e abusam de mulheres. Um exemplo disso é que hoje, em 2019 os números³⁵⁷ de estupro e feminicídio só aumentam no país e no Estado do Amazonas³⁵⁸,

³⁵⁴ Entrevista com Baiana, em 12 de dezembro de 2019.

³⁵⁵ BARROSO, Suelen Andrade. *Casais, Violência e Poder Judiciário: expressões jurídicas sobre a violência no casal em Manaus nos anos 1970 e 1980*. 168f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Amazonas. Manaus: 2011, p. 10-11.

³⁵⁶ Idem, 2011, pp. 18-19.

³⁵⁷ A edição de 2019 do Atlas da violência analisou os dados de feminicídio no país de 2007 – 2017, e demonstrou que existiu um aumento nos homicídios femininos no Brasil no ano de 2017, com aproximadamente 13 assassinatos por dia, totalizando 4.936 mulheres mortas. In: Atlas da violência 2019. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada & Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Org.) Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo, 2019.

³⁵⁸ Um demonstrativo importante sobre feminicídio na Amazônia brasileira evidencia as razões dos óbitos de mulheres nos anos de 2016-2017, sendo 37,7% feminicídio; 29% relação com drogas; 12,3% latrocínio; 4,3% confrontos com polícia; 3,6% bala perdida; 7,3% Outros. In: ORELLANA, Jesem Douglas *Et al.*

evidência esta que demonstra que as medidas criadas até então de nada serviram para inibir as violências contra nós mulheres.

“Sou prostituta sim, mas em casa eu sou mãe, sou mulher”³⁵⁹

De acordo com as fichas das associadas, a maioria das mulheres se declararam solteiras e responsáveis por dependentes menores, triplicando suas jornadas de trabalho doméstico, como cuidar das crianças, fazer comida, limpar a casa e etc. Elizabeth Souza Lobo³⁶⁰ relembrou o termo “dupla situação opressora” para se referir a principal adversidade das mulheres operárias e seu lugar como explorada. E isto surge dentro da família como uma ideologia que reproduz a desigualdade social e obriga as mulheres a aceitarem certas situações exploratórias, e seu “duplo fardo”.

Lobo cita que uma de suas entrevistadas em sua pesquisa falava sobre o reconhecimento em sua vida desta ideologia encravada na divisão sexual do trabalho, que enfatiza que os cuidados com a casa, com as crianças e cozinha são trabalhos femininos, e ainda culmina na desvalorização e no não reconhecimento destes trabalhos como trabalhos pesados e importantes.

Márcia Tiburi³⁶¹ afirma que as meninas, desde o nascimento, estão condenadas ao trabalho – diferente do trabalho remunerado - que pode se assemelhar a um tipo de servidão. Mesmo com um emprego fora de casa, a maioria das mulheres trabalha bem mais que os homens, pois estas após seus empregos ainda terão responsabilidades em casa a cumprir.

Tiburi acrescenta que se trata de uma divisão do trabalho fundada na concepção de uma diferença sexual. Nesse contexto, a autora insere o trabalho sexual chamado de prostituição também faz parte dessa escravidão, isto porque o sexo também está incluso nesse sistema de trabalho pois, para muitas mulheres o sexo foi/é uma obrigação.

Violência urbana e fatores de risco relacionados ao feminicídio em contexto amazônico brasileiro. Cadernos da Saúde Pública 2019. 35(8):e00230418.

³⁵⁹ Fala de uma trabalhadora do sexo durante um Encontro Municipal de profissionais do sexo de Manaus, realizado em 07 de dezembro de 2017 nas dependências do Les Artits Café Teatro, em frente a antiga sede da As Amazonas.

³⁶⁰ LOBO, Elizabeth Souza. *A classe operária tem dois sexos: Trabalho, dominação e resistência.* São Paulo: Editora Brasiliense, 1991, pp. 137-139.

³⁶¹ TIBURI, Márcia. *Feminismo em comum: para todas, todes e todos.* Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019, pp. 13-14.

Com isso, é necessário perceber que as lutas para tornar o trabalho sexual um trabalho regulamentado e legalizado também é uma luta que busca desenvencilhar a “atividade sexual servil”³⁶² desse cenário escravizado. Portanto, são legítimas.

E de acordo com as fichas de cadastro a maioria das trabalhadoras se declarou solteira, enfatizando aí jornada quase tripla destas trabalhadoras, trabalhando fora de casa para garantir a sua sobrevivência e de seus dependentes, e em sua maioria representavam a única renda da família, e ainda trabalhavam dentro de casa, cuidando dos filhos e/ou dependentes, da limpeza da casa, da alimentação (mesmo que pouca), e entre outras atividades incumbidas a maioria das mulheres.

Estado civil	Quantidade de mulheres
Solteira	95
Casada	9
Viúva	1
Divorciada	1
Não revelou	19

Demonstrativo 6: Estado civil das associadas. Fonte: Ficha de cadastro de associadas 2008. Acervo: As Amazonas.

Dessas 125 mulheres, 75 delas afirmaram ter menores dependentes seus, podendo esses menores serem filhos, netos, enteados, sobrinhos e afins. 50 delas não revelaram sobre, deixando apenas o espaço em branco. Eram mulheres chefes de famílias, que criavam seus filhos, ajudavam suas famílias e cuidavam de suas casas, mesmo com suas limitações financeiras.

Busca-se novamente Silvia Federici³⁶³ para esclarecer que quando a autora se refere a trabalho doméstico não se trata de um trabalho como os outros, mas sim de uma estratégia manipuladora e bem sucedida que o capitalismo propagou contra qualquer setor de trabalhadores. Para Federici, o capital precisava convencer a todos que o trabalho doméstico é algo natural para que se aceitasse trabalhar sem remuneração.

³⁶² TIBURI, Márcia. *Feminismo em comum: para todas, todes e todos*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019, p. 15.

³⁶³ FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019, pp. 42-44.

A autora ainda demonstra em sua análise como muitas mulheres ainda possuem a ilusão de que casam por amor, e outra parte reconhece que se casam por segurança financeira. E boa parte resulta em cuidados com a casa, marido e filhos, ou seja, os trabalhos doméstico, sexual e reprodutivo naturalizados.

Como Baiana, que em uma de nossos encontros falou de como foi a sua separação de um marido violento, a experiência de criar seus filhos e trabalhar dentro e fora de casa, nos faz lembrar que essa é uma realidade que cerca boa parte da vida de mulheres.

Enfim, eu criei meus filhos, criei filhos dos outros, fiz minha casa, concluí o ensino médio porque eu não sabia muita coisa, mal eu assinava, e eu dei um passo grande, que eu passei pouco tempo estudando e concluí o ensino médio graças a deus. E outra coisa, que na época não se preocupava muito em usar preservativo, se tivesse bem [...] as pessoas não queriam comprar pra [...] porque ia gastar, 1 real ia fazer falta, enfim, como não tinha tanto perigo a gente ia assim mesmo. E aí graças a deus que eu nunca peguei uma doença, nunca peguei uma doença venérea, e eu me orgulho sim, por ter feito uma casa e ter criado meus filhos, criei meus netos, criei filhos dos outros, enfim, é isso aí³⁶⁴.

Nesse fragmento, Baiana mostra que tem motivos para se orgulhar de tudo que fez, pois com muito sacrifício conseguiu construir sua casa, criar seus filhos, os “filhos dos outros” e ainda terminar seus estudos. E ainda revela mais, afirmando que o uso de preservativo era mais negligenciado pois se acreditava que os riscos eram menores que hoje em dia.

Baiana também demonstra que ter terminado seus estudos foi uma vitória e corresponde um dos motivos para se orgulhar. Ana, por exemplo, que também passou pela situação de ter que abrir mão de seus estudos para começar a trabalhar e a ganhar a vida, foi expulsa de casa sem ter para onde ir. Concluiu seus estudos, recentemente, em 2019, com o auxílio de um curso supletivo do Sesc, localizado nas mediações da Associação, na Rua Sete de Setembro.

É possível perceber nas tabelas das associadas, que a maioria das trabalhadoras atendidas pela instituição eram mulheres solteiras com filhos, sobrinhos ou enteados para criarem. Possivelmente eram elas as chefes de suas famílias.

Mais uma vez Elizabeth Souza Lobo³⁶⁵ relembra que as mulheres operárias resistem a imposições culturais e institucionais sob a determinação da reprodução e criação dos

³⁶⁴ Entrevista com Baiana, em 09 de novembro de 2019, em sua residência.

³⁶⁵ LOBO, Elizabeth Souza. *A classe operária tem dois sexos: Trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Alameda, 2014. p. 195

filhos, e ainda cumprir boas horas de jornada de trabalho longe de casa, assumindo assim os riscos de trabalharem fora e dentro de casa. Assim como as operárias, as trabalhadoras sexuais compartilham destas problemáticas.

E como bem lembrava Elizabeth Lobo, as mulheres além de receberem menos eram designadas aos trabalhos menos valorizados, e neste ponto entram em cruzamento as lutas feministas e as lutas das trabalhadoras, bem como das trabalhadoras sexuais.

Outro ponto importante é a questão do cuidado, que de acordo com Helena Hirata³⁶⁶ esta noção dialoga com os conceitos de trabalho e gênero. E com isto, as mulheres são entendidas como dependentes e responsáveis pelos cuidados com os outros, pelos trabalhos não remunerados e com os cuidados com os familiares, por esse motivo o trabalho de cuidado é invisibilizado e opressivo.

Menores dependentes	Quantidade de mulheres
1 menor	19
2 menores	24
3 menores	26
4 menores	3
5 menores	2
7 menores	1
Não revelou	50

Demonstrativo 7: Sobre menores/filhos. Fonte: Ficha de cadastro de associadas 2008. Acervo: As Amazonas.

Em um estudo realizado por Ana Silvia Scott³⁶⁷, a autora evidenciou que nos anos entre as décadas de 1960 e 1970 as mulheres brasileiras possuíam uma média de cinco a seis filhos, e já no ano de 2010 essa quantificação obteve uma queda significativa para um pouco menos de dois filhos.

Paulo: Editora Brasiliense, 1991, pp. 140-143.

³⁶⁶ HIRATA, Helena; DEBERT, Guita Grin. Apresentação Dossiê *Gênero e cuidado*. In: Cadernos pagu (46), janeiro-abril de 2016:7-15. ISSN 1809-4449. Disponível em: periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/issue/view.1143. Acesso em: 21/09/2021.

³⁶⁷ SCOTT, Ana Silvia. *O caleidoscópio dos arranjos familiares*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (Orgs.) *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2016, pp. 23-33.

Para a autora essas mudanças se deram pela própria transformação da relação construída entre as mulheres e suas famílias, e os próprios conhecimentos a respeito dos métodos contraceptivos, mesmo que não possuam garantia de funcionamento 100% eficaz, as informações já eram alcançadas e políticas públicas voltadas para a saúde das mulheres já era algo possibilitado.

Outro ponto importante ainda apontado pelo estudo de Ana Scott é a questão das escolaridades das mulheres brasileiras, pois os dados por si só podem esconder grandes desigualdades, conforme apontado pela autora, como escolaridade, faixa etária e raça.

A historiadora demonstra que em 2010 brasileiras com até sete anos de escolaridade a média de filhos era de 3,2, as que possuíam oito anos ou mais de escolaridade a média era de 1,7. Essa diferença é demonstrada pela autora por motivos de acesso as informações e aos métodos contraceptivos.

Nesse sentido outro corte importante que está conectado com o corte das escolaridades é o de classe, pois as mulheres mais escolarizadas partem de uma outra realidade econômica e acessos a diversas possibilidades, entre elas o próprio aborto clandestino, conforme apontado por Scott³⁶⁸.

Retornando às questões voltadas para as trabalhadoras sexuais da Associação As Amazonas, os diferentes graus de escolaridade também foram demonstrados nas fichas de cadastro, e com isso também foi possível verificar um quadro sobre a escolaridade daquelas mulheres, no qual das 125, 15 haviam concluído o ensino médio.

E isso pode ser decorrência de várias razões, desde a falta de apoio em casa, bem como a necessidade de trabalhar desde cedo para ajudar no sustento de casa, momento no qual muitas pessoas acabam por optar por abandonar os estudos para ter mais tempo para trabalhar e assim mais possibilidade de conseguir um dinheiro a mais.

Levando em consideração que essa demanda de cadastradas do ano de 2008 possuía idade entre 20 a 60 anos. A maioria delas esteve na escola mais ou menos nas décadas de 1980 e 1990, o restante nos anos 2000. Recortes diferentes no que tange o incentivo a educação do povo pobre e periférico, o que tem sido demonstrado ao longo dos capítulos anteriores.

³⁶⁸ SCOTT, Ana Silvia. *O caleidoscópio dos arranjos familiares*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (Orgs.) *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2016, pp. 34-35.

Escolaridade	Quantidade de mulheres
Ensino médio completo	15
Ensino fundamental completo	32
Ensino fundamental incompleto	57
Magistério	20
Não revelou	1

Demonstrativo 8: Escolaridades das associadas. Fonte: Ficha de cadastro de associadas 2008. Acervo: As Amazonas.

Magda Soares³⁶⁹, pesquisadora da Educação, em estudo sobre alfabetização no Brasil, afirmou que os anos de 1980 marcam o início de uma era no processo de ensino-aprendizagem no Brasil. Os debates sobre os métodos de alfabetização tiveram início na virada do século XIX para o XX.

Até os anos de 1980 as questões de aprendizagem escolar estavam centradas em torno dos debates da defesa de uma alfabetização sintética, analítica ou de palavração. Já a partir de 1980 os horizontes se alargaram para um lado crítico dos pressupostos e objetivos. O conceito de alfabetização foi sendo ampliado com o tempo a partir do aumento das demandas sociais e profissionais, pois antes estava restrita a noção de saber ler e escrever, o que posteriormente já não era suficiente.

A autora ainda apresenta os censos demográficos como indicativos da ampliação do conceito de alfabetização no Brasil. E mostra que até os anos de 1940 os questionários do Censo inquiriam apenas se a pessoa sabia ler e escrever, valendo nesse caso como respostas: sim ou não. Do ano de 1950 até 2000 era questionado se a pessoa era capaz de ler e escrever um simples bilhete, alargando assim a noção de alfabetização.

Segue abaixo os dados do IBGE sobre instrução e grau de escolaridade das mulheres brasileiras de 1992 a 2007, podendo observar a diminuição nos números de mulheres de baixa escolaridade e o aumento dos números de mulheres com 11 anos ou mais de estudos.

³⁶⁹ SOARES, Magda. *Alfabetização*. In: PINSKY, Jaime (Org.). *O Brasil no contexto: 1987-2007*. São Paulo: Contexto, 2007.

Escolaridade mulheres brasileiras

Período	Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	1 a 3 anos de estudo	4 a 7 anos de estudo	8 a 10 anos de estudo	11 anos ou mais de estudo
1992	16,45	18,24	30,81	11,86	22,38
1993	15,05	17,77	31,49	12,23	23,23
1995	13,65	16,8	31,53	12,9	24,92
1996	12,73	14,64	30,39	14,64	27,34
1997	12,36	15,13	29,63	14,29	28,33
1998	11,39	14,58	29,24	14,8	29,66
1999	11,18	14,05	28,82	15,1	30,48
2001	9,77	12,06	26,86	15,81	35,07
2002	9,05	11,49	26,58	15,57	36,83
2003	8,58	10,71	25,67	15,84	38,81
2004	8,17	9,99	24,68	16,32	40,56
2005	8,01	9,71	24,15	15,84	42
2006	7,12	8,88	23,6	15,95	44,22
2007	6,91	8,49	22,13	16,14	46,08

Tabela de escolaridade e tempo de estudo de mulheres brasileiras (1992-2007). Fonte: IBGE. Disponível: <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>

Nesse sentido, retornando as experiências de Baiana, seu processo de alfabetização rompia as barreiras de uma formação escolar, para ela aprender a ler e a escrever representava ferramentas que poderia utilizar pelo resto de sua vida.

Entre seus 10 a 12 anos de idade Baiana não se conformava com o destino traçado para ela por ser menina. Em seu contexto social marcado por fortes exclusões, a escola era para meninos, devendo as meninas se concentrar em outras atividades que não aquelas voltadas para a formação escolar. Vale ressaltar os recortes temporais dos quais a entrevistada se refere.

Baiana nasceu no ano de 1951, portanto, sua infância correspondeu aproximadamente até os anos de 1972. Período do qual o Brasil atravessara um governo repressivo, conhecido como Ditadura militar (1964-1985).

Vale ressaltar que neste período a educação brasileira era controlada e cercada ideologicamente pelas estruturas militares. Autores e autoras ³⁷⁰ especialistas no período

³⁷⁰ Sobre a temática da educação na ditadura militar no Brasil ver: FICO, Carlos. *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, n° 47, p. 29-60 – 2004; ASSIS, Renata Machado de. *A educação brasileira durante o período militar: a escolarização dos 7 aos 14 anos*. Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 3, n. 2, pp. 320-339, jul./dez. 2012; PAULINO, Ana Flávia Borges; PEREIRA Wander. *A educação no estado militar (1964-1985)*. Disponível: <http://www.lo.unisal.br/nova/sala2008/sala2008_2/textos/educacao_regime.pdf>. Acesso em: 04/01/2021.

evidenciam as formas das quais a educação brasileira foi enquadrada nos moldes dos poderes hegemônicos vigentes no período.

Silvia Fávero Arend³⁷¹ evidenciou que até os anos 1970, a escolarização de meninas estava associada a condição socio econômica de suas famílias. As famílias mais favorecidas introduziam suas filhas nos cursos primários e secundários, escolas estas que geralmente integravam instituições católicas. A partir dos anos 1960 as salas de aulas das redes pública e particular passam a ser mistas – meninos e meninas.

Menina não tinha que aprender ler e escrever. Deus o livre, era muito difícil ver uma menina na escola, só era menino. Então como eu fui sempre curiosa, eu queria saber das coisas, eu queria aprender. Nossa, eu queria tanto aprender a ler e escrever, então como meu pai não deixava, meus pais não deixavam, eu saía pedindo, eu saía de porta em porta, batendo e perguntava se a pessoa sabia ler e escrever. Eles perguntavam porque eu queria saber. Aí eu falei que é porque eu queria, eu precisava aprender ler e escrever. Então eu bati em uma porta que o homem não quis me ensinar porque ele disse que se meu pai soubesse que ele me ensinou ele ficava brabo. Então eu bati em outra porta, a mulher [...] falou pro filho dela me ensinar, e eu tive uma aula poucos dias, e depois eu bati na porta desse meu vizinho, e aí foi que ele era professor, ele era professor da 4ª série, mas ele era muito sábio esse homem, e ele me ensinou, foi esse aí que me alfabetizou e me ensinou muitas coisas que eu precisei, que eu tinha que aprender. Então foi assim, e sempre quando os meus pais não estavam em casa que eu ia ter minhas aulas.³⁷²

Nesse caso, a noção de alfabetização correspondia à sobrevivência. Baiana sublinha, mesmo sem ninguém ter explicado para ela sobre a importância social do acesso ao conhecimento da leitura e da escrita, que a ideológica justificativa de que menina não precisa estudar não a convencia.

Não se pode negar que o direito à educação garantido para mulheres no Brasil é acontecimento social recente. De acordo com Fúlvia Rosemberg³⁷³, a evidência disto está nos índices analisados pela autora de analfabetismo entre homens e mulheres. A autora demonstra que de 1872 até 1950 os números³⁷⁴ do analfabetismo entre mulheres eram

³⁷¹ AREND, Silvia Fávero. *Trabalho, escola e lazer*. IN: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2016, pp. 72-73.

³⁷² Entrevista com Baiana em 12 de dezembro de 2019.

³⁷³ ROSEMBERG, Fúlvia. *Mulheres educadas e a educação de mulheres*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (Orgs.) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2016.

³⁷⁴ Os censos demográficos brasileiros estudados pela autora demonstravam quem na década de 1960 a porcentagem de mulheres analfabetas era de 57,2% e 53,2% dos homens. Sendo iguais na década de 1985 em 26,6% para homens e mulheres. Em 1991 a porcentagem era de 25,5% para mulheres e 25,8 para homens. Já no ano de 2000 os dados correspondiam a 15,3% de mulheres e 16,1% de homens analfabetos. Em 2009: 10,7% de mulheres e 11,6 homens.

bem mais elevados se comparado com aqueles referentes aos homens. Esse cenário começa a mudar na década de 1990.

Outro ponto inegável é a relevância da luta de mulheres pelo acesso à educação para além dos fazeres domésticos. Destacam-se aí Nísia Floresta, Bertha Lutz, Maria Lacerda Moura, entre tantas outras mulheres que não se conformaram com os padrões impostos a elas apenas por serem mulheres.

Baiana também não se conformou, e conseguiu construir estratégias para seu aprendizado básico da forma que pôde. As resistências de Baiana começaram na infância, em não aceitar a rejeição de seus pais em relação ao aprendizado da leitura e da escrita. Ela se conformava na presença dos pais, e resistia em sua ausência.

Como é possível perceber até então, a demanda de trabalhadoras sexuais cadastradas em 2008 pela Associação era composta de mulheres periféricas, chefes de família, com seus estudos interrompidos. Mulheres que trabalhavam nas ruas e que ao voltarem para casa ainda arcavam com as dificuldades do trabalho doméstico e dos cuidados com a família.

Parece que ser mulher, pobre e prostituta as afasta mais de seus direitos. Ser mulher parece acarretar uma série de ônus sociais, e adicionar o status de prostituta agrava essas violências de classe.

E em segundo lugar, é muito importante se autodenominar como uma trabalhadora sexual, nessa perspectiva concordamos com Patricia Hill Collins ao perceber como a auto identificação é imprescindível para a constituição de identidades.

E percebe-se que mulheres de classe mais privilegiadas criam outras terminologias para seus trabalhos para que não sejam encaixadas como “prostitutas” – serviço de acompanhante por exemplo. E isto acontece pelo peso do estigma. Voltamos novamente ao cerne da questão: o estigma de prostituta, que afeta não só as trabalhadoras do sexo, mas a todas nós mulheres.

As Associações criadas pelo país partem de um contingente oriundo das camadas mais populares, são mulheres periféricas entre negras e não brancas reivindicando seus direitos e sua identidade enquanto trabalhadoras, aí mora a importância de se autoafirmarem enquanto trabalhadoras sexuais.

Capítulo IV

“*Tudo depende da Praça*”: comunicação e política em disputa

Sei que a prostituição carrega um estigma sem fim. De qualquer modo o preconceito é ruim. E perpassa a história no tempo. É prostituta, é perversa, é puta, é rameira. É quem desperta o desejo, mas é companheira. Na verdade, é trabalho que não dá pra negar. Sei que há muito tempo existe prostituição. Fora da lei, contravenção ou não, é libido pegando fogo. E assim, em troca de dinheiro se oferta prazer. Como qualquer profissão que se vá exercer. Pois a zona produz amor, realizando o desejo do corpo. E de uma coisa esteja certo amor. A zona sempre vai estar aberta. O cabaré vai dar uma festa na hora que você chegar.³⁷⁵

Apresenta-se inicialmente como epígrafe, o *hino das prostitutas*. Trata-se de uma paródia feita por duas militantes prostitutas do Nordeste brasileiro. No fragmento é possível perceber questões já abordadas ao longo deste trabalho de tese, como: estigma, preconceito, os vários nomes atribuídos às trabalhadoras ao longo dos tempos e o reconhecimento do trabalho sexual. O *hino* nasceu dentro de uma trajetória própria de experiências dos movimentos sociais de prostitutas no Brasil, com a disputa por espaços de visibilidade, e a construção de novos valores para o trabalho sexual.

O movimento da memória contribui para a construção de uma ordem estabelecida num determinado momento histórico. Conforme Francisco Foot Hardman³⁷⁶, tal movimento da memória também pode ser percebido através das musicalidades não necessariamente afinadas e técnicas, como na letra musicada acima citada. Foot Hardman não trata dos hinos institucionalizados ou revolucionários, como menciona em seu trabalho, mas buscou as músicas que os operários apreciavam e com as quais se identificavam.

Sob essa ótica, buscamos evidenciar aqui a paródia “hino das prostitutas” como movimento da memória. Trata-se de música adaptada, de ampla divulgação, circulando socialmente de forma abrangente, na “boca do povo”, e bastante ouvida pelas mulheres envolvidas na composição da letra, com adaptação de símbolos cotidianos do trabalho sexual.

³⁷⁵ Hino das prostitutas. Paródia da música “Espuma ao vento” de Acioly Neto, adaptada pelas trabalhadoras do sexo Ana Paula (APROS-PB) e Vânia Rezende (APPS-PE). Disponível: Acervo As Amazonas.

³⁷⁶ HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão: Vida operária e cultura anarquista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1984, pp. 48-51.

Foot Hardman também evidencia em seu trabalho as disputas no campo da linguagem, as tensões existentes entre uma fala mais formal (valorizada pelas lideranças sindicais) e uma linguagem popular. Para o autor, é na busca pela memória de um “espaço de trabalho” que se encontra um dos fundamentos histórico-culturais da classe.

Evidenciar os campos de disputas atravessados pelas lutas sociais de prostitutas também representa um terreno fértil de análises. Assim como a Carta de Princípios (apresentada no Capítulo I) faz parte do processo de construção identitária dessa experiência como movimento social, também as datas comemorativas como o 2 de junho – dia internacional das prostitutas - e o 17 de dezembro – dia internacional do combate à violência contra prostitutas - fazem parte de iniciativas reivindicatórias pelo seu *status* de trabalhadoras.

No presente capítulo, evidencio momentos cruciais de disputas políticas enfrentadas por mulheres trabalhadoras do sexo, a partir do rico acervo da instituição, fontes que possibilitam análises nesta perspectiva. E para isto, inicio com a apresentação e problematização dos registros de documentário da Associação das Amazonas, filmado e protagonizado por mulheres trabalhadoras do sexo na região central de Manaus.

Nesta primeira parte, busca-se analisar o papel cumprido pela realização dessa produção fílmica para o processo de construção da história da Associação de prostitutas de Manaus. Ainda que o documentário não tenha sido reproduzido para a sociedade em geral, o material possuiu objetivos com a sua execução que ficam evidentes com a análise da fonte citada. Percebe-se também aspectos de união, compromisso e planejamento das trabalhadoras envolvidas na elaboração do material.

O segundo ponto deste capítulo, trata dos momentos de disputas eleitorais defrontados por mulheres prostitutas, e para isto destaquei as experiências de Gabriela Leite, uma das lideranças nacionais do movimento de prostitutas, Ana dos Santos, liderança do movimento na Cidade de Manaus, e Francisca Coroca, trabalhadora do sexo no município de Manacapuru-AM eleita vereadora no ano de 2016.

“Tudo depende da praça”: um documentário não visto

Nesta seção, a fonte principal são os registros do documentário que foi produzido no ano de 2009 por três mulheres integrantes da gestão da Associação “As Amazonas”, quais sejam Ana, Baiana e Leila. O material foi filmado na Praça da Matriz, contando com entrevistas de cinco mulheres trabalhadoras do sexo, atuantes nos espaços da Praça no período de produção do registro.

O foco principal do filme é destacar as problemáticas cotidianas de algumas trabalhadoras sexuais do centro de Manaus, e também mostrar a importância de uma Associação que atenda essa demanda de trabalhadoras. A iniciativa partiu das próprias trabalhadoras que atuavam na instituição naquele período, quando o documentário então faz parte de um processo de auto fundação, de construção de memórias da instituição, e principalmente de disputas pela visibilidade de suas experiências.

Joan Scott³⁷⁷ tece algumas análises e evidencia que a documentação possui relação com a experiência. Segundo a autora, a afirmativa representativa é mais perceptível, e por vezes o relato da pessoa sobre determinado acontecimento vivenciado pode ser confundido como “a verdade sobre o acontecido”. Para Scott, isto atenua o estímulo crítico da diferença, e toma como evidentes as identidades das pessoas que tiveram suas experiências documentadas, acabando por naturalizar suas experiências. Isso, por sua vez, torna a visibilidade da experiência evidência para a questão da diferença e não para analisar as formas pelas quais a diferença é estabelecida, como funciona e de que forma os sujeitos vivem, concebem e percebem o mundo.

A autora observa ainda que o projeto de visibilizar a experiência atrapalha o funcionamento do sistema ideológico e suas categorias binárias de representação, tais como homem x mulher, homossexual x heterossexual, branco x preto, ou até puta x esposa, categorias estas postas como identidades fixas e cristalizadas. Visto que a experiência existe, são criadas instituições próprias de acomodação desses sujeitos. Contudo, mesmo que essas instituições não sejam invisíveis, não são reconhecidas, pois como evidencia Scott, a visibilidade dessas experiências ameaça à ordem vigente.

É por essa ótica que se percebe aqui a Associação de prostitutas na cidade. O referido filme documentário objetivava assim tornar visível a experiência de um

³⁷⁷ SCOTT, Joan W. *A invisibilidade da experiência*. Proj. História, São Paulo, 16, fev. 1998, pp.: 299-302.

determinado grupo, as trabalhadoras do sexo. Entretanto, tornar a experiência de certo segmento da sociedade visível não revela seu funcionamento interno, mas sim escancara a presença de estruturas repressivas que circundam as vivências desses grupos historicamente marginalizados.

Os sujeitos, conforme compreende Joan Scott³⁷⁸, são construídos por meio da experiência, em vez de compreensão inversa que os veria como sendo aqueles que têm experiência. Nesta perspectiva, a experiência não é a origem da explicação buscada pela autora, quando ao contrário busca explicar como o conhecimento é expressado. Nessa direção, observa Scott que refletir sobre a experiência é, portanto, historicizar as experiências e identidades produzidas por elas. E é neste caminho que seguiremos nesta seção.

E a fonte aqui estudada apresenta algumas trabalhadoras do sexo do Centro de Manaus entrevistando outras trabalhadoras do sexo, com o objetivo de conhecer suas principais dificuldades como trabalhadoras na praça da Matriz e com isso ter conhecimento sobre a atuação da Associação As Amazonas.

Conforme lembrava Walter Benjamin³⁷⁹, a diferença entre a magia e a técnica estão sujeitas a uma variável histórica, o autor complementava que a natureza que se expressa para a câmera não é a mesma que se expressa ao olhar. Notoriamente, Benjamin articulou inicialmente suas análises sobre a fotografia e o seu processo de desenvolvimento técnico, bem como suas possibilidades analíticas. Tais percepções são importantes para pensar nas transformações ocorridas a partir de fenômenos como a fotografia, e posteriormente os filmes e documentários.

A partir de leituras como a de Benjamin, é possível perceber e valorizar as experiências de filmagens, entrevistas e o esforço coletivo para tal, como realmente eles são, para além da utilização de técnicas de captação de áudio ou não. O material é uma rica fonte histórica que navega entre a magia e a técnica, e evidenciam experiências de organização política.

Um outro ponto importante abordado por Benjamin³⁸⁰, é sobre a “aura” e a importância de observar a naturalidade do ambiente. Aura é a espontaneidade e originalidade, a reprodução não é espontânea, mas sim é engendrada pela necessidade de

³⁷⁸ Idem, pp. 302-304.

³⁷⁹ BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas*. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e histórica da cultura. São Paulo: Ed. Brasiliense. Volume 1. 1987, pp. 94-95.

³⁸⁰ Idem, pp. 100-102.

reprodução serial para o fomento de uma indústria capitalista. E é neste ponto que mora a principal diferença entre um documentário deste que analisamos neste capítulo e um filme da grande indústria.

A noção de “aura” poderia ser adotada de forma mais ampla aos objetos históricos, contudo para melhor compreensão seria imprescindível considerar a “aura” de objetos e/ou cenários naturais, como paisagens, árvores, céu, montanhas, rios e entre outros cenários. Walter Benjamin aprofunda as questões voltadas para a reprodutividade e suas problemáticas nas várias formas de arte, desde as pinturas clássicas, a fotografia, ao teatro e ao cinema.³⁸¹

No século XX as técnicas de reprodução foram ganhando espaço ao ponto de se prestar a todas as formas de artes do passado, de transformar seus meios de atuação, e ainda se impor como formas autênticas de arte. Para Walter Benjamin, a reprodução da obra de arte e a arte cinematográfica são duas de suas manifestações que enfrentaram as formas tradicionais de arte. Para Benjamin, o cinema é um instrumento bem eficaz e com ligação com os movimentos de massa.³⁸²

O cinema por sua vez, produz o “culto ao astro”, abrevia o desempenho da aura e constrói a personalidade do ator, e isto beneficia o capitalismo dos produtores e o seu valor de mercadoria, ou seja, o capitalismo que administra este cenário, apesar disto, Walter Benjamin ainda complementa que o cinema permite uma crítica revolucionária sobre as concepções antigas de arte.

E além disso, o cinema permite visualizar de forma mais ampla as necessidades predominantes de nossas vidas e também amplia um grande campo de ação: as ruas, os bares, as esquinas das nossas próprias cidades que por vezes não saltam aos olhos. É neste sentido que Benjamin afirmava que “a natureza que fala à câmara é completamente diversa da que fala aos olhos”.³⁸³

Outra importante referência para a fundamentação desta seção é a *Revista Digital Cinema Documentário*³⁸⁴, que através de dossiês e artigos sobre a temática, ofereceu um vasto campo teórico e metodológico para o enfrentamento das fontes audiovisuais na pesquisa histórica.

³⁸¹ BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução*. Trad.: José Lino Grunnewald. São Paulo: Abril S.A. Cultural e Industrial, 1975, p. 15.

³⁸² Idem, pp. 12-15.

³⁸³ Idem, pp. 25-29.

³⁸⁴ Doc On-line, n. 15, dezembro 2013, pp.: 3-510. Em: www.doc.ubi.pt.

O historiador Marc Ferro³⁸⁵ advertia que a primeira responsabilidade das historiadoras e historiadores, é devolver à sociedade a História que foi subtraída pelos aparelhos institucionais. É necessário indagar a sociedade e dar a sua escuta. É importante também ir além dos espaços arquivísticos do poder hegemônico, sendo preciso apostar na criação de novas fontes, como o registro em filme das experiências daquelas pessoas que nunca tiveram suas falas escutadas.

Ao longo desses anos de crescimento dos movimentos sociais de trabalhadoras sexuais no Brasil foram produzidos diversos documentários envolvendo trabalhadoras do sexo, como “*Um beijo para Gabriela*”, dirigido por Laura Murray em 2013; “*Putas porque sim – Quando a prostituição é feminismo*”, trabalho de conclusão de curso de Jornalismo da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) realizado pela jornalista Isabela Mercuri sob a orientação do Prof. Ms. Thiago Cury Luiz no ano de 2016; “*Prostituta guerreira*”, produzido no ano de 2016 pela Associação de Prostitutas da Paraíba – APROSPB; “*Prostituição e Interseccionalidades: Retrato das vozes de Guaicurus*”, produzido pela Associação de Prostitutas de Minas Gerais – APROSMIG no ano de 2021, dentre outros documentários produzidos por iniciativas das Associações e demais movimentos de prostitutas.

O documentário da “As Amazonas” aqui problematizado não passou por edição de imagem e áudio em pós-produção, ou qualquer tipo de recorte, tendo sido gravado com câmera digital simples e sem microfonação para captação de áudio de qualidade. Trata-se assim de um material não profissional, que não programado para exibição pública por falta de trato na edição.

Ou seja, o documentário foi produzido e editado pelas próprias trabalhadoras envolvidas na Associação, com suas possibilidades e compreensões de como se faz um filme. O conhecimento técnico neste caso não importa, pois trata-se de seus próprios modos de vida contidos nesta produção audiovisual.

O acesso ao material audiovisual foi possibilitado por intermédio de Ana, na época em que ainda era coordenadora geral da Associação, quando havia o interesse de apresentá-lo a um amigo profissional da área audiovisual que pudesse fazer as devidas edições e demais ajustes, o que, no entanto, não foi possível.

³⁸⁵ FERRO, Marc. MARC, Ferro. *Cinema e História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, pp. 76-77.

O arquivo do documentário está dividido por entrevistas, em cinco partes que totalizam vinte e sete minutos. Pontuarei nas análises deste tópico a sequência de divisões que encontrei na fonte, problematizando os blocos de entrevistas conforme aparecem no material. O áudio original tem problemas devido os recursos técnicos limitados de captação, barulhos de ônibus e de conversas externas dos transeuntes, e falta de pós-edição e limpeza desses sons externos, o que trouxe dificuldades para o trabalho de transcrição.

Inicialmente, percebe-se quem eram as mulheres envolvidas nessa iniciativa. Na primeira cena, por de trás da câmera escuta-se a voz de Ana, falando “já!” - para sinalizar a palavra de ordem “ação!” em momentos de gravações audiovisuais. Logo é perceptível que Ana realizava as gravações na câmera e Leila entrevistava as trabalhadoras. Esta forma de organização no momento de realização do trabalho, com registro preservado no material sem cortes, evidencia a revalorização dessas trabalhadoras de seus saberes e perspectivas próprias de autoria, superando divisões entre saberes e fazeres no campo da cultura.

Na cena inicial, Leila segue pelos portões a dentro da praça da Matriz³⁸⁶, na intenção de encontrar sua primeira entrevistada. A praça possuía então uma entrada e horário de circulação, pois fazia e ainda faz parte do complexo da Igreja da Matriz. O registro fílmico sobre aquelas trabalhadoras, desde os primeiros momentos, não esconde o fato de que se trata aí de um trabalho.

A cena, ao expor os arranjos combinados antes do comando de “ação!”, contribui para refletirmos sobre os espaços e espectros próprios de ação e interpretação da sociedade por trabalhadoras do sexo. São sujeitos ativos do social que evidenciam então o seu trabalho e relação ampla com a cultura como algo que extravasa dos enquadres e limites atribuídos por olhares hegemônicos e de desvalorização dessas mulheres³⁸⁷. Trabalhadoras do sexo disputam e conquistam nesse registro fílmico o direito de participarem de disputas no campo da memória.

³⁸⁶ Cf. Otoni Mesquita, no século XIX as noções de lazer eram ampliadas e com isso a valorização dos passeios públicos como as praças, que a partir disto passavam a ser melhoradas. Fontes, bancos, coretos, esculturas de bronze e até bebedouros eram utilizados como atrativos aos passeios. O autor evidencia que a conclusão do embelezamento da praça da Matriz foi oficializada em 1844. MESQUITA, Otoni Moreira. *La belle vitrine: o mito do progresso na refundação de Manaus (1890-1900)*. Universidade Federal Fluminense. Doutorado em História Contemporânea. 2005, pp. 234-235.

³⁸⁷ TOMAIM, Cássio dos Santos. *O documentário e sua "intencionalidade histórica"*. Doc On-line, n. 15, dezembro 2013, www.doc.ubi.pt, pp. 11- 31.

Cássio Tomain considera que a História testemunhou nas décadas de 1980 e 1990 um “boom da memória”, embalado também pelo holocausto judeu, o que possibilitou a preservação das experiências das pessoas vitimadas. E, sobretudo, oportunizou a construção de uma “contra história” em confronto às perspectivas hegemônicas sobre o passado e seus sujeitos.

O autor compreende que o interesse em filmes históricos se deu pelo processo de mercantilização das memórias de uma sociedade capitalista e de uma “Indústria Cultural” que atende à demanda de consumidores de história. É nessa perspectiva que Tomain localiza os documentários, como um produto dessa indústria. Os documentários se tornaram centro de interesses por volta dos anos 2002, quando ganharam mais expectadores e produtores interessados – vale ressaltar que o autor discorre sobre documentários profissionalizados, produzidos pelos chamados documentaristas.³⁸⁸

Eduardo Coutinho, um dos grandes documentaristas do Brasil, é certamente uma inspiração para este ensaio, pois tinha como uma de suas principais marcas documentar a história de pessoas comuns, valorizar os modos de falar e de narrar as histórias de suas vidas.

Segundo Consuelo Lins³⁸⁹, Coutinho acreditava que era através da linguagem que nos constituímos como sujeitos e preocupava-se em explorar as formas de contar das pessoas, as razões para escolherem certas palavras ao invés de outras, e para isto abria o leque de possibilidades em seus filmes, fosse em lugares abertos ou fechados e chegava a desafiar seus expectadores sobre a crença do material documental e fílmico na proposta de desnaturalizar a caracterização de verdade que alguns expectadores possam ter das entrevistas. Certamente, as obras de Coutinho constituem num vasto acervo audiovisual e metodológico.

Eduardo Coutinho também valorizava a força da oralidade na constituição das entrevistas para seus filmes, isto é, na linguagem como prática e como campo de disputas, pois se pode impor o silêncio ou a quebra do mesmo. Por isso, destaca-se nesse processo de análise a importância da história oral para a compreensão das narrativas e no processo de transcrição, que decorreram de uma valorização do processo de produção das oralidades.

³⁸⁸ TOMAIM, Cássio dos Santos. *O documentário e sua "intencionalidade histórica"*. Doc On-line, n. 15, dezembro 2013, www.doc.ubi.pt, pp. 12-14.

³⁸⁹ LINS, Consuelo. *Eduardo Coutinho*, linguista selvagem do documentário brasileiro. Galáxia (São Paulo, Online), n. 31, p. 41-53, abr. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542016123816>.

É necessário “querer ver”, tal como pontuou Amneris Maroni³⁹⁰. Segundo a autora, o discurso da ação permite obter uma compreensão variada das lutas, mas não permite visibilidade, isto é, é necessário querer ver o discurso da ação, e investiga-lo para além do social percebido de forma institucionalizada, dos esquemas teóricos e dogmas políticos. E para que seja possível vê-lo, é necessário perceber que o poder não mora em lugares específicos do social, e sim o poder penetra o social de diversas formas.



Imagem 18: Leila adentrando os portões da praça da Matriz. Fonte: Documentário “As Amazonas”.

A intencionalidade de quem produz o documento é um dos pontos importantes que vislumbra o trato com a fonte, - o cuidado que se deve ter com fontes de outras naturezas – nesse caso específico do documentário da As Amazonas, percebe-se que Ana realiza não apenas as gravações, mas também o enredo e produção ficavam a seu comando.

A historiadora Angela Aparecida Teles³⁹¹, em estudo sobre o cineasta Ozualdo Candeias, tratava da “estética da precariedade” e dos procedimentos cinematográficos para narrar o processo de encontro dos mundos rural e citadino de São Paulo. A estética da precariedade trata da mobilidade, oralidade e precariedade esteticamente elaboradas por meio da mistura entre ficção e documentário.

³⁹⁰ MARONI, Amneris Angela. *A estratégia da recusa* (Análise das greves de maio/78). Dissertação de Mestrado em História. Universidade Estadual de Campinas. Campinas: 1981. 209 fls, pp. 1-13.

³⁹¹ TELES, Angela Aparecida. *Cinema e Cidade: Mobilidade, oralidade e precariedade no cinema de Ozualdo Candeias (1967-1992)*. Tese de Doutorado. Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: 2006. 236 fls, pp. 9-15.

Para a autora, o cinema permite acompanhar práticas culturais e narrativas sobre a cidade, que cria significados e contribui para a construção de memória sobre a cidade. Seu objetivo é fornecer uma reflexão histórica sobre a cidade e o cinema a partir de problemáticas da História Social. Neste sentido, a linguagem é compreendida como prática social e não possui a concepção de reflexo da realidade, mas sim vem a ser prática característica do real. Buscar o que falta no filme diminui a possibilidade de interpretação das problemáticas contidas nele.

Observando as imagens acima e abaixo, nota-se, que os vendedores ambulantes ainda ocupavam os arredores da praça – no ano de 2014 foi realizada mais uma revitalização no complexo da Matriz, que retirou os trabalhadores informais das redondezas, com o objetivo de “limpar” o local.

A Praça da Matriz está localizada entre as avenidas Eduardo Ribeiro e Sete de Setembro, e encontra-se cercada por prédios comerciais, lojas e prédios públicos. Segundo Adrielly Vaz dos Santos³⁹², a Praça aparece nas plantas da cidade desde 1845, sendo nomeada de diversos nomes como Praça da Alegria, Largo da Olaria, Praça do Comércio e Oswaldo Cruz. A partir da década de 1990, a ocupação dos comércios ambulantes pelo centro da Cidade – conhecidos popularmente como “camelôs” – passou a ser em grande número na região.

No ano de 2014 foi iniciado outro projeto de revitalização da Praça, que culminou na retirada dos vendedores ambulantes das ruas, inclusive do contorno da Praça da Matriz – como se pode observar nas imagens abaixo – com a consequente transferência de parte pequena desses trabalhadores para lugares definidos para o comércio informal, os denominados “camelódromos”. Ficaria evidente aí o desarranjo da economia produtiva desses comerciantes informais, conquista essa por longos anos de experiência e convívio no entorno da praça, somada ainda tal violência à exclusão de muitas dessas famílias trabalhadoras ao não encontrarem a prometida acolhida nos locais então determinados pelo poder municipal.

³⁹² SANTOS, Adrielly Vaz dos. *Praça da Matriz: Imagem, memória e sociabilidade*. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Manaus: 2015. 120 fls, pp.: 40-53.

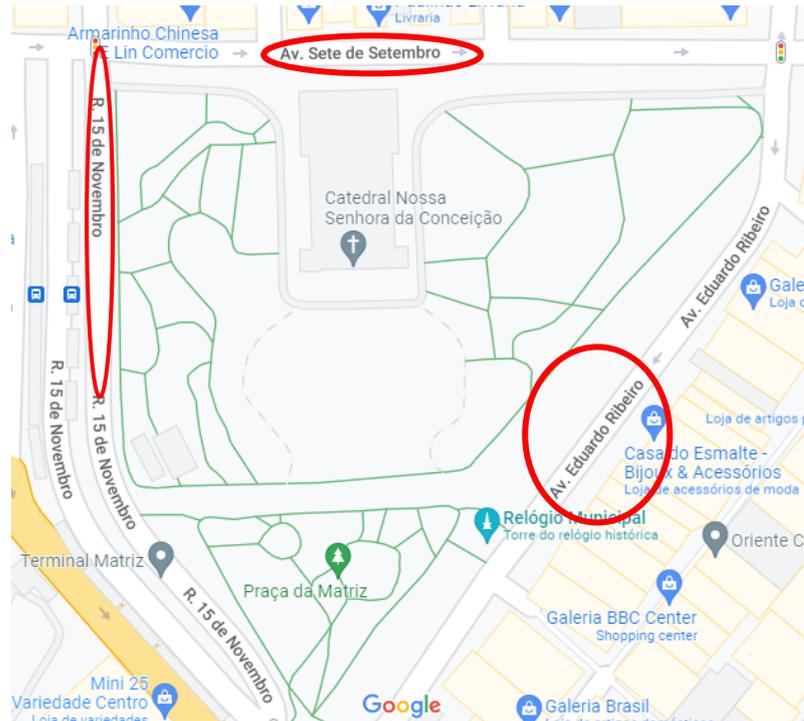


Imagem 19: Mapa mostrando as avenidas Sete de Setembro e Eduardo Ribeiro, e a Rua 15 de Novembro contornando a Praça da Matriz. Fonte: Google maps.

De certa forma, os camelôs transformavam a dinâmica das ruas e calçadas que eram ocupadas pelos diversos vendedores ambulantes, dos mais variados setores – roupas, comidas, bebidas, frutas, celulares e demais eletrônicos etc. Certamente, eram trabalhadores e trabalhadoras que garantiam o sustento de suas famílias com o trabalho informal, e este tipo de comércio popular não apenas ampliava culturalmente o espaço da praça da Matriz, mas também boa parte do centro da cidade como um todo.

Em uma das entrevistas realizadas, Ana revelou um pouco de suas impressões sobre a dinâmica da praça da Matriz relacionada à ocupação do comércio ambulante no Centro. Diversos trabalhadores dividiam então aquele espaço como um território de memória, trabalho, solidariedade, sobrevivência e cultura.

Quanto aos camelôs do Centro, mana, como é que se diz? É luta pra sobreviver, o Centro não é mais como era de antigamente [...] tá perigoso [...] o pessoal tudo desempregado, porque tinha aqueles donos de banca, né? Tinha aquelas banquinhas, agora não tem mais, é gente andando com carrinho pra cima e pra baixo que não pode ficar em lugar nenhum, tá uma bagunceira doida. Fez muita falta os camelôs, depois que tiraram os camelô do Centro, só deus mesmo. [...] Já faz tanto tempo que tiraram os camelôs do Centro ali, deixaram uns pouquinhos só [...] tinha muito, muito camelô, muitas banquinhas de venda tiraram, isso aí esculhambou muito [...] os próprios camelôs que tiraram e

colocaram nas galerias, eles botam as coisas na mão e vão pra rua vender. Ficou difícil pras próprias mulheres que são de batalha e pra eles mesmos sobreviver [...] cada um pegou um box nas galerias mas não tinha movimento, aliás até hoje não tem movimento. Eu acho que nenhum camelô daquele que saiu do Centro ganhou tanto dinheiro como ganhava ali no Centro, quer dizer ficou ruim pra todo mundo. Babi, se você souber como é que tá o Centro minha amiga, você não imagina [...] é muito mendigo na rua, é muita gente pedindo, é um “deus dará”, entendeu? Tá horrível o Centro, e outra coisa, a malandragem, a droga tá correndo direto, tá correndo solta dentro da praça da Matriz já é até uma boca de fumo, então tá completamente abandonado. Eu, sinceramente, é porque eu não tenho poder, porque se eu tivesse poder eu transformava ali aquele Centro, aquelas paradas de ônibus tudo de box pra esse pessoal que não tem emprego, que são camelô, que trabalham na rua, como eu trabalho. Eu não tenho ponto no Centro, né, mas todo dia eu tô no Centro porque é de lá do Centro que eu tô pagando as minhas contas, eu abri uma lojinha aqui pra mim, mas eu só abro a minha loja quatro horas da tarde que é a hora que eu chego lá do Centro [...] isso é muita covardia que fizeram sabia? ³⁹³

Entre idas e vindas em sua narrativa, Ana divide suas memórias entre o bairro do Centro retratado no documentário e o Centro que observa nos dias atuais, pois até hoje frequenta o lugar com assiduidade, para vender os produtos de sua lojinha de sabonetes artesanais. Como foi dito por Ana anteriormente “*eu vivia no Centro, vivia e vivo até hoje no centro da cidade*”³⁹⁴. Para Ana, o Centro era um lugar íntimo seu, que a ensinou diversos aprendizados em vários tempos, desde trabalhadora sexual, à garçonete, à diretora da Associação de prostitutas e até atualmente como artesã e vendedora.

Como foi apontado, os camelôs foram retirados das calçadas do centro da cidade e foram concentrados nos “camelódromos”, porém a movimentação das vendas também mudou drasticamente e com isso os vendedores passaram a levar alguns produtos para venda nas ruas, numa tentativa evidente de resistência e reelaboração de estratégias de sobrevivência.

O objetivo dos poderes públicos era uma “limpeza urbana”, contudo Ana nos relata um Centro abandonado e mais violento. E estas consequências podem ser atribuídas à retirada dos camelôs, tendo em vista que o comércio ambulante garantia um “ar” de movimento ao Centro, e com sua retirada o resultado veio no abandono.

As tentativas de controle, higienização e organização do Centro também fizeram parte do cotidiano do trabalho sexual em diversas cidades brasileiras, com o objetivo de

³⁹³ Entrevista com Ana, em 21 de novembro de 2021. Em virtude da pandemia de coronavírus a entrevista foi feita via *google meeting* com gravação de áudio.

³⁹⁴ Entrevista com Ana, em 22 de dezembro de 2019, em sua residência.

limpar e afastar as trabalhadoras sexuais do perímetro urbano, empurrando-as assim cada vez mais para a clandestinidade.

O que se observa nesse processo ecoa práticas e entendimentos de exclusão urbana observados por Diane Helene Ramos³⁹⁵ em trabalho sobre prostituição em Campinas e a criação nessa cidade de um espaço específico para o exercício do trabalho sexual, que culminou na invenção do Jardim Itatinga, no intuito principal de retirar toda uma população do centro da cidade e colocá-la em “seu devido lugar”. Para Ramos, esta formatação espacial indica uma legitimação dos denominados “territórios do sexo”.

A autora também investigou as trabalhadoras sexuais do centro da cidade de Campinas, especificamente duas praças que possuíam boa localização e multiplicidade de transeuntes. A praça Carlos Gomes que possuía grandes árvores e bancos com sombras, e a praça da Catedral que era de maior circulação de pessoas, com lojas, comércio ambulante e terminais de ônibus ao seu redor. Ambas as praças foram escolhidas de forma estratégica pelas trabalhadoras sexuais da área.

E neste sentido, o “ponto” de trabalho passa a ter uma grande importância, pois são lugares escolhidos estrategicamente e por serem fixos, facilitam o retorno de clientes e a indicação no caso de clientes novos.



Imagem 20: Leila avistando sua entrevistada. Seta verde: Marina, a trabalhadora entrevistada. Setas vermelhas indicam o comércio ambulante delineando todo o contorno da praça. Fonte: Documentário “As Amazonas”.

³⁹⁵ RAMOS, Diane Helene. *Corpo e Cidade: uma pequena etnografia da Prostituição em Campinas*. Rev. Os Urbanitas (São Paulo), v. 5, p. 5, 2008, pp. 2-8.

“Marina”

Leila se aproxima de Marina – a entrevistada – que conversava com outras duas pessoas sentadas na calçada da praça. No momento em que a câmera se aproxima, a entrevistada deixa a conversa de lado e vai ao encontro de Leila, que indica a aproximação com a mão.

Nesta primeira cena, além do comando “ação/já!”, também é possível perceber Ana dando indicações do posicionamento que a entrevistadora e a entrevistada deveriam ficar, orientações como: “pode começar”, “chega mais perto dela” e “fica quieta” foram ouvidas durante as gravações.

Percebe-se a importância que tem a produção de um documentário para uma instituição organizada, e valoriza-se aqui a capacidade de organização para que o documentário fosse gravado, assim como a participação das entrevistadas em mostrar seus rostos e encarar os estigmas deve ser reconhecida.



Imagem 21: Cena da primeira entrevista. A seta vermelha aponta para as mãos de Ana, indicando que Leila chegasse mais próxima da entrevistada. Fonte: Acervo da Associação As Amazonas, na pasta Documentário, 2009.

Com o documentário tencionava-se destacar narrativas a partir das experiências das trabalhadoras entrevistadas e construir novos valores para o trabalho sexual, para a Associação e para as suas vidas. Infelizmente, este projeto não foi levado a diante. Porém, mesmo o documentário não sendo editado e produzido posteriormente, o mesmo foi mantido salvo por Ana que o manteve no acervo institucional.

É importante ressaltar, que durante todo o conteúdo do documentário é invocada a terminologia “profissional do sexo” como forma de ressignificar o termo “prostituta” percebido por muitas como um termo pejorativo.

É necessário atentar para a linguagem do documentário, e sobre a importância disto. Thiago de Faria³⁹⁶, em sua dissertação de Mestrado, aponta que a análise do audiovisual requer uma atenção minuciosa no que se refere à construção da linguagem que esteja articulada com a perspectiva do pesquisador ou pesquisadora e a sua troca com as variadas perspectivas de mundo.

O autor aponta como importantes a estrutura própria da linguagem audiovisual e o fato de ao mesmo tempo esta estrutura conduzir uma interlocução com a história e a memória. Seu trabalho foi delineado pela relação entre os movimentos sociais e o audiovisual, a cultura popular, a construção de uma memória audiovisual hegemônica, a memória histórica do cinema brasileiro e, sobretudo, as problemáticas das favelas a partir da década de 1960, período da sua análise.

Seguindo estes passos, focaremos em refletir primordialmente sobre a relação dos movimentos sociais de trabalhadoras sexuais e o audiovisual. Em uma busca aprofundada sobre os documentários produzidos por prostitutas ou sobre prostitutas é possível encontrar bons registros. Apesar do foco aqui ser o audiovisual documental, é sabido que os documentos audiovisuais não são apenas os documentários, vão dos filmes, novelas, musicais, e demais registros de áudio e vídeo simultâneos.

No caso das novelas brasileiras não é preciso ir muito longe para lembrar de personagens como Ninon, prostituta interpretada por Cláudia Raia em Roque Santeiro (1985), ou Hilda Furacão (1998) e mais tarde Capitu, em Laços de Família (2000). Tais representações que vão de vítimas a vilãs que enfeitiçam clientes. Alguns filmes da grande indústria também não vão muito longe destas perspectivas dicotômicas.

No campo fílmico, destacam-se algumas obras que construíram narrativas que foram além da divisão entre vilã ou vítima, como “O céu de Suely” de Karim Aïnouz, filme de 2006 que trata da trajetória humana de uma mulher que fora abandonada com um filho pelo marido, e que na procura de sua sobrevivência realizou uma rifa na qual o

³⁹⁶ SILVA, Thiago de Faria e. *Audiovisual, memória e política: os filmes Cinco vezes favela (1962) e 5x favela, agora é por nós mesmos (2010)*. Dissertação de Mestrado em História Social. Universidade de São Paulo. São Paulo: 2011. 238 fls, pp. 10-11.

prêmio seria uma noite de sexo com ela. Entre julgamentos e estigmas colocados sobre “Suely”, a mesma buscou suas estratégias de enfrentamentos para seguir com seus planos.

Destaca-se também a obra “Edifício Master” (2002) de Eduardo Coutinho, que com muita sensibilidade trabalhou com narrativas de moradores e funcionários de um prédio no bairro de Copacabana no Rio de Janeiro. Entre as várias temáticas abordadas no filme foram abordados problemas como a violência, desemprego, doenças, sonhos de pessoas comuns. Entre as 27 pessoas entrevistadas para o filme, Alessandra é uma trabalhadora sexual e mãe, que se identifica como uma mentirosa convicta, mas que sua entrevista fornece um olhar de verdade. Alessandra fala de seus sonhos, sua infância, seu trabalho e, entre outras coisas, apresenta olhar sensível que oferece aos expectadores e expectadoras uma perspectiva não estereotipada da mulher trabalhadora sexual.

Com o fortalecimento dos movimentos sociais de trabalhadoras sexuais nacionais e locais surgiram mais produções audiovisuais de iniciativa das próprias trabalhadoras envolvidas, como uma forte tentativa de ocupar os espaços de comunicação, como algumas mulheres falam: “nada sobre as putas sem as putas”, como uma forma de reivindicar o poder de fala, e principalmente a escuta, nesse caso da sociedade ouvir o que elas têm a dizer, e para isto os movimentos sociais possuem um papel indispensável.

Sobre o poder da comunicação, da edição, da montagem, e, além disso, o poder das disputas e da pluralidade de vozes, Raymond Williams³⁹⁷ apresenta boas análises sobre a comunicação e a cultura como conceitos que caminham lado a lado e utiliza os meios de comunicação para explicar transformações na cultura, e ainda percebe a experiência como o fazer-se dos indivíduos conjuntamente com a junção de conhecimentos e valores.

Os caminhos apresentados pelo autor auxiliam a refletir sobre os meios de comunicações como meios de produção, ou seja, a comunicação e suas formas materiais são inerentes a todas as formas de trabalho humano, linguagens e organização social (seja de qual for o âmbito), que se tornam integrantes imprescindíveis para as forças produtivas e também para as relações sociais de produção.

Este engajamento político é uma das principais características do documentário estudado, pois nasceu de dentro da proposta política da Associação As Amazonas, e dialoga com a estética do próprio tempo e lugar social das trabalhadoras sexuais do centro

³⁹⁷ WILLIAMS, Raymond. *Cultura e Materialismo*. São Paulo: Unesp, 2011, pp. 69-86.

da cidade, da praça da Matriz, naquela conjuntura espaço privilegiado para o trabalho sexual.

Este tipo de filme de engajamento político não é novidade entre os cineastas brasileiros, como apontou Alcides Freire Ramos³⁹⁸ em seu trabalho sobre o cineasta João Batista Andrade, no qual demonstrou que a trajetória política do cineasta junto dos movimentos sociais estudantis foi marcante para suas obras de caráter militante e um olhar pluralista.

Ou seja, considera-se aqui valorizar a linguagem do documentário estudado, favorecendo o diálogo entre as memórias das trabalhadoras e a história de seus movimentos sociais. As entrevistas são construídas de forma simples e com linguagem das ruas, ou o “português personalizado”³⁹⁹ que muito revela sobre a concepção de mundo dos entrevistados e até resistência à linguagem dominante. Portanto, destaca-se a força da oralidade, os modos de falas, entonações, gestos corporais e faciais das entrevistadas, as narrativas foram transcritas conforme suas falas sem adaptações ou “transcrições”.

A primeira entrevista começa de forma apressada, nervosa e com respostas curtas, com sorrisos desconcertados de ambas as partes em frente à câmera digital. A entrevista é iniciada com as perguntas “*Como é o teu nome? Como é que o pessoal te conhece aqui?*”, seguida da resposta direta: “*Marina*”.

O nome de trabalho - chamado pejorativamente por “nome de guerra” – surge na vida de trabalhadoras do sexo como uma estratégia de escapar da marcação gerada pelos estigmas atribuídos às mulheres prostitutas. A construção de um nome de trabalho ajuda a delinear a divisão das experiências de trabalho como “Marina” – por exemplo – e as experiências familiares, de amizade e/ou sexo afetivas fora dos espaços de trabalho.

Nome artístico, de guerra, de batalha ou até de “*clandestinidade*”, como revelou Monique Prada, sendo este último termo aprendido em Montevidéu no Uruguai, enquanto participava de um evento.

O motorista encarregado de me levar ao aeroporto chegou para me buscar e procurava por “Monique y Luísa”. Eu precisava explicar que

³⁹⁸ RAMOS, Alcides Freire. *História e Cinema: Reflexões em torno da trajetória do cineasta João Batista de Andrade durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)*. Fênix - Revista de História e Estudos Culturais, 2008, vol. 5(1), 1-201.

³⁹⁹ Conforme apontou Consuelo Lins, o português “personalizado” e a força criativa do uso da língua portuguesa apontada na análise do documentário *Babilônia 2000* de Eduardo Coutinho evidencia o modo como os personagens respondem a um mundo dominante, quando através dos seus modos de fala se desvendam opressões e resistências. In: LINS, Consuelo. *Eduardo Coutinho, linguista selvagem do documentário brasileiro*. Galáxia (São Paulo, Online), n. 31, p. 41-53, abr. 2016, pp. 46-47. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542016123816>.

éramos uma só. O recepcionista entendeu e disse: “Ah, es tu nombre de clandestinidad”.⁴⁰⁰

Para Diane Helene Ramos⁴⁰¹, a adoção de outro nome para trabalho tem relação direta com a separação entre a vida pessoal e a vida profissional das trabalhadoras do sexo, que muito tem a ver também com o “estigma de prostituta”. Como se um novo nome representasse uma nova personagem, portanto, um outro lado de sua vida, confinado nas *zonas*.

É válido ressaltar que existem aquelas mulheres trabalhadoras que utilizam de seus nomes de registro para executar seus trabalhos, como foi o caso de Neila que não tem problema em divulgar seu nome e sua imagem, como a mesma concedeu para esta pesquisa. Dentre outras mulheres que se conhece pelos movimentos sociais espalhados país afora.

No segundo momento da entrevista, percebe-se certa timidez em frente à câmera e isto fica evidente com as respostas diretas de Marina:

E: Marina, quanto tempo faz que tu faz programa?

M: Desde os 18 anos

E: Tu consegue pagar tuas contas, educar teus filhos, tudo com o dinheiro daqui?

M: Consigo. (balançando a cabeça positivamente)

E: Tu tem quantos filhos?

M: Quatro. Só tenho uma pequena.

E: Quanto anos tem a tua bebê?

M: Tem cinco.

E: Como tu faz pra vim trabalhar, e com quem tu deixa ela?

M: Na creche.⁴⁰²

Nesse ponto da entrevista, foi destacada por Leila a necessidade que as mulheres trabalhadoras têm de ter uma creche acessível para suas crianças enquanto estão no trabalho. Neste quesito é salientada a importância de a Associação atuar nessas questões, e também foi lembrada a relevância da Utilidade pública⁴⁰³ para os avanços dos projetos da instituição.

⁴⁰⁰ PRADA, Monique. *Putafeminista*. São Paulo: Veneta, 2018, p. 26.

⁴⁰¹ RAMOS, Diane Helene. *O movimento social das prostitutas e o direito à cidade para as mulheres*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11& 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis: 2017, ISSN 2179-510X, p. 5.

⁴⁰² Documentário *As Amazonas*, 2009.

⁴⁰³ O título de utilidade pública trata-se de um tipo de licença dada a instituições, associações ou fundações civis pelo poder público (podendo ser municipal, estadual ou federal) que reconhece a legitimidade do objetivo social da instituição e que são prestadoras de serviços para a sociedade.

É importante destacar a relevância das creches na vida de mulheres de baixa renda. Para Silva e Macedo⁴⁰⁴, a creche é compreendida como uma política social que visa beneficiar as mulheres de camadas menos favorecidas que se dividem entre os cuidados dos filhos e a necessidade de trabalhar.

Não se pode perder de vista que o auxílio-creche fornecido às trabalhadoras beneficiadas por algumas empresas decorre de trabalhos formais, com vínculo empregatício. O que não é o caso das trabalhadoras sexuais, que, sem reconhecimento e direitos sob suas ocupações, acabam tendo que optar por várias outras estratégias para se dividirem entre o trabalho e os cuidados dos filhos.

A entrevistadora percebe a forma acanhada de Marina, com respostas curtas e resolve explicar para a entrevistada a forma de trabalho social e político da Associação. A falta de informação sobre o papel da instituição na vida das trabalhadoras acaba restringindo a participação à distribuição de preservativos.

Tu sabe que a gente luta pela causa né?! a gente faz de tudo pra que a vida das meninas seja melhor. Tá sendo cogitado a partir de agora, a ocupação das meninas. Porque a gente já tem uma ocupação no CBO que é a nossa profissão, a gente só quer que ela seja legalizada. Pra quê? Pra gente poder ter uma base melhor. Pra gente poder cuidar melhor dos nossos filhos, das nossas filhas. **E mostrar pro pessoal que a prostituta não tem nada a ver com a marginal.**⁴⁰⁵

A entrevistadora lembra da CBO, a Classificação Brasileira de Ocupações que trata do reconhecimento de determinada ocupação, não estabelece relações de emprego, seria mais um registro da existência de determinadas profissões. A CBO foi apresentada pela primeira vez em 1982 e desde lá passou por atualizações.

Aproximadamente nos anos 2000 iniciaram-se os debates e decisões a respeito das alterações na nova versão, sob a coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego, dessa vez incluindo outros setores da sociedade que atuavam a favor das lutas dos direitos de profissionais do sexo.⁴⁰⁶ E dois anos depois foi incluída a categoria n. 5198 – 05 – Profissionais do sexo. Apesar disto, é importante lembrar que o CBO não regulamenta

⁴⁰⁴ SILVA, Adriana; MACEDO, Elina Elias de. *Creche: uma bandeira da despatriarcalização*. IN: TELES, Maria Amélia de Almeida; SANTIAGO, Flávio; FARIA, Ana Lúcia Goulart de Faria (Orgs.). *Por que a creche é uma luta das mulheres?* Inquietações femininas já demonstram que as crianças pequenas são de responsabilidade de toda a sociedade. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018. 295 p, pp. 145-148.

⁴⁰⁵ Documentário *As Amazonas* (2:53).

⁴⁰⁶ RODRIGUES, Marlene Teixeira. *A prostituição no Brasil contemporâneo: Um trabalho como outro qualquer?* In: Revista *Katálysis*. Florianópolis: Vol. 12. N.1. p. 68-76/jan./jun. 2009, p. 70.

nenhuma profissão e nem garante os direitos trabalhistas. No capítulo cinco da pesquisa em tela consta debate sobre a CBO e os projetos de regulamentação da profissão.

Mesmo a entrevista sendo curta e tensa, destacam-se algumas problemáticas importantes citadas neste trecho da fonte e que foram apontadas no capítulo anterior (III), como a dupla ou até tripla jornada das mulheres trabalhadoras do sexo, e além disso a desconstrução da imagem da mulher prostituta como doente mental, devassa e marginal, imagem esta que foi legitimada historicamente por meio dos saberes hegemônicos masculinos – medicina, direito, imprensa, polícia. Questão esta que está diretamente ligada ao que explicava Leila no último fragmento citado: mostrar que a prostituta é mulher trabalhadora e não uma criminosa.

E sobre isto, é importante destacar a contribuição de Claudia Fonseca⁴⁰⁷. Na abertura do seu artigo, a autora enfatiza que as teorias vitorianas sobre a mulher prostituta, que desenhavam essas mulheres como doentes – tal como o entendia o médico do século XIX Césare Lombroso⁴⁰⁸ – revelavam mais sobre os medos e os receios masculinos acerca das sexualidades femininas que permaneciam por confinar e confiscar corpos e mentes femininas. E enfatiza que historiadores já dissertaram incansavelmente sobre a perspectiva masculina hegemônica da história oficial e sua predisposição a desenhar as mulheres de forma estereotipada.

A autora destaca que antes de escrever sobre trabalhadoras do sexo e seus ofícios é necessário conhecer mulheres prostitutas, entender suas pautas e reivindicações, seu trabalho e suas vivências cotidianas, pois as perspectivas simplistas sobre as prostitutas caem por terra quando pesquisadores e pesquisadoras vão a campo. O foco de seu trabalho consiste na dupla carreira da mulher prostituta: família e trabalho.

Problemática essa que foi invocada por meio da primeira entrevistada do documentário aqui analisado. A narradora Marina representa algumas daquelas 125 mulheres primeiramente cadastradas na Associação entre 2008 e 2009, quando suas fichas de cadastro foram importantes fontes de pesquisa e análise no terceiro capítulo do presente trabalho.

⁴⁰⁷ FONSECA, Claudia. *A dupla carreira da mulher prostituta*. Estudos feministas. Ano 4. N. 1/1996, pp. 7-8.

⁴⁰⁸ Cf. ROMFELD, Victor Sugamoto. *A prostituta na obra de Cesare Lombroso*. IN: ARGUELLO, Katie Silene Cárceres, et al. (Orgs). *Criminologias: feminismos, mídia e protestos sociais* [Livro eletrônico]. Curitiba, PR: Editora Virtual Gratuita - EVG, 2018.

São mulheres, não brancas, solteiras, com filhos e com a única renda oriunda do trabalho sexual na praça da Matriz. Como bem enfatizado, “*tudo depende da praça*”. Neste sentido, se propõe mostrar as mulheres prostitutas como mulheres comuns, que trabalham em horário comercial e no final do dia retornam para suas residências e outras jornadas laborais, como o cuidado com os filhos e com suas moradias.

Claudia Fonseca⁴⁰⁹, quando refere o termo “carreira” em sua pesquisa, observa que a essa ideia se ligavam perspectivas de corte de classe. Isto porque, entre suas entrevistadas, destacou que as trabalhadoras pertencentes a uma classe média percebiam na prostituição uma forma de ascender socialmente, ligada às possibilidades de consumo – carro, academia, apartamento – e já entre as prostitutas mais pobres a prostituição estava associada à sobrevivência, quando não se vislumbra possibilidade de ascensão financeira. Contudo, foi possível observar de suas entrevistadas que todas se percebiam como profissionais.

Diferentemente do contexto oferecido pela autora, nesta pesquisa o foco do documentário consiste nas mulheres trabalhadoras do sexo de camadas populares que realizavam prostituição de rua no bairro Centro da Cidade de Manaus. E nesse contexto, percebe-se a noção de sobrevivência muito reivindicada, bem como as questões relacionadas à invenção de direitos que alcançassem a categoria.

Mesmo a entrevista sendo curta, é possível perceber essas questões como emergentes nesta primeira parte. Antes de tudo, é necessário perceber essas trabalhadoras como mulheres comuns que trabalham, que possuem necessidades básicas como qualquer outra pessoa. Que têm filhos e precisam se dividir entre sobreviver e promover a sobrevivência dos seus, que necessitam de serviços básicos de saúde, de creche, exames, preservativos, transporte público, renda para o aluguel, entre outras necessidades.

Por fim, a entrevista é conduzida para o encerramento com abraços e risadas, quando Ana, atrás da câmera pergunta “*o que tu acha da Associação?*”. Ao que se segue a resposta: “*Eu acho bom né, porque se não tivesse Associação como é que a gente ia usar camisinha? Da onde que a gente ia conseguir camisinha?*” Neste ponto, como se observou nos capítulos anteriores, a entrega dos kits de preservativos consistia na atividade mais destacada da Associação. E esta ação se mostra fundamental na vida das trabalhadoras, pois era a única forma de buscar meios de proteção sem demais

⁴⁰⁹ FONSECA, Claudia. *A dupla carreira da mulher prostituta*. Estudos feministas. Ano 4. N. 1/1996, pp. 19-23.

constrangimentos, como os que se enfrentava eventualmente em postos de saúde da cidade.

“Baiana e Leila”

A segunda parte do documentário segue com as entrevistas de Baiana e Leila, na época envolvidas na gestão da Associação, e colaboradoras ativas com a produção do conteúdo do documentário aqui estudado. Após a instrução de início dada por Ana, “gravando!”, começa a entrevista de Leila com Baiana:

Entrevistadora: Baiana, cê vive nessa profissão a quantos anos?

Baiana: Eu vivo há... rapaz há mais de... uns quarenta anos.

E: Quer dizer que você viveu a maioria da sua vida sendo uma profissional do sexo?

B: Com certeza.

E: Fora de Manaus, você conhece outro estado, você já levou essa profissão pra outro estado ou veio de outro estado pra cá com essa profissão?

B: Eu já vim de outro estado.

Ana: Como foi pra ela cair na prostituição?

E: Como que você achou o caminho da prostituição ou ele que te achou?

B: Meu marido que me colocou.

E: Ah, o teu marido que te colocou. Então você tá naquele espaço de tempo... do gigolô, do famoso gigolô. Quanto tempo tu levou pra se libertar desse cara?

B: Eu levei... eu vivi com ele 16 anos.

E: E agora? Como é que tu vê a profissão depois de quarenta anos?

B: Olha, esse momento agora... Eu acho que agora que eu tô vivendo. Agora que eu tô vivendo a minha vida.

E: Quantos anos você tem agora?

B: Agora eu tenho 54.

E: Quer dizer que você conhece a prostituição desde os catorze, **você tem quarenta anos de profissão**. Se quarenta anos de profissão pela lei...

B: Era pra estar aposentada.

E: Era pra tá aposentada, porque com vinte e cinco anos de serviço, de trabalho, né, você já se aposenta. O que você espera que aconteça daqui pra frente, pra sociedade, pras autoridades pararem de olhar a profissional do sexo como se fosse uma marginal, uma drogada, uma ladra. Que na realidade são [...] coisas bem diferentes, mas que todo mundo só [...] agrega à prostituta. Prostituta é isso, é aquilo. O que você acha disso?

B: Eu espero assim, uma melhoria dos governantes, que olhe mais pra prostituição que é uma profissão, é muitos né? que já é profissão, há séculos que já é profissão, entendeu? Então eu acho que ela deve ser olhada com outros olhos né, pelos governantes.

Ana: Queremos ter liberdade e direitos!

B: Ah, sim. Liberdade e direito. Direito e igualdade
Ana: Bora menina, faz mais pergunta.



Imagem 22: Cena da entrevista de Baiana no banco da Praça da Matriz. Fonte: Acervo da Associação As Amazonas, pasta Documentário, 2009.

Baiana na época estava envolvida nas atividades da Associação, no entanto, sua entrevista foi amistosa, porém com muitas intervenções da entrevistadora, fazendo com que a narradora elaborasse respostas curtas.

Como é possível observar pelo fragmento transcrito, Baiana possuía aproximadamente 40 anos exercendo o trabalho sexual, oriunda de outro estado do Nordeste brasileiro. Foi inserida na prostituição primeiramente pela irmã e mais tarde pelo seu marido que tirava proveito de todo o seu lucro no trabalho, prática esta conhecida como exploração sexual por meio de *rufião ou cáften*, conhecido popularmente como *gigolô*. Nessa prática, o companheiro se vale da relação sexo-afetiva existente entre ele e sua companheira para se aproveitar dos lucros do trabalho dizendo administrar o dinheiro, o que, contudo, não ocorre.

Inevitavelmente, também foi invocada a questão da aposentadoria, pois Baiana possuía aproximadamente quarenta anos de profissão. Apesar da timidez, Baiana esperava que as autoridades olhassem de uma forma diferente para a profissão e suas trabalhadoras. Questão que nesse caso é possibilitada por meio de articulações entre os movimentos sociais, a sociedade e conseqüentemente seus governantes, sem dúvida um trabalho de resistência.

A aposentaria é vista como um sonho distante que só pode ser alcançado com muita luta e articulação política para que se chegue até a regulamentação, sendo certo que

um longo caminho deve ser vencido. Porém, um trajeto desse percurso já foi trilhado pelos movimentos sociais das trabalhadoras sexuais. Esta pauta é uma das mais debatidas nos Encontros do segmento.

Caroline Bonomi⁴¹⁰ observa em sua dissertação de Mestrado que no ano de 2017 ocorre o VI Encontro Nacional de Prostitutas, quando se consolida o tema central trabalho sexual, direitos e legislação no Brasil, evidenciando preocupação crescente acerca dessa pauta. A inclusão da categoria no CBO foi uma vitória, mas é reconhecido que elas necessitam de uma transformação mais profunda, e isto só será possibilitado por uma regulamentação proposta de baixo para cima, ou seja, pensada e elaborada pelas trabalhadoras sexuais.

Neste evento, uma das falas destacadas foi de Betânia, da Associação Mulheres Guerreiras da cidade de Campinas-SP, que destacou o direito de ter autonomia sob seus próprios corpos, e sobre a perspectiva de o trabalho sexual ser reconhecido como um trabalho.

Trabalho sexual é trabalho? É. Toda relação que se faça renumerada é trabalho. Então, eu não estou brigando por nenhuma coisa que não me pertença. Estou brigando por um direito de escolha [...]. Então, estamos falando de uma categoria de trabalhadoras que querem ocupar seu lugar de fato [...]. Não basta ter CBO: é necessário que aja uma regulamentação do nosso trabalho. Não queremos ser salvas, queremos respeito pela nossa profissão.⁴¹¹

É nítido para a categoria de trabalhadoras sexuais que lutam nos movimentos sociais de suas cidades que a possibilidade de aposentadoria só poderá ser viabilizada por meio da regulamentação da profissão. Ao contrário das políticas públicas voltadas para saúde que vimos terem sido prósperas nos anos anteriores, no campo do trabalho pouco se avançou.

No final da fala de Baiana, é possível escutar o sussurro de Ana: “*Queremos ter liberdade e direitos!*”, como uma forma de lembrar o tema norteador da luta da categoria de profissionais do sexo, pelo direito de ter direitos. Após a provocação de Ana ao pedir

⁴¹⁰ GUERRA, Carolina Bonomi de Menezes. “*Mulher da vida, é preciso falar*”: um estudo do movimento organizado de trabalhadoras sexuais. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Unicamp, Campinas, São Paulo: 2019, pp. 148-150.

⁴¹¹ Fala de Betânia transcrita do VI Encontro Nacional de Prostitutas, 2017. Em: GUERRA, Carolina Bonomi de Menezes. “*Mulher da vida, é preciso falar*”: um estudo do movimento organizado de trabalhadoras sexuais. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Unicamp, Campinas, São Paulo: 2019, p. 149.

que Leila fizesse mais perguntas, Leila deixa o lugar de entrevistadora, se coloca como entrevistada e conta um pouco de suas experiências como trabalhadora do sexo.

L: Olha, o nosso caso, porque eu também sou uma profissional do sexo, eu **tenho muito orgulho da profissão que exerço**. Eu caí na prostituição, eu tinha... a primeira vez que eu conheci o mundo da prostituição eu tinha doze anos de idade. Eu não tinha nem noção do que era ser uma prostituta. Dos doze anos de idade, eu vim assumir realmente o que sou dez anos depois, né? Eu tava com vinte e dois quando eu fui agenciada pra trabalhar fora do Brasil, no qual as condições de trabalho lá fora são muito melhores do que aqui, porque existe países na Europa que você entra pra trabalhar e você tem hora, você tem deveres e você tem responsabilidades pra cumprir. É lógico que esses países que eu tô falando são países que tem a profissão legalizada. Eu trabalhei na Holanda, aonde a prostituição lá é encarada como uma profissão. Você tem hora pra... você tem oito horas de trabalho noturno ou diário, você escolhe. Você tem uma rede de aparato de pessoas que cuidam da tua saúde, da tua estadia, do seu tempo de serviço, é muito bem fiscalizado, as mulheres lá não sofrem tanta agressão como existe aqui no nosso país. Aqui **nós somos marginalizadas pela sociedade, nós somos discriminadas pela população**, quando você sai no bairro que alguém te conhece: “Ah, vi lá na Matriz, lá no Remulos, lá na Zona Leste”. Mas todas nós que somos e vivemos, e não temos vergonha da profissão que temos, a gente tem uma vontade muito grande que os governantes, que as pessoas olhem pra gente com outros olhos. **Quando a nossa instituição fala em “resgatar”, a gente se refere a mulheres que passaram a vida toda exercendo essa profissão e chegaram na hora de parar e não tem nenhum tipo de amparo de lei nenhuma. Nenhuma!** Então se essas meninas que estão hoje aqui e que vão ser as futuras prostitutas do amanhã, se elas começarem hoje a estudar a ter uma segunda opção de vida, eu não vou garantir pra vocês que a prostituição vai acabar, porque ela não acaba, mas que tem muita menina que quando resolver parar de fazer programa ela vai ter uma outra direção, um outro rumo na vida ela vai, vai. Mas pra que isso aconteça a gente tem que deixar de fora o preconceito, a gente tem que deixar de fora a moralidade tão grande que o povo fala, porque quando eu vejo profissional do sexo engloba tudo, quando você compra o jornal de 25 centavos aqui, você vê um ato explícito de sexo, por quê? Porque você vê a menina com uma perna no Norte e outra no Sul, ela pode não tá praticando o ato sexual, mas ela tá usando e utilizando o corpo dela como qualquer profissional do sexo usa e utiliza. **Então porque que a sociedade só discrimina as meninas que tão na rua, não discrimina as meninas que estão nas agências de programa, nas casas de programas no Parque 10**, o qual a gente não tem acesso nem pra conversar com a menina pra saber se realmente tá sendo feita alguma coisa em prol delas mesmo, porque nós trabalhamos pra elas, o nosso esforço, a nossa luta é por elas, pelas menos favorecidas, pela menos desigualdade, **a gente vai a milhões e milhões de reuniões, a gente se reúne em vários lugares e hoje em dia, as meninas, elas já aceitam a tocar no assunto, elas já se aceitam como profissional do sexo. Então pra gente que trabalha com a prostituição, pra gente é um avanço muito**

grande. E [...] o meu grito de liberdade é que a sociedade deixe de excluir a gente, que pare de olhar a gente como se nós fossemos marginais. (grifos meus)

Ambas as entrevistadas narraram situações de exploração sexual em suas infâncias – entre 12 e 14 anos. Leila não entra em detalhes quanto à forma em que se deu esse fato em sua vida. Já Baiana, que, conforme observado no capítulo anterior, sabe-se que foi aliciada por sua irmã mais velha, primeiramente, e, mais tarde, pelo marido.

Silvia Maria Fávero Arend⁴¹² em trabalho sobre infância e exploração sexual, frisa que o trabalho doméstico e o trabalho sexual remunerados são as duas atividades mais realizadas por uma parcela de crianças e jovens brasileiras. Para a autora, o trabalho doméstico pode ser considerado como um processo de socialização de mulheres, sobretudo aquelas mais pobres, perspectiva questionada a partir dos debates enfrentados pelos movimentos de mulheres e feministas a partir da década de 1980. Já a exploração de crianças e jovens tornou-se tema de debates e discursos durante do século XX.

A autora se debruça na legislação menorista da cidade de Florianópolis, e para isto, perpassa sobre alguns “Códigos de Menores” e legislações nacionais para a construção da pesquisa. Silvia Arend explica que a população de crianças e jovens no Brasil durante o século XX foi amparada por três legislações menoristas. O Código de Menores foi criado no ano de 1927, e estava inserido em uma perspectiva salvacionista – a qual esteve em vigor nas primeiras décadas do século XX e que foi resultante para processos de invenção de políticas sociais que atingissem crianças e jovens no país – e sendo reformulado em 1979 a partir de preceitos jurídicos, oferecendo, contudo, poucas referências ao mundo do trabalho.

Outro ponto importante destacado pela autora trata da forma indireta com que é abordada a questão da exploração infanto-juvenil no Código citado. No qual era prevista multa de 50 salários mínimos e fechamento do estabelecimento comercial por até seis meses, para as *atividades artísticas* proibidas para menores e que usassem a participação de menores de idade. Nesse caso, a referência de “atividade artística” também poderia ser referida para a “prostituição”. Também eram alvo de multas os hotéis, pensões e motéis que recebessem menores de idade desacompanhados do responsável.⁴¹³

⁴¹² AREND, Silvia Maria Fávero. *Infância, exploração sexual e o programa social Sentinela*. (Florianópolis, 1980-2005). IN: Fáveri, Marlene de; SILVA, Janine Gomes da Silva; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Prostituição em áreas urbanas: Histórias do Tempo Presente*. Florianópolis: Editora UDESC, 2010.

⁴¹³ Idem, pp. 63-67.

Apesar das tentativas de criação de legislações que amparassem crianças e jovens de abusos e explorações não impediu que essa população fosse vitimada de diversas formas de exploração. E mesmo após a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, como problematizado no capítulo anterior. Esta legislação, conforme observa Silvia Arend, ressalvados os enormes avanços sociais e políticos aí consignados, e outros que daí partem, trazia ainda a marca de “valores e práticas relativas ao ideário da infância burguesa”⁴¹⁴, enquanto as crianças e jovens das camadas mais pobres encontram-se vulneráveis a formas e contextos diversos de exploração.

Contudo, não podemos concluir simplesmente que os abusos a crianças e adolescentes apenas ocorram em famílias pobres. Conforme apontou Cristiani Bereta⁴¹⁵, pobreza e exploração sexual de crianças não são sinônimos. A autora, em análise fílmica, demonstra que meninas e meninos economicamente mais favorecidos também são alvo de múltiplas violências, todavia, existem diferenças oriundas das camadas sociais a que as crianças pertencem. Uma criança mais abastada pode não ser vendida como “mercadoria” por sua família, mas ela pode ser ludibriada sexualmente por algum adulto em troca de presentes.

Uma problemática importante nesse momento da discussão, e também abordada por Bereta gira em torno da construção de padrões de masculinidade, e as formas de poder e dominação como regimes de verdade que constroem as vidas sexuais das pessoas, sobretudo essa naturalização do desejo masculino por meninas. Ou seja, a posição hegemônica da sexualidade masculina é construída cultural e historicamente, não se podendo esquecer a importância que a sociedade dá a um determinado padrão, ao que se entende que “não se nasce homem, torna-se homem”, conforme complementa a autora.

Infelizmente, não se tem conhecimento da profundidade das experiências vivenciadas por Leila em sua infância e os motivos que a levaram a conhecer a exploração sexual aos 12 anos de idade. Contudo, o foco do documentário se dá entorno da construção de novos valores para o trabalho sexual. Apesar desta experiência, citada brevemente, a narradora menciona que se percebeu como uma trabalhadora aos 22 anos

⁴¹⁴ AREND, Silvia Maria Fávero. *Infância, exploração sexual e o programa social Sentinela*. (Florianópolis, 1980-2005). IN: Fáveri, Marlene de; SILVA, Janine Gomes da Silva; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Prostituição em áreas urbanas: Histórias do Tempo Presente*. Florianópolis: Editora UDESC, 2010, p. 66.

⁴¹⁵ SILVA, Cristiani Bereta. *O filme Anjos do Sol e a exploração sexual de meninas: instigando olhares*. IN: FAVERI, Marlene de; SILVA, Janine Gomes da; PEDRO, Joana Maria. *Prostituição em áreas urbanas: histórias do Tempo Presente*. Florianópolis: Editora UDESC, 2010, pp. 234-235.

de idade, no momento em que foi agenciada para trabalhar fora do país. Essas vivências podem ser confundidas com o exercício do tráfico de mulheres. Contudo, se a mulher muda de país para exercer o trabalho sexual por vontade própria, isto muda a perspectiva de tráfico para imigração laboral.

Apesar disto, Leila afirma ter orgulho de sua profissão, e em sua entrevista isto se torna evidente a partir da segurança com relata suas experiências, com expressão firme. Por outro lado, a entrevistada narrou suas experiências como trabalhadora sexual em um país no qual a profissão é regulamentada, no caso a Holanda. De certa forma, a regulamentação pode proporcionar maior fiscalização e redução da violência.

Leila também tece uma fala importante para o trabalho político do documentário, e é necessário atentar mais para isto. Trata-se de um apelo contra o preconceito da sociedade com as trabalhadoras sexuais. Leila também fala sobre o cruzamento de opressões entre classe e trabalho, isto é, além de ser discriminada pela sociedade por ser trabalhadora sexual, é discriminada por ser uma trabalhadora sexual do Centro, como se fosse a ocupação mais degradante de todas, afirmando que o peso do estigma é mais pesado para elas que para as trabalhadoras sexuais de agências ou de casas de bairros mais nobres como no bairro Parque 10 de Novembro.

A entrevistada ainda cita com êxito que algumas trabalhadoras são mais abertas ao diálogo e de certa forma se aceitam mais como trabalhadoras sexuais, fruto de um trabalho político na luta contra tais estigmas.

Ana: Queremos liberdade e direitos!

Leila: Nós temos liberdade e temos direitos! Nós temos, porque, o nosso país, ele é livre. Aqui, qualquer um pode ter a religião que quiser. Aqui, todo mundo pode seguir o caminho que quiser. Por que com a prostituta deveria ser diferente? Por isso é que nós lutamos por liberdade, igualdade, direitos e que nós sejamos vistas pela sociedade e pelas pessoas comuns como pessoas normais, como mulheres que vem pra cá, que sai de casa 7 horas da manhã, que tem preocupação com seus filhos que ficaram em casa, os que vão pra escola, os que ainda precisam de creche, os que precisam de fazer um curso pra se adaptar melhor, e a gente corre atrás disso. A prostituta não é mais a mulher que dorme o dia todo e que não faz nada, porque muita gente acha que a nossa profissão é fácil, eu só convido essas pessoas que acham que ela é fácil, a vim fazer um dia do fácil aqui e quando chegar no dia, no final do dia ela continuar achando que a nossa profissão é fácil, então ela abraça melhor a nossa causa.

Ana: Você tem orgulho de ser profissional do sexo?

L: Tenho. Eu tenho muito orgulho da minha profissão, porque até o presente momento, eu tenho 30 anos de profissão. Se eu tive outras profissões foram relâmpago, muito rápido.

A entrevista segue com a afirmativa de Ana “*queremos liberdade e direitos!*” e Leila acrescenta em seguida afirmando que elas têm liberdade e direitos. Dentro desse conflito de ideias, surge a pergunta: afinal a prostituta tem ou não liberdade e direitos?

Sobre esta questão, as antropólogas Cláudia Fonseca e Elisiane Pasini⁴¹⁶ abordam a questão da mulher prostituta dentro de um “caso limite” de cidadania, visto que apresenta contradições pertencentes ao conceito de cidadania. As autoras analisando o texto do Projeto de Lei 3436:97⁴¹⁷ do deputado Wigberto Tartuce, perceberam que no documento “cidadania” muitas vezes foi mencionada para afirmar que as trabalhadoras sexuais são mães, filhas, famílias, tem nomes e sobrenomes e por isso devem ser respeitadas, contudo, no mesmo texto o autor compara o direito das trabalhadoras diretamente com pessoas que cometeram crimes, ou seja, mesmo o trabalho sexual no Brasil não sendo crime, ele é tipificado como tal.

E ainda complementam que é fácil afirmar que os direitos estão aí, que a previdência está aí e trata-se apenas de depositar todo mês certa quantia. Na prática, a maioria das trabalhadoras sexuais não vislumbram a possibilidade de retirar certa quantia todo mês como garantia de segurança financeira para o futuro.

O que as autoras percebem é que a questão da cidadania para as prostitutas esteve ligada diretamente com as políticas voltadas para a saúde. Em outras palavras, a cidadania é o “subproduto” da preocupação maior que era controlar a propagação das infecções sexualmente transmissíveis.

Para Antonio Arantes⁴¹⁸, a cidadania está ligada diretamente à sensação de pertencimento a certo grupo ou comunidade, ou seja, o cidadão se percebe como tal a partir do lugar e da situação social que se ocupa. A obra de Arantes reflete o centro da cidade como um espaço de construção de identidades e práticas de cidadania. E é neste sentido que o documentário está conectado com uma noção ampliada de direitos, que

⁴¹⁶ FONSECA, Cláudia; PASINI, Elisiane. *A mulher prostituta: um caso limite de cidadania*. In: XX Reunião Bianual de Antropologia, 1998, Salvador.

⁴¹⁷ Segundo o caput do documento o PL: “*Dispõe sobre a regulamentação das atividades exercidas por pessoas que praticam a prostituição em desacordo com os costumes morais e atentatórios ao pudor*”.

⁴¹⁸ ARANTES NETO, Antonio Augusto. *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas-SP: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000, pp. 132-151.

alcancem essas trabalhadoras para que se vejam pertencentes a uma categoria que luta também pelo reconhecimento de suas cidadanias.

Portanto, as trabalhadoras sexuais são sujeitos de direitos, quando também participam da criação desses direitos, voltados para suas necessidades mais urgentes, o que, como tem sido evidenciado a partir das narrativas aqui problematizadas, trata-se de uma reivindicação multifacetada que surge de vários âmbitos, como direito à saúde, trabalho, educação, moradia etc. Voltaremos à questão da regulamentação da profissão e projetos de leis específicos no capítulo seguinte.

“Neila”

A terceira etapa das gravações seguiu com a narração de Neila, que estava no salão de beleza localizado no centro da cidade enquanto foi entrevistada. A narradora conversa de forma tranquila e segura.

Entrevistada: Querida, quanto tempo você trabalhou fora do país?

Neila: 10 anos. [...] eu tive... foi na Venezuela, tive na Guiana (inglesa), na Guiana Francesa. Só.

E: Me diz uma coisa, como que é que trabalha uma profissional do sexo lá. É horário, é boate, é rua?

N: Não, depende do local que você esteja, depende da cidade, entendeu? Se você vai pro garimpo, vai pra dentro do mato. Você tem horário assim, 8 horas você tem que tá no salão, entendeu? E ficar até fechar o bar.

E: Isso no garimpo, e na cidade como é?

N: Na cidade você vai pra boate, se você não morar lá você não tem horário. Cê entra a hora que quer, sai a hora que quer, sai com quem quer. Entendeu? Não tem que dar satisfação e nem tem a obrigação com ninguém. Eu, sempre, das vezes que eu viajo, eu fico em hotel e eu mesma faço o meu horário.

E: Ou seja, você tem mais liberdade e uma clientela melhor?

N: Com certeza. Sem dúvida e **não é escrava de ninguém**.

E: Você acredita que tem muita brasileira sendo escravizada lá?

N: Com certeza, em todos os lugares.

E: E como é a violência lá?

N: É alta. Eles batem, eles levam, eles estupram, eles fazem o que querem. Por isso tem que ter muito cuidado.

E: E me diz uma coisa, quando tu tava lá nos países que tu foi, pra onde tu foi agenciada pra trabalhar...

N: Mas fui por minha conta, não fui agenciada [sorriso no rosto].

E: Melhor ainda né, se fosse agenciada já chegava lá do outro lado devendo “milhões”. Me diz uma coisa, tu acha que o governo brasileiro ele olha pelas meninas que tão lá?

N: Negativo, de jeito nenhum. Inclusive, nos outros países eles até tratam melhor assim no negócio da saúde, esse tipo de coisa, eles até tratam melhor, porque a partir do momento em que tu entrou naquele país tu tem por obrigação em qualquer lugar que você for apresentar o exame, teste de HIV, VDRL, todos esses tipos de coisa.

E: E o problema da prevenção, os homens não relutam nem nada?

N: É como aqui. Quem tem que impor é a profissional mesmo. Você chegou, impôs e é assim que é, porque se deixar eles vão comer sem camisinha, isso é óbvio.

E: Agora me diz uma coisa, a taxa de doença sexualmente transmissível lá, é muito alta?

N: Acho que aqui é mais.

E: Desses países que você foi e conheceu, qual você gostou mais?

N: Na Venezuela, pelo menos eu fui otimamente, todas as meninas que foram eram bem recebidas. Agora uma coisa que [...] lá é mais severo nos negócios dos exames, se tu for em qualquer boate que tu entrar assim que você não trabalhe lá, você tem que apresentar o exame, senão tu não entra. Ainda mais se tu for uma profissional do sexo. Não é que nem aqui, que entra aidético todo mundo e faz aquela bagunça.

E: Quantos filhos você tem?

N: Cinco.

E: E todos esses filhos que você teve, você criou nessa profissão?

N: Nessa profissão.

E: Você teve, criou eles e mantém eles até hoje com o dinheiro dessa profissão?

N: Positivo.

E: Então você se considera uma profissional do sexo?

N: Eu sou uma profissional.

E: E você acha que tá faltando o governo reconhecer a nossa profissão pra coisa ficar melhor?

N: Com certeza, sem dúvida. Nós precisamos ter o respaldo, precisamos ter um seguro de vida [...] uma ajuda de custo, na época que a gente menstrua, tu menstruou, tu adoeceu, porque tu sabe que tem muitas aqui que tem 20 e 30 anos aqui, durante esse período, ninguém sabe, tá propensa ao câncer, ou qualquer uma outra coisa, e precisamos ter, no caso, adoeceu, aí o governo cobre, entendeu? Porque tu era uma profissional, tu tava trabalhando, entendeu?

E: Porque você saiu da sua casa, você faz todos os trâmites que um profissional de outras áreas faz.

N: Paga imposto...

E: Você paga imposto, você tem condução, alimentação, e não é nada mais justo que agora nossa profissão seja reconhecida.

N: Com certeza.

E: Neila, muito obrigada. [...] Você tem orgulho da sua profissão, porque eu tenho da minha.

N: Eu tenho. Aonde eu chego, eu chego numa loja pra tirar o cartão, tu trabalha de quê? Eu sou profissional do sexo. (grifos meus)



Imagem 23: Neila sendo entrevistada no salão de beleza. Fonte: Acervo da Associação As Amazonas, pasta Documentário, 2009.

Conforme apresentada nos capítulos anteriores, Neila é filha de Baiana. No período das filmagens, estava com trinta anos de idade. Demonstra segurança e orgulho de ser trabalhadora do sexo, e isso não apenas no documentário estudado, mas também nas conversas e entrevista realizadas com ela. Neila é uma mulher segura de si, cresceu vendo sua mãe sustentar a família através do trabalho sexual, e declara sua profissão com honradez.

Nesse ponto do documentário, as principais questões destacadas giram em torno do trabalho sexual fora do Brasil, especificamente nos países visitados por Neila – Venezuela, Guiana Inglesa e Guiana Francesa. É interessante que no decorrer da entrevista, a entrevistadora comete um pequeno equívoco afirmando que Neila havia sido agenciada para trabalhar nos países mencionados, e rapidamente a entrevistada a interrompe e complementa: *“Mas fui por minha conta, não fui agenciada”*.

Esta afirmação, dita em bom tom, revela muito sobre a necessidade de esclarecimentos didáticos sobre as distinções entre a imigração para o trabalho sexual e o tráfico para escravidão sexual. Diferentemente das experiências anteriormente narradas – de Baiana e Leila – que foram aliciadas ainda crianças, Neila já era uma mulher trabalhadora do sexo quando optou por realizar o trabalho sexual fora do Brasil, sem a intermediação de agentes.

É neste ponto que se estabelece diferença crucial entre as duas práticas, uma sendo voluntária, enquanto a outra é forçada ou ilusória (falsas promessas de emprego etc). Conforme observado no capítulo anterior, o Código Penal Brasileiro pouco se preocupa em esclarecer as diferentes práticas envolvendo prostituição, tráfico e exploração sexual,

e os insere em um mesmo balaio como se fossem auto evidentes ou sinônimos, como se evidencia em capítulo do Código Penal, com o tema “*do Lenocínio e do tráfico de pessoa para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual*”.

É importante destacar que os movimentos sociais de prostitutas combatem a generalização ocorrente acerca da imigração voluntária para fins de trabalho sexual e a condução/coerção de mulheres e crianças para fins de exploração sexual.

Alessandra Margotti⁴¹⁹ esclarece que no ano de 2009 houve uma tentativa de aproximação do Código Penal Brasileiro dos princípios do Protocolo de Palermo⁴²⁰, e para isto foi inserido um texto que utilizava a expressão “exploração sexual” como uma prática a ser combatida. No entanto, o termo trazia complexidade em decorrência dos problemas conceituais de definição, ficando a cargo da interpretação dos tradutores da lei. E nesse caso, afirma Margotti, é quase consenso entre os doutrinadores do Direito penal pensar a prostituição como a forma mais óbvia de exploração sexual, sem levar em consideração as pessoas que escolheram por se prostituírem e possíveis parcerias de trabalho que podem envolver o trabalho sexual.

A autora ainda destaca que o referido protocolo trata o consentimento da vítima nos casos de tráfico como válido, desde que não seja utilizado de maneira indevida. Não obstante, o esclarecimento sobre o que consiste o conceito de exploração sexual não fica evidente no documento, e também, não é perceptível o posicionamento do protocolo sobre a prostituição consentida, isto é, sobre o trabalho sexual.

Margotti considera que a prostituição não pode ser percebida como sinônimo de exploração sexual, pois em nosso ordenamento jurídico a prática em si não é criminalizada. Assim, equiparar a prostituição à exploração sexual representa desvalorização da autodefinição, das liberdades individuais e, sobretudo, da dignidade sexual das trabalhadoras e trabalhadores do sexo que fazem da prostituição seu principal ofício. E ainda, complementa, tal equiparação torna mais evidente a hipocrisia da legislação penal brasileira que permite a prostituição, mas condena as práticas que

⁴¹⁹ MARGOTTI, Alessandra. *Direito à prostituição: Legalização e regulamentação do lenocínio no Brasil*. Belo Horizonte: D'Plácido Ed., 2017, pp. 210-212.

⁴²⁰ Mecanismo internacional de combate ao tráfico de pessoas adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, instaurado desde os anos 2000, foi aprovado no Brasil no ano de 2004. Previu no seu Artigo 3 o termo “exploração sexual” em comparação a exploração da prostituição de outrem, à escravidão e outros trabalhos forçados, todas atividades percebidas como “constrangimento”. In: MARGOTTI, Alessandra. *Direito à prostituição: Legalização e regulamentação do lenocínio no Brasil*. Belo Horizonte: D'Plácido Ed., 2017, p. 211.

intermediam o trabalho sem valer-se de violência, coerção ou ameaça. Ou seja, o Estado dissimula uma permissão da prostituição, mas menospreza e criminaliza quem decide por se prostituir.

Segundo o Protocolo de Palermo, o tráfico de pessoas consiste no:

Recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos.⁴²¹

Até o ano de 2016, as leis que definiam no campo do direito o tráfico de pessoas correspondiam aos artigos 231 e 231-A, percebidos como *crimes contra a dignidade sexual*, inseridos do Capítulo V do Código Penal brasileiro, que tratava da distinção entre tráfico interno – promover ou facilitar o deslocamento de pessoas no Brasil para exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual – e tráfico internacional – promover ou facilitar a entrada ou saída do Brasil de pessoa que vá exercer a prostituição ou outras práticas de exploração sexual. Ambos artigos foram revogados pela Lei n. 13.344, de 6-10-2016.⁴²²

Após as revogações, o crime de tráfico de pessoas foi transferido para o Capítulo IV do CPB, intitulado *Dos crimes contra a liberdade individual*, especificamente no Artigo 149-A, que define nos seguintes termos:

Agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, com a finalidade de: I - remover-lhe órgãos, tecidos ou partes do corpo; II - submetê-la a trabalho em condições análogas à de escravo; III - submetê-la a qualquer tipo de servidão; IV - adoção ilegal; ou V - exploração sexual.⁴²³

Seguindo as experiências narradas por Neila no documentário da Associação As Amazonas, suas estadias em outros países foram realizadas por meio do trabalho sexual

⁴²¹ Protocolo de Palermo. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm. Acesso: 16/05/2021.

⁴²² Vade Mecum Penal: Penal, Processo Penal e Constituição Federal. Art. 149-A / obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Livia Céspedes e Fabiana Dias da Rocha. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 183.

⁴²³ Idem, p. 172.

consentido. A entrevistada se refere às suas experiências e também sobre experiências de mulheres que decidiram trabalhar com sexo e ainda decidiram falar e romper com os silêncios. Porém, Neila também não fecha os olhos para a realidade de mulheres traficadas de que teve conhecimento em sua experiência como trabalhadora sexual fora do Brasil.

Certamente, não se pode fechar os olhos para as situações criminosas das quais mulheres e crianças são submetidas pelas máfias organizadas do tráfico de pessoas. Segundo o Relatório Nacional sobre o tráfico de pessoas referentes aos anos de 2014 a 2016, trata-se de um crime subnotificado, e que, portanto, deve ser analisado por outras metodologias além dos dados estatísticos criminais fornecidos dos registros penitenciários, estes, considerados insuficientes para a compreensão do fenômeno.⁴²⁴

Para Monique Prada, as leis sobre prostituição reforçam o estigma de prostituta que cerca todas as mulheres, – cis ou trans - não apenas as trabalhadoras do sexo. A ativista e trabalhadora sexual, apresenta em seu texto o relatório referente ao ano de 2012 da Fundação Scelles – instituição francesa responsável por trabalhos de combate à exploração sexual – evidenciando que aproximadamente 40 a 42 milhões de pessoas exerciam o trabalho sexual pelo mundo.

Prada ainda complementa que esta pesquisa citada não diferencia o trabalho sexual da exploração sexual de crianças e adolescente, nem do tráfico de pessoas. Contudo, mesmo olhando para os dados com desconfiança, a autora lembra que os mesmos servem para refletir que entre 40 milhões de pessoas no mundo estão envolvidas com o trabalho sexual consentido, ou sendo exploradas sexualmente por outras pessoas.

A complexidade ao falar da temática do tráfico vem da fragilidade dos dados coletados das instituições⁴²⁵ responsáveis pelo controle do tráfico de pessoas no país, não

⁴²⁴ Brasil. Governo Federal. Ministério da Justiça. Relatório Nacional Sobre o Tráfico de pessoas: Dados 2014 a 2016. Brasília, dezembro de 2017.

⁴²⁵ No Brasil, desde a criação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pela Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004, os Tribunais ou Poderes Judiciários Estaduais e Federais coletam e publicam dados estatísticos sobre suas atividades e administração de seus fundos. No entanto, somente a partir de 2014 é que se pôde consultar publicamente dados relativos ao número de processos de vários âmbitos, até mesmo a quantidade de processos de tráfico de pessoas. E mesmo assim são dados defasados, pois eram quantificados a partir do número de processos, e como se pode observar, o tráfico de pessoas é crime subnotificado. Outras instituições responsáveis pelo “controle” das estatísticas do crime de tráfico são: Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC); Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) e a Polícia, lembrando que no Brasil a polícia é dividida em três esferas, A Polícia Federal, que é subordinada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e as Polícias Cíveis e Militares são subordinadas aos governos estaduais. In: Relatório Nacional Sobre o Tráfico de pessoas: Dados 2014 a 2016. Brasília, dezembro de 2017, pp. 17-21.

se tratando apenas de números, quando a maioria dos dados fornecidos não fazem a diferenciação do trabalho sexual consentido e do tráfico de mulheres.

Monique Prada ainda menciona que as leis de tráfico de pessoas são controversas para trabalhadoras sexuais migrantes, pois toda mulher está passiva de ser confundida com uma prostituta, principalmente se estiver viajando sozinha para outro país, e isto é o suficiente para ter problemas na imigração dos aeroportos. Prada lembra que ainda é necessário estabelecer diferenças entre o que é trabalho e o que é crime.⁴²⁶

Dando continuidade às temáticas abordadas por Neila em sua entrevista no documentário, vale dar destaque às questões voltadas mais uma vez para os cuidados com a saúde. Sobre a adoção de métodos preservativos, a entrevistada fala da necessidade da trabalhadora sexual se impor em relação ao seu uso, pois se se transfere para o cliente essa responsabilidade, tal método de saúde tende a ser rejeitado. E neste aspecto, é necessário pensar nessa construção de masculinidades que leva os homens a negligenciar a sua proteção sexual.

Sobre isto, o artigo de Maria Beatriz Nader⁴²⁷ ajuda a tecer algumas observações sobre a questão. A autora se propõe analisar aspectos do papel social masculino e sua determinação biológica e cultural dentro de uma sociedade patriarcal, e busca também evidenciar a situação de superioridade ocupada pelos homens e a forma como isso reflete na sociedade como um todo.

Em estudo específico sobre a temática do não uso dos preservativos pelos homens foi constatado que a justificativa para o não uso em sua maioria correspondia pelo incômodo no uso da camisinha masculina afirmando que a mesma aperta o órgão genital, acarretando suposta redução do prazer. As autoras ainda destacam o papel do machismo nesta negação do sexo seguro, como se a preocupação com a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis não fosse uma preocupação heterossexual. A pesquisa ainda evidenciou que a negação de preservativos por parte das mulheres acaba correspondendo às mulheres casadas, a fim de evitarem discordâncias com seus companheiros.⁴²⁸

⁴²⁶ PRADA, Monique. *Putafeminista*. São Paulo: Veneta, 2018, pp. 55-58.

⁴²⁷ NADER, Maria Beatriz. *A condição masculina na sociedade*. In: *Dimensões*, vol. 14, 2002, pp. 462-480.

⁴²⁸ GALVÃO, Marli T. G.; CERQUEIRA, Ana Teresa; FERREIRA, Maria de Lourdes; SOUZA, Lenice. *Razões pelo não uso do preservativo masculino entre pacientes com Infecção ou não pelo HIV*. In: *DST – J bras Doenças Sex Transm*. 14 (1):25-30, 2002.

Entre os anos de 2008 a 2016 foi construída parceria histórica entre os movimentos sociais de trabalhadoras do sexo e o Ministério da Saúde do Governo Federal, o que fortaleceu campanhas de prevenção e incentivo ao uso dos preservativos por parte das trabalhadoras. Vale salientar que o advento do preservativo feminino/interno possibilitou mais autonomia sob seus corpos.

Outro ponto importante a ser destacado nesta etapa do documentário analisado é o poder da autodefinição. Questão provocada no momento em que Neila é questionada se ela se considera uma profissional do sexo, e mais uma vez sua resposta carrega o sentimento de satisfação e valorização: “*eu sou uma profissional!*”.

Patricia Hill Collins⁴²⁹, em importante trabalho sobre o poder da autodefinição entre mulheres negras nos Estados Unidos, demonstrou que essas mulheres criaram identidades que buscavam perspectivas de libertação, quando não se viam como vítimas indefesas, mas sim como mulheres resistentes, e suas ações de resistência insinuam a existência de uma consciência coletiva e autodefinida. Suas vozes não são de vítimas, mas de sobreviventes.

É nesta perspectiva que se convida para refletir sobre a importância da autodefinição para a categoria das trabalhadoras sexuais, sendo uma das principais formas de se lutar contra o estigma de prostituta demonstrado ao longo deste trabalho. Localizada em uma perspectiva feminista negra, Hill Collins também demonstra a criação de espaços seguros criados por estas mulheres. Ninguém escutava o que as mulheres negras tinham a dizer, se não outras mulheres negras.

Neste sentido, a criação de espaços políticos de prostitutas, desde as Redes nacionais, as Associações locais, os eventos e seminários realizados por elas e para elas configuram como espaços seguros onde suas vozes fossem ouvidas. Ninguém escutava o que as trabalhadoras sexuais tinham a dizer, se não outras mulheres trabalhadoras sexuais.

Como se tem buscado evidenciar ao longo deste trabalho, os encontros nacionais foram as primeiras estratégias de articulação política do movimento de trabalhadoras sexuais pelo país, na medida em que essas trabalhadoras conseguiam estar reunidas para debaterem sobre suas demandas, suas dificuldades, seus problemas e qualquer outro

⁴²⁹ COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: O poder da autodefinição*. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, pp. 271-280.

assunto pertinente aos seus trabalhos. Como resultado disso, o movimento se fortalecia pelo Brasil.

Tal estratégia também foi adotada na Associação As Amazonas, que manteve uma agenda de encontros municipais, como demonstra o fragmento de Ana, jactando-se do feito. Numa mistura de “eu fiz” com “a gente fazia”, falou em bom tom que conseguiu reunir um grande número de mulheres:

eu fiz dois encontros, fiz um no começo do ano e fiz outro no fim do ano, dois encontros [...] e daí por diante todo ano a gente fazia, [...] eu cheguei a colocar 270 mulheres prostitutas mesmo dentro de um auditório⁴³⁰.

Vale destacar também as solidariedades e amizades fortalecidas nesses espaços, bem como em seus locais de trabalho. Ao contrário do que se constrói como um ambiente hostil, com mulheres competindo a todo momento por clientela de forma estereotipada, a união e mobilização dessas trabalhadoras ajuda a desconstruir tais ideologias de classe.

No caso das trabalhadoras do sexo negras, o ativismo está no cotidiano, completamente atrelado às suas existências, e, muitas vezes, independe de vínculo institucional. Estando ou não ligadas aos movimentos sociais, a militância está conectada com a suas sobrevivências. Fala-se aqui especificamente em mulheres negras, pois a maioria das trabalhadoras envolvidas neste documentário e nas entrevistas para esta pesquisa não são brancas.

Outro ponto importantíssimo destacado por Patricia Hill Collins, e que fundamenta algumas das suas reflexões, é o da relação mútua entre as trabalhadoras, sobretudo a relação de mães e filhas entre as mulheres negras. As mães geralmente passam seus conhecimentos cotidianos, muitas vezes ligados às várias formas de opressão vivenciadas por elas, e isto auxilia para o processo de empoderamento de suas filhas.

Como já foi dito, Neila é filha de Baiana, uma mulher negra, trabalhadora sexual a maior parte do seu tempo de vida, sempre envolvida na organização política de prostitutas na cidade de Manaus, participando de eventos e reuniões dos movimentos sociais nacionais. Assim, Neila cresceu observando sua mãe lutar e trabalhar cotidianamente para sustentar sua família, e além disso, observou seu envolvimento nas lutas políticas por sua categoria. Isto é de grande importância e relevância para a postura

⁴³⁰ Entrevista com Ana, em 22 de dezembro de 2019, em sua residência.

de Neila enquanto uma mulher negra trabalhadora do sexo e que expressa o orgulho de sua profissão.

As mulheres negras geralmente eram e ainda são direcionadas aos espaços de forma desigual, desde escolas, locais de moradia, empregos, entre outras instituições. E por questões de sobrevivência, a maioria das mulheres negras criaram esses espaços seguros entre si e perceberam a importância em criar autodefinições independentes.⁴³¹

O pensamento de Hill Collins colabora para situar o papel atribuído ao documentário, ou seja, especificamente o que as mulheres da Associação As Amazonas pretendiam com a produção deste material. E neste caso, percebe-se a busca pela autodefinição como estratégia de sair da vitimização e unir as trabalhadoras para com isso construir e fortalecer seus “espaços seguros”, como a Associação, os seminários, os almoços de confraternização e demais momentos que proporcionavam união e fortalecimento político.

Quando nós, mulheres negras, nos definimos, claramente rejeitamos o pressuposto de que aqueles em posição que lhes garante autoridade para interpretar nossa realidade têm legitimidade para tanto. Mesmo sem levar em conta o conteúdo real das autodefinições das mulheres negras, o ato de insistir na autodefinição da mulher negra valida o poder das mulheres negras como sujeitos humanos.⁴³²

Por fim, a autora enfatiza que a identidade, além de ser objetivo do processo de autodefinição, também é o início deste processo, que perpassa a compreensão de que suas vidas na maioria das vezes estiveram pautadas pelas opressões de raça, gênero, sexualidade, classe, dentre outras interseccionalidades. Geralmente, este processo de compreensão culmina em novos valores como autovalorização, respeito e autoconfiança.

Também foi abordada a importância do reconhecimento do trabalho sexual para o amparo em casos de velhice⁴³³, enfermidades e em outros casos a menstruação, que

⁴³¹ COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: O poder da autodefinição*. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, pp. 289-298.

⁴³² Idem, p. 295.

⁴³³ Vale ressaltar a existência de um abrigo destinado às trabalhadoras sexuais idosas no México, especificamente na cidade do México. Conhecida como “Casa Xochiquetzal”, possui aproximadamente dez anos de existência e luta para retirar as mulheres das ruas e seu nome é oriundo da deusa asteca *Xochiquetzal*, conhecida como deusa da fertilidade e do prazer. Ver mais: RODRÍGUEZ, Juana María. *Una evidencia queer: trabajo sexual y metodologías afectivas*. Boletín de Arte, n.º 37, Departamento de Historia del Arte, Universidad de Málaga, 2016, pp. 23-34, ISSN: 0211-8483; PALACIO, Ariadna Torres, *El papel del psicólogo en Casa Xochiquetzal: un análisis de su función en un asilo de prostitutas de la tercera edad en la Ciudad de México*. Facultad de Estudios Superiores Iztacala, UNAM, Tesis y cosechado

impede boa parte das profissionais do sexo de trabalharem. E por fim, a entrevista é finalizada com a evidência do orgulho de ser trabalhadora sexual que ambas as mulheres – entrevistada e entrevistadora – deixam transparecer com dignidade e esforço de revalorização.

“Kelly”

Diversamente do que foi apresentado por Neila, com sentimentos de orgulho e autoconfiança, na quarta etapa do documentário, a entrevista segue na praça da Matriz com a entrevistada Kelly, que não mostra o rosto e responde às questões com frases curtas e muita timidez. Nessa entrevista, Leila, a entrevistadora, acaba falando mais, pois necessitava explicitar certos temas à entrevistada, como, por exemplo, o da legalização da profissão.

Entrevistadora: Como é teu nome? Teu nome que você usa aqui na Matriz?

K: Kelly.

E: Kelly, quanto tempo tu já tá fazendo programa? Que tu vive da profissão.

K: 9 meses.

E: Quantos filhos tu tem Kelly?

K: Um.

E: Só tem um. Como tu chegou na Matriz, como que tu veio, quem te indicou?

K: Uma amiga.

E: Uma amiga te indicou pra cá, né? O que tu acha da legalização da profissão? Se caso a gente tivesse uma oportunidade de sermos legalizadas pra termos o direito que todos os trabalhadores tem, que a gente trabalha do mesmo jeito, porque a gente paga impostos, a gente gasta dinheiro de transporte, a gente tem alimentação. Você consegue tirar o dinheiro pra sobreviver, pra criar teu filho daqui da praça?

K: Não.

E: Não? Você tem outra fonte de renda fora essa?

K: Não.

E: Então quer dizer que no momento tu tá segurando a situação financeira da tua casa só com o dinheiro daqui?

K: Isso. (grifos meus)

Percebe-se que a forma de Kelly responder com poucas palavras deixa a entrevistadora aparentemente nervosa, quando a mesma acaba por repetir as repostas da entrevistada para reforçar o áudio do vídeo, já que Kelly decide por não mostrar o rosto.

Nesse ponto, faz-se necessário reiterar algumas pontuações sobre o “estigma de prostituta”, e como este afeta diretamente na vida dessas trabalhadoras. A antropóloga Dolores Juliano⁴³⁴ em entrevista para uma revista acadêmica, acredita que a estigmatização de prostitutas é grande e enfatiza que a tendência é aumentar cada vez mais. Isto se dá em razão de estar em disputa um modelo de gênero tradicional.

A autora compreende que a estigmatização de trabalhadoras do sexo é um recado social para as mulheres e moças jovens que não exercem a prostituição. Esse modelo ideal é algo que pouco retribui e exige sacrifícios de todas as mulheres. Contudo, o recado é: se você não atende a esse modelo tradicional, o outro lado é bem pior. A estigmatização da prostituição é uma ação de controle social direcionada não apenas às mulheres que trabalham com sexo, mas principalmente as que não trabalham.

A antropóloga complementa que não se trata apenas da luta de uma minoria, mas, sobretudo, uma maneira de se posicionar em favor de que todos os seres humanos possam vivenciar suas sexualidades da forma que queiram, e isto pode ser possibilitado debatendo sobre a questão da estigmatização dos grupos mais marcados pela exclusão social.

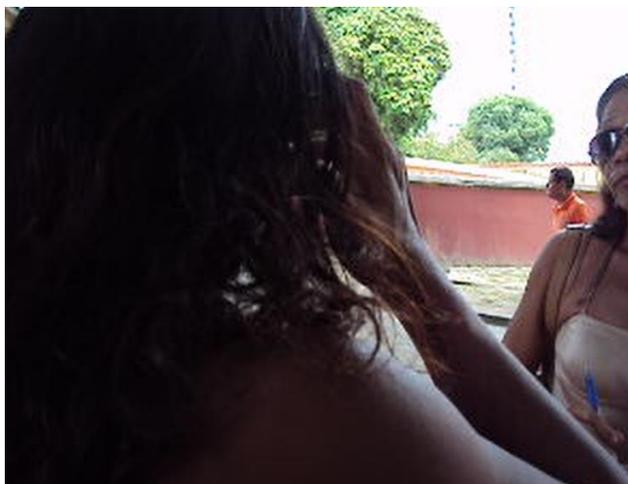


Imagem 24: Cena 7, Kelly sendo entrevistada na praça da Matriz. No momento em que a entrevistadora pergunta sobre a legalização da profissão, a entrevistada mostra confusão coçando a cabeça e perguntando sobre o que se tratava. Disponível no Acervo da Associação As Amazonas, na pasta Documentário, 2009.

⁴³⁴ PRZYBYSZ, Juliana. *Mulheres Especialmente Marginalizadas: Uma Entrevista com Dolores Juliano*. Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 155 - 165, jan. / jul. 2016, pp. 159-160.

E: Tá. E aí, o que você acha da legalização da profissão?

K: Como que é legalizar?

E: Como que é legalizar? Legalizar é a gente ter carteira assinada, a gente ter todos os direitos do INSS, todos os direitos que os trabalhadores tem, né, o trabalhador normal tem. Porque, tipo assim, deixa eu te explicar, se caso [...] acontecer de você adoecer, alguma coisa que você precise do INSS, como nós não temos, nós não somos legalizadas, nós não temos esse direito. Mas a partir do momento que legalizarem a profissão no Estado ou no país, aí a gente vai ter, porquê? Por que a gente vai ter direito ao INSS e tudo mais, cê tá entendendo? Por isso que a legalização da profissão das profissionais do sexo é tão importante pra gente. O que você acha do assunto?

K: Ia ser bom, né? (grifos meus)

No contexto da entrevista foi utilizado o termo “legalizar a profissão”, e com isto, se quer dizer “regulamentar”, pois como já tem sido evidenciado ao longo deste trabalho, ficou perceptível que a prostituição não é proibida no Brasil, mesmo com todas as problemáticas e contradições elencadas na legislação brasileira, não é ilegal se prostituir. E o que primordialmente se pauta nos movimentos sociais de prostitutas, é a regulamentação da profissão.

É importante destacar a compreensão que a trabalhadora que realiza a entrevista possui acerca da temática da regulamentação da prostituição. No intuito de esclarecer a entrevistada sobre a temática desconhecida para ela, Leila atribui elementos como carteira assinada e os direitos que os outros trabalhadores possuem, como a previdência social e auxílio doença.

A Associação As Amazonas era o principal veículo de acessibilidade entre os projetos sociais e as trabalhadoras do sexo do centro da Cidade. E percebe-se mais um rastro dos serviços básicos que foram intermediados pela instituição para que chegasse às trabalhadoras, que vão da entrega dos kits de preservativos aos serviços de emissão de documentos de identidade e exames médicos.

E: O que você tem a dizer da Associação que cuida dos direitos de vocês? Tipo da camisinha, encaminha pra lá, encaminha pra cá, resolve um [...] outro ali, outro aqui. O que você tem a dizer sobre isso?

K: Acho que é uma boa ajuda né, [...] pra ajudar a gente [...] principalmente eu não tenho os documentos e já tiraram o meu registro, tô esperando só chegar né.

E: Quer dizer que você não tinha documento nenhum, a Associação te encaminhou, você já tá conseguindo tirar teus documentos?

K: Já.

E: Tá muito bom. E você imagine, a gente é só uma gotinha nesse riozão aí que é o Amazonas, né. Se a gente tivesse [...] se nós nos unirmos mais

e mais, e fazemos com que a profissão realmente seja legalizada, nós vamos ter mil e um benefícios. Você sabe que o nosso encontro vai ser no dia 13, a gente espera todo mundo lá, que é pra gente sentar e conversar sobre esse assunto, tá? Muito obrigada. (grifos meus)

No final da gravação, Ana lembra Leila de perguntar se a entrevistada tinha orgulho da profissão. Sua resposta negativa reitera o não estranhamento acerca da escolha de Kelly não mostrar o rosto. Certamente, o estigma de prostituta pesa mais na vida de mulheres que não aceitam a sua profissão, tem vergonha e medo de assumir o que fazem, nesse caso é o peso do estigma que reforça que essas mulheres devam permanecer escondidas no anonimato das *zonas*.

Ana: Pergunta dela se ela tem orgulho da profissão.

E: Você tem orgulho da sua profissão?

K: Não.

E: Não? Tá ok. Mas, mesmo você não tendo da sua profissão, você não é contra?

K: Não.

E: Obrigada minha linda, tenha um bom dia. (grifos meus)

“Eduarda e Sheila”

Por fim, a quinta parte das entrevistas é realizada com duas narradoras, Eduarda e Sheila, em conversa registrada no complexo da praça da Matriz.



Imagem 25: Cena 8, as narradoras da quinta parte do documentário, na praça da Matriz. Fonte: Acervo da Associação As Amazonas, pasta Documentário, 2009.

As gravações foram iniciadas com a entrevista de Eduarda, que foi rápida e direta em suas respostas. Nesse caso, a conversa foi direcionada para as perguntas sobre o atendimento da Associação para com as trabalhadoras e também para a violência durante do trabalho.

Iniciando a entrevista como de praxe, sobre o nome que utiliza na praça, se tem filhos, se possui outra renda financeira fora o trabalho sexual, apesar das poucas palavras de Eduarda, o estigma mais uma vez é ponto de destaque nessa entrevista.

Entrevistadora: Qual o teu nome? O nome que tu usa aqui na praça?

Entrevistada: Eduarda.

Entrev.: Eduarda, quantos filhos tu tem?

Eduarda: Um casal.

E: Eduarda, tu tem outra renda fora essa de profissional do sexo?

Eduarda: Não.

E: Tu sobrevive, cria e educa teus filhos com o dinheiro daqui.

Eduarda: “Arram” (balançando a cabeça positivamente)

E: Me diz uma coisa, como é pra ti lá no bairro que tu mora ser uma profissional do sexo? O pessoal te discrimina?

Eduarda: Não, ninguém sabe.

E: Ninguém sabe, né? Mas assim, tu acha que existe algum tipo de discriminação?

Eduarda: Algumas sim, outras não.

E: Quê que tu acha da Associação que dá apoio pra vocês?

Eduarda: Eu acho bom, né? É bom pra gente.

E: O pessoal entrega preservativo direitinho? Identifica vocês que procuram? Encaminham vocês?

Eduarda: Aham, tudo isso.

Ana: Violência.

E: E a violência? (...) já aconteceu algum tipo de violência contigo dentro do quarto, fora dele?

Eduarda: Não, graças a Deus que não.

Ana: Agradece e passa pra outra. (grifos meus)

Percebe-se novamente a necessidade de a trabalhadora manter a sua ocupação em segredo de seus familiares e vizinhos, e exercer o trabalho longe de sua residência, motivo pelo qual a maioria das trabalhadoras se deslocam de seus bairros mais longínquos para realizar o trabalho sexual no centro da cidade, longe dos olhares inquisidores das outras pessoas, como tem sido demonstrado nos capítulos anteriores. Mais uma evidência de como o estigma afeta a vida dessas mulheres e as empurram para a solidão e clandestinidade.

Nesta parte a conversa se preenche de sentidos não explicitados, e Eduarda responde às perguntas apenas balançando a cabeça positivamente ou com “aham”, certa

tensão e até um pouco de pressa em terminar a entrevista sinalizados pela maneira como segura uma garrafa de água em sua mão, apertando-a repetidamente durante a entrevista.

Lembrando que a praça é o lugar de trabalho dessas mulheres, logo o tempo disponibilizado para entrevista pode significar uma espera nos ganhos, e até pode justificar um pouco da pressa sinalizada pela entrevistada, “tempo é dinheiro”.



Imagem 26: Cena 9, Eduarda sendo entrevistada na praça da Matriz. Seta verde indica um possível cliente que caminhava pela praça à procura de alguma trabalhadora do sexo. Fonte: Acervo da Associação As Amazonas, na pasta Documentário, 2009.

Seguindo para o fim da primeira parte da entrevista, nota-se que Ana realmente ocupava o papel de diretora e cinegrafista. A Coordenadora Geral da instituição se encarrega de dar as coordenadas quanto ao roteiro das entrevistas e ângulos das tomadas de cena. Assim, como nas outras cenas, as coordenadas de Ana ficaram registradas em áudio. No final da entrevista de Eduarda, Ana sinaliza para concluir com os agradecimentos e seguir para a próxima entrevista.

Na segunda parte dessa última entrevista, ainda é possível perceber o mesmo homem ainda observando em volta, e inclusive observando a atividade de entrevista. No outro extremo, no sentido esquerdo da imagem, outro homem compartilhava da mesma linguagem corporal do primeiro (de roupa preta), olhando para todos os lados. Com ajuda de um *zoom* para facilitar a aproximação da imagem, observa-se uma mulher se aproximando discretamente, ambos conversam sem se entre olharem, logo depois ela vira em sua direção, e lentamente segue outro rumo. Aparentemente não chegam a um acordo, pois o homem permanece no local.



Imagem 27: Cena 10, as setas verdes indicam os homens que se comportavam de forma semelhante. Na esquerda, um homem dialoga com uma trabalhadora sexual, e, do lado direito, outro observa a gravação, evidenciando movimento intenso na região. Fonte: Acervo da Associação As Amazonas, na pasta Documentário, 2009.

A entrevista é iniciada de forma um pouco atrapalhada. Leila se confunde entre perguntar sobre o local de trabalho da moça ou seu nome, possivelmente um sinal de cansaço, pois as gravações foram feitas em apenas um dia.

A última narradora é Sheila. Ela trabalhava em boate como stripper e estava recentemente trabalhando na praça da Matriz, pois, conforme diz, havia enjoado de dançar. De todo modo, Sheila ainda esclarece sobre cenário de desvantagens que vivenciava em seu antigo trabalho.

Entrevistadora: Bom, nossa amiga aqui é novata na área, tem pouco tempo de Matriz, mas já tem um bocado de ano na profissão. **Fora a praça da Matriz, qual o outro lugar que você costuma ir? Como é teu nome?**

Entrevistada: Sheila.

E: Sheila, como é que é fora da Matriz? Assim... você faz programa em outro lugar?

S: Não, agora só tô fazendo aqui. Eu trabalhava em boate aí eu parei, agora só tô trabalhando aqui na praça. (grifos meus)

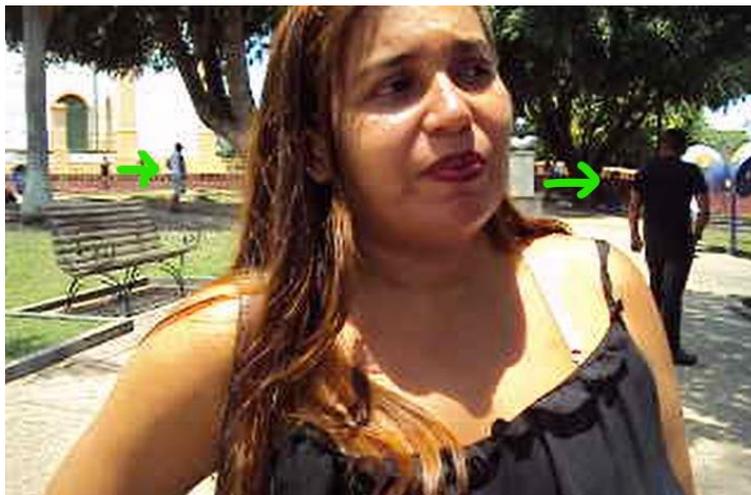


Imagem 28: Cena 10, Entrevista de Sheila. Nas setas verdes, frequentadores da praça. Fonte: Acervo da Associação As Amazonas, na pasta Documentário, 2009.

Inevitavelmente, o documentário fornece rastros sobre a dinâmica daquele espaço. Evidentemente, é possível perceber pessoas que apenas transitam pela praça da Matriz, seja a caminho do trabalho, do ponto de ônibus etc, e aquelas pessoas que vão até a praça à procura de um programa, pois já conhecem o movimento de trabalhadoras sexuais na região. Por isso a presença desses homens não causa estranhamento.

E: Por que que tu trocou da boate pra praça?

S: Porque eu enjoei de dançar.

E: Você era stripper?

S: É, eu era stripper.

E: Me diz uma coisa, no mundo das stripper, que é um pouco diferente das meninas da praça, qual é as condições que os donos de casa dão pra vocês trabalhar? Eles dão condição, dão alimentação?

S: Não, isso daí é...

E: Por exemplo, acabou o show, terminou a casa, você não fez programa, como é que tu faz pra ir pra tua casa?

S: A gente vai fiado, pega mototáxi fiado.

E: Quer dizer que ele não dá condução?

S: Não dá.

E: E alimentação?

S: Também não. Isso daí é por conta da gente mesmo.

Ana: Mora alugado?

E: Você mora alugado?

S: Moro.

E: Quantos filhos você tem?

S: Cinco.

E: Você ganha dinheiro só sendo profissional do sexo? É a tua única fonte de renda?

S: É, sou separada.

E: É? E o teu marido tá comparecendo com pensão alimentícia?

S: Tá, ele ajuda.

E: Ele ajuda né? Que bom que ele ajuda. Bom Sheila, muito obrigada pelo teu tempo. **E eu quero enfatizar pra vocês que o documentário que a gente tá fazendo é sobre as profissionais do sexo da Matriz, tudo que acontece com elas. Chega de google, agora vamo pro real. (grifos meus)**

Finalizando, Sheila responde às questões propostas sobre moradia e filhos, e a entrevista é finalizada. A câmera é direcionada para a entrevistadora, que no intuito de finalizar os registros, enfatiza que o documentário pretende abordar a realidade das trabalhadoras do sexo da praça da Matriz, e lembra que para conhecer mais sobre essas trabalhadoras é necessário conhecer seus movimentos, suas pautas e, sobretudo, ouvir o que essas trabalhadoras têm a reivindicar.

A praça da Matriz é um múltiplo espaço de encontros e desencontros, de trânsito e permanência, de passeio para uns e trabalho para outros.

No documentário analisado, é notório que nenhuma das trabalhadoras envolvidas eram brancas, e isto tem muito significado no que tange a luta histórica de mulheres negras, indígenas e não brancas. Como afirmou Angela Davis⁴³⁵, nós, historiadoras feministas do século XXI, não podemos ignorar as importantes contribuições das mulheres afro-americanas como líderes e militantes em seus movimentos em sua maioria pertencentes a minorias étnicas.

Portanto, se faz cada vez mais urgente revalorizar movimentos sociais minoritários. A Associação de trabalhadoras sexuais de Manaus era composta em sua maioria por mulheres pobres não brancas, mas que fizeram parte de um coletivo de lutas políticas e que devem ter suas experiências valorizadas.

Trabalhadoras do sexo disputando o pleito eleitoral

É sabido que a História é um campo fértil de forças em disputas contínuas. Assim como os movimentos sociais em geral evidenciam disputas entre grupos por visibilidade, pela ocupação de determinados espaços e também pela construção de políticas públicas efetivas. Com os movimentos sociais de trabalhadoras do sexo não seria diferente. O que tem sido apresentado ao longo deste trabalho reflete esse campo fértil de disputas políticas enfrentadas por essas mulheres.

⁴³⁵ DAVIS, Angela. Mulheres, cultura e política [Versão digital]. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

Algumas autoras têm se dedicado a estudar o processo de emancipação feminina na educação, pela ocupação nos espaços públicos e também na vida política disputando cargos políticos. No âmbito da historiografia amazonense, a historiadora Luciane Dantas Campos⁴³⁶ em sua Dissertação de Mestrado constatou que a passagem da “mulher do lar” para o espaço público não era vista com bons olhos na sociedade do início do século XX, que percebia a inserção das mulheres na vida pública como afronta à moral e aos bons costumes.

Percebe-se a evidente tentativa de confinamento das mulheres no espaço privado do lar, e às mulheres que escapavam deste padrão eram encaixadas do outro lado do espaço público: às zonas de prostituição e uma vida cercada de estigmas e perseguições.

O patriarcado possui ligação direta com a construção dos espaços políticos como hegemonicamente masculinos, pois foram criados por homens e para os homens, tornando assim a inserção das mulheres - não apenas no poder de voto, mas também nas disputas eleitorais - mais tardia.

Como demonstrou Ivanilce Chagas⁴³⁷ em sua dissertação de Mestrado, a escassa participação feminina na política não se restringe ao Amazonas, nacionalmente e até mundialmente as mulheres ainda são minoria no pleito, e ainda no Brasil as mulheres são maioria das votantes representando 52% do eleitorado brasileiro.

A autora aponta que em 1995 foi instaurada uma medida que propunha mudar este cenário, tratava-se da cota para candidatas vereadoras, deputadas estaduais e federais. Os partidos e coligações eram obrigados a destinar 20% das candidaturas para mulheres. Antes disto, a Organização Das Nações Unidas – ONU realizou uma importante conferência para tratar das desigualdades políticas entre homens e mulheres, e em 1997 as candidaturas femininas cresceram de 20% para 30%, uma mudança ainda tímida, pois alguns partidos entenderam que deveriam reservar as vagas e não necessariamente preenchê-las, dando assim espaço para as candidaturas “laranjas”, nas quais a candidata é lançada mas não se busca arrecadar votos para elegê-la, a grande problemática para a

⁴³⁶ CAMPOS, Luciane Maria Dantas. *Trabalho e Emancipação: Um olhar sobre as mulheres de Manaus (1890-1940)*. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Amazonas. Manaus: 2010. 206 fls.

⁴³⁷ CHAGAS, Ivanilce Nogueira. *Participação feminina na política: mulheres, poder e patriarcalismo no Amazonas*. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas. Manaus: 2016. 140 fls, pp. 40-44.

candidaturas de mulheres mora dentro dos próprios partidos que em sua maioria são dirigidos por homens.

Um estudo recente⁴³⁸ sobre a participação das mulheres na política revelou que o Brasil atualmente possui uma média de 9,9% de participação feminina nos parlamentos, sendo ocupado o lugar de 115ª colocação entre 138 países. O estudo ainda evidencia que do início de 1990 ao final de 2016 a participação feminina nos parlamentos aumentou 87%, mudando a porcentagem de 5,3% para 9,9%. Também não se pode negar a relevância em termos de representatividade ter em 2010 a primeira mulher eleita presidente do Brasil, Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores.

Com o advento dos movimentos sociais de prostitutas, estas não aceitaram mais os espaços a elas antes atribuídos: a escuridão das ruas e o silêncio. Desde eventos intitulados “é preciso falar, mulher da vida!” ou “sem vergonha garota, você tem profissão”, afirmam consignas que buscam construir novos valores para as vidas e para as lutas dessas mulheres. Elas não aceitaram mais o lugar do silêncio a elas historicamente atribuídos.

No que tange as pesquisas sobre as disputas políticas de mulheres trabalhadoras do sexo para cargos públicos ainda são tímidas, porém considera-se que a temática representa um campo próspero para futuras pesquisas. Este é ponto central para os debates a seguir.

Gabriela Leite, trabalhadora do sexo, militante e uma das fundadoras da Rede Brasileira de prostitutas no ano de 2010 se candidatou ao cargo de Deputada Federal com o slogan “Putá deputada” pelo partido verde – PV, mas não foi eleita⁴³⁹. Como se ver no rodapé da imagem abaixo.

⁴³⁸ FERNANDES, Aryel. *Mulheres na política: A luta por representação*. Trabalho de Conclusão de Curso em Jornalismo. FIAM-FIAAM Centro Universitário, São Paulo: 2017. 80fls, pp. 13-17.

⁴³⁹ O documentário “*Um beijo para Gabriela*” acompanhou um pouco do processo de candidatura de Gabriela Leite em 2010. O material audiovisual foi publicado em 2013, e dirigido por Laura Murray. Disponível em: acervo pessoal e pela URL: <https://www.youtube.com/watch?v=pXl46Fc1J9g>.



Imagem 29: Convite para o lançamento da campanha de Gabriela Leite em 2010, logo abaixo o slogan “Gabriela Leite, uma puta deputada”. Fonte: Rede Brasileira de Prostitutas.

Contudo, é importante destacar que a candidatura de Gabriela Leite levantou a bandeira das trabalhadoras sexuais. Não era nada convencional uma candidatura feminina tampouco uma candidatura feminina levantando a bandeira dos direitos das trabalhadoras sexuais. Portanto, destaca-se um papel importante na representatividade política dessas trabalhadoras, enquanto sujeitos de direitos.

É conhecido que mulheres desde o final do século XIX levantaram luta para defender seus direitos políticos, conquistas possibilitadas por meio do sufrágio feminino, conforme apontam as historiadoras Maria Ligia Prado e Stella Scatena Franco ⁴⁴⁰. Contudo, as mulheres trabalhadoras do sexo costumaram ser colocadas a margem destas questões de disputas políticas.

Percebe-se a candidatura de Gabriela Leite um marco importante para o enfrentamento de mulheres prostitutas na vida política, “mostrar a cara” - como se fala popularmente. E mais que isso, sua candidatura mostrou para outras mulheres trabalhadoras sexuais a possibilidade de também disputarem eleições.

No Amazonas, do lado oposto de Gabriela Leite, está Francisca Coroca, trabalhadora do sexo no Município de Manacapuru⁴⁴¹, foi candidata ao cargo de vereadora no ano de 2016, pelo Partido Democrático Trabalhista - PDT e foi eleita. Coroca – como

⁴⁴⁰ PRADO, Maria Ligia; FRANCO, Stella Scatena. *Participação feminina no debate público brasileiro*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2016.

⁴⁴¹ Manacapuru está localizada na região metropolitana de Manaus, é a quarta cidade mais populosa do Estado do Amazonas com aproximadamente 99,613 habitantes segundo o IBGE. Para mais dados: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/manacapuru>.

era conhecida no município – não se candidatou ao cargo, e sim foi inscrita como uma forma de protesto por seus colegas taxistas e mototaxistas insatisfeitos e descrentes dos mesmos candidatos e promessas.

Com o lema “Por insatisfação e revolta, vote Coroca!”, a candidatura foi uma forma de protesto coletivo que culminou no quarto lugar entre os candidatos mais votados e entre as mulheres candidatas foi a mais votada.⁴⁴² Contudo, Francisca Coroca não levantou a bandeira do trabalho sexual, e após ser eleita, abandonou o passado de prostituta e se negava⁴⁴³ a falar sobre seu trabalho anterior.

O que se pode perceber, é que a eleição de Coroca foi uma oportunidade de mudança de vida e de largar o trabalho sexual. A vergonha de seu passado é uma característica percebida não apenas nas notícias dos jornais, mas na recusa da própria Coroca em não aceitar falar sobre sua vida no trabalho sexual e no desinteresse em construir políticas que alcançassem outras trabalhadoras.

Após sua eleição, o jornal A Crítica realizou uma entrevista com os pais de Coroca, na qual os mesmos manifestaram a surpresa e alegria pela oportunidade de sua filha mudar de vida. Seu Manoel falou sobre o trabalho de Coroca como um problema já superado, pois dali em diante se tornara uma vereadora.

"Jesus disse, 'atire a primeira pedra quem não tem pecado'. A minha filha teve esse problema, mas ela já superou isso. E eu digo aos nossos amigos vereadores, que se elegeram, que ao invés de atirar pedra, que façam projetos para o nosso povo que tanto precisa de ajuda".⁴⁴⁴

Como tem sido evidenciado neste trabalho, não se pode simplesmente cristalizar as mulheres em sua grande diversidade de vidas e experiências em uma categoria única de “mulher”. Assim como não se pode cristalizar a categoria de prostituta e reproduzir o discurso que todas as mulheres são vítimas, são tristes e infelizes por serem quem são. Aqui, leva-se em consideração a multiplicidade de mulheres que trabalham com sexo,

⁴⁴² A Crítica. Interior do Amazonas. *Prostituta Francisca Coroca é a vereadora mais votada em Manacapuru (AM)*. Disponível em: <https://www.acritica.com/channels/eleicoes-2016/news/prostituta-francisca-coroca-e-a-vereadora-mais-votada-em-manacapuru>. Acesso em: 03/12/2019.

⁴⁴³ Várias tentativas de contato com Francisca Coroca foram feitas com sua assessoria, todas sem resultados positivos. A Associação As Amazonas tentou agendar visitas no município de Manacapuru para diálogo e articulação política, porém nunca foi de interesse da vereadora.

⁴⁴⁴ A Crítica [Versão digital]. *Saiba quem é Coroca, a ex-prostituta que virou vereadora em Manacapuru (AM)*. Eleições 2016. Disponível em: <https://www.acritica.com/channels/eleicoes-2016/news/saiba-quem-e-coroca-a-ex-prostituta-que-vice-vereadora-em-manacapuru-2/10>. Acesso em: 03/12/2019.

gostam e se orgulham disso, assim como existem as mulheres que não se veem como trabalhadoras e buscam a oportunidade de largar o trabalho o quanto antes. Talvez, este fosse o caso de Coroca.

O estigma, o patriarcado, o preconceito e o machismo podem ser elencados como os grandes problemas que levam a vergonha em ser prostituta – para as mulheres e suas famílias. Algumas delas conseguiram ultrapassar esse obstáculo com a ajuda dos movimentos sociais, das Associações ou até de suas próprias companheiras de trabalho. Porém não é uma regra entre a categoria de trabalhadoras sexuais, por esse motivo não devemos cristalizar as mulheres prostitutas.

Após as eleições de 3 de outubro de 2016, Coroca foi notícia em vários jornais da cidade de Manaus, entre eles: A Crítica, Maskate e Manaus hoje – o primeiro de maior circulação e os dois últimos jornais de menor custo de acesso mais popular. Como é possível perceber na capa do jornal “Manaus Hoje” abaixo, Coroca com um chapéu praiano e um vestido de botão de cor sóbria.

É inegável o tom desrespeitoso do jornal que aproveitou os duplos sentidos e as piadas camufladas de notícia. Ao lado de sua foto, foram elencadas algumas pontuações do jornal. E perceptivelmente são escritas de forma jocosa, em sentido cômico para com a vida de prostituta em Manacapuru. Segundo o jornal: *“ela tem a chance não apenas de mudar de vida, mas de provar que a política não precisa ser uma atividade para quem gosta de vida fácil.”*



Imagem 30: Capa do Jornal Manaus Hoje, terça-feira 4 de outubro de 2016, nº2443, ano 9. Fonte: Jornal Manaus Hoje. Acesso em: 05/2019.

Na página 8 do impresso, a notícia foi intitulada como “*‘Coroca’ já tem nova vida*”, na qual a mesma é estampada com sorriso no rosto e coberta com um cordão de plumas cor de rosa. No jornal foi apontado um projeto da vereadora de melhoria do cais da cidade, lugar ao qual era utilizado como espaço de trabalho sexual. Porém, este foi o único vestígio encontrado de projetos apontados pela vereadora.

No portal do PDT⁴⁴⁵ – partido que coroca foi filiada – se construiu uma bela narrativa de apoio dado pelo partido para sua candidatura. Um tanto quanto contraditória, pois é sabido das tratativas que mulheres prostitutas geralmente têm por parte de alguns setores da sociedade. É fácil, depois de eleita o partido se colocar como apoiador.

Coroca foi vereadora de 2017 a 2020, tentou reeleição sem êxito, e infelizmente no dia 17 de janeiro de 2021, faleceu em decorrência de uma parada cardiorrespiratória. Como foi mencionado, contatos foram feitos com a assessoria de Coroca, porém, não houve o interesse da vereadora em me atender enquanto pesquisadora, e nem em atender a Associação As Amazonas para fortalecimento de laços políticos.

Já em Manaus nas eleições de 2018, Ana também passou por sua experiência de disputar um cargo político, este de Deputada Estadual, pelo Partido da Mobilização Nacional – PMN. Ana não foi eleita, mas a disputa marcou profundamente sua vida e sua percepção sobre o fazer político que observou a sua volta com a experiência de candidatura.

⁴⁴⁵ PDT 12 Nacional, 10 de outubro de 2016. *Ex-prostituta é vereadora mais votada pelo PDT em Manacapuru (AM)*. Disponível em: <https://www.pdt.org.br/index.php/ex-prostituta-e-vereadora-mais-votada-pelo-pdt-em-manacapuru-am/>. Acesso em: 03/12/2019.



Imagem 31: Card de candidatura ao cargo de Deputada Estadual, Ana Santos. Eleições 2018. Fonte: TSE e acervo pessoal.

Ana esteve na gestão da Associação do início na fundação em 2008, até o fechamento da instituição em 2019, nesses anos de trabalho conheceu muitas pessoas, se articulou politicamente, ou seja, é evidente que Ana já fazia política muito antes de se candidatar.

A compreensão de que para ser política precisa enganar as pessoas é bem viva nas narrativas de Ana. E ao ser questionada se estaria disposta a se candidatar novamente, sua resposta é negativa, pois afirma que viu muitas atitudes corruptas que alguns candidatos se dispõem para tentar ganhar mais votos.

Quero não, todo motivo de eu não me candidatar mais, não é...não é porque eu não tenha coragem, não é porque eu não consiga voto, é porque eu não tenho duas caras. Mana eu fui lá dentro pra poder conhecer né, a pessoa pra ser político tem que ter muitas caras, tem que mentir, tem que enganar [...] vixe maria eu não entro nessa de jeito nenhum, tô fora, tô fora mesmo⁴⁴⁶.

As candidaturas possuem motivações e objetivos a serem atingidos, seja dar visibilidade política para a categoria de trabalhadoras sexuais, como o caso apresentado na candidatura de Gabriela Leite na cidade do Rio de Janeiro. Ou seja, como forma de protesto ou até obter uma melhoria de vida para si mesma, como no caso da vereadora Coroca em Manacapuru.

Com a candidatura de Ana não poderia ser diferente, e os principais motivadores para a sua disputa foi a desilusão com os candidatos e candidatas que só procuravam a

⁴⁴⁶ Entrevista com Ana em 3 de novembro de 2019, em sua residência.

Associação em período de disputa eleitoral, para angariar votos e depois disso fechar as portas na cara das trabalhadoras do sexo.

(Já pediram votos na associação?) pediram voto, a própria Otalina Aleixo conseguiu um monte de voto pra ela, ela se elegeu e fez o que fez ... mas é... mulher odeia prostituta, acho que tem medo de perder o marido dela, sabe que prostituta pega mesmo né (risos) aí é por isso que as próprias vereadoras ou deputadas, sei lá que diabo for não abraça a causa por causa disso [...] O Willys, no começo eu até que apoiava ele, mas ele parece que não...o movimento de prostituta ele não abraçou muito a causa não. [...] eu senti que ele não...não fez muito porque não quis.⁴⁴⁷

Vale lembrar que Ana discorre acerca de suas experiências em determinado partido político, e não se pretende aqui generalizar e atribuir esta crítica a um todo. Contudo, as críticas de Ana são enfatizadas com o seu tom de voz, que ao mesmo tempo expressara revolta e tristeza sobre as experiências que viveu.

Ana revela que foi procurada por um conhecido filiado ao PMN por ter conhecimento de seu trabalho na Associação de prostitutas, contudo a decepção em Ana consistiu no não apoio à sua candidatura, tendo que correr atrás praticamente de tudo sozinha, afirmando que se não corresse atrás nem santinho iria receber. Porém, as propostas indecorosas também foram apontadas pela entrevistada, que narrou com um tom de revolta e receio ao mesmo tempo.

Mesmo com 64 votos, Ana manifestou que foram votos conquistados no diálogo e não na mentira e mesmo não ganhando a eleição se mostrou satisfeita em ter tido essa experiência, apesar de manifestar que não se candidataria novamente.

Porque eu já tava escaldada com esse bando de político mentiroso, falso. Aí eu queria ir lá dentro pra mim ver como é. E é maninha... a pilantragem maior tá dentro da política e dentro de partido. É um bando de urubu em cima do que tiver. E tem mais uma coisa, pode ser teu melhor amigo, nem atenção pra ti, te vira! Eu dou meu jeito, cada um dá seu jeito [...] o lugar que eu achei mais cheio de pilantragem foi dentro da política, eu fui lá mesmo pra conhecer [...] eu digo, deus me livre, do jeito que eu sou, eu quero ser uma pessoa direita. Quero ser não, eu sou uma pessoa honesta, eu quero as coisas tudo direta. Vão me matar, eu só pensei nisso, de repente eu [...] me candidato pra ser política, uma vereadora ou deputada estadual, vão me matar maninha, porque eu vou andar na linha, eu ia andar na linha, aí os urubus né, vão me matar. Eu não quero mais isso não, eu morro de medo de morrer, quero nada. Infelizmente é assim, infelizmente. O cara chegou comigo,

⁴⁴⁷ Entrevista com Ana em 22 de dezembro de 2019, em sua residência.

um candidato também, ele disse mesmo assim: “tu me ajuda a me eleger que eu te arranjo um cargo dentro do meu gabinete, não vai ser preciso nem tu ir lá, tu só vai lá pra receber teu dinheiro”. Olha a proposta, pra ti ver como eles são sujos. “Ah, eu vou pensar” [...] quero nada, eu já fui atrás de muito político e só recebia resposta dessa forma...não quero nada. [...] a pessoa pra entrar pra política tem que ser mentiroso, tem que ser bandido, tem que ter várias caras, eu não tenho isso, eu não gosto dessas coisas, aí não serve pra mim. Vai ficar pra história? vai, 64 votos vai ficar na história, mas nem pensar mais em política, eu já fui convidada [...] lá do próprio partido mesmo, não, não quero não, quero nada, quero nada disso não, eu quero é ter sossego.⁴⁴⁸

Conheci Ana em um evento chamado “arte, rock e putaria” no ano de 2013, evento no qual contou com o apoio da Associação As Amazonas, o contato foi breve e com o som amplificado a conversa não rendeu muito, mas me comprometi em visitar a sede da instituição. Durante as visitas posteriores foi possível perceber que além de Ana, apenas Baiana ainda ajudava nas atividades que Associação realizava, sendo os encontros municipais e as ações de prevenção, atividades que eram possibilitadas através das secretarias municipais e estaduais de ISTs/Aids com um bom carregamento de preservativos masculinos, femininos e sachês de gel lubrificantes.

Daizyenne Santos⁴⁴⁹ constatou em seu trabalho de dissertação que as trabalhadoras mais velhas eram mais participativas que as mais novas nas atividades da Associação, como eventos e reuniões. A autora enfatiza que em alguns momentos é percebida uma lacuna entre as trabalhadoras da região e a instituição, em alguns casos ficando a cargo da própria profissional correr atrás de alguns de seus direitos independentemente do que fizesse a Associação. Não existia uma relação tão próxima entre as trabalhadoras, mesmo que muitas tenham se cadastrado ao longo desses anos, poucas foram as que se envolveram nas atividades da instituição.

Após alguns anos de andanças na zona de trabalho sexual no centro de Manaus - além de ser pesquisadora, fui moradora do centro por mais de 30 anos, e após conhecer a Associação passei a frequentar a sala do centro, passava tardes e mais tardes na praça Dom Pedro ou na praça da Matriz - foi possível observar que boa parte das trabalhadoras conheciam a Associação e Ana, mas não se envolviam profundamente nas atividades,

⁴⁴⁸ Entrevista com Ana em 10 de novembro de 2019, em sua residência.

⁴⁴⁹ SILVA, Daizyenne Santos. *Memórias, sociabilidades e resistências: O trabalho sexual feminino na cidade de Manaus nas décadas de 70 e 80 do século XX*. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Amazonas. Manaus: 2017. 129 fl, pp. 116-117.

essa relação acabara ficando restrita em participar de alguns encontros municipais, buscar seus kits de preservativos e ir batalhar.

Enquanto a sala de apoio do sindicato dos estivadores esteve disponível para As Amazonas, Ana manteve as portas abertas todos os dias da semana em horário comercial. Das várias tardes que passamos na Associação (eu e Ana), durante o dia algumas trabalhadoras passavam na sala para buscar preservativos, tomar água, trocar de roupa e até conversar um pouco. Algumas se inibiam com a presença de outras pessoas de fora da instituição e não alongavam suas estadias por lá.

A partir do ano de 2017 eu já estava bem mais envolvida na agenda da Associação As Amazonas e ajudava no que podia, principalmente na realização de eventos. Nessa altura Ana já estava praticamente sozinha na diretoria. Contando com a ajuda de mais dois colaboradores. Tentamos levar a agenda adiante incluindo eventos como Puta Day⁴⁵⁰ Manaus e o projeto de utilidade pública⁴⁵¹. Contudo, sem o envolvimento das demais trabalhadoras nas lutas da instituição ficava mais difícil, e visivelmente se percebia o desgaste e desânimo nos olhos de Ana, que seguia a quase 12 anos lutando “sozinha”.

Sessenta e quatro anos de idade⁴⁵², observadora, com semblante sempre sério, depois que conheci mais profundamente essa mulher compreendi o porquê de sua seriedade. Sempre teve uma vida difícil, ainda menina foi expulsa de casa por uma acusação falsa de gravidez e em pouco tempo foi levada a abandonar os estudos para garantir sua própria sobrevivência, sendo acolhida por algumas mulheres trabalhadoras do sexo, quando teve suas experiências como trabalhadora. Diz que nunca levou jeito para a profissão, reservando-lhe um lugar temporário em sua vida, mas mesmo assim teve grandes vivências, da cidade ao garimpo, este último sendo um meio de arrecadar reservas financeiras até poder sair de lá e retornar para construir sua casa e mudar de trabalho.

São tantas histórias, que Ana deseja escrever um livro e me convidou para ajudá-la, algo que estamos em construção juntas e me sinto muito honrada em podermos trocar essas experiências. Rimos e choramos juntas, aprendi a admirar a sua história e ao mesmo

⁴⁵⁰ Originalmente o evento foi batizado de Puta Dei, e foi realizado primeiramente em Belém, no Estado do Pará no ano de 2012 com o objetivo de memorar o dia 2 de junho conhecido internacionalmente como o dia das prostitutas, aos poucos as associações foram aderindo à agenda de realização do evento. Em Manaus foi aderido com o nome de Puta Day, ou seja, um “puta dia” ou um “dia de puta”.

⁴⁵¹ O primeiro projeto de utilidade pública das As Amazonas foi submetido na câmara dos vereadores de Manaus no ano de 2008 e posteriormente em 2010, ambos sendo negados. Ambos os projetos serão analisados e apresentados no capítulo seguinte.

⁴⁵² Idade de Ana em 2020.

tempo passei a compreender as motivações que a levaram a continuar na luta pela categoria de trabalhadoras do sexo mesmo sozinha. Percebe-se que quando mais necessitou de apoio, onde encontrou o desprezo da própria família, Ana encontrou abrigo na casa de algumas trabalhadoras, e mesmo o trabalho sexual não ser uma recordação boa de parte de sua vida existe gratidão e vontade de colaborar com a categoria.

Ana manteve o funcionamento da Associação por 11 anos, e o fazia com o apoio das Secretarias Estadual e Municipal de saúde responsáveis pelos grandes carregamentos de preservativos. Por mais que Ana levasse esses anos de trabalho quase sozinha, algumas atividades eram realizadas com este apoio, e com o suporte de outras Organizações parceiras.

Os encontros municipais realizados anualmente, fazendo parte da agenda da instituição de 2008 a 2017 (nos anos de 2018 e 2019 foram realizadas as respectivas edições do Puta Day Manaus e não houve encontro municipal) também era executado com o intermédio dos poderes públicos nas figuras das secretarias municipal e estadual de IST/Aids, que colaboravam com preservativos, a disponibilização de almoço para as participantes e o espaço do evento.

Vale ressaltar que nada foi dado de graça, tudo foi fruto de articulação e negociação, e estas eram feitas por Ana que corria atrás do que fosse necessário para que a agenda pudesse ser mantida. Sua militância solitária nascia com a falta de envolvimento de outras mulheres na instituição.

Mana eu acho que se for pensar bem direitinho, eu trabalhei muito durante esses 12 anos. Só eu. A secretaria financeira – por isso esses documento (sic) tão tudo aqui – por que a secretaria fi...a secretaria administrativa (confusão) que era a secretária mesmo, ela só fez assinar o documento, nunca veio um dia. A coordenadora de saúde também não veio nenhum dia [...] teve aqueles dois projetos que teve durante 12 anos teve 2 projetos, é mole? Elas apareceram, mas só pra executar o projeto, mas não sentaram na mesa aí e conferiram os documentos⁴⁵³.

Ana verbaliza a tristeza de não ter conseguido o que mais desejava para a instituição, que era uma casa que cumprisse a função de apoio para trabalhadoras do sexo, não que morassem lá, mas que em horário comercial de expediente estivesse aberta para que as trabalhadoras pudessem se alimentar, tomar banho e descansar entre um cliente e outro. Esse era um dos maiores desejos de Ana, que já havia expressado isso em outras

⁴⁵³ Entrevista com Ana em 10 de novembro de 2019, em sua residência.

conversas, que inclusive demonstrava certa tristeza por não ter conseguido o que mais almejava.

porque eu lutei muito pra ter uma casa de apoio pra botar elas, pra botar elas...que a maioria das mulheres elas tem casa, elas são independentes, mas assim, uma menina quer tomar um banho, quer tomar uma água, quer... tá com fome [...] tem uma merenda lá, tem uma sopa [...] quer descansar um pouco, tem... é uma casa de apoio, eu lutei, mas lutei com unhas e dentes pra ver se eu conseguia isso, mas não consegui, infelizmente eu não consegui, se eu tivesse conseguido elas tavam era bem, hoje em dia elas tão me cobrando, “dona Ana, cadê o preservativo?” mana vão no posto de saúde, ai já foram no posto de saúde e diz que não tem em posto de saúde. [...] ⁴⁵⁴

Além da tristeza por não conseguir realizar seus projetos na Associação e a dificuldade de encontrar colegas aliadas para unir forças na instituição, Ana ainda deparava com suas colegas cobrando os preservativos. Já no segundo semestre do ano de 2019, Ana decidiu finalizar seu encargo e depois da entrega da última remessa de preservativos o convênio com as secretarias de IST/Aids não foi renovado, após sequências de roubos a sala do Centro foi entregue e a Associação foi fechada para uma nova reformulação de gestão.

Apesar da decepção, Ana afirma ainda estar do lado do movimento, e mostra pensar que o problema do movimento de trabalhadoras sexuais é a rigidez nas ideias, beirando uma teimosia que acaba por atrasar as conquistas da categoria.

eu acho que não desgasta não, se você tiver amor, se você gostar, não, não desgasta não. Eu não me desgastei quando eu tava na frente da associação, eu não me desgastei de jeito nenhum...eu infelizmente não consegui aquilo que eu queria, mas eu não tô nada desgastada não, *eu posso tá decepcionada de muitas coisas não ter dado certo, mas desgastada eu não tô não*. Eu continuo defendendo a luta, mesmo distante, eu continuo defendendo a luta. [...] *O caso do movimento de prostitutas é que... são tão rígidos com si mesmo, todas elas que não pode abrir mão, porra se não dá certo de um jeito porque não vai de outro? Não vai prejudicar ninguém, ao contrário, vai ajudar, vai fazer a sociedade enxergar de outra forma o movimento*⁴⁵⁵.

Para Ana, é necessário dar uns passos para trás para poder avançar para frente. Nesse caso específico da fala da entrevistada, trata sobre os projetos de leis até então elaborados e que não foram levados adiante. Para Ana é preciso repensar as coisas que deram errado e partir para o que possa dar certo. E é aí que se articula a política dos

⁴⁵⁴ Entrevista com Ana em 3 de novembro de 2019, em sua residência.

⁴⁵⁵ Entrevista com Ana em 3 de novembro de 2019, em sua residência.

movimentos sociais, em reconsiderar as táticas inadequadas e construir novos caminhos, certamente um percurso sem ponto de chegada.

Capítulo V

Reconhecimento e regulamentação: uma luta pelo direito ao trabalho sexual

O que passa é que eu e muitas outras pessoas que trabalhamos no ponto de vista dos direitos das trabalhadoras sexuais pensamos que a melhor maneira de combater os delitos que se cometem no campo do trabalho sexual é dando às prostitutas um âmbito legal, no qual podem se defender, reconhecer seus direitos de realizar esta atividade ou a que queiram. Reconhecer, sobretudo, a validade dos seus depoimentos e considerá-las pessoas com capacidade de decisão e, por consequência, também com capacidade de defesa e apoiar suas reivindicações. Se for ao contrário, se usa a perspectiva de considerar que todo o âmbito da prostituição é delito e que todas as prostitutas são vítimas. Quando se recorre à proibição da prostituição, acabamos por deixar as prostitutas indefesas, já que elas não podem acusar ninguém de ter atentado contra seus direitos, sua liberdade, pois a atividade que desenvolvem é considerada criminosa. Então, com a ideia ou com o discurso de proteger as vítimas, realmente o que se faz é aumentar seu desamparo.

456

Inicia-se este capítulo com o fragmento da antropóloga Dolores Juliano, como um convite à reflexão sobre as formas de reconhecimento da cidadania das mulheres trabalhadoras do sexo. A autora lembra que oferecer um âmbito legal para as trabalhadoras do sexo é a principal forma de combater as violências que cercam os mundos do trabalho sexual.

Isto é, reconhecer o trabalho sexual nas esferas legais é reconhecer a identidade de trabalhadora dessa população e ainda reconhecer a sua agência abrindo mão assim das representações limitantes dessas mulheres como vítimas, que além de reduzir as suas experiências, reforça os estigmas.

Temos visto até aqui que as políticas de apoio dos Governos Federais à categoria prosperavam apenas no âmbito da saúde, por meio das políticas de prevenção às ISTs/AIDS, o que em certo ponto representou um avanço para as lutas dos movimentos sociais de trabalhadoras sexuais, porém era necessário mais. E veremos aqui os avanços – ou não – dos movimentos nas questões trabalhistas.

A questão da Aids, diretamente ou indiretamente, nos ajudou muito, com seus projetos locais e nacionais, fortalecimento do movimento, como Esquina da Noite, o Sem Vergonha, Amazônia Legal. E

⁴⁵⁶ JULIANO, Dolores. *Mulheres Especialmente Marginalizadas*: Uma Entrevista com Dolores Juliano. [Entrevista concedida a Juliana Przybysz] Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, pp. 155 - 165, jan. / jul. 2016.

aprendemos a fazer prevenção. A não ser o Ministério do Trabalho, com a CBO, de órgãos públicos, quem mais apoiou foi o Departamento de Aids, embora puta não tem cara de Aids, mas tem puta com Aids. E a academia e os pesquisadores também têm sido fundamentais.⁴⁵⁷

Neste fragmento acima, Lourdes Barreto enfatizava que o apoio do Ministério da Saúde para a categoria de trabalhadoras sexuais no Brasil foi importante para o fortalecimento dos movimentos e dos projetos sociais que eram executados, contudo esse atrelamento dos movimentos apenas com as questões de prevenção de ISTs pôde ter sido em parte prejudicial, pois indiretamente associava-se a cara do movimento e suas trabalhadoras às infecções sexualmente transmissíveis, atrasando assim pautas importantes como a regulamentação e demais questões voltadas para o campo trabalhista.

Como foi mostrado no capítulo anterior, a pauta da regulamentação é um dos pontos cruciais dos movimentos sociais de trabalhadoras sexuais no Brasil e no mundo. É perceptível que as tentativas de alcançar uma regulamentação no país ainda não foram bem sucedidas, mas é importante reconhecer que as investidas nos projetos de leis até então submetidos foram esforços oriundos de muita articulação política dos movimentos sociais da categoria.

Vale lembrar que os movimentos organizados que atuam diretamente nas lutas pelos direitos das trabalhadoras sexuais buscam por meio do viés da regulamentação da profissão, o reconhecimento da prostituição ser debatida e percebida no domínio dos direitos sexuais e trabalhistas, fora do eixo penal como é costumeiramente abordado, para enfim combater o estigma da criminalidade que delinea a profissão e seus trabalhadores e trabalhadoras.⁴⁵⁸

A inclusão da atividade “profissionais do sexo” na “Classificação Brasileira de Ocupações” - CBO - no ano de 2002 foi significativa para a categoria, mas como bem lembrava a historiadora Maria do Rosário Peixoto, o trem não possui um fim da linha, e se a luta não continua os direitos podem ser suprimidos, um vestígio disto é a tentativa de retirada da atividade da CBO, assim como existem outras políticas de retrocessos que pretendem subtrair as conquistas dos movimentos de trabalhadoras sexuais.

⁴⁵⁷ *Beijo da rua*. Ano 28, num. 2, dezembro de 2017, pp. 9-10. Título: *o maior projeto é o movimento*. Por: Lourdes Barreto, Gempac, Pará. Acervo: Associação As Amazonas.

⁴⁵⁸ LIMA, Francielle Elisabet Nogueira; ROMFELD, Victor Sugamoto. *Regulamentar a prostituição: possíveis mediações a partir do ativismo de prostitutas travestis*. In: CARVALHO, Daniela Tiffany Prado de; SILVA, Elisa Maria Taborda da; SANTOS, Polianna Pereira dos. (Org.). *Mulheres na sociedade: desafios para a visibilidade feminina*. Belo Horizonte: D'Plácido, 1 ed., 2018. pp. 515-542.

Tal como abordou a jurista Heloísa Melino⁴⁵⁹ em sua pesquisa de doutorado sobre os movimentos sociais de prostitutas e os debates sobre a regulamentação da atividade, a hipótese da criminalização do trabalho sexual por discursos sociais e institucionais é em sua essência a criminalização da liberdade sexual feminina.

Três questões importantes apontadas pela autora que não podem ser deixadas de lado: 1. A feminização da pobreza; 2. Violência policial para com as trabalhadoras sexuais e 3. A percepção entre o que se escolhe e o que sobra. Primeiramente, a autora fornece dados do Ministério do Trabalho e Emprego, do ano de 2012 para demonstrar que no Brasil as mulheres ganhavam aproximadamente 28% a menos que os homens. Já as mulheres negras recebem praticamente 50% a menos que os homens brancos. Destaca-se que no período as mulheres negras ganhavam aproximadamente R\$ 790,00 e os homens brancos em média ganhavam cerca de R\$ 1.671,00. Além de as mulheres negras ocuparem o índice de maior desemprego elas também ocupam o maior número dos trabalhos precarizados.

O censo do IBGE do ano de 2010, demonstrava que o rendimento médio para os homens era de aproximadamente R\$ 1.587 e R\$ 1.074 para as mulheres, ou seja, 67,7% do rendimento masculino. A pesquisa estatística evidenciou que a maioria das capitais brasileiras (exceção de Porto Velho-RO e João Pessoa-PB) apresentou diminuição na desigualdade de rendimentos entre mulheres e homens entre os anos de 2000 e 2010. Nas cidades que ultrapassam 500 mil habitantes, a desigualdade de rendimento entre mulheres e homens é menor quando comparada com as cidades menos populosas.⁴⁶⁰

Vale lembrar que a Classificação Brasileira de Ocupações trata do reconhecimento de determinadas ocupações, ou seja, trata-se de um registro de determinadas profissões. Apresentou sua primeira versão no ano de 1982 e vem passando por atualizações desde então. A partir dos anos 2000 foram iniciados os debates para a atualização da nova versão da CBO com a coordenação e colaboração do Ministério do Trabalho e Emprego.

A categoria de trabalhadores e trabalhadoras sexuais foi inscrita no nº 5198 – 05 – na denominação “Profissionais do sexo”. Apesar deste reconhecimento, é importante lembrar mais uma vez que a CBO não regulamenta profissão alguma. Ainda assim, a

⁴⁵⁹ MELINO, Heloisa. *Regulamentação da prostituição em debate*. In: Berner, Jucá, Melino. (Org.). *Teoria Crítica, Descolonialidade e Direitos Humanos*. 1ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2016, v. 1, p. 120.

⁴⁶⁰ IBGE, Censo 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>

categoria de trabalhadoras e militantes olham para este feito com muito valor e orgulho, apesar de reconhecer que precisam de mais.

Segundo Olívia Paixão⁴⁶¹, a CBO reconhece, codifica e nomeia as ocupações presentes no mercado brasileiro. E no caso do trabalho sexual, a nova versão da CBO contou com a revisão e participação dos movimentos sociais que lutam pelos direitos das trabalhadoras sexuais. A ocupação “profissional do sexo” foi incluída na categoria “prestadores de serviços”. E também fornece informações pertencentes a definição do trabalho, suas características, as competências necessárias e suas condições gerais para o exercício da atividade.

No item número IV da CBO define como competências dos/das profissionais do sexo, seguindo de dezessete subitens destacados abaixo:

CBO - Item IV – Competências: 1 – Demonstrar capacidade de persuasão; 2- Demonstrar capacidade de expressão gestual; 3 - Demonstrar capacidade de realizar fantasias eróticas; 4 – agir com honestidade; 5 – Demonstrar paciência; 6 – Planejar o futuro; 7 – Prestar solidariedade aos companheiros; 8 – Ouvir atentamente (saber ouvir); 9 - Demonstrar capacidade lúdica; 10 – Respeitar o silêncio do cliente; 11 - Demonstrar capacidade de comunicação em língua estrangeira; 12- Demonstrar ética profissional; 13 – Manter sigilo profissional; 14 – Respeitar código de não cortejar companheiro de colegas de trabalho; 15 – Proporcionar prazer; 16 – Cuidar da higiene pessoal; 17 – Conquistar o cliente. ⁴⁶²

Persuasão, expressão gestual, honestidade e capacidade de realização de fantasias sexuais são algumas competências atribuídas aos profissionais. Mostrando o que as trabalhadoras sexuais já vêm afirmando, que o trabalho sexual é complexo e não se resume apenas ao sexo.

Além disto, o registro especifica os sinônimos para a categoria “profissionais do sexo”, que seriam: “*Garota de programa, garoto de programa, meretriz, messalina, michê, mulher da vida, prostituta e trabalhador do sexo*”. Terminologias já conhecidas e algumas já mencionadas anteriormente neste trabalho, e vale destaque também para a não feminização da profissão, ou seja, não se considera que o trabalho sexual seja realizado apenas por mulheres. Apesar disto, é necessário lembrar da multiplicidade de pessoas que

⁴⁶¹ PAIXÃO, Olívia Vilas Bôas da. *Entre a batalha e o direito: prostituição, travestilidade e trabalho*. Rio de Janeiro: Metanoia, 2018, pp. 40-42.

⁴⁶² Disponível em: www.mtecbo.gov.br/.

exercem o trabalho sexual, para além do padrão binário homem e mulher que são mencionados do texto da CBO.

O documento ainda fornece a descrição sumária, a formação e as condições de exercício da ocupação. Em texto sobre trabalho sexual e o Ministério do Trabalho, Mario Bezerra⁴⁶³ em termos gerais explica que o Ministério do Trabalho é o responsável pela gestão e manutenção da Classificação Brasileira de Ocupações, e esta por sua vez é responsável pela descrição e ordenação das ocupações dentro de uma ordem hierárquica que permite reunir informações sobre a natureza da força de trabalho, como as funções, habilidades, requisitos, entre outros.

Descrição sumária: Buscam programas sexuais; atendem e acompanham clientes; participam em ações educativas no campo da sexualidade, as atividades são exercidas seguindo as normas e procedimentos que minimizam a vulnerabilidade da profissão.

Formação e experiência: Para o exercício profissional requer-se que os trabalhadores participem de oficinas sobre sexo seguro, o acesso à profissão é restrito aos maiores de dezoito anos; a escolaridade média está na faixa de quarta a sétima série do ensino fundamental.

Condições gerais de exercício: Trabalham por conta própria, em locais diversos e horários irregulares, no exercício de algumas das atividades podem estar expostos a intempéries e discriminação social, há ainda riscos de contágios de dst, e maus-tratos, violência de rua e morte.⁴⁶⁴

Conforme recorda Paixão⁴⁶⁵, a Classificação buscou demonstrar as dinâmicas próprias da profissão e alargar suas definições de seu campo de ação, não restringindo a serviços de natureza unicamente sexual, como, por exemplo, a promover a valorização profissional do grupo, manifestar discriminações e enfatizar os cuidados com a saúde.

Vale ressaltar que algumas atividades propostas na CBO, como participação em atividades educativas e oficinas de orientação sobre os cuidados com o corpo e sexualidades, são marcas registradas das atividades realizadas pelas organizações associativas regionais e redes nacionais, evidenciando que movimentos sociais e educação estão diretamente relacionados.

⁴⁶³ SILVA, Mario Bezerra. *Profissionais do sexo e o Ministério do Trabalho*. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XI, n. 59, nov 2008.

⁴⁶⁴ Disponível em: <https://www.ocupacoes.com.br/cbo-mte/519805-profissional-do-sexo>. Acesso em: 20/12/2021.

⁴⁶⁵ PAIXÃO, Olívia Vilas Bôas da. *Entre a batalha e o direito: prostituição, travestilidade e trabalho*. Rio de Janeiro: Metanoia, 2018, pp. 41.

Maria da Glória Gohn⁴⁶⁶ explica que a “cidadania coletiva” também é uma das definições do conceito de cidadania, dessa vez articulados por meio de movimentos sociais. Isto é, o cidadão coletivo inserido nos movimentos exige questões apoiado em interesses coletivos como, por exemplo, as lutas por moradias, creches, direitos trabalhistas, transporte público e entre várias outras demandas populares.

É perceptível como a educação ocupa um lugar de grande importância na definição coletiva de cidadania, e esta se constrói no processo de luta que por si só é um processo educativo e interno. Complementa Gohn, que a cidadania coletiva se elabora no cotidiano por meio do processo de identidade político-cultural que é gerado pelas lutas, portanto, é formadora de novos sujeitos históricos.

A inclusão da categoria de profissionais do sexo na Classificação Brasileira de Ocupações também possibilita legitimidade para seus trabalhadores e trabalhadoras que historicamente foram despejados para espaços de invisibilidade. Reconhecer a profissão como tal e reconhecer seus profissionais como trabalhadores e trabalhadoras certamente é percebido como um marco histórico.

Mas a inclusão do trabalho sexual na lista de ocupações brasileiras resultou em benefícios para a categoria? Conforme destaca Olívia Paixão, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) enunciou concepção favorável à cobrança judicial de pagamento pelo trabalho prestado por uma profissional do sexo. E complementa que o ministro relator apontou que com o reconhecimento da categoria pelo ministério do trabalho por meio da CBO, o Estado brasileiro evidencia que o trabalho sexual não é uma atividade ilícita, e, portanto, demanda amparo jurídico.

Um outro ponto importante a ser destacado, é que este reconhecimento possibilitou às trabalhadoras e trabalhadores se inscreverem como contribuintes individuais no Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, podendo declarar suas ocupações profissionais, conforme consta na CBO.

Contudo, é sabido que a maioria das trabalhadoras sexuais – sobretudo as trabalhadoras sexuais travestis – não realizam a sua inserção no sistema previdenciário, e isto se dá pela dificuldade no acesso de políticas públicas, o preconceito e o estigma, ressaltando também o despreparo dos agentes em atender este público. A autora cita a experiência narrada por Lilith Prado, travesti e trabalhadora do sexo, que após várias

⁴⁶⁶ GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Movimentos sociais e Educação*. São Paulo: Cortez, 2001, pp. 15-17.

tentativas de se cadastrar na Previdência social, conseguiu realizar o seu cadastro com a ajuda de profissionais da assistência social e da advocacia.⁴⁶⁷

Para Ana, da Associação As Amazonas, o projeto de lei da regulamentação do trabalho sexual deve andar lado a lado com o que propõe a Classificação Brasileira de Ocupações e vice-versa. Nesse caso, Ana se refere enfaticamente à terminologia adotada pela categoria – prostituta, puta, profissional do sexo ou trabalhadora sexual – debate apresentado no capítulo I. Para a entrevistada, a legalização da profissão é o ponto principal da luta política da categoria e deve ser debatida incansavelmente.

O principal é a legalização da profissão, depois que a profissão tiver legalizada aí a gente corre atrás dos direitos né, mas não, querem ter direito antes da profissão ser legalizada. Porque direito tem, mas você ter uma segurança você tem que primeiro lutar pela legalização da profissão. Eu tenho certeza absoluta que nem falar sobre a legalização da profissão nesse seminário falaram. Então elas não tão fazendo o certo, porque você tenta de um jeito, não dá certo, parte pra outro. [...] E outra coisa, acompanhar a CBO [...] fazer o projeto acompanhando a CBO, é profissional do sexo? Profissional do sexo ponto! Não, mas querem insistir na prostituta. [...] olha já foi 2 ou 3 vezes pra gaveta né, e não tem como. [...] tem que ter outro político que tenha coragem de retirar da gaveta.⁴⁶⁸

A narrativa de Ana possui um tom de crítica, e estas críticas são direcionadas aos movimentos nacionais, especificamente a Rede Brasileira de Prostitutas, que segundo ela insiste na terminologia “prostituta”. Contudo, veremos mais à frente alguns dos projetos de leis apresentados até então, e possivelmente mostrar que suas não aprovações vão muito mais além da terminologia adotada pela categoria. Evidentemente o termo adotado possui um impacto perante a sociedade, mas não justifica como um todo a não aprovação como projeto de lei.

E o que é possível perceber na leitura do PL mencionado por Ana (4211/2014) é que a terminologia adotada no corpo do texto é “profissional do sexo”, e não prostituta ou puta. Estas são terminologias utilizadas no dia a dia dos movimentos sociais, como formas de fortalecimento de uma identidade e de enfrentamento coletivo bastante debatido dentro dos encontros, eventos e demais reuniões. Neste sentido, pode-se afirmar que o projeto de lei segue os passos do que foi proposto pela CBO.

⁴⁶⁷ PAIXÃO, Olívia Vilas Bôas da. *Entre a batalha e o direito: prostituição, travestilidade e trabalho*. Rio de Janeiro: Metanoia, 2018, pp. 41-42.

⁴⁶⁸ Entrevista realizada com Ana em sua residência em 03 de novembro de 2019.

Geralmente, os projetos de leis são compostos por título, o nome do proponente e logo abaixo o preâmbulo do projeto. E mais abaixo, os artigos, seguidos da justificção, que consiste em um texto que fundamente a solicitação.

Vejam alguns projetos propostos envolvendo trabalhadoras sexuais e sua profissão. O primeiro Projeto de Lei que trata sobre a regulamentação da prostituição no Brasil é o PL 3436 de 1997, de autoria de Wigberto Tartuce (PSDB-DF). Segundo texto oficial do PL, sabemos que “*dispõe sobre a regulamentação das atividades exercidas por pessoas que praticam a prostituição em desacordo com os costumes morais e atentatórios ao pudor. Obrigatório cadastramento em unidades de saúde e exame mensal para prevenção de DST*”.

Vale lembrar que ainda no período da ditadura civil-militar de 1964 foi apresentado o PL 1312/1975, de autoria de Roberto Carvalho, que solicitava medidas de confinamento da prostituição, como zonas delimitadas para o exercício da profissão, controle sanitário e “reeducação” das prostitutas, e percebia as trabalhadoras sexuais como “infelizes criaturas”. O PL tramitou até 1979, quando foi arquivado.

Ambos os PLs possuíam perspectivas regulamentarista, que percebia o trabalho sexual como um problema que o Estado deveria controlar por meio de medidas higienizadoras, segregadoras e estigmatizadoras. Após a consolidação dos movimentos sociais de prostitutas no Brasil e a tomada de rédea de problemas sociais como violência, infecções sexualmente transmissíveis, estigma, entre outras questões, a categoria pôde participar da construção de PLs como o 4211/2014, proposto por Jean Willys (PSOL/RJ), e analisado mais abaixo.

O PL 98/2003 de autoria de Fernando Gabeira (PT-RJ), “*Dispõe sobre a exigibilidade de pagamento por serviço de natureza sexual e suprime os arts. 228, 229 e 231 do Código Penal*”. Os artigos do Código Penal referidos no texto do Projeto de Lei, são aqueles que criminalizam os intermediadores do trabalho sexual, os agenciadores, as

casas de prostituição⁴⁶⁹ e etc.⁴⁷⁰ Segundo o redator, o PL é inspirado no modelo alemão que no final do ano de 2001 aprovou uma lei que tornou legítimo o pagamento pela prestação de serviço sexual, e extinguiu de seu Código Penal o crime de favorecimento da prostituição. Contudo, o PL 98/2003 foi alvo de muitas críticas por deixar as questões de tráfico e/ou a atividade sexual forçosa sem penalizações.⁴⁷¹

Segundo Ana Gabriella Senna, o projeto de Lei 98/2003 de autoria de Fernando Gabeira foi ineficaz, pois não apresentou preocupação com a proteção das mulheres ou das crianças e jovens vulneráveis. E critica ainda o fato de que o PL tentou passar uma imagem de preocupação com a categoria tão discriminada pela sociedade, mas que não abriu para participação social plena para uma construção conjunta do projeto junto da categoria de profissionais do sexo.

O projeto foi arquivado em novembro de 2007 com a justificativa de violação da “moralidade pública sexual” e “degradação moral”, dando o tom moralista e cristão para as decisões, mostrando assim a evidente despreocupação com esta população, pouco importando se o projeto possuía lacunas ou não, o que preocupava era a “moralidade

⁴⁶⁹ Historicamente, temos exemplos de cidades gregas como Atenas e Corinto que arrecadavam consideráveis tributos oriundos do sexo pago. Na Atenas conhecida através de Homero mostra que as mulheres eram vistas como presas de guerras, como um objeto de valor material. Também evidencia-se a existência da mulher doméstica, esposa, separada do convívio público e recolhida a vida do lar. E essas separações entre “mulheres honestas” e “não honestas” eram evidenciadas na imposição da utilização de vestimentas específicas para diferenciar algumas mulheres de outras. Sólon, o filósofo e legislador foi o responsável por prescrever aos atenienses o bordel como uma forma de prevenir práticas homossexuais, instaurando o primeiro “bordel estatal”, com preços de ingressos fixos e instalações próprias, onde os mercadores de escravos ofereciam também mulheres e moças para serem exploradas com a permissão do estado. Com o crescimento de tais estabelecimentos surgiram os três grupos das “servas de Vênus”, que ao meu ver estavam mais para “servas do Estado”: as dicteríades, as escravas da prostituição; as aulétrides, que eram as tocadoras de instrumentos, dançarinas que ficava a critério próprio o sexo remunerado; e as hetairas, as senhoras de prestígio. Evidências estas constatadas no trabalho do autor revelam que não só a prostituição é uma prática antiga, mas também a exploração e escravidão sexual por intermédio de outros também consistem em práticas antepassadas e que também precisam mais problematizadas e menos naturalizadas. Ver em: BASSERMAN, Lujo. *História da prostituição: uma interpretação cultural*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968; FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 2: O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984; FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 3: O cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

⁴⁷⁰ Art. 228: “Induzir ou atrair alguém à prostituição ou outra forma de exploração sexual, facilitá-la, impedir ou dificultar que alguém a abandone”; Art. 229: “Manter, por conta própria ou de terceiro, casa de prostituição ou lugar destinado a encontros para fim libidinoso, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente” e 231: “Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de mulher que nele venha exercer a prostituição, ou a saída de mulher que vá exercê-la no estrangeiro”. Em: Código Penal Brasileiro. 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em: 02 de janeiro de 2022.

⁴⁷¹ MARGOTTI, Alessandra. *Direito à prostituição: Legalização e regulamentação do lenocínio no Brasil*. Belo Horizonte: D'Placido, 2017, pp. 190-192.

pública”.⁴⁷² E da moralidade, demonstra a tentativa de retirar toda e qualquer oportunidade dessas trabalhadoras construírem renda e autonomia.

Elimar Máximo Damasceno (PRONA/SP) ao propor o PL 2169/2003 buscava acrescentar novos alvos policiais ao Código Penal, a fim enquadrar o crime de contratação de serviços sexuais. O PL buscava criminalizar aquele que paga por serviços sexuais ou oferece pagamento pela prestação de serviços.

No ano de 2004 foi proposto o PL 4244/2004 de autoria de Eduardo Valverde (PT/RO), com preâmbulo que vai direto ao assunto: “*Institui a profissão de trabalhadores da sexualidade e dá outras providências*”. O art. 1º do PL considera trabalhadores da sexualidade: “*toda pessoa adulta que com habitualidade e de forma livre, submete o próprio corpo para o sexo com terceiros, mediante remuneração previamente ajustada, podendo ou não laborar em favor de outrem*”.

E no art. 2º define quem são os/as trabalhadores e trabalhadoras da sexualidade, alargando assim as ramificações da profissão, englobando os dançarinos e dançarinas de boates e outros estabelecimentos, as garçonetes e garçons que prestam serviços em boates e que também exercem os serviços sexuais de forma secundária, os atores e atrizes de filmes adultos, as/os massagistas eróticos e as/os acompanhantes “especiais”.

1 – A prostituta e o prostituto; 2 – A dançarina e o dançarino que prestam serviço nus, seminus ou em trajes sumários em boates, dancing’s, cabarés, casas de “strip-tease” prostíbulos e outros estabelecimentos similares onde o apelo explícito à sexualidade é preponderante para chamamento de clientela; 3 – A garçonete e o garçom ou outro profissional que presta serviço em boates, dancing’s, cabarés, prostíbulos e outros estabelecimentos similares que tenham como atividade secundária ou predominante o apelo a sexualidade, como forma de atrair clientela; 4 – A atriz ou ator de filmes ou peças pornográficas exibidas em estabelecimentos específicos; 5 – A acompanhante ou acompanhante de serviços especiais de acompanhamento íntimo e pessoal de clientes; 6 – Massagistas de estabelecimentos que tenham como finalidade principal o erotismo e o sexo; 7 – Gerente de casa de prostituição.⁴⁷³

Segundo Ana Gabriella Senna, o PL de autoria de Valverde tem alcance mais amplo do que o elaborado por Gabeira. Isto porque trata de prever os direitos dos

⁴⁷² SENNA, Ana Gabriella Carvalho. *A regulamentação da prostituição e a proteção constitucional ao trabalho: O Projeto Força Feminina e as mulheres em situação de prostituição do Centro Histórico de Salvador*. Monografia da Faculdade de Direito. Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2018, 64 fls., pp. 40-42.

⁴⁷³ Projeto de Lei 4244/2004 de autoria de Eduardo Valverde (PT/RO).

denominados “trabalhadores da sexualidade”. Contudo, o PL descreve especialmente sobre o acesso gratuito a programas e ações voltadas para os cuidados com a saúde, ou seja, o PL enfatizava direitos já contemplados a essa população, sobretudo com o apoio dos movimentos sociais e organizações associativas, que em 2004 já se encontravam a todo vapor.

Para Senna, o projeto não apresentou grandes inovações para a vida dessa população, como a criação de programas públicos específicos para a categoria. Contudo, demonstrou certo cuidado ao tratar da exigibilidade de registro profissional com revalidação a cada 12 meses. Tal medida é importante para o combate à exploração sexual de menores de idade.⁴⁷⁴

De acordo com Olivia Paixão⁴⁷⁵, o PL de Valverde possui percepções de controle sanitário e confinamento nas zonas, que podem ser problemáticos para a demanda de trabalhadoras e trabalhadores, mas reconhece que por outro lado o projeto possui propostas importantes como, por exemplo, a livre organização de cooperativas de trabalho para o exercício do trabalho, conforme demonstra o Artigo 7º do projeto.

Os trabalhadores da sexualidade poderão se organizar em cooperativas de trabalho ou em empresas, em nome coletivo, para explorar economicamente prostíbulos, casas de massagem, agências de acompanhantes e cabarés, como forma de melhor atender os objetivos econômicos e de segurança da profissão.⁴⁷⁶

O PL saiu de tramitação a pedido do autor no ano de 2015. Mas, apesar disto, também faz parte das tentativas de abordar o tema com seriedade perante o Congresso Nacional, que em sua maioria é composto por integrantes que defendem interesses econômicos concentracionários, com a consequente exclusão de sujeitos sociais, no caso específico, mulheres trabalhadoras e empreendedoras no campo da atividade profissional do sexo.

O PL377-2011 de João Campos (PSDB/GO) dispõe sobre o “crime” de contratação de serviços sexuais e outras providências. Neste projeto, o deputado defende a ideia de que a prostituição anda lado a lado com outras atividades criminosas.

⁴⁷⁴ SENNA, Ana Gabriella Carvalho. *A regulamentação da prostituição e a proteção constitucional ao trabalho: O Projeto Força Feminina e as mulheres em situação de prostituição do Centro Histórico de Salvador*. Monografia da Faculdade de Direito. Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2018, 64 fls., pp. 42-45.

⁴⁷⁵ PAIXÃO, Olívia Vilas Bôas da. *Entre a batalha e o direito: prostituição, travestilidade e trabalho*. Rio de Janeiro: Metanoia, 2018, pp. 102-103.

⁴⁷⁶ Projeto de Lei 4244/2004 de autoria de Eduardo Valverde (PT/RO).

Este PL 377 de 2011 é uma reação ao arquivamento do PL 2169/2003 de autoria de Elimar Máximo Damasceno, que carregado de moralidade e intolerância pede a criminalização da contratação de serviços sexuais. Mais tarde, mais dois PLs foram pensados ao PL 377/2011, o Projeto de Lei N.º 7.001, de 2013 de autoria de Acelino Popó (PRB/BA) e o Projeto de Lei N.º 6.127, de 2016 de autoria de Flavinho (PSB/SP), ambos com a mesma proposta de penalizar a contratação de serviços sexuais. Em 20 de fevereiro de 2019, o PL 377/2011 foi desarquivado.⁴⁷⁷

É necessário evidenciar que estes projetos⁴⁷⁸ afetam diretamente o direito de ir e vir, e afeta primordialmente as trabalhadoras sexuais, e não apenas a clientela. Pedir a criminalização de algo que garante a sobrevivência de pessoas, sem mesmo oferecer a elas outra opção, ou lhes garantir inclusão social para que possam sobreviver de outras formas, é, no mínimo, perverso.

O PL 4211/2012 de Jean Wyllys (PSOL/RJ), foi batizado de “PL Gabriela Leite”⁴⁷⁹ e preconizava a regulamentação do trabalho sexual, e conseqüentemente propunha mudanças nos artigos 228, 229, 230, 231 e 231-A. Na tabela abaixo, é possível observar as propostas de mudanças nos referidos artigos:

Texto dos artigos do Código Penal	Texto do PL 4211/2012
Favorecimento da prostituição. 228: Induzir ou atrair alguém à prostituição ou outra forma de exploração sexual, facilitá-la, impedir ou dificultar que alguém a abandone.	Favorecimento da prostituição ou da exploração sexual. Art. 228. Induzir ou atrair alguém à exploração sexual, ou impedir ou dificultar que alguém abandone a exploração sexual ou a prostituição.
Casa de Prostituição. 229: Manter, por conta própria ou de terceiro, casa de prostituição ou lugar destinado a encontros para fim libidinoso, haja, ou	Casa de exploração sexual. Art. 229. Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito

⁴⁷⁷ Ver: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=491833>

⁴⁷⁸ Vale lembrar do PL 3.330 A-2000, de autoria de Márcio Matos, que de maneira geral buscava proibir a propaganda de serviços de sexo nos meios de comunicação social, e do INC 2371/2016 de autoria do Dep. Flavinho, a sigla INC quer dizer “indicação” e tratava da retirada do trabalho sexual do CBO – Classificação Brasileira de Ocupações.

⁴⁷⁹ De acordo com Olivia Paixão, batizar um PL com o nome de uma mulher cis, branca e de classe média pode ser problemático. Levando em consideração a multiplicidade de sujeitos inseridos no trabalho sexual, dar visibilidade a uma única mulher acaba que pouco representa quanto à diversidade de mulheres - negras, pobres, travestis, lésbicas – trabalhadoras que estão inseridas no trabalho sexual. “*Nesse contexto, não hesitamos em afirmar que ‘nem toda prostituta é Gabriela Leite’ e que, principalmente, nenhuma travesti prostituta é Gabriela Leite – uma mulher cis, branca, de classe média, que escolheu formar a sua família, que era livre e consciente*”. PAIXÃO, Olívia Vilas Bôas da. *Entre a batalha e o direito: prostituição, travestilidade e trabalho*. Rio de Janeiro: Metanoia, 2018, pp. 120-122.

não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente.	de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente.
Rufianismo. 230: Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça.	Rufianismo. Art. 230. Tirar proveito de exploração sexual, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça.
231: Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de mulher que nele venha exercer a prostituição, ou a saída de mulher que vá exercê-la no estrangeiro.	Art. 231. Promover a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a ser submetido à exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro.
Art. 231-A. Promover ou facilitar o deslocamento de alguém dentro do território nacional para o exercício da prostituição ou outra forma de exploração sexual.	Art. 231-A. Promover ou facilitar o deslocamento de alguém dentro do território nacional para ser submetido à exploração sexual.

Tabela 1: Mudanças no Código Penal propostas no PL Gabriela Leite.

O PL abordava propostas importantes para repensar a redação das leis sobre exploração sexual para que enfim possam ser desassociadas do trabalho sexual. A substituição de “prostituição” por “exploração sexual” era a principal proposta de alteração do Código Penal.

É importante compreender a estrutura do projeto para a fundamentação de algumas análises neste capítulo, principalmente porque este PL foi construído junto com os movimentos sociais das trabalhadoras sexuais, portanto, constitui-se em mais uma fonte histórica para os estudos dos mundos do trabalho sexual.

Além do trabalho conjunto com os movimentos sociais, o modelo de lei da Alemanha⁴⁸⁰ que regulamenta as relações jurídicas das trabalhadoras sexuais serviu de

⁴⁸⁰ O trabalho sexual foi regulamentado na Alemanha em 2002, com o objetivo de garantir direitos trabalhistas e civis, assim como melhorar a segurança das pessoas que trabalham com sexo e sem criminalizar as atividades relacionadas ao trabalho sexual. Portanto, a Alemanha segue o modelo laboral de regulamentação. Alguns países regulamentaristas permitem algumas práticas de lenocínio e outros não. Além da Alemanha, Holanda, Nova Zelândia, Grécia, Equador, México, Áustria e Austrália seguem este modelo, mas cada um com suas particularidades e formas de adoção. Na Holanda, apesar do trabalho sexual nunca ter sido criminalizado foi reconhecido como profissão no ano de 1988, sendo permitida de forma autônoma ou por vínculo trabalhista, desde que não envolva incapazes. Para mais, ver em: MARGOTTI, Alessandra. *Direito à prostituição: Legalização e regulamentação do lenocínio no Brasil*. Belo Horizonte: D’Placido, 2017, pp.: 134-146. Em países da América Latina como Argentina, Venezuela e Paraguai, a prostituição não é proibida, porém não é regulamentada, assim como no Brasil. Ver em: SILVA, Thiago Pereira. *A prostituição como profissão*. Revista Faculdades do Saber, 06 (13):1022-1033, 2021.

inspiração para a construção do PL, conjuntamente com os projetos de leis 98/2003 de autoria de Fernando Gabeira, que foi arquivado, e o PL 4244/2004, de autoria de Eduardo Valverde.

O objetivo principal do presente Projeto de Lei não é só desmarginalizar a profissão e, com isso, permitir, aos profissionais do sexo, o acesso à saúde, ao Direito do Trabalho, à segurança pública e, principalmente, à dignidade humana. Mais que isso, a regularização da profissão do sexo constitui instrumento eficaz ao combate à exploração sexual, pois possibilitará a fiscalização em casas de prostituição e o controle do Estado sobre o serviço.⁴⁸¹

É possível perceber ao longo do texto do PL a preocupação com a diferença conceitual entre exploração sexual e trabalho sexual. Exploração sexual se conceitua a partir do não pagamento do serviço sexual prestado de forma laboral e/ou forçar outra pessoa a se prostituir, ou ainda na apropriação total ou maior que 50% do rendimento pelo trabalho sexual.⁴⁸²

O trabalho sexual por sua vez é caracterizado pelo trabalho realizado de forma espontânea e remunerada, podendo ser realizado por pessoas adultas e com plenas capacidades mentais.⁴⁸³ O trabalho sexual também pode ser feito de forma autônoma ou de forma cooperada, isto é, os intermediários, que muitas vezes ajudam a aumentar a divulgação do trabalho, logo, dos rendimentos, não necessariamente na figura de um “agenciador” ou “cafetão”, mas sim na figura de um amigo ou amiga, ou até de outra colega de trabalho.

O PL ainda expressa a necessidade do direito à Aposentadoria Especial (de acordo com o artigo 57 da Lei 8.213/1991, com redação dada pela Lei nº 9.032/1995). Devido às condições de trabalho exaustivas, as trabalhadoras sexuais de baixa renda envelhecem precocemente, e sofrem com a falta de oportunidades na carreira.⁴⁸⁴

⁴⁸¹ PL 4.211/2012.

⁴⁸² PL 4.211/2012. Art. 2º - É vedada a prática de exploração sexual. Parágrafo único: São espécies de exploração sexual, além de outras estipuladas em legislação específica: I- apropriação total ou maior que 50% do rendimento de prestação de serviço sexual por terceiro; II- o não pagamento pelo serviço sexual contratado; III- forçar alguém a praticar prostituição mediante grave ameaça ou violência.

⁴⁸³ PL 4.211/2012. Art. 1º - Considera-se profissional do sexo toda pessoa maior de dezoito anos e absolutamente capaz que voluntariamente presta serviços sexuais mediante remuneração. § 1º É juridicamente exigível o pagamento pela prestação de serviços de natureza sexual a quem os contrata. § 2º A obrigação de prestação de serviço sexual é pessoal e intransferível.

⁴⁸⁴ PL 4.211/2012. Art. 5º. O Profissional do sexo terá direito a aposentadoria especial de 25 anos, nos termos do artigo 57 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991.

Como foi dito acima, o PL Gabriela Leite foi inspirado no modelo alemão, o que pode ser considerado uma problemática. É importante contextualizar a temática da regulamentação em outros países e apresentar modelos, porém isto não é tudo. Também é importante alinhar o projeto com a realidade das trabalhadoras sexuais brasileiras, e levar em consideração as particularidades do Brasil, suas leis e o cumprimento ou não delas, os mecanismos de fiscalização, entre outros.

Certamente, o modelo alemão foi pensado e adequado para a realidade da Alemanha, suas trabalhadoras, suas leis, seus métodos de fiscalização etc. E talvez este seja o diferencial para os futuros projetos articulados, considerar mais amplamente as demandas das trabalhadoras sexuais no Brasil e de seus movimentos sociais.

Não podemos deixar de recordar que a regulamentação (ou não) do trabalho sexual possui diversas interpretações pelo mundo, cada país possui a sua forma de perceber a prostituição, e estes diferentes marcos legais são conhecidos como proibicionista, abolicionista, regulamentarista e laboral/trabalhista.

Entre os países que adotam o regime abolicionista, ou seja, consideram o trabalho sexual um crime passivo de penalidades, estão os Estados Unidos (com exceção do estado de Nevada), Arábia Saudita, Tailândia e China. Já os países que aderem ao sistema abolicionista – criminalizam os intermediários do trabalho sexual – estão Suécia, Noruega, Brasil, Argentina e França, que percebe o trabalho sexual como uma prática pessoal, mas não admite o trabalho em locais públicos. Suécia e Noruega criminalizam a clientela e não as trabalhadoras e trabalhadores.

Os países que percebem a prostituição como atividade profissional são Alemanha (como já visto), Holanda e Uruguai, este último regulamentou a profissão quando entrou em vigor a Lei nº 17.515 no ano de 2002, conhecida como *Ley de Trabajo Sexual*. Contudo, é necessário destacar as problemáticas levantadas pelas próprias trabalhadoras sexuais uruguaias, que afirmavam o total desconhecimento da lei pelos policiais e instituições de saúde, que além de desorganizados, demonstravam despreparo e desinteresse em cumprir a lei.

Como demonstra Paixão, a lei uruguaia estabelece que as trabalhadoras e trabalhadores sexuais devam obter seu registro nacional de saúde, bem como obriga controle sanitário. Algumas trabalhadoras afirmam que este controle não corresponde à preocupação do Estado com a saúde das trabalhadoras, e percebem que se trata mais de uma preocupação com os clientes. A lei também estabelece as zonas próprias para o

exercício do trabalho, caracterizando o confinamento dessas pessoas a espaços específicos.⁴⁸⁵

Retornando ao projeto de regulamentação brasileiro proposto pelo Projeto de Lei 4.211/2012 de Jean Willys, a descriminalização das casas de prostituição também fora abordada na seguinte perspectiva:

As casas de prostituição, onde há prestação de serviço e condições de trabalhos dignas, não são mais punidas, ao contrário das casas de exploração sexual, onde pessoas são obrigadas a prestar serviços sexuais sem remuneração e são tidas não como prestadoras de serviço, logo, sujeitos de direitos, mas como objeto de comércio sexual; essas casas, sim, serão punidas. Além disso, a descriminalização das casas de prostituição (1) obriga a fiscalização, impedindo a corrupção de policiais, que cobram propina em troca de silêncio e de garantia do funcionamento da casa no vácuo da legalidade; e (2) promove melhores condições de trabalho, higiene e segurança.⁴⁸⁶

O jurista Márcio Senra Faria⁴⁸⁷ teceu boas análises sobre o referido PL, mas reconhece a conjuntura que compunha o Congresso Nacional, que, mergulhado em um profundo conservadorismo religioso, não oferecia condições de aprovação para o projeto.

Olívia Paixão⁴⁸⁸ aprofundou algumas importantes críticas ao projeto de lei, que ao longo de seus seis artigos apresenta lacunas no que tange à delimitação do objeto a ser regulamentado e na omissão de particularidades, de sujeitos múltiplos e diversos existentes no trabalho sexual, como as mulheres travestis e transexuais que simplesmente são invisibilizadas no projeto.

Ou seja, o projeto de lei não conseguiu abarcar o caráter multifacetado do trabalho sexual, e acabou por menosprezar demandas que não podem ser deixadas mais a margem, como as trabalhadoras sexuais travestis. Sobre isto, o projeto utiliza a norma padrão de escrita que emprega o masculino como forma genérica de abarcar a diversidade dos pronomes *elas*, *eles* e *elxs*⁴⁸⁹. Contudo, a história tem nos mostrado que é importante dar foco e nome a essas pessoas. São críticas que podem ser refletidas para as futuras propostas de regulamentação.

⁴⁸⁵ PAIXÃO, Olívia Vilas Bôas da. *Entre a batalha e o direito: prostituição, travestilidade e trabalho*. Rio de Janeiro: Metanoia, 2018, pp. 96-100.

⁴⁸⁶ PL 4.211/2012.

⁴⁸⁷ FARIA, Márcio Gustavo Senra. *A prostituição no Brasil no século XXI: Razões para sua regulamentação*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Direito. Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. 2013, pp. 378-379.

⁴⁸⁸ PAIXÃO, Olívia Vilas Bôas da. *Entre a batalha e o direito: prostituição, travestilidade e trabalho*. Rio de Janeiro: Metanoia, 2018, pp. 113-118.

⁴⁸⁹ Pronome neutro.

Vale lembrar que o projeto de lei não pertence ao deputado Jean Wyllys, mas sim aos movimentos sociais de trabalhadoras sexuais, pois apesar do arquivamento do PL 4211/2012 no Congresso Nacional, os movimentos sociais mantêm viva a esperança na regulamentação de suas profissões, e ainda debatem sobre importantes aspectos a serem reformulados.⁴⁹⁰ Trata-se de um processo político em constante transformação.

Na época, Ana era a principal porta-voz entre a Rede Brasileira de Prostitutas e a Associação de Manaus, e em algumas de nossas entrevistas não deixou de tecer críticas ao desempenho do deputado Wyllys a frente do PL, que em sua perspectiva fez pouco pela categoria.

Primeiro que ele foi muito devagar, ele defendeu sim as prostitutas, defendeu sim, mas o lado dele é pelo LGBT, tá? Então, a pessoa que vai brigar pelo movimento de prostitutas eles têm que gostar da classe, abraçar a classe e ser lá do meio deles. E o Wyllys pra mim, ele fez muito pouco.⁴⁹¹

Em meio às críticas é possível perceber a esperança de encontrar apoio para a luta de regulamentar a profissão, a esperança e desesperança se encontram na fala de Ana, que tece mais considerações aos movimentos, que em sua opinião deveriam debater mais sobre a profissão e sua regulamentação.

Vamo ficar torcendo né, pra que apareça alguém que queira abraçar o movimento, queira lutar e a gente conseguir a legalização da profissão, porque eu acho que [...] nesses seminários que acontece eles falam tanta da coisa, promete tanta da coisa [...] como é que dá o nome? É...um relatório anual, como é que vão trabalhar em 2020 tal tal... esses seminários, essas conferências tinham que falar sobre a profissão, vamo sentar, vamo fazer oficina, vamo fazer uma roda de conversa, vamo falar só sobre a profissão, como é que a gente vai fazer, como é que a gente vai modificar o projeto, o que que vai ser... afinal, dessa forma não dá? vamo pensar de outra, né? mas não, continuam sempre na mesma, não vai mesmo.⁴⁹²

⁴⁹⁰ Por conta da pandemia de Covid 19 a ANPROSEX (Articulação Nacional de Profissionais do Sexo) realizou em 2020 e 2021 uma agenda de encontros *online* com temáticas variadas, entre alguns dos temas: “Trabalho sexual e Covid 19”, “Feminismos e direitos”, “Trabalho, feminismos e violação de direitos”, entre outros. Entre esses encontros foi salientada a necessidade de revisitar o PL 4211/2012, com o objetivo da categoria se articular coletivamente para uma futura reformulação do projeto sobre regulamentação do trabalho sexual. Para acompanhar agenda de encontros *online* da ANPROSEX: <https://www.youtube.com/c/ANPROSEX>

⁴⁹¹ Entrevista com Ana, em 03 de novembro de 2019 em sua residência.

⁴⁹² Idem.

A regulamentação da atividade não naturaliza o fenômeno, mas tira a possibilidade de as trabalhadoras permanecerem sozinhas nas ruas, podendo elas se unirem, trabalharem juntas de forma menos precária sem estarem enquadradas pelo Código Penal sob o crime de agenciamento ou rufianismo.

A negação desses direitos é uma forma de continuar empurrando essas trabalhadoras para a marginalização e precariedade. Há um interesse público em manter essas mulheres na precariedade, e esta é uma estratégia política de controle de todos os corpos femininos, controle este legitimado e incorporado por discursos de ódio de políticos conservadores e feministas abolicionistas. Ou seja, esta negação de direitos possui raízes para além da questão da moralidade pública, mas encontra-se na tentativa de impedir a autonomia física e financeira de trabalhadoras e trabalhadores sexuais.

É importante mencionar que os debates sobre a regulamentação do trabalho sexual causam fortes tensões e problemáticas entre alguns movimentos feministas, principalmente entre as feministas radicais e as trabalhadoras sexuais ativistas que se denominam *putafeministas*⁴⁹³.

A cientista social Carolina Bonomi⁴⁹⁴ também evidenciou em sua pesquisa alguma destas tensões feministas acerca das concepções que de um lado percebem a prostituição como violência oriunda da exploração de mulheres e de outro lado a compreende em uma ótica laboral, ou seja, como um trabalho.

O putafeminismo é apresentado como uma nova “pedagogia feminista descolonial” com possíveis resultados positivos para os movimentos e lutas pelos direitos das trabalhadoras sexuais. Pode ser compreendido como uma nova forma de refletir as estruturas da prostituição, e também de enfrentamento do machismo, da misoginia, e outras faces do patriarcado. E ainda, o putafeminismo surge como um convite para refletir sobre os feminismos, inclusive sobre aqueles que excluem as trabalhadoras sexuais das lutas feministas.⁴⁹⁵

Muitas críticas também foram dirigidas ao PL “Gabriela Leite”, principalmente oriundas no movimento feminista radical que foi apelidado vulgarmente como “PL da

⁴⁹³ O “feminismo de puta” é a união do feminismo ao trabalho sexual; A maioria das trabalhadoras sexuais atuantes nos movimentos sexuais no Brasil se consideram putafeministas.

⁴⁹⁴ GUERRA, Carolina Bonomi de Menezes. “*Mulher da vida, é preciso falar*”: um estudo do movimento organizado de trabalhadoras sexuais. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2019, 192 fls., pp. 142.

⁴⁹⁵ PRADA, Monique. *Putafeminista*. São Paulo: Veneta, 2018, pp. 17-22.

cafetinagem”. As críticas giram em torno da prostituição ser encarada diretamente como uma exploração sexual, a escolha livre para o trabalho sexual não é reconhecida pelas feministas radicais.⁴⁹⁶

Monique Prada⁴⁹⁷ explica que alguns discursos do feminismo radical sobre o trabalho sexual são excludentes e agridem diretamente as trabalhadoras sexuais e suas identidades feministas. Prada enfatiza que lutar por políticas públicas que ofereçam melhores condições de vida, por remuneração justa entre homens e mulheres, e pelos direitos das trabalhadoras sexuais, não podem ser supressores.

Os movimentos sociais de trabalhadoras sexuais existem e resistem pelo direito de prostitutas também poderem ser feministas, de lutarem pelo direito de existirem sem estigmas, sem violências, pelo direito de ocupar os espaços para além das esquinas. Foi a partir desta recusa que Prada começou a refletir sobre o lugar das trabalhadoras sexuais na luta feminista.

Conhecer outras mulheres ativistas dos direitos da categoria como Georgina Orellano⁴⁹⁸, Morgane Merteuil⁴⁹⁹, Melissa Gira Grant⁵⁰⁰ e entre outras mulheres que mostravam a possibilidade de ser trabalhadora sexual e ser feminista. E como consequência disto, Monique Prada percebeu o processo de debater e fortalecer de um putafeminismo brasileiro, e partiu de mulheres que sem a necessidade de teorizar conceitualmente o tal feminismo, já o praticavam diariamente com suas companheiras de luta e de batalha.

A crítica na qual refere-se que o projeto de lei beneficia os cafetões demonstra o desconhecimento da pauta apresentada e das várias facetas do trabalho sexual. Quando se apresenta uma proposta de descriminalização das casas de prostituição, o senso comum quase que automaticamente produz um “delírio” coletivo que o Estado estaria facilitando a vida dos cafetões e não beneficiando as trabalhadoras.

Contudo, estudando a fundo o trabalho sexual junto dos movimentos sociais é possível perceber as casas como espaços de trabalho que funcionam mesmo na ilegalidade, e esta condição de ilegalidade prejudica unicamente as trabalhadoras sexuais

⁴⁹⁶ MARGOTTI, Alessandra. *Direito à prostituição: Legalização e regulamentação do lenocínio no Brasil*. Belo Horizonte: D'Placido, 2017, pp. 193-194.

⁴⁹⁷ PRADA, Monique. *Putafeminista*. São Paulo: Veneta, 2018, pp. 67-72.

⁴⁹⁸ Trabalhadora sexual e militante na Argentina.

⁴⁹⁹ Trabalhadora sexual e militante na França.

⁵⁰⁰ Jornalista estudiosa do trabalho sexual nos Estados Unidos.

em vários âmbitos – higiene, clientes, pagamento, segurança e etc. –, com a descriminalização das casas de prostituição, estas estariam obrigadas a cumprir com uma série de obrigações e normas, logo, as incógnitas trabalhistas entre o dono da casa e a trabalhadora sexual poderiam começar a ser solucionadas.

A vedação a casas de prostituição existente no texto legal atual facilita a exploração sexual, a corrupção de agentes da lei e, muitas vezes, faz com que essas casas não se caracterizem como locais de trabalho digno. As casas funcionam de forma clandestina a partir da omissão do Estado, impedindo assim uma rotina de fiscalização, recolhimento de impostos e vigilância sanitária. Por isso, somente deve ser criminalizada a conduta daquele que mantém local de exploração sexual de menores ou não e de pessoas que, por enfermidade ou deficiência, não tenham o necessário discernimento para a prática do ato.⁵⁰¹

Alessandra Margotti mostra como lacuna do PL 4.211/2012 que a proposta não define a pessoa que trabalha em casa de prostituição, restringindo-se para as formas autônoma e cooperativa⁵⁰² para o trabalho sexual, deixando a outra esfera fora de definições como seu vínculo ser contratual ou trabalhista. Porém, a jurista reconhece o mérito do projeto, e que com esta ressalva deveria ser aprovado.

Para Margotti:

fazendo-se essa alteração para que a prostituição não seja permitida apenas quando exercida em cooperativas, mas de maneira como tais profissionais queiram se organizar, seja individual ou coletivamente, seja em cooperativas ou em casas de prostituição terceirizadas.⁵⁰³

Infelizmente, o falso moralismo vive fortemente em nossa sociedade, e em espaços de poder como as Câmaras Legislativas ou Congresso Nacional seguem em sua maioria com um “baile de máscaras” de “homens de bem”, e pautas como essa, ainda são desprezadas, percebidas com tons de deboche e desrespeito por parte de alguns políticos. De outro modo, também o que se desenrolam aí são interesses e estratégias políticas evidentes na direção da exclusão de parcela da população pobre do país do seu direito à dignidade do trabalho e conseqüente cidadania cultural, com igualdade social e econômica.

⁵⁰¹ PL 4211/2012.

⁵⁰² PL 4211/2012. Art. 3º - A/O profissional do sexo pode prestar serviços: I - como trabalhador/a autônomo/a; II - coletivamente em cooperativa. Parágrafo único. A casa de prostituição é permitida desde que nela não se exerce qualquer tipo de exploração sexual.

⁵⁰³ MARGOTTI, Alessandra. *Direito à prostituição: Legalização e regulamentação do lenocínio no Brasil*. Belo Horizonte: D'Placido, 2017, pp.:194-195.

Baiana em uma de nossas entrevistas contou um pouco de suas experiências durante seus anos de trabalho na Associação. Observa que algumas pessoas tendem a pensar⁵⁰⁴ que uma Associação de prostitutas é uma casa de prostituição ou um instrumento para incentivar a atividade, ou até que podem conseguir programas por intermédio da instituição.

Como eu já comentei com você algumas vezes que a maioria dos vereadores, enfim, a maioria da população pensa que a Associação é um meio de atrair mais, de aumentar mais a prostituição, eles não sabem que nosso objetivo é resgatá-las pra sociedade, tanto é que o padre da igreja da Matriz entrou em parceria com As Amazonas oferecendo cursos profissionalizantes pras profissionais do sexo, só que começou bem, só que não continuaram, mas fizemos a nossa parte. E é isso aí.⁵⁰⁵

Este “delírio” coletivo acompanha a lógica (mesmo que hipotética) da legalização da maconha ou do aborto, no qual algumas pessoas acreditam que ambas as políticas implicariam no aumento intencional casos de aborto ou de adição às drogas. Tais pensamentos reducionistas são fruto da desinformação e preconceito com determinados temas que a bancada fundamentalista religiosa trata como impróprios.

Como recorda Daisyenne Santos Silva⁵⁰⁶, o debate sobre o trabalho sexual enquanto profissão no Brasil se apresenta com fôlego no final da década de 1980, com a realização do I Encontro Nacional, e ganha bastante força nos anos 90. Portanto, trata-se de um movimento social no Brasil que luta aproximadamente há 35 anos contra diversas formas de opressão, preconceito, estigmatização, entre outras questões.

Baiana argumenta sobre a necessidade do respeito recíproco para o diálogo, coisa que não encontrou com frequência em suas andanças em busca de apoio e recursos para a Associação, quando ao contrário, os julgamentos morais eram severos e no mais das vezes as portas estavam fechadas.

Quando eu saía arrecadando fundos pra Associação tinha muita gente que dizia “Associação é um meio de aumentar mais a prostituição, um jeito de atrair mais mulheres”, e outra coisa “que as mulheres ganham super bem que elas cobram caro pelo programa”, tinha muitos que diziam “ganham até mais do que eu” [...] diziam assim “eu ajudar puta?

⁵⁰⁴ Gerenciei por alguns anos a página do *facebook* da Associação As Amazonas e era frequente o recebimento de mensagens de homens procurando programas, a maioria acreditava que a instituição servia para marcar encontros, o que possivelmente também acontece com outras páginas na internet de associações, coletivos e demais grupos de organização de trabalhadoras sexuais.

⁵⁰⁵ Entrevista com Baiana em 18 de setembro de 2019, em sua residência.

⁵⁰⁶ SILVA, Daisyenne Santos. Memórias, sociabilidades e resistências: O trabalho sexual feminino na cidade de Manaus nas décadas de 70 e 80 do século XX. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em História Social. Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2017. 129 fls., pp. 95-96.

Ajudo não”. E muita gente sabe que tudo começa pelo respeito, respeite a minha cor que eu respeito a sua, respeite a minha profissão que eu respeito a sua, enfim, tudo começa pelo respeito.⁵⁰⁷

Daisyenne Santos⁵⁰⁸ empreitou pesquisa sobre as trabalhadoras sexuais, e preocupou-se em ouvir algumas trabalhadoras em relação a suas perspectivas sobre a profissão. E também percebeu o encontro de esperanças e desesperanças. Ao mesmo tempo em que algumas reconhecem a sua ocupação profissional como trabalho, existe a contradição e questionamento que paira devido à moralidade e aos preconceitos contra essas trabalhadoras sexuais.

O encontro entre esperança e desesperança na regulamentação da profissão torna-se um terreno em comum nas falas de Ana e Baiana sobre a temática. Para Ana, a grande dificuldade na regulamentação no Brasil existe por se tratar de um trabalho estigmatizado. Apesar de achar o feito difícil, afirma não perder a esperança, principalmente se ocorresse uma grande mudança no país.

[...] eu sinceramente, no mundo que nós vivemos agora Babi, eu acho meio difícil. Eu acredito, é claro que a gente tem esperança né, que isso aconteça, porque eu sou uma pessoa que eu [...] vivi a vida inteira do lado dessas mulheres de programa, garotas de programa, prostitutas, mulheres de rua, eu vivi muito [...] enquanto eu tiver vida eu tô no meio delas, apesar de não ter mais nenhum compromisso com movimento social, mas eu não perco a esperança não [...] é porque é uma coisa muito, como é que se diz, muito reprovada pela sociedade, mas eu tenho certeza absoluta que se [...] o nosso Brasil mudasse, as nossas leis mudassem, fizesse uma transformação no Brasil talvez [...] a gente conseguiria, a gente que apoia esse tipo de movimento, eu acredito, tenho a esperança de que um dia quem sabe, antes de eu morrer eu consiga ter essa notícia da regulamentação da profissão. Porque é uma classe merecida, é uma classe que merece, só que tem que ter, como é que se diz? Um projeto bem trabalhado, bem trabalhado mesmo, justamente pra chamar atenção da sociedade e defender, proteger a classe né. Mas isso aí tá muito difícil, tá cada dia mais tá se distanciando [...] porque a gente só vê gente querendo poder, querendo mais, desprezando as pessoas de baixa renda, pessoas que não tem capacidade de lutar pra manter o seu espaço, a gente vê tanta coisa ruim, que cada dia, cada tempo, cada ano as coisas vão se afastando cada vez mais, mas quem sabe né, a esperança é a última que morre. Aí quem sabe se de repente tem uma transformação aí, e a própria sociedade e o poder público consiga olhar pra essas pessoas, pra essa classe de pessoas que pra mim é minha paixão.⁵⁰⁹

⁵⁰⁷ Entrevista com Baiana em 20 de setembro de 2019, em sua residência.

⁵⁰⁸ SILVA, Daisyenne Santos. Memórias, sociabilidades e resistências: O trabalho sexual feminino na cidade de Manaus nas décadas de 70 e 80 do século XX. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em História Social. Universidade Federal do Amazonas. Manaus: 2017. 129 fls., pp. 99.

⁵⁰⁹ Entrevista com Ana em 13 de fevereiro de 2022.

Esta transformação hipotética a que Ana se refere, é esperança em um futuro melhor, ou numa revolução política que transforme a sociedade brasileira. A necessidade de um projeto de lei bem elaborado, pautado nas experiências vivenciadas pelas trabalhadoras sexuais brasileiras, também é um ponto de destaque.

Quando questionada sobre o que era necessário para tentar reverter essa situação de estagnação dos avanços do projeto de regulamentação, Ana enfatiza que uma mudança nas leis seria fundamental para se alcançar os objetivos da classe.

As leis, colocar a lei, legalizar a profissão e a lei é essa... [...] tem que mudar, mudar totalmente esse projeto, olha, eu acompanhei esse congresso agora, eu lá – que eles fizeram um grupo né – e eu lá no meio, eu não tava lá, mas eu tava lá enchendo o saco. Não falam nada de profissão, não falam nada da legalização da profissão, porque eu acho o que é importante mesmo de tudo (batendo na mesa) ...violência, saúde, tudo é importante, mas eu acho que pra dar um, uma reviravolta [...] legalização da profissão. Pronto. E não falaram nada sobre a profissão, nada, falaram sobre violência, sobre isso e aquilo, mas legalização da profissão não falaram do ... (eu: projeto de lei?) é... porquê...eu não sei como é que tá o PL da Gabriela, que tá assim agora né, tá parado [...] eu vou prum lugar desse, vou dar uma sugestão dessa o pessoal vão ficar com raiva de mim. Mas eu acho que pra resolver tudo, tudo mesmo, na saúde, na violência, em tudo, é a legalização da profissão. Agora tem que fazer um projeto, muito do seu bem feito, bem detalhado pra ninguém sair prejudicado, porque olha Bárbara, você entra numa boate dessa você vê muitas mulheres exploradas, muitas meninas exploradas, aqui mesmo em Manaus no centro da cidade é o que mais tem, meninas explorada, então você legalizando a profissão, isso tudo acaba, tem que acabar.⁵¹⁰

A importância do debate para o crescimento e amadurecimento da pauta da regulamentação é destacada por Ana, que em tom de crítica afirma que falta mais debate sobre a regulamentação não apenas durante os encontros nacionais e locais, mas do dia a dia da articulação nos grupos de redes sociais criados pelos próprios movimentos.

Para Baiana, a profissão nunca será aceita pela sociedade, suas esperanças são mais escassas mesmo com muitas experiências de luta política na Associação, e inclusive quanto à pauta da regulamentação. Baiana apesar desses sentimentos contraditórios, complementa sobre a função terapêutica do trabalho sexual, narrando um pouco da diversidade de experiências dentro do trabalho sexual, que nem sempre giravam em torno unicamente de sexo.

⁵¹⁰ Entrevista com Ana em 22 de dezembro de 2019, em sua residência.

[...] é uma profissão que é desde o começo do mundo, mas eu acho que nunca vai ser aceita pela sociedade, de jeito nenhum, por mais que lutemos, mas eu acho que não vai ser aceita, mas é esse aí o meu pensar. E outra coisa, os homens, a maioria que tem fantasias eles se divertem com a prostituta, porque **tem prostituta mãe, amiga, conselheira, massagista, psicóloga**, enfim, porque o que eu tô lhe falando é por experiência própria com certeza, porque eu já passei por isso [...] tinha cliente que as vezes ele nem queria sexo, ele chegava “Baiana eu só quero conversar um pouco com você...Tá acontecendo isso e isso, a mulher tá brigando muito e eu vou me separar”, e eu aconselhava, eu falei “olha, você tem que ver que essa sua esposa tá ao seu lado na tristeza, na alegria, na doença, na saúde, mesmo que você pule a cerca, eu acharia que você ficasse com ela”. Né? Enfim, já havia outros “Ah Baiana, eu tô com tantas dores no meu corpo, hoje eu só quero uma massagem”, embora que depois dessa massagem acontecesse, rolava sim o sexo, mas antes era massagem, e eu fazia massagem [...] eu acho que os clientes se divertem com isso.⁵¹¹

Esta fala de Baiana complementa a perspectiva que a CBO apresenta nos itens “Competências” dos/das trabalhadoras e trabalhadores sexuais, que evidencia a multiplicidade do trabalho sexual, e demonstra que o trabalho não pode ser resumido apenas pelo ato sexual, existem várias outras práticas que podem estar relacionadas a esse trabalho, como massagens, conversas de acolhimento que se transformam quase em prática terapêutica, além de performances de dança, ou *pole dance* e *strip-tease*.

Baiana explica sobre os meandros na profissão para enfatizar o caráter laboral da atividade, para demonstrar que apesar de sua descrença na regulamentação da prostituição, trata-se de um trabalho um tanto complexo e multifacetado. Porém, o problema do estigma pesa ainda mais no que tange à pauta da regulamentação, e consequentes preconceitos na sociedade.

Você não ouviu falar naquela doméstica que tava no ponto de ônibus em São Paulo? 5 horas da manhã pra pegar o transporte, e os vândalos estavam voltando de uma festa e confundiram a mulher com uma mulher de programa e espancaram a mulher brutalmente, [...] e se fosse uma prostituta? Já pensou?! Outra coisa, que a minha colega tinha um bar aqui no hotel Amazonas e era hotel também, e as mulheres gostavam de beber lá pelo fato de ali mesmo ter apartamento, ela pegava os clientes e ia lá mesmo. Aí ela desceu e perdeu o equilíbrio aí caiu e veio rolando as escadas, chegando embaixo passou um pessoal e falou “olha, uma mulher tá desmaiada” e o outro disse “Ah, isso aí é uma puta daqui”, diz que ainda empurrou a cabeça da mulher com o pé, já pensou um negócio desse?! Por mais que lutamos por direitos, direito e ir e vir,

⁵¹¹ Entrevista com Baiana em 10 de setembro de 2019, em sua residência.

eu acho que nunca vai ser aceito, nunca vai ser aceito pela sociedade essa profissão.⁵¹²

Baiana narra dois acontecimentos que a marcaram, e diz muita coisa sobre o que pensa a respeito do estigma de prostituta e que embasam a sua falta de esperança na regulamentação de sua profissão. O desrespeito para com a sua classe é o que a entristece e a faz perder a esperança em ver sua atividade aceita pela sociedade. Uma mulher desmaiada que teve a sua cabeça chutada, ao invés de ser socorrida, e isto por ser prostituta ou uma mulher agredida no ponto de ônibus, por ter sido confundida com uma trabalhadora sexual, são marcas de como o estigma de prostituta afeta todas (nós) mulheres, trabalhando com sexo ou não.

O preconceito e o estigma constroem a ilusão de que a mulher trabalhadora sexual é outro tipo de mulher, devendo ser cuspidas ou queimadas, seus apelos não devem ser escutados, seus socorros não devem ser atendidos e seus filhos não podem ser educados. É numa encruzilhada de opressões que se encontram essas diversas trabalhadoras.

De certo modo, esta reflexão lembra o encerramento do livro de Monique Prada, no qual abordava a humanidade das trabalhadoras sexuais, como simplesmente mulheres trabalhadoras que buscam resistir à miséria por meio do trabalho. Lembrando que a luta pela regulamentação do trabalho sexual, é uma luta pelo direito ao trabalho.

[...] o que quero dizer é que nós, trabalhadoras sexuais, na maioria das vezes somos, apenas, mulheres de origem humilde tentando escapar da pobreza. Em algum momento de nossa vida, o trabalho sexual – com todas as suas questões e a opressão que lhe é inerente – nos surgiu como uma boa opção, como a melhor possível entre as poucas disponíveis. Cada uma de nós o exerce por motivos diferentes, e a maioria deles está sim ligado a questões financeiras. Estamos juntas contra as opressões, contra a violência, contra a brutalidade do sistema em que vivemos; somos aliadas das lutas por direitos de todos os trabalhadores. Nós existimos, nos alimentamos, cuidamos das pessoas queridas, trocamos suas fraldas; alimentamos as crianças e as encaminhamos para a escola; amparamos e cuidamos de nossos velhos. Sonhamos. Gostamos do cheiro da grama molhada e do barulho das ondas. O sorriso de nossas crianças quando vamos buscá-las no fim do dia são exatamente iguais ao sorriso das crianças de vocês, das pessoas que não exercem o trabalho sexual [...] pouca coisa nos separa uma das outras. Somos humanas.⁵¹³

⁵¹² Entrevista com Baiana em 20 de setembro de 2019, em sua residência.

⁵¹³ PRADA, Monique. *Putafeminista*. São Paulo: Veneta, 2018, pp.: 102-103.

Projetos de Lei de Utilidade Pública d'As Amazonas

Foi no ano de 2008 que a Associação As Amazonas submeteu pela primeira vez um projeto de lei que buscava conceder o título de utilidade pública para As Amazonas – Associação de Prostitutas do Amazonas, o PL 129/2008. Foi uma batalha árdua, pois o preconceito e a falta de apoio vinda da câmara dos vereadores da cidade de Manaus foi o principal empecilho para a aprovação do projeto.

O título de utilidade pública se trata de um tipo de licença – municipal, estadual ou federal – dada a instituições, associações ou fundações civis pelo poder que reconhece a legitimidade do objetivo social da instituição, e que são prestadoras de serviços para a sociedade.

Ao longo deste trabalho de tese, tem-se observado que a Associação As Amazonas durante seus anos de funcionamento prestou serviços sem fins lucrativos para a categoria de trabalhadoras sexuais, principalmente as trabalhadoras do centro da cidade de Manaus. Assim, a reivindicação do reconhecimento de caráter de utilidade pública dessas práticas era mais do que legítimo.

Leonel Feitoza (PSDB) foi o autor do projeto de lei 129/2008 que reivindicava o reconhecimento da utilidade pública dos serviços prestados pela Associação. Mas isto não quer dizer que o vereador foi um apoiador da categoria e seus movimentos sociais. Logo após a apresentação do projeto o vereador desistiu de sua autoria, em seguida o projeto foi arquivado.

O único que ainda conseguiu foi o Leonel [...] Feitoza, que deu entrada no título de utilidade pública [...] quando eu soube que tinha sido arquivado eu peguei [...] fui lá na câmara peguei uma cópia, eu disse assim “eu não entendo nada de projeto”, eu disse mesmo, mas esse projeto não tinha condições de passar, porque um projeto totalmente vazio, entendeu? Não tinha argumento, como era que ia passar? Aí ele já tinha ocupado outro cargo, já tinha abandonado, acho que entrou 4...3 vereadores, o último que entrou eu não lembro o nome dele, mas ele... não me lembro [...] político nenhum.⁵¹⁴

Para Ana, o projeto era fraco em argumentos e reconhece que dificilmente iria passar. Mas é necessário lembrar que, para além disto, a falta de conhecimento dos vereadores votantes no trabalho desempenhado pela Associação é inegável, e como se

⁵¹⁴ Entrevista com Ana em 10 de novembro de 2019, em sua residência.

sabe, a falta de conhecimento acaba que alimenta as visões limitantes e preconceituosas sobre o trabalho.

Contudo, vejamos um pouco do que foi apresentado na Câmara municipal. A justificativa no corpo do texto do projeto de lei se ateve a demonstrar a finalidade da instituição como a promoção da educação, saúde, assistência social e direitos humanos. Porém o fez de maneira superficial, podendo ter demonstrado mais a fundo a participação direta da instituição nas atividades de educação, saúde e assistência social, ter citado diretamente suas ações realizadas na comunidade.

As Amazonas – Associação das Prostitutas do Amazonas foi constituído em 26 de março de 2008, com a finalidade de promover a Educação, saúde, direitos humanos, assistência social e voluntariado, bem como participar de fóruns e instâncias de controle social relativos aos mesmos. É uma instituição sem fins lucrativos [...] que promove e participa de atividades de promover prevenção das DST/HIV/AIDS e Hepatites virais, mobilizando as profissionais do sexo e mulheres na luta pela defesa dos direitos humanos em qualquer tempo e lugar. Bem como, contribuir para constante melhoria do nível de qualidade de vida e de educação da comunidade.⁵¹⁵

Esta lacuna dá a entender que o autor da proposta pouco conhecia das atividades realizadas pela instituição que estava representando por meio do projeto de lei. Vale lembrar que no ano de 2008 a Associação ainda era uma instituição com pouco tempo de fundação e articulação, contudo, os seus primeiros anos foram os mais intensos de atividades e demais articulações com outros movimentos sociais. Isto é, o projeto poderia estar fundamentado na própria vivência das trabalhadoras envolvidas.

Apesar disto, o PL obteve sua tramitação aprovada para seguir para votação. E no dia 31 de março de 2009 ocorreu a 19ª Sessão Ordinária, na qual foi votado o PL 129/2008. No total de 27 vereadores presentes, 9 votaram a favor e 18 votaram contra o PL, sendo a proposta rejeitada.⁵¹⁶

⁵¹⁵ PL 129/2008. 22 agosto de 2008.

⁵¹⁶ Câmara Municipal de Manaus. Relatório de Votação Nominal. Disponível no acervo da Associação As Amazonas. Segundo relatório, os vereadores e vereadoras que votaram a **favor** do PL 129/2008 foram: Glória Carrate (PMN); Hissa Abrahão (PPS); Homero de Miranda Leão Neto (PHS); José Mario Frota (PDT); Leonel Feitoza (PSBD); Maria do Socorro Sampaio (PP); Maria Mirtes Sales (PP); Massami Miki (PSL) e Mocilda de Oliveira Guimarães (PRP). Votaram **contra**: Ademar Vieira da Silva (PT); Amauri Batista (PSC); Denis Almeida (PTB); Fausto de Souza Neto (PRTB); Francisco do Nascimento (PMN); Isaac Tayah (PTB); Jaido de Oliveira (PRP); Jander Tabosa dos Reis (PV); José Henrique Oliveira (PP); Luiz Augusto Mitozo (PV); Marcel Alexandre da Silva (PMDB); Marise Mendes Perez (PTB); Wilker Barreto (PHS); Reizo Castelo Branco (PTB); Roberto Sabino (PRTB); Wilma Florenço (PTC); Vitor Gomes Monteiro (PTN); Wilton Lira (PTB). Estavam **ausentes**: Arlindo Pedro Júnior (PMDB); Eduardo

Para a apresentação de PLs como estes analisados aqui é necessário articulação política, isto é, as instituições entram em contato com algum vereador ou deputado (dependendo da esfera) que possivelmente tenham algumas inclinações políticas em comum para articular um apoio a determinada pauta.

Na fala de Ana é possível perceber uma desilusão com políticos, e conta mais um dos episódios de falsas promessas que foram vivenciadas durante o seu período na entidade como Coordenadora Geral.

[...] aquele Sabá Reis, ele foi lá na nossa sala, chegou e disse mesmo assim: “o que vocês tão precisando aqui?” Eu digo, nós tamo precisando reformar isso aqui tudinho. Aí disse que queria apoio e tal tal, eu não apoiei não, não apoiei porque eu já sabia o que ia que dar...eu já tava “escaldada” com os outros. Aí: “[...] essa semana eu vou mandar tinta, vou mandar não sei o que, vou mandar duas pessoas....” ele mandou? Até hoje.⁵¹⁷

Percebe-se que o hábito de alguns políticos visitarem instituições e comunidades em tempos de eleição pedindo votos em troca de favores, uma compra de votos camuflada de “pedido de apoio”, parece que se tornou uma prática comum de alguns candidatos.

No ano de 2010, foi dada entrada à segunda tentativa de conseguir o título de utilidade pública para As Amazonas, tratava-se do PL 057/2010 desta vez representado pelo vereador, Ademar Bandeira (PT). O primeiro parágrafo era basicamente o mesmo do PL 129/2008. Mas que adicionava um pouco mais de texto a sua justificativa:

[...] da mesma forma, visa contribuir para o combate a chamadas “violências sutis”, atos de violência moral, psicológica e de controle econômico, entre outros, que estão tão arraigados que muitas vezes são considerados naturais e não são percebidos como violência, até pelas próprias mulheres. Pois a violência contra a mulher se denomina como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada”. Vale aqui ressaltar que a pior morte talvez seja a psicológica, onde a mulher se encontra morta emocionalmente, não tendo forças para lutar acuando-se em seu mundo, com um grito abafado dentro do seu próprio “eu”. Dessa forma, é que a **AMA**, como instituição tem o dever de promover através de fórum, seminários, palestras e outros meios, esse combate a discriminação, a violência contra a mulher, dando a ela, meios que possam contribuir

Castelo (PSB); Elias Emanuel Lima (PSB); Eloi Carvalho (PTN); Gilmar Nascimento (PSB); José Irailton Sena (PTdoB); José Ricardo (PT); Luiz Alberto Carijó (PTB); Marcelo Ramos (PCdoB); Mário Bastos (PRP); Paulo Nasser (PSC).

⁵¹⁷ Entrevista com Ana em 10 de novembro de 2019, em sua residência.

para melhorar sua participação na sociedade seja em que seguimento for. Concluindo, essa Lei, também visa alertar aqueles que legislam contra a qualquer ato de discriminação contra a mulher, oprimindo-as, segregando-as no meio social, que olhem com um olhar humano pondo em prática dentro de si para vencer a capacidade de levar a executá-la, mesmo contra a sua vontade.⁵¹⁸

Este utiliza um texto mais dramático e abrangente no que tange a categoria mulheres, diferentemente do PL 129/2008 que expressava de forma evidente que o PL era direcionado as mulheres trabalhadoras sexuais. Esta segunda parte do PL 057/2010 tenta camuflar os reais interesses do projeto, e foca seu texto nas questões voltadas para as violências.

Nota-se que o projeto não expressa o nome da instituição, se referindo apenas à sigla AMA, aludindo à nomenclatura registrada na primeira placa de identificação da Associação – Associação de Mulheres do Amazonas. Tendo em vista que em 2010 a instituição já possuía sua denominação como Associação de Prostitutas e ex-prostitutas do Amazonas.

Contudo, o projeto não chegou a tramitar e com isso os registros sobre o projeto de lei na Câmara dos vereadores são nulos, com exceção do que foi encontrado no acervo da Associação contendo a proposta e a justificativa do PL.

Para Ana, ambos os projetos foram insuficientes, e acredita que faltou dedicação dos vereadores na articulação dentro da Câmara Municipal. Ana acredita que o interesse de ambos os vereadores em apresentar o projeto possa ter sido alguma jogada política, pois após isto não ocorreu nenhum interesse em apoiar a instituição ou qualquer outro projeto da categoria.

[...] o caso do título de utilidade pública municipal [...] quem escrevia era a própria equipe do vereador, aliás, eu cheguei a ler e vi que é um projeto sem justificativa [...] eu acho que o projeto não tem muito [...] significado, assim [...] eu achei ele muito vazio. Então acho que foi falta de interesse mesmo de fazer um bom projeto dos próprios vereadores que assumiram, né? O Leonel, eu acho que pra ganhar alguma posição ele se meteu nisso, o outro também, o Ademar Bandeira também. E os outros vereadores que se comprometeram acho que nem chegaram a tirar da gaveta. [...] eu li e achei muito vazio, sei lá, muito sem explicação, muito pequeno o projeto [...] apesar de eu não ter muita experiência, mas eu achei que deveria ser um projeto mais [...] detalhado. Mas foi (sic) eles mesmo que fizeram esse projeto, aliás

⁵¹⁸ PL 057/2010. 08 de março de 2010.

pegando alguma informação minha, né, ou das meninas, das próprias protagonistas, e eles fizeram o projeto.⁵¹⁹

Uma das grandes lacunas de ambos os projetos apresentados pode estar na falta de participação direta das mulheres da Associação na construção da proposta, – diferentemente do que ocorreu com o PL Gabriela Leite que contou com o envolvimento do movimento – que como foi mencionado por Ana, foram solicitadas apenas informações básicas sobre a instituição e suas trabalhadoras, denotando aí uma das principais problemáticas dos PLs aqui tratados.

Por exemplo, quando o PL trata das violências contra as mulheres era necessário adequá-lo às experiências vivenciadas pelas trabalhadoras, e certamente resultaria em um texto mais próximo das questões e problemáticas inerentes à categoria.

Carolina Bonomi em sua dissertação de mestrado também tratou de alguns debates enfrentados pelas trabalhadoras sexuais durante o VI Encontro Nacional de Prostitutas no ano de 2017. Entre eles, o caloroso debate sobre os limites da lei Maria da Penha para as prostitutas. Bonomi dá destaque à fala de Tereza Cortês, que durante o evento representava a Associação As Amazonas, e já foi membro integrante da instituição.

Ontem eu cheguei ao evento e uma das putas estava falando que nós não temos direitos. Mas eu quero dizer que nós temos direitos sim! A lei Maria da Penha não foi feita para algumas mulheres. A Maria da Penha foi feita para todas nós mulheres! Independente se nós somos putas, mas nós não somos mulheres?! Somos mulheres! Então não existe essa de dizer que a Maria da Penha não foi feita para as putas, essa lei é para todas nós. Nós temos que exigir os nossos direitos. Eu fui fazer uma denúncia e o delegado me falou: “Vá pra casa”, é nesse momento que temos que reagir e dizer “por que eu não tenho direito”? Qual diferença entre uma puta e uma mulher que não puta? Eu não sou uma mulher? Então, vamos acabar com essa história que não tenho direito porque sou puta. Nós estamos na rua lutando por nossos direitos. Então, temos de parar com isso [de dizer] que não temos direitos. Temos direitos, sim. Somos putas, somos mulheres e temos nossos direitos. [...] Não tem que haver a separação das pessoas. Somos iguais perante a constituição.⁵²⁰

⁵¹⁹ Entrevista com Ana, em 28 de dezembro de 2021, e por conta da pandemia de Covid 19 foi feita por meio de vídeo conferência, com gravação de áudio.

⁵²⁰ Fala de Tereza Cortês, durante o VI Encontro Nacional de Prostitutas, em 2017. Conf. GUERRA, Carolina Bonomi de Menezes. “Mulher da vida, é preciso falar”: um estudo do movimento organizado de trabalhadoras sexuais. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Unicamp, Campinas, São Paulo: 2019, pp. 154-155.

A fala de Tereza é muito importante e poderosa. Aborda a realidade vivenciada pelas prostitutas que sofrem qualquer tipo de violência e procuram registrar seus boletins de ocorrência. Na maioria das vezes as trabalhadoras sofrem represálias por tentar buscar seus direitos como mulheres, direitos estes que são negados dentro de delegacias espalhadas pelo país.

“*Eu não sou uma mulher?!*”, questionava Tereza sobre a negação dos direitos das trabalhadoras sexuais. A cientista política Carolina Bonomi tece importantíssimas contribuições sobre a semelhança entre algumas lutas travadas pelos movimentos negro e putafeminista. Sobretudo no que se refere à relação de tutela construída pelas feministas brancas, como se as mulheres negras não fossem capazes de falar por si, refletir e combater as opressões vivenciadas. E é desta forma que se sentem as trabalhadoras sexuais que lutam pelos seus direitos.

São mulheres possuidoras de direitos, a diferença é que elas precisam gritar muito mais alto para tentar inventar e construir seus poucos direitos. É preciso gritar pelo direito de ter direitos para além do consultório médico. Como apelava Tereza no fragmento acima, “*Eu não sou uma mulher?!*”⁵²¹.

As trabalhadoras sexuais que necessitam algum tipo de assistência policial, acabam que ficam sujeitas à simpatia ou não do agente que atende a ocorrência, mostrando assim a falta de uma formação mais humana para esses agentes, para que evitem constrangimentos e discriminações de qualquer natureza.⁵²²

Os juristas Carvalho e Silva⁵²³ realizaram um trabalho sobre a regulamentação do trabalho sexual no campo do Direito, e constataram a ineficácia do legislador e a

⁵²¹ Lembrando o potente discurso de Sojourner Truth, na Women’s Rights Convention em Akron, Ohio, nos Estados Unidos no ano de 1851 (disponível online). Sojourner Truth nasceu escrava e tornou-se livre em 1787, segundo Truth: “*ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher?*”. Ver mais em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>

⁵²² Em estudo sobre violência doméstica e o atendimento policial nas delegacias especializadas, evidencia que boa parte dos agentes policiais consideram os crimes contra as mulheres como crimes de menor relevância. E isto nos exemplifica que se os crimes contra mulheres que não são trabalhadoras sexuais são menosprezados, pode-se ter a ideia de como são tratados os crimes contra trabalhadoras sexuais. Para ver mais: SANTOS, Danielle Lima dos. *As ambiguidades no conceito da violência: o caso das mulheres manauaras que buscam a Delegacia Especializada de Crimes Contra a Mulher*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Sociologia. Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2016; FILHO, Roberto Efrem. *À queima-roupa: rebaixamento, prazer e desejo em casos de violência policial contra travestis*. Anu. Antropol. (Brasília) v. 46, n. 3, pp.30-48. (setembro-dezembro/2021). Universidade de Brasília. ISSN 2357-738X. <https://doi.org/10.4000/aa.8904>

⁵²³ CARVALHO, Jô de; SILVA, Alviney Ramos. *Prostituição é profissão: Motivos para legalizar*. Revista Eletrônica de Ciências Jurídicas, v. 1, n. 2 (2016) Ipatinga, MG, Brasil.

insolvência da constituição, pois na esfera constitucional há o princípio da não discriminação, e o que se tem observado de forma institucionalizada é a discriminação de trabalhadoras sexuais. Esta problemática por sua vez ainda é pouco debatida e criticada no Direito.

Portanto, quando se fala sobre as violências vivenciadas pelas trabalhadoras sexuais nos debates, nos projetos de lei ou nos congressos, não se pode restringir a violência entre cliente e profissional, o que se pretende evidenciar é que a violência policial é um problema histórico na vida dessas trabalhadoras e já é pauta debatida nos movimentos de prostituta desde o I Encontro Nacional de Prostitutas, no final da década de 1980.

Conforme apontou o sociólogo José Gilbert⁵²⁴, é de conhecimento de boa parte da população brasileira que a força policial brasileira é violenta e despreparada no seu trabalho, sobretudo se tiver que tratar com movimentos sociais e entre outros sujeitos periféricos. Em seu estudo o autor destaca pesquisas que mostram que a polícia militar (principalmente) ao adentrar comunidades pobres ou manifestações de trabalhadores e trabalhadoras, na maioria das vezes o fazem de forma extremamente violenta.

Conhecida como “violência oficial”, a violência policial está ligada à violência estrutural contra pessoas e grupos, possui uma variação no seu grau de tolerância – seja governamental ou da população – isto porque a ação policial depende do lugar em que essa ação é tomada, ou seja, existem determinados espaços em que a polícia age com violência explícita. Esta variação remete para quatro aspectos importantes como: as diretrizes governamentais sobre a utilização da violência; a noção de cidadania; o nível de consentimento social da violência para a resolução de conflitos e o modelo de relação entre governo e população.⁵²⁵

Refletindo nesta problemática, contudo, voltada para o trabalho sexual, não é muito difícil pensar qual seria a postura policial durante uma abordagem a prostitutas de rua e uma abordagem em uma casa de prostituição de luxo, assim como difere da ação

⁵²⁴ MARTINS, José Gilbert Arruda. *Violência Policial no Brasil: Reflexões teóricas sobre a força policial como instrumento de repressão burguesa. Hegemonia – Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro*. ISSN: 1809-1261 UNIEURO, Brasília, número 22 (Especial), 2017, pp. 98-126.

⁵²⁵ MACHADO, Eduardo Paes; NORONHA, Ceci Vilar. *A polícia dos pobres: violência policial em classes populares urbanas*. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 4, nº 7, jan/jun 2002, pp. 188-221.

policial dentro de uma comunidade periférica ou dentro de um condomínio de luxo. Esta evidência demonstra como é importante o debate sobre a violência policial no país.

Abordando um outro lado do debate, a obtenção do título de utilidade pública era de grande importância para a Associação As Amazonas que conseguia apoio apenas para programas e ações voltadas para a área da saúde e de prevenção de ISTs. Para a participação em editais de recursos era necessário pagamento de taxas, entre várias outras burocracias que o título isentaria a instituição de boa parte destas burocracias e possibilitaria mais participação social da Associação com sua população. Ana explica que:

Hoje em dia, pra tirar esse projeto da gaveta, precisa de um vereador daquele [...] o cara tem que ser carne de tetéu mesmo pra meter a cara e fazer uma coisa que preste, e sem intenção nenhuma de lucrar em alguma coisa. Só assim a gente ia conseguir a utilidade pública. Por causa dessa utilidade pública a gente perdeu muita coisa. Agora que a Associação tá fechada, agora que não tem esperança pra mais nada mesmo.⁵²⁶

Vale lembrar que a Associação fechou as portas no ano de 2019, após a conclusão da gestão da Coordenação de Ana. Pode se dizer que a nível nacional a grande conquista almejada pela categoria é a regulamentação da profissão, e a nível local a conquista do título de utilidade pública municipal ou estadual era o grande sonho de Ana durante seus anos de gestão.

Novamente a desesperança e esperança se cruzam na narrativa de Ana. Ao mesmo tempo em que não acredita mais em políticos sem palavras, acredita que possa surgir alguém com interesse em ajudar na luta e reerguer a As Amazonas. Contudo, Ana demonstra uma lucidez em relação ao cenário político brasileiro atual, e compreende muito bem a política de desmonte dos movimentos sociais e qualquer tipo de resistência, sobretudo, a resistência das trabalhadoras sexuais.

Eu ainda tenho esperança de alguém aparecer, uma turma aparecer e dizer mesmo assim “eu vou defender as putas”. Eu tô pronta pra ajudar, não quero me envolver mais, **mas eu quero ajudar e passar aquilo que eu aprendi tudinho pras pessoas que for assumir**. É difícil mana, que enquanto o Bolsonaro não sair do poder a gente da sociedade civil não vai ter mais direito a nada não, porque ele tá acabando com o nosso Brasil [...] tá matando as pessoas de fome, tá sugando os pobres o

⁵²⁶ Entrevista com Ana, em 28 de dezembro de 2021, e por conta da pandemia de Covid 19 a entrevista foi feita por meio de vídeo conferência, com gravação de áudio.

máximo que pode, eu só sei dizer que enquanto [...] se esse caboco for eleito novamente nós tamo é lascada.⁵²⁷

Ana comenta sobre a necessidade que tem em passar seus conhecimentos que adquiriu nos anos de movimento social, o caráter educativo dos movimentos sociais mencionado por Maria da Glória Gohn⁵²⁸. Segundo a autora, este caráter educativo é construído em algumas dimensões, entre elas a dimensão da organização política.

Gohn explica que a consciência sobre os direitos e deveres da sociedade se constrói através da união de informações sobre as formas das quais funcionam os vários órgãos públicos e suas administrações. Trata-se de um processo conflituoso, mas que possibilita as pessoas que atuam nos movimentos de se apropriarem das informações e conhecerem os meandros dessas estruturas organizacionais, e a identificação desses interesses são processados a partir das percepções de classes.

A hipótese de Gohn trata-se de perceber os movimentos sociais populares como formas renovadas de educação popular. As formas de saber dos movimentos populares transforma-se num forte instrumento de aliado para o alcance de seus objetivos. Este saber é politizado e participativo e ao ocupar estes espaços de construção das relações sociais torna-se uma ameaça para as classes dominantes⁵²⁹. Por isso percebe-se como importante esse processo de “passar o conhecimento a diante”.

O Jornal *Beijo da Rua* como Espaço privilegiado para o debate da regulamentação

Esta última seção é dedicada ao jornal *Beijo da rua* e aos debates acerca da regulamentação da profissão. Conhecido como o jornal das prostitutas, este, representa um vasto campo de disputas pela comunicação, pela expressão de suas ideias sem os estereótipos e representações marcadas por preconceito e estigma, reforçados primordialmente pela imprensa convencional.

A construção do jornal *Beijo da rua* foi oficializada em julho de 1987, conjuntamente com a criação da Associação de Prostitutas da vila Mimososa, no Rio de

⁵²⁷ Entrevista com Ana, em 28 de dezembro de 2021, e por conta da pandemia de Covid 19 a entrevista foi feita por meio de vídeo conferência, com gravação de áudio.

⁵²⁸ GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Movimentos sociais e Educação*. São Paulo: Cortez, 2001, pp. 17-18.

⁵²⁹ Idem, pp. 43-52.

Janeiro. No mesmo ano e na mesma cidade, foi realizado o primeiro Encontro Nacional de Prostitutas, tendo como tema norteador a “violência policial”.

Mesmo sendo o primeiro, o encontro contou com 11 estados brasileiros sendo representados, que apoiaram e endossaram a proposta de criação de um jornal que visibilizasse a representatividade dessas mulheres enquanto trabalhadoras e principalmente enquanto agentes políticos. No ano seguinte, em 1988 foi lançada a primeira edição do jornal, na cidade do Recife, onde foi realizado o primeiro Encontro de Prostitutas do Nordeste.⁵³⁰

Fundado por Gabriela Leite⁵³¹ e sendo editado por Flávio Lenz, o jornal foi apresentado e distribuído no Encontro Nacional, também para a comunidade da zona e para as trabalhadoras. A produção e circulação do jornal fortaleceu e fortalece a construção de identidade dessas mulheres, que percebem uma imprensa própria como a possibilidade de falarem por elas mesmas. Um jornal criado no Rio de Janeiro no final da década de 1980, mas circulou em boa parte do Brasil por meio das Associações locais.

Não se trata da imprensa convencional, e sim um jornal alternativo que representa uma prática contra hegemônica a uma imprensa que nos séculos passados e presente elaborou as mais caricatas e fantasmagóricas representações sobre mulheres prostitutas⁵³². O *Beijo da rua* vem enfrentar os discursos hegemônicos construídos sobre os corpos femininos.

O jornal é uma disputa evidente pelo poder de fala, pelo poder de se comunicar e de buscar valorizar as lutas dos movimentos sociais de trabalhadoras do sexo para a construção de novos valores para o trabalho sexual e suas trabalhadoras. E buscou transformar e ensinar percepções sobre os mundos do trabalho sexual, para além daquelas representações fantasmagóricas de suas trabalhadoras, nem vítimas, nem vilãs, o jornal busca mostrar as prostitutas não como a “*femme fatale*” – representação construída na

⁵³⁰ LENZ, Flávio; ANDRADE, Ana Beatriz; AQUINO, Henrique Perazzi. *Beijo da rua, um jornal com a voz das prostitutas*. In: *Anais da X Conferência Brasileira de mídia cidadã e V Conferência Sul-Americana de mídia cidadã*. Unesp/FAAC. Bauru-SP. 22-24 de abril de 2015, pp. 1-3. Disponível: <https://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/beijo-da-rua-um-jornal-com-a-voz-das-prostitutas-20233>. Acesso em: 03/02/2020.

⁵³¹ Ver mais sobre Gabriela Leite em: LEITE, Gabriela. *Filha, mãe, avó e puta: A história de uma mulher que decidiu ser prostituta*. Editora: Objetiva, Rio de Janeiro. 2009.

⁵³² Ver meu trabalho anterior de mestrado: LIRA, Bárbara Rebecka Gomes de. *A difícil vida fácil: o mundo da prostituição e as suas representações na cidade de Manaus (1890-1925)*. 2014. 114f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014; Em São Paulo uma grande referência sobre a temática: RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

virada do século XIX para o XX pelos discursos e saberes hegemônicos masculinos – mas sim, percebê-las como mulheres comuns e trabalhadoras que lutam pelo direito de ter direitos.



Imagem 32: Capa da Edição número zero do jornal Beijo da Rua. Dezembro 1988. Fonte: Rede Brasileira de Prostitutas (RDP), Associação de Prostitutas e ex-prostitutas do Amazonas (APAM) e davida.org.br

Na capa estampa uma grande mulher, como se o plano de fundo, as casas e as árvores fossem reduzidas frente à imagem principal. No plano principal, ela, a mulher profissional do sexo, como uma grande mulher, uma mulher cheia de mistérios a serem desvendados, um mundo desconhecido para muitos.

De vestido e sapato de salto vermelho, entre as pernas uma escada de longos degraus. O jornal é a escada. E esta, é o que possibilita o pequeno sujeito de escalar os longos degraus a fim de alcançar a mulher, que nesta ótica pode representar “os mundos do trabalho sexual”. O *Beijo da Rua* se propunha assim a ser o caminho para uma nova compreensão sobre a prostituição e suas trabalhadoras. É necessário compreender o universo dessa profissão e de suas lutas.

O sujeito que sobe as escadas entre as longas pernas aparece não muito bem definido, sombreado, quando esse pode ser qualquer um que esteja disposto a conhecer o “cosmos” do trabalho sexual, e abrir os olhos para as mulheres que trabalham nesse campo, as quais são de carne e osso, são mães, filhas e tias.

Notícias como: “*Prostituição não é caso de polícia*”, “*O sexo das meninas*”, “*Vida nova no Recife*”, “*Deus e o diabo na zona do manguê*”, “*Gabi*”, “*Poesia*”, “*Prostitutas não vão em massa à zona eleitoral*”, são colocadas ao lado da imagem da capa, como evidência dos novos valores das lutas daquelas trabalhadoras do sexo pelo Brasil.

A necessidade de construção de novos valores para o trabalho sexual fica evidente na página cinco da edição zero do impresso, com o título “*Prostituição não é caso de polícia*”, a nota vem contra-argumentar a criminalização da atividade sexual remunerada produzida pelos poderes públicos e legitimada pela grande imprensa.



Imagem 33: Páginas 4 e 5 da Edição número zero do jornal *Beijo da Rua*. Fonte: Rede Brasileira de Prostitutas (RDP), Associação de Prostitutas e ex-prostitutas do Amazonas (APAM) e davida.org.br

Na citação do jornal, observa-se também do lado direito da página a imagem de uma mulher gritando e algemada a uma árvore, na legenda: “*A prostituta ‘Branquinha’, algemada na 2º D, no Rio de Janeiro, este sim um caso de polícia*”.

Na página cinco, intitulada “*Prostituição não é caso de polícia*”, o jornalista Flávio Lenz entrevista um ex-secretário de segurança pública, Nilo Batista, e um juiz do

trabalho, Acácio Caldeira, na qual a conversa foi direcionada para as questões das mobilizações em prol das mudanças nas leis que persistem em perseguir as profissionais do sexo, diretamente ou indiretamente.

Embora a prática da prostituição e a permanência de qualquer pessoa em locais públicos não sejam considerados crimes – **o Código Penal prevê penas e multas para quem explora a prostituição e não para quem é prostituta** -, é comum a **perseguição de prostitutas e travestis, maiores e menores de idade, por policiais**. Essas situações, que incluem abusos sexuais, (...) em delegacias, exigências de propinas e até autuações por vadiagem, têm levados grupos de prostitutas e outras zonas da sociedade a se organizarem para exigir o cumprimento e até propor mudanças na lei.⁵³³

Neste primeiro trecho, é possível enxergar contradições, principalmente no primeiro grifo, “*prevê penas e multas para quem explora a prostituição e não para quem é prostituta*”. Na letra da lei é isto, se prostituir não é crime, contudo o que se vê no cotidiano é uma realidade diferente, pois muitas dessas penalidades recaem mais sob as trabalhadoras sexuais, nas páginas dos jornais convencionais o que fica evidente é a criminalização das trabalhadoras. Como mostra a imagem acima da trabalhadora algemada, percebe-se a forte contradição na fala do ex-secretário.

Difícilmente se vê notícias de empresários do “entretenimento adulto” ou do tráfico de pessoas serem criminalizados, condenados ou serem expostos pela polícia e imprensa. Por outro lado, o que mais se observa, são prostitutas desde antes do século XX sendo expostas na imprensa escrita dominante, realidade que, de resto, ainda permanece vigente.

Afirma ainda que “*é comum a perseguição de prostitutas e travestis, maiores e menores de idade, por policiais*”. O que é possível perceber nesta afirmação é a generalização sobre o trabalho sexual e a ação genérica da polícia, que ao invés de proteger crianças e jovens de abusos e violências, as perseguem. Deveras, elas não estão exercendo o trabalho sexual, e sim sendo exploradas sexualmente por adultos, seguindo o pensamento que uma criança não deveria estar trabalhando em lugar algum, muito menos no trabalho sexual.

⁵³³ *Beijo da rua*. Edição Zero, dezembro de 1988, p. 5.

Afirma o ex-secretário de segurança, que o “*Código Penal vai ser alterado, e que a tendência é a prostituição deixar de ser caso de polícia*”. De fato, o Código Penal vem sendo alterado de forma inevitável, mas por pressão popular, e não por movimento espontâneo, quando, de outra forma ainda estariam mantidas exclusões classistas do Código de 1940. Sobre a prostituição deixar de ser caso de polícia, podemos contradizer o ex-secretário, no ponto de vista que as atividades que mediatizam ainda permanecem criminalizadas, algo que indiretamente e/ou diretamente criminaliza também as trabalhadoras sexuais.

O jornal *Beijo da rua* circulou de 1988 até o ano de 2017, sendo transformado em jornal *online* a partir de 2004. O foco de distribuição consistia nas Associações espalhadas pelo país, e estas eram responsáveis por fazer com que o impresso chegasse nas mãos das trabalhadoras, assim como da população em geral, como estudantes de graduação, professores e demais pesquisadores que visitavam as instituições.

Segundo Flávio Lenz⁵³⁴, o jornal nasceu no contexto de afirmação de identidade cultural e social, para que novos sentidos e representações sejam construídos na sociedade como um todo. Lenz, além de editor do impresso era o companheiro de vida de Gabriela Leite, e logo se tornou um grande colaborador nas lutas dos movimentos sociais de prostitutas no Rio de Janeiro.

O jornal também é percebido como um lugar de memória como apontado pelo historiador Gabriel Alencar e Souza⁵³⁵, que percebe a criação do jornal como uma possibilidade de propagação de suas falas, de seus projetos e principalmente sua história enquanto movimento social. O historiador destaca que a memória da prostituição e do movimento de prostitutas no Brasil ainda não foi constituída, é nesse contexto que é salientada a importância do jornal *Beijo da rua* para a constituição da história dos movimentos sociais de prostitutas, bem como a sua conservação em acervos para utilização como fonte de pesquisa histórica.

O jornal *Beijo da rua*, por sua vez, é um periódico que rema contra a correnteza dos jornais do poder econômico hegemônico que, na maioria das vezes, estão atrelados a projetos políticos dominantes. Por outro lado, a imprensa alternativa aqui analisada possui

⁵³⁴ LENZ, Flávio. *Transgressões no imaginário da prostituição nos desfiles-trottoir da grife Daspu*. 2016. 152 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016, p. 5.

⁵³⁵ SOUZA, Gabriel Alencar e. “*Fala mulher, da vida*”: Representações da prostituição no jornal *Beijo da rua*. 2019. 161 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019, pp. 62-63.

interesses próprios, voltados para um público e projeto de sociedade mais igualitário, em que as trabalhadoras do sexo vejam superadas as suas dificuldades e alcançadas as suas propostas políticas. Neste caso, “construir novos valores” significa romper com os preconceitos e os estigmas historicamente impostos a essas mulheres como nos mostra a ainda tímida historiografia brasileira sobre prostituição.⁵³⁶

No trabalho de João Carlos de Souza⁵³⁷ sobre as lutas dos movimentos sociais por moradia em São Paulo, o autor percebe a importância de estabelecer um diálogo permanente com as fontes e com os sujeitos da investigação. E para isso apresenta uma série de questionamentos que norteiam suas análises e direcionam leitores e leitoras: Como a organização (ou não organização) foi percebida pelos envolvidos? Como se dispuseram na luta por direitos? Os valores e expectativas são reelaborados ou não no novo cotidiano no meio urbano?

Alguns desses questionamentos são importantes para a reflexão sobre as lutas de profissionais do sexo, e percebe-se que o jornal *Beijo da rua* nasce no seio da construção de novos valores no âmbito das lutas de trabalhadoras sexuais. Lembrando João Carlos de Souza, que o processo de construção e incorporação de valores e de cultura é contínuo, e se constitui historicamente pelas experiências do cotidiano.

O *fazer-se* também é *refazer-se*, e nessa perspectiva observa-se o jornal da categoria de trabalhadoras sexuais como uma forma efetiva de *contra-hegemonia*, pois há séculos prostitutas foram expostas na imprensa de forma irônica e desrespeitosa. Um

⁵³⁶ Referências sobre prostituição na historiografia brasileira: RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. São Paulo: Paz e Terra, 2008. MENEZES, Lená Medeiros de. *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio (1890-1930)*. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 1992. Pereira, Ivonete. *As decaídas: prostituição em Florianópolis*. Florianópolis: UFSC, 2004. ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840- 1890)*. São Paulo: Brasiliense, 2004. Fáveri, Marlene de; Silva, Janine Gomes & Pedro, Joana Maria. (Orgs.) *Prostituição em áreas urbanas: histórias do Tempo Presente*. Florianópolis: Editora UDESC, 2010. No que tange a historiografia amazonense sobre prostituição, vale destacar os seguintes autores(as): SANTOS JÚNIOR, Paulo Marreiro dos. *Criminalidade e criminalização de práticas populares em Manaus, 1906-1917*. 2005. 245 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. RODRIGUES, Caroline Souza. *Sombras da Noite: As mulheres marginalizadas da Belle Époque manauara (1860-1920)*. 2014. 142f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014. LIRA, Bárbara Rebecka Gomes de. *A difícil vida fácil: o mundo da prostituição e as suas representações na cidade de Manaus (1890-1925)*. 2014. 114f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Amazonas. SILVA, Daisienne Santos. *Memórias, sociabilidades e resistências: o trabalho sexual feminino na cidade de Manaus nas décadas de 70 e 80 do século XX*. 2017. 129f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

⁵³⁷ SOUZA, João Carlos de. *Na luta por habitação: A construção de novos valores*. EDUC, São Paulo: 1995, p. 14.

jornal produzido por prostitutas para prostitutas, nesse campo de lutas, evidencia a construção de novos valores, também quanto a formas sociais alternativas de existir e resistir.

Como o jornal nasce dentro da organização das trabalhadoras sexuais, compreende-se que a intenção do impresso seja visibilizar as lutas e principalmente visibilizar as ações realizadas pelo Brasil para formação de lideranças, e abertura de instituições. Nesse sentido, busca-se construir além dos novos valores, a identidade própria de movimento social novo, evidenciando as contradições e a necessidade de novos olhares quanto à prática dessa profissão, e seu reconhecimento como tal.

Neste ponto, é importante demonstrar como o jornal foi importante para as trabalhadoras sexuais, para a divulgação e articulação de suas múltiplas lutas sociais, assim como foi importante para o amadurecimento do debate da regulamentação da profissão, e também para a valorização de sua organização política como um movimento social nacional.

Vânia Rezende, uma mulher trabalhadora sexual, integrante da Associação Pernambucana de Profissionais do sexo - APPS, em Recife, escreveu um artigo no jornal *Beijo da rua* sobre a importância dessa imprensa para a sua categoria, um jornal para chamar de “nosso”.

A importância do jornal *Beijo da rua* é imensurável para nós prostitutas. O *Beijo* nasceu um pouco depois da ditadura, quando a gente ainda sentia os reflexos daquela época infeliz para todos os brasileiros, e só trouxe orgulho e alegria para nós putas. Temos um jornal nosso, que vem combatendo estigma, putofobia, discriminação, violência, falta de identidade, tudo que carregamos por conta desta sociedade hipócrita que usa os nossos serviços e nos joga pedras. Ele nasceu com a legenda “nada sobre nós sem nós”. **Há 30 anos temos a felicidade de ter saído das páginas criminais e estar no nosso jornal falando de arte, música e poesias. Para mim todas as edições são maravilhosas, educativas e divertidas.** Na verdade, **a que eu mais amei foi a que eu sou capa, no ano de 2001**, quando o jornal fez a cobertura da fundação da Associação Pernambucana das Profissionais do Sexo (APPS). Já o texto que mais me marcou saiu na Coluna da Gabi (“O suor do presidente”), uma homenagem que Gabriela Leite fez ao presidente Lula no ano de 2002.

Há 30 anos o *Beijo da rua* já era atual, retratava a situação como se fosse hoje, nós já éramos aguerridas, desbravadoras capitães de nossas vidas. Há 30 anos as putas fundadoras deste movimento já eram empoderadas e não baixaram a crista para a pastoral, já existia a sororidade entre as putas fundadoras deste movimento que cresceu lado a lado com este jornal. O *Beijo da rua* sempre esteve presente na vida

das putas, do “Oiapoque ao Chui”. Falar do *Beijo* pra mim é tesão, paixão, orgulho, vivência, democracia, história de puta.⁵³⁸

Destaca-se em negrito, a valorização de ter um jornal próprio e enfim sair das páginas policiais das sessões dos jornais convencionais. Além disso, destaca-se o caráter educativo que o jornal se propõe a representar, combatendo assim o estigma, a discriminação e, inclusive, combatendo o medo de assumir quem realmente é. Destaca-se também a alegria e satisfação em ter sido capa do jornal e ter a fundação de sua Associação local sido acompanhada e noticiada, em 2001.

Vejamos a edição de comemoração dos trinta anos de movimento político de prostitutas. Na capa: “PROSTITUTAS COMPLETAM TRÊS DÉCADAS DE LUTA” e abaixo, frases de algumas mulheres trabalhadoras sexuais: “*O maior projeto é o movimento*”; “*Nossa política afirmativa é ser mulher*”; “*Uma puta ativista vai com boceta, cabeça, vai de útero mesmo*”; “*Somos putas políticas, sem perder o clima de sedução das luzes vermelhas*”; “*Começamos e avançamos em rede*”; “*Ainda lutamos por identidade e participação*”.⁵³⁹

Três meses antes desta edição comemorativa ser lançada, ocorreu na cidade do São Luiz do Maranhão, em setembro de 2017, o VI Encontro Nacional de Prostitutas, com o tema principal “30 anos de Memórias, Histórias e Lutas”, reunindo trabalhadoras sexuais de mais de 15 estados brasileiros, e demais profissionais considerados “aliados e aliadas”. Este evento foi um marco para o movimento, e teve a cobertura jornalística integral do *Beijo da rua*.

O evento foi organizado pela Associação de Prostitutas do Piauí, pelo Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará e pela Associação de Prostitutas do Maranhão, e foi executado pela Rede Brasileira de Prostitutas conjuntamente com a Central Única de Trabalhadores e Trabalhadoras sexuais, e contou com os apoios da Articulação Nacional de Profissionais do Sexo, Unesco, governos federal, estadual e municipal.

Conforme o primeiro artigo do jornal, intitulado “30 anos de conquistas e desafios”, o VI Encontro ficou marcado pela “diversidade autônoma” dos movimentos nacionais de prostitutas, que com muita resistência continuam seus trabalhos locais e

⁵³⁸ *Beijo da rua*. Ano 30. Num. 1. dezembro de 2018, p. 4. Título: *O nosso jornal por nós mesmas*. Por Vânia Rezende. Disponível Acervo Associação As Amazonas, Rede Brasileira de Prostitutas e acervo pessoal.

⁵³⁹ *Beijo da Rua*. Ano 29, num. 2, dezembro de 2017, p. 2. Disponível Acervo Associação As Amazonas, Rede Brasileira de Prostitutas e acervo pessoal.

transformam em projetos de políticas públicas que abordem suas questões e seus direitos. “E porque identidade é se permitir falar, mostrar a cara de verdade, falamos aqui também.”⁵⁴⁰ Nesse sentido, a reflexão sobre identidade está diretamente interligada com o poder de fala e também com “parar de se esconder”.

Percebe-se a vibração pela conquista de respeito, algo que deveria ser básico e primordial na vida de todos os seres humanos, o que é visto pelas trabalhadoras como uma conquista a ser destacada.

Maiores conquistas do movimento é a própria divulgação de que nós existimos, é o movimento ser reconhecido. Antes do movimento, em Manaus, uma senhora casada cuspi nos pés da gente. Agora isso não acontece mais, tem mais respeito pelas prostitutas. E ainda falta conquistar mais espaço e ter direitos como qualquer outra cidadã.⁵⁴¹

Veja que a noção de conquista aqui é invocada diretamente para destacar ganhos coletivos, e apesar da notoriedade que existe em conquistar o respeito de parte da sociedade, é necessário sempre lembrar que ainda há um longo percurso de criação/invenção de direitos pela frente.

Para Ana, o processo de propagação da existência e resistência dessas mulheres foi a maior conquista do movimento de trabalhadoras sexuais no Brasil, e o jornal *Beijo da rua* fez parte disto, pois foi o meio de divulgação daquelas movimentações da categoria pelo país, a fim de garantir “O principal direito: sermos representadas por nós mesmas”.⁵⁴²

Para Lourdes Barreto do Gempac – Grupo de Mulheres Prostitutas do Pará, a maior conquista é o reconhecimento da legitimidade do movimento por meio de políticas efetivas para a sociedade, quando cita as políticas de prevenção e tratamento de HIV/Aids no Brasil que foram construídas com a colaboração dos movimentos nacionais de prostitutas.

A maior conquista é o reconhecimento da existência desse movimento, reconhecimento de que essas mulheres vêm construindo políticas públicas, que são para toda a sociedade. É um movimento democrático, não de poder, mesmo que ainda seja preciso bater muito na questão do

⁵⁴⁰ Jornal *Beijo da Rua*. Ano 29, num. 2, dezembro de 2017, p. 2. Disponível Acervo Associação As Amazonas e Rede Brasileira de Prostitutas.

⁵⁴¹ *Beijo da rua*. Ano 28, num. 2, dezembro de 2018, p. 6. Título: *Movimento reconhecido*. Por: Ana, As Amazonas.

⁵⁴² Frase escrita por Maria de Jesus Costa, da APROSMA – Associação de Prostitutas do Maranhão. Em seu artigo abordou questões como autonomia de seu corpo e empoderamento feminino. *Beijo da rua*. Ano 28, num. 2, dezembro de 2018, p. 4. Título: “*Fala mulher da vida. E garante o principal direito: sermos representadas por nós mesmas*”.

poder. Somos todas amigas, colegas, companheiras. Um movimento que ajudou a construir as políticas de Aids do Brasil.⁵⁴³

Seguindo este rumo, a publicação de Denise, primeira Coordenadora Geral da Associação As Amazonas, também delinea a importância que tem o poder de fala para a sua classe. O texto foi intitulado “*A gente pode falar por nós mesmas*”:

A Amazonas nasceu porque o Gempac foi lá atrás da gente. Eu estava num bar e uma amiga me chamou para ir na praça do pau mole (como era chamada a praça da prefeitura). Foi quando eu vi Leila pela primeira vez, falando que a gente podia se organizar, sem empoderar. Já tinham vindo muitas pessoas falar com a gente, mas queriam levar o nome das putas e falar por nós. Como é que uma pessoa de outro movimento pode falar por uma puta se eu faço programa, se eu fico na zona, se eu amanheço, se eu que sei quais os problemas que têm dentro da zona? E eu ouvindo Leila e pensando, será? E então veio a possibilidade de criar uma associação a partir do projeto Sem Vergonha. Leila com muita paciência, que a nossa cabeça era difícil, difícil de entender uma mulher falando que a gente poderia fazer uma associação, poderia se organizar, poderia lutar pelos nossos direitos. E fizemos. Mas mesmo depois de ter associação, ainda tinha gente que queria falar por nós. E isso a gente diz pra essas pessoas. “Nós já temos uma instituição. A gente pode falar por nós mesmas”. Também acontecia de eu chegar numa reunião e dizer “Sou Denise Mara, sou prostituta”, e todo mundo ria. Como é que pode? Se um movimento LGBT chega lá e fala, o povo ri? Isso começou a me dar raiva. [...] Eu nunca fui em reunião de calça comprida, cabelo liso. Não! Eu saída da zona, sapato alto, sainha curtinha, a cara mais pintada, parecia uma drag queen, as unhas enormes, chegava lá e tinha gente que dizia, “Denise, não dava pra vestir outra roupa?” “Dá não, daqui a pouco eu tô voltando pra lá de novo, não tenho tempo de ir em casa trocar minha roupa, não”. Se eu sou puta, por que é que eu ia trocar minhas vestes? Só pra agradar alguém?⁵⁴⁴

A questão da luta pela identidade está diretamente ligada com a luta pela regulamentação, pois na medida em que o movimento acredita na regulamentação da profissão mais autoafirmam suas identidades de mulheres trabalhadoras. O poder de organização e empoderamento destas mulheres se mantém vivo a cada encontro nacional e a cada atividade que realizam em conjunto, é o poder da coletividade e da solidariedade que mantém este movimento de resistência há mais de 30 anos.

⁵⁴³ *Beijo da rua*. Ano 28, num. 2, dezembro de 2018, pp. 9-10. Título: *O maior projeto é o movimento*. Por: Lourdes Barreto, Gempac, Pará.

⁵⁴⁴ *Beijo da rua*. Ano 29, num. 2, dezembro de 2017, pp. 4-5. Disponível Acervo Associação As Amazonas e Rede Brasileira de Prostitutas.

Durante o VI Encontro também foi debatida a questão da regulamentação da profissão. Foi explicado que na época da construção do PL não foi possível abordar o trabalho sexual dentro dos cortes de gênero, classe e raça, portanto, o projeto foi construído a partir das concordâncias dentro do movimento. Um dos questionamentos levantados por algumas mulheres girava em torno da descriminalização das casas de prostituição e da porcentagem mencionada no projeto.⁵⁴⁵

Discutir a regulamentação vai além das questões de ser a favor ou contra, estamos discutindo as condições de trabalho de pessoas. Ter direito a um lugar que possa prover iluminação, segurança, higiene. A regulamentação é sobre isso. Não para fechar os olhos e não perceber a situação precária que essas pessoas estão.⁵⁴⁶

Vale lembrar que existem discordâncias a respeito de reformular ou não o projeto de lei. Lourdes Barreto expressou que em sua perspectiva o projeto não necessita de ajustes, e que as discordâncias são inevitáveis, não chegando a ser um problema e destaca que a questão central é lutar incansavelmente por melhores condições de trabalho.

O PL Gabriela Leite não tem que ter mudanças: algumas não concordam com 50%, mas o que precisamos é lutar por condições de trabalho, nem sempre os ambientes são agradáveis nos cabarés, nos garimpos. Precisamos ir para as praças e pedir assinaturas de apoio ao projeto.⁵⁴⁷

E ainda tece suas perspectivas sobre a CBO, acreditando que ainda exista um grande trabalho pela frente de divulgação e orientação pelo Brasil sobre o que é a Classificação Brasileira de Ocupações para as trabalhadoras sexuais.

Acho que foi pouco divulgado, ainda tem poucas prostitutas que contribuem para o INSS com base na CBO (Classificação Brasileira de Ocupações). Fizemos pouco material sobre isso. É difícil, mas precisamos trabalhar mais com essa divulgação. Botar a barraca na praça.⁵⁴⁸

⁵⁴⁵ GUERRA, Carolina Bonomi de Menezes. “Mulher da vida, é preciso falar”: um estudo do movimento organizado de trabalhadoras sexuais. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade Estadual de Campinas. Campinas: 2019, pp. 152-153.

⁵⁴⁶ Amara Moira em entrevista a Carolina Bonomi. Em: *Entre o laudo e a carteira. Transformações no mercado de trabalho*. Monografia apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Faculdade de Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas. Campinas: 2017, p. 64.

⁵⁴⁷ *Beijo da rua*. Ano 28, num. 2, dezembro de 2017, pp. 9-10. Título: *O maior projeto é o movimento*. Por: Lourdes Barreto, Gempac, Pará.

⁵⁴⁸ *Beijo da rua*. Ano 28, num. 2, dezembro de 2017, pp. 9-10. Título: *O maior projeto é o movimento*. Por: Lourdes Barreto, Gempac, Pará.

É necessário lembrar que o debate da regulamentação vai se transformando no tempo e nos espaços, inclusive dentro dos movimentos sociais. Questões que foram deixadas de lado em 2014 no PL Gabriela Leite, de 2019 em diante ganham espaços para debate e reflexão. As lutas sociais são processos inacabados, em constante transformação.

Carolina Bonomi⁵⁴⁹ em sua pesquisa constatou que as pautas dos movimentos estão em constante renovação. A pauta de saúde não mais se restringe à prevenção de IST's, mas se amplia para saúde mental e para o convívio com drogas durante o trabalho sexual. E a pauta da regulamentação é o principal mecanismo para enfrentar o estigma e as violências, e, sobretudo, para assegurar minimamente os direitos trabalhistas destas trabalhadoras e trabalhadores.

A cientista social ainda complementa que os movimentos sociais de prostitutas alcançaram maior participação no Estado por meio das políticas de saúde e prevenção, e durante as gestões do Partido dos Trabalhadores no governo federal é evidente o avanço nessas políticas, isto por meio da participação direta dos movimentos de trabalhadoras sexuais.

Contudo, no que se refere às políticas que pretendessem a regulamentação da profissão, pouco se avançou. As prostitutas dificilmente ocupam espaços políticos que não sejam direcionados para a pauta da saúde, isto devido às disputas em torno de como se compreende a prostituição. Bonomi ainda complementa que após o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff as dificuldades cresceram mais.

Percebe-se, portanto, que as lutas pelo direito ao trabalho das trabalhadoras sexuais não foram tão prósperas assim se comparadas com as lutas no campo da saúde. É importante reconhecer que um caminho de luta tem sido percorrido com muita obstinação, os debates sobre regulamentação têm sido amadurecidos no seio dos movimentos sociais da própria categoria.

Exclusão e desigualdade que motivam essas pessoas a criarem seus espaços seguros, suas associações e redes que possam configurar esperança de ter o reconhecimento da sociedade perante suas formas de sobreviver, de existir e resistir. Não

⁵⁴⁹ GUERRA, Carolina Bonomi de Menezes. "*Mulher da vida, é preciso falar*": um estudo do movimento organizado de trabalhadoras sexuais. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade Estadual de Campinas, Campinas: 2019, 192 fls., pp. 163-165.

podemos mais fechar os olhos para as experiências de luta dessas trabalhadoras e trabalhadores.

Como foi lembrado no capítulo anterior, mesmo que algumas trabalhadoras sexuais não tenham conhecimento da possibilidade de uma regulamentação, o trabalho é contínuo e tem muito a ver com a educação e formação política dessas trabalhadoras. Não se entra no movimento sabendo de tudo, se aprende ao longo das experiências de luta coletiva.

Considerações Finais

Acompanhar as experiências e trajetórias de sujeitos históricos dos mundos do trabalho sexual na cidade de Manaus e em parte do Brasil foi um grande desafio, e mais que isso, tem oportunizado múltiplos aprendizados. Perceber essas mulheres como trabalhadoras lutando diariamente não apenas por sobrevivência, mas por protagonismo, consistiu em romper com perspectivas limitadoras e preconceituosas produzidas e reproduzidas ao longo do tempo e em diferentes lugares sociais. Tratava-se então de superar os violentos estigmas que afirmam que as prostitutas não são mulheres trabalhadoras como outras.

Dá a grande importância em perceber os movimentos sociais como espaços de fortalecimento da identidade dessas trabalhadoras, responsáveis em grande medida por sua emancipação, informação e formação no campo social e humano. Trata-se de um marco histórico, pois foi a partir disto que as trabalhadoras sexuais começaram a redimensionar e construir seus saberes táticos e de resistência em torno dos mundos do trabalho sexual.

“Nada sobre nós, sem nós”, disseram elas. Negar esses trinta e seis anos de lutas nos movimentos sociais de prostitutas é negar a participação política popular desses sujeitos históricos. Falar de prostituição é falar de trabalho, é falar de luta social. Não se pode mais negar a existência e resistência dessas mulheres na História.

Ter conhecido e contribuído com a Associação As Amazonas foi um privilégio indescritível e fundamental para a constituição do meu eu como mulher, historiadora e trabalhadora. Conhecer e conversar com mulheres trabalhadoras sexuais do centro de Manaus me motivou a conhecer outras instituições organizadas de trabalhadoras sexuais por onde me aventurava pelo Brasil.

Ouvir e trocar experiências com Ana, Baiana, Lourdes, Gabriela, Denise e entre outras mulheres levantaram questões primordiais para compreender a dinâmica árdua de trabalhadoras e trabalhadores brasileiros, principalmente entre os setores mais excluídos.

Diante disso, questiono por que é importante pensar a prostituição na perspectiva do trabalho? É a partir desta perspectiva que conseguimos adentrar às demais matrizes de opressão experienciadas por essas trabalhadoras. Elas não estão na margem da margem porque são mulheres negras e pobres, e sim porque são mulheres, negras, pobres, mães e trabalhadoras sexuais.

E, além disso, a perspectiva do trabalho as liberta da ótica vitimizadora. As mulheres que lutam nos movimentos sociais de trabalhadoras sexuais reivindicam o protagonismo de suas próprias vidas. Por meio do reconhecimento do trabalho sexual é possível lutar efetivamente contra demais formas de violência e exploração sexuais.

Vale lembrar que não se fecha aqui os olhos para os problemas criminosos de tráfico de crianças, jovens e mulheres para fins de escravização sexual. Pelo que se pode conhecer dialogando e ouvindo as trabalhadoras dos movimentos organizados, um projeto de regulamentação nacional deve estar comprometido com formas de combater os crimes sexuais. O que não podemos é generalizar “prostituição” e encerrar o assunto apenas como um problema moral ou como um “mal necessário”, embasados em discursos heteronormativos que objetivavam meramente o controle de corpos femininos.

Buscou-se também evidenciar ao longo deste trabalho a participação dos movimentos sociais de prostitutas na construção de políticas públicas de saúde voltada para a prevenção e tratamento de infecções sexualmente transmissíveis. Lutas encampadas por diferentes associações país a fora, e também em Manaus.

O acesso a consultas médicas, a uma porta de entrada humanizada e com garantia de direitos humanos fundamentais no SUS, a oportunidade de engajamento em cursos supletivos, solicitação de via de documentos de identificação etc, eram algumas das ações realizadas pela As Amazonas, afetando positivamente a vida dessas trabalhadoras. A reivindicação da cidadania por meio dessas campanhas de articulação política ampla da Associação foi referida durante a pesquisa e está diretamente ligada com os objetivos dos movimentos organizados de trabalhadoras sexuais no Brasil.

Tenho aprendido ao longo deste percurso de pesquisadora e historiadora do trabalho sexual que se trata de uma luta multifacetada, uma luta de todas as mulheres, inclusive contra os estigmas que enfatizam a distinção entre mulheres putas e não putas.

Como observa a historiadora Silvia Federic, contra a lógica do patriarcado, precisamos nos afirmar como todas putas, pois, esta separação nos coloca umas contra as outras.

Dito isto, surge o seguinte questionamento: quais os próximos desafios a serem enfrentados pela categoria? Certamente são muitos, nosso país tem vivenciado uma onda de violências, retrocessos políticos e desinformação nos últimos dez anos, quadro que se acirra com as chamadas jornadas de junho de 2013, e se aprofunda após o golpe de 2016 e as consequências nefastas da eleição presidencial de 2018. Vários problemas sociais voltaram a assombrar a vida de brasileiros e brasileiras, como a fome, o desemprego, o neofascismo, com particular destaque para o aumento de casos de assassinato e espancamento de trabalhadores e trabalhadoras sexuais no período.

Com a perda de direitos e o ‘desengavetamento’ de projetos de leis que afetaram diretamente as trabalhadoras sexuais, bem como o enfraquecimento de movimentos sociais, algumas associações fecharam as suas portas, e o pouco construído foi ameaçado.

Em 2019, As Amazonas encerraram atividades como Associação organizada. No ano seguinte, a pandemia do novo Coronavírus se espalhou pelo mundo todo, e o nosso estado se tornou um dos epicentros de contaminação do vírus. As pessoas precisavam estar nas ruas para trabalhar para sobreviver: era o vírus ou era a fome que matava.

A pandemia de Covid 19 não apenas levou as trabalhadoras sexuais à redução de seus rendimentos, mas em alguns outros casos, levou à perda de moradia, tendo em vista que muitas dessas trabalhadoras moravam/moram nos seus próprios locais de trabalho. E com as casas fechadas, as trabalhadoras oriundas de outros estados não tinham como retornar para suas cidades de origem. E os movimentos sociais então agiram nesses casos a partir de mobilização por meio das redes sociais a fim de buscar remediar essas terríveis consequências.

Nesse contexto de pandemia, a agenda de atividades mobilizada pela Articulação Nacional de Profissionais do Sexo – ANPROSEX teve um papel fundamental, organizando debates *on-line* e, além disso, unindo-se para tentar levar o básico (cestas básicas, máscaras e álcool em gel) para as mulheres em extrema vulnerabilidade pelo Brasil. Esta agenda foi articulada por meio do Edital “Conectando Mulheres e Defendendo Direitos”, iniciativa conjunta proposta pela ANPROSEX, ONU, e o Fundo Europeu.

A irresponsabilidade dos governos municipal, estadual e federal naquele momento frente ao cenário caótico da propagação do vírus intensificou as perdas da população,

sobretudo a mais vulnerável. Baiana, uma de nossas entrevistadas faleceu nesse contexto, assim como diversas famílias perderam seus entes queridos.

No cenário de pós-pandemia, pode-se vislumbrar que a luta será multiplicada frente à necessidade de não apenas reconstruir o que foi perdido, mas reinventar os direitos para além do campo da saúde, investir no debate da regulamentação a partir de projetos de lei mais representativos e fundamentados nas experiências das próprias trabalhadoras sexuais brasileiras, perspectiva que tem amadurecido com a candidatura e mesmo eleição de

trabalhadoras sexuais candidatas como vereadoras, deputadas federais ou a frente de outros cargos públicos, a fim de que suas pautas sejam debatidas e consideradas com seriedade. É importante também estar atentos na manutenção das Associações que resistiram abertas, e também as que ainda estão em vias de organização.

Pelo que percebemos ao longo do trabalho, o caminho político das trabalhadoras sexuais tem sido permeado pelo cruzamento de esperanças, desesperanças, resistências, conformismos, negociações e protagonismos.

O processo de elaboração de um filme feito e protagonizado por elas mesmas demonstra a importância de como o poder de se comunicar com a sociedade é relevante para os novos valores e para a construção da Associação como uma instituição legítima. Valoriza-se além do poder de fala, a transmissão oral de um setor marginalizado, com a demonstração de hábitos, comportamentos e rotinas. Por isso, o documentário é importante, pois caracteriza momentos evidentes de disputas, e estas revelam muito de seus costumes, suas condições de trabalho, suas dificuldades em obter rendimentos justos, além de seus modos de vida diversos, formas de ser plurais, o que torna visível a existência de mulheres lutando diariamente por suas sobrevivências.

O trabalho sexual é *trabalho*. E tem se tornado evidente como as cidades, ruas e praças são apropriadas por estas trabalhadoras como lugares de trabalho, ao ponto de o restante da população reconhecer determinados locais como espaços privilegiados do trabalho sexual, conforme vimos acontecer com as Praça da Matriz e D. Pedro II em Manaus, assim como em outras cidades brasileiras como Campinas, Belo Horizonte, Belém, entre outras.

Contraria-se a frase do cantor Tim Maia quando observa que “*este país não pode dar certo. Aqui prostituta se apaixona, cafetão tem ciúme, traficante se vicia e pobre é de direita*”. Esta visão, apresentada pelo cantor e reproduzida por muitas pessoas, limita

as experiências dessas mulheres à zona de prostituição, reduzindo inclusive esses espaços em seu alcance político de articulação e defesa de modos de vida. Prostituta não só pode como deve se apaixonar, namorar, casar, constituir família, comprar casa, carro. As prostitutas, como sujeitos sociais, têm sentimentos, sonhos, defendem utopias, e relacionam a defesa desses desejos com a invenção de possibilidade históricas alternativas de uma sociedade mais humana e fraterna.

A trabalhadora sexual pode e deve sonhar com um futuro melhor, com uma educação de qualidade para seus filhos, com comida na mesa, creche e direitos trabalhistas. Contudo, sonhar e acreditar andam lado a lado com a luta política, e temos visto que quanto mais reconhecimento político a categoria busca, mais é possível sonhar e acreditar em um país melhor.

Portanto, ouvir o que essas mulheres militantes do trabalho sexual têm a dizer sobre suas experiências é fundamental para construirmos percepções mais humanas, sem violências ou preconceitos, além de garantir a revalorização de formas de luta e resistência por uma participação igual e justa junto ao poder social. Falar de trabalho sexual é falar de resistência feminina, do direito à memória, do direito à História.

Referências

Fontes Orais

Entrevista com Ana. 03 de novembro de 2019; 10 de novembro de 2019; 22 de dezembro de 2019; 15 de março de 2020; 21 de novembro de 2021;

Entrevista com Baiana. 09 de setembro de 2019; 10 de setembro; 12 de dezembro de 2019;

Entrevista com Denise. 05 e 06 de junho de 2020;

Entrevista com Diana. 07 e 08 de janeiro de 2020;

Entrevista com Neila. 12 e 13 de dezembro de 2019;

Entrevista JAMES, Margot St; PHETERSON Gail. *The whore stigma*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PIXV370ipEI>.

Acervo da Associação As Amazonas

Ata de Assembleia de fundação. 26 de março de 2008;

Diário do 4º encontro nacional de prostitutas de Rede Brasileira de Prostitutas. 2, 3 e 4 de dezembro de 2008, Rio de Janeiro;

Estatuto Fórum Amazonas de OSC/ITS/AIDS, 18 de março de 2007;

Estatuto Social As Amazonas, 2008;

Fichas de associadas, 2008/2009;

Folheto informativo “Os objetivos da As Amazonas” (sem data);

Formulário do Projeto “Feminização, prazer e prevenção”. Submetido em 2012 ao Ministério da Saúde;

Livreto RedTraSex, *Red de trabajadoras sexuales de latinoamérica y el Caribe*. Sede Executiva Base Argentina;

Manuscrito “Dificuldades do projeto sem vergonha”. 2013;

Ofício nº. 030/2009. Ofício enviado pelo Fórum Amazonas sob a coordenação de Fabricio Nunes direcionado ao Secretário de Saúde do Estado do Amazonas – SUSAM, senhor Agnaldo Gomes de Costa. Em 13 de julho de 2009;

Panfleto informativo da Rede Brasileira de Prostitutas;

Relatório Trimestral do Projeto “Sem vergonha de lutar por direitos”. Submetido em 2013 ao Ministério da Saúde;

Relatório de atividades referente ao ano de 2009.

Fontes Oficiais

Censo IBGE, 2010.

Constituição da República Federativa do Brasil. Vade Mecum Penal: Penal, Processo Penal e Constituição Federal/obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Livia Céspedes e Fabiana Dias da Rocha. São Paulo: Saraiva, 2017;

Classificação Brasileira de Ocupações: CBO. n. 5198 – 05. Disponível em: <https://www.ocupacoes.com.br/cbo-mte/519805-profissional-do-sexo>. Acesso em: 20/12/2021;

Código Civil. Associações sem fins lucrativos. Em: lefusc.com.br/matérias/2007/122007societarios.htm;

Protocolo de Palermo. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm. Acesso: 16/05/2021;

Brasil. Governo Federal. Ministério da Justiça. Relatório Nacional Sobre o Tráfico de pessoas: Dados 2014 a 2016. Brasília, dezembro de 2017;

Fontes Audiovisuais

Documentário As Amazonas, 2009;

Documentário “*Um beijo para Gabriela*”. 2013, dirigido por Laura Murray. Disponível em: acervo pessoal e pela URL: <https://www.youtube.com/watch?v=pXl46Fc1J9g>;

Entrevista com Gabriela Leite feita em 2013, para as cenas extras do documentário “Um Beijo para Gabriela”. Disponível em www.umbeijoparagabriela.com e www.youtube.com/watch?v=sISSYTGViJc;

Fala de Lourdes Barreto. Em documentário institucional do Gempac, disponibilizado em maio de 2016. Disponível: blogdasesquinas.wordpress.com, *youtube* e consta em acervo pessoal;

Fala de Leila Barreto no programa Direitos Humanos, exibido em agosto de 2014 pela TV Brasil e publicado na rede em 23 de setembro de 2014. Disponível na rede e acervo pessoal;

Fala de Gabriela Leite no V Congresso Internacional de AIDS em Montreal, em 1989. Disponível em acervo pessoal e na rede através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=1igBqOg1el8>.

Jornais

Beijo da rua. Edição Zero, dezembro de 1988;

Beijo da rua. Ano 30. Num. 1. dezembro de 2018;

Beijo da Rua. Ano 29, num. 2, dezembro de 2017;

Beijo da rua. Ano 28, num. 2, dezembro de 2018;

Beijo da rua. Ano 28, num. 2, dezembro de 2017. (confirmar essas duas edições)

A Crítica. Edição de 25 de fevereiro de 1990. Disponível: Acervo da Biblioteca Pública do Estado do Amazonas;

A Crítica: Edição de 16 de fevereiro de 1990. Disponível: Acervo da Biblioteca Pública do Estado do Amazonas;

A Crítica, 16 de janeiro de 2008. Caderno Cidades C4. Título: “*Profissionais do sexo são chamadas a se organizar*”. Subtítulo: “*Encontro de que elas participarão amanhã poderá definir a criação de uma entidade representativa.*” Disponível: Acervo Biblioteca

Pública do Estado do Amazonas; Acervo digital do jornal A Crítica: <https://www.acritica.com/>;

A Crítica, 15 de maio de 2011. Nota: *Problemas do centro. Prostituição convive com rotina da Catedral*. Disponível: Biblioteca Pública do Estado do Amazonas e Acervo A Crítica: [acritica.com](https://www.acritica.com/);

A Crítica. Interior do Amazonas. *Prostituta Francisca Coroca é a vereadora mais votada em Manacapuru (AM)*. Disponível em: <https://www.acritica.com/channels/eleicoes-2016/news/prostituta-francisca-coroca-e-a-vereadora-mais-votada-em-manacapuru>. Acesso em: 03/12/2019;

A Crítica [Versão digital]. *Saiba quem é Coroca, a ex-prostituta que virou vereadora em Manacapuru (AM)*. Eleições 2016. Disponível em: <https://www.acritica.com/channels/eleicoes-2016/news/saiba-quem-e-coroca-a-ex-prostituta-que-vice-vereadora-em-manacapuru> 2/10. Acesso em: 03/12/2019;

PDT 12 Nacional, 10 de outubro de 2016. *Ex-prostituta é vereadora mais votada pelo PDT em Manacapuru (AM)*. Disponível em: <https://www.pdt.org.br/index.php/ex-prostituta-e-vereadora-mais-votada-pelo-pdt-em-manacapuru-am/>. Acesso em: 03/12/2019.

Projetos de Leis

PL 3436/1997, de autoria de Wigberto Tartuce (PSDB-DF);
PL 2169/2003 de autoria de Elimar Máximo Damasceno (PRONA/SP);
PL 4244/2004 de autoria de Eduardo Valverde (PT/RO);
PL 4.211/2012 de autoria de Jean Willys (PSOL/RJ);
PL 7001/2013 de autoria de Acelino Popó (PRB/BA);
PL 6127/2016 de autoria de Flavinho (PSB/SP);
PL 129/2008 de autoria de Leonel Feitoza (PSDB/AM);
PL 057/2010 de autoria de Ademar Bandeira (PT/AM).

Links da internet

“Mulheres da CUT são contra...”. Publicado: 03 dezembro, 2013 - 18h17, em: <https://www.cut.org.br/noticias/mulheres-da-cut-sao-contraregulamentacao-da-prostituicao-473a>. Acesso em: 08 de abril de 2020.

NSWP: Global Network of sex work Projects. Promoting health and human rights. (Rede global de projetos de trabalho sexual. Promovendo saúde e direitos humanos). Em: <https://www.nswp.org/event/international-sex-worker-rights-day>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2020;

Bibliografia

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Polén, 2019.

ALVAREZ, Gabriel Omar; RODRIGUES, Marlene Teixeira. Prostitutas cidadãs: Movimentos sociais e políticas de saúde na área de HIV/AIDS. *Revista de Ciências Sociais*, v. 32 n. 1/2 (2001): Cidade e Cidadania.

ARANTES NETO, Antonio Augusto. *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas-SP: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

ARAÚJO, Emanuel. *A arte da sedução: Sexualidade feminina na colônia*. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011.

AREND, Silvia Fávero. *Trabalho, escola e lazer*. IN: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2016.

AREND, Silvia Fávero. *Infância, exploração sexual e o programa social Sentinela*. (Florianópolis, 1980-2005). IN: Fáveri, Marlene de; SILVA, Janine Gomes da Silva; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Prostituição em áreas urbanas: Histórias do Tempo Presente*. Florianópolis: Editora UDESC, 2010.

BARRETO, Letícia Cardoso. *Prostituição, gênero e sexualidade: hierarquias sociais e enfrentamentos no contexto de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 2008, Dissertação de Mestrado. Mestrado em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais.

BARROSO, Suellen Andrade. *Casais, Violência e Poder Judiciário: expressões jurídicas sobre a violência no casal em Manaus nos anos 1970 e 1980*. 168f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2011.

BASSERMAN, Lujo. *História da prostituição: uma interpretação cultural*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

BATALHA, Claudio H. M. *Os desafios atuais da História do Trabalho*. In: Anos 90, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p.87-104, jan./dez. 2006.

_____, Cláudio. *Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente*. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010.

BATISTA, James da Costa. *Da Lousa à Luta: Organização, mobilização e luta dos professores amazonenses na década de 1980*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós graduação em História Social. Universidade Federal do Amazonas. 2018. 185 f.

BEAUVOIR, Simone de. 1908-1986 *A velhice* (versão digital). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

BELTRÃO, Kaizô I.; NOVELLINO, Maria S.; OLIVEIRA, Francisco E. B.; MEDICI, André C. *Mulher e previdência social: O Brasil e o mundo*. Rio de Janeiro: março de 2002.

BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução*. Trad.: José Lino Grunnewald. São Paulo: Abril S.A. Cultural e Industrial, 1975.

_____, Walter. *Obras escolhidas*. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e histórica da cultura. São Paulo: Ed. Brasiliense. Volume 1. São Paulo 1987.

_____. *Diário de Moscou*. Trad. H. Herbol. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BOLLE, Willi. *Fisiognomia da Metrópole Moderna*: representação da história em Walter Benjamin. São Paulo: EDUSP, 2000.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade*. Lembranças de velhos. São Paulo: TAQ Editor, 1979.

_____, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRUCKER, Pascal; FINKIELKRAUT, Alain. *A nova desordem amorosa*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

CAMPOS, Luciane Maria Dantas. *Trabalho e Emancipação*: Um olhar sobre as mulheres de Manaus (1890-1940). Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2010. 206 fls.

CARNEIRO, Suely. *Mulheres em movimento*. Revista Estudos Avançados, 17(49), 2003.

CARVALHO, Jô de; SILVA, Alviney Ramos. *Prostituição é profissão*: Motivos para legalizar. Revista Eletrônica de Ciências Jurídicas, v. 1, n. 2 (2016). Ipatinga, MG, Brasil.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar*. Petrópolis: Artes de Fazer, 1996.

CHAGAS, Ivanilce Nogueira. *Participação feminina na política*: mulheres, poder e patriarcalismo no Amazonas. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2016. 140 fls.

CHAUÍ, Marilena. *Repressão Sexual essa nossa (des)conhecida*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____, Marilena. *Conformismo e Resistência*. Aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro*: Conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU, 2003.

_____, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: O poder da autodefinição*. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

CRUZ, Heloisa de Faria e PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa*. In: Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. N.0. São Paulo: EDUC, 1981.

CRUZ, Heloísa de Faria. *Mercado e Polícia – São Paulo, 1890/1915*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 7 n°14, mar./ago. 1987.

DAVIS, Angela. *Mulheres, cultura e política [Versão digital]*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

DEL PRIORE, Mary. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

DENARDI, Adriano Francisco. *Poder e (des)ordem: preliminares de uma outra História – Prostituição e o mercado do sexo em Joinville*. (1990-2010). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História do Tempo Presente. Florianópolis, SC. 2011.

FARIA, Márcio Gustavo Senra. *A prostituição no Brasil no século XXI: Razões para sua regulamentação*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Direito. Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. 2013.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

_____, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019.

FERNANDES, Aryel. *Mulheres na política: A luta por representação*. Trabalho de Conclusão de Curso em Jornalismo. FIAM-FIAAM Centro Universitário, São Paulo, 2017. 80fls.

FERRO, Marc. MARC, Ferro. *Cinema e História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FICO, Carlos. *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, n° 47, p.29-60 – 2004.

FILHO, Vitor Ribeiro. *A dinâmica recente da área central de Manaus*. In: OLIVEIRA, José Aldemir de. (Org.) *Cidades Brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas – EDUA, 2009.

FONSECA, Cláudia. *A dupla carreira da mulher prostituta*. Estudos feministas. Ano 4. N. 1/1996.

FONSECA, Cláudia; PASINI, Elisiane. *A mulher prostituta: um caso limite de cidadania*. In: XX Reunião Bianual de Antropologia, 1998, Salvador.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977. 1980 3ª edição.

GALVÃO, Marli T. G.; CERQUEIRA, Ana Teresa; FERREIRA, Maria de Lourdes; SOUZA, Lenice. *Razões pelo não uso do preservativo masculino entre pacientes com Infecção ou não pelo HIV*. In: DST – J bras Doenças Sex Transm. 14 (1):25-30, 2002.

GIULANE, Paola Cappellin. *Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira*. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.) *História das mulheres no Brasil*. 10 edição. São Paulo: Contexto, 2011.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

_____, Maria da Glória Marcondes. *Movimentos sociais e Educação*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____, Maria da Glória. *Os movimentos e as lutas do período de 1964-2004 em São Paulo*. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, setembro de 2004.

GONZALES, Lélia. *Racismo e Sexismo na cultura brasileira*. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984.

GUERRA, Carolina Bonomi de Menezes. *“Mulher da vida, é preciso falar” : um estudo do movimento organizado de trabalhadoras sexuais*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Unicamp, Campinas, São Paulo: 2019.

HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão: Vida operária e cultura anarquista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

HIRATA, Helena; DEBERT, Guita Grin. Apresentação Dossiê *Gênero e cuidado*. In: Cadernos pagu (46), janeiro-abril de 2016:7-15. ISSN 1809-4449. Disponível em: periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/issue/view/1143. Acesso em: 21/09/2021.

JULIANO, Dolores. *Mulheres Especialmente Marginalizadas: Uma Entrevista com Dolores Juliano*. [Entrevista concedida a Juliana Przybysz] Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 155 - 165, jan. / jul. 2016.

KADRI, Michele Rocha El. *A participação das organizações da sociedade civil no enfrentamento à AIDS: história da política no Estado do Amazonas*. Universidade Federal

do Amazonas/FIOCRUZ. Dissertação de Mestrado em Saúde, Sociedade e Endemias na Amazônia, 2013.

KOSSOY, Boris. Realidades e ficções na trama fotográfica. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

KUCHNIR, Beatriz. *Baile de Máscaras*. Mulheres judias e prostituição: as polacas e suas associações de ajuda mútua. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

LEITE, Gabriela. *Filha, mãe, avó e puta: A história de uma mulher que decidiu ser prostituta*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009.

LEME, Edson Holtz. *Noites ilícitas: histórias e memórias da prostituição*. Londrina: EDUEL, 2005.

LENZ, Flávio; ANDRADE, Ana Beatriz; AQUINO, Henrique Perazzi. *Beijo da rua, um jornal com a voz das prostitutas*. In: *Anais da X Conferência Brasileira de mídia cidadã e V Conferência Sul-Americana de mídia cidadã*. Unesp/FAAC. Bauru-SP. 22-24 de abril de 2015.

LENZ, Flávio. *Transgressões no imaginário da prostituição nos desfiles-trottoir da grife Daspu*. 2016. 152 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado*. História da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LIMA, Francielle Elisabet Nogueira; ROMFELD, Victor Sugamoto. *Regulamentar a prostituição: possíveis mediações a partir do ativismo de prostitutas travestis*. In: CARVALHO, Daniela Tiffany Prado de; SILVA, Elisa Maria Taborda da; SANTOS, Polianna Pereira dos. (Org.). *Mulheres na sociedade: desafios para a visibilidade feminina*. 1ed. Belo Horizonte: D'Plácido, 2018.

LIMA, Michele Pires & SAMPAIO, Patrícia Melo. *Pederastas e meretrizes. Trabalho, crime e cotidiano nos jornais de Manaus (1967-1970)*. In: James Green, Renan Quinalha, Marisa Fernandes e outros (Orgs). *História do Movimento LGBT no Brasil*. Alameda: São Paulo, 2018.

LINS, Consuelo. *Eduardo Coutinho, linguista selvagem do documentário brasileiro*. Galáxia (São Paulo, Online), n. 31, p. 41-53, abr. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542016123816>.

LIRA, Bárbara Rebeka Gomes de. *A Difícil Vida Fácil: O mundo da prostituição e suas representações na cidade de Manaus. (1890-1925)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Amazonas. Manaus, AM. 2014.

LOBO, Elizabeth Souza. *A classe operária tem dois sexos: Trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LUCA, Tânia Regina de. *O sonho do futuro assegurado. O mutualismo em São Paulo*. São Paulo: Contexto, 1990.

LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. *Associações, participação e representação: Combinações e tensões*. São Paulo: Revista Lua Nova, 84: 141-174, 2011.

MACHADO, Eduardo Paes; NORONHA, Ceci Vilar. *A polícia dos pobres: violência policial em classes populares urbanas*. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 4, nº 7, jan/jun 2002.

MAGNAMI, José Guilherme Cantor. *Festa no Pedação: Cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Hucitec/UNESP, 2003.

MARGOTTI, Alessandra. *Direito à prostituição: Legalização do lenocínio no Brasil*. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2017.

MARONI, Amnérís Angela. *A estratégia da recusa* (Análise das greves de maio/78). Dissertação de Mestrado em História. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1981. 209 fls.

MARTINS, José Gilbert Arruda. *Violência Policial no Brasil: Reflexões teóricas sobre a força policial como instrumento de repressão burguesa*. Hegemonia – Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro. ISSN: 1809-1261 UNIEURO, Brasília, número 22 (Especial), 2017.

MATHIEU, Lilian. *Na unlikely mobilization: the occupation of Saint-Nizier church by the prostitutes of Lyon*. In: Revue française de sociologie. 2001, 42, Supplément. Na anual english selection.

MATOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MELINO, Heloisa. *Regulamentação da prostituição em debate*. In: Berner, Jucá, Melino. (Org.). Teoria Crítica, Descolonialidade e Direitos Humanos. 1ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2016, v. 1.

MESQUITA, Otoni Moreira de. *La belle vitrine. O mito do progresso na refundação da cidade de Manaus. (1890-1900)*. 2005. 439 f. Tese de Doutorado em História Social. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2005.

NADER, Maria Beatriz. *A condição masculina na sociedade*. In: Dimensões, vol. 14, 2002.

OLIVEIRA, Alexandra. *Andar na vida: prostituição e reação social*. Porto: Almedina Ed., 2011.

OLIVEIRA, Guacira César; BRITO, Priscilla Caroline. *Qual o orçamento para a saúde das mulheres?* Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA, 2012.

OLIVEIRA, Márcio André Araújo. *Trabalho Informal e Redes Sociais: os camelôs da Praça da Matriz em Manaus*. 2005. 187 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2005.

OLIVEIRA, Nancy da Silva et al. *Conhecimento e Promoção do Uso do Preservativo Feminino por Profissionais de Unidades de Referência para DST/HIV de Fortaleza-CE: o preservativo feminino precisa sair da vitrine*. Saúde Soc. São Paulo, v.17, n.1, p.107-116, 2008.

OLIVEIRA, Rafaela Bastos. *Entre memórias: as experiências dos carregadores e carregadoras da Manaus Moderna e Estação Hidroviária de Manaus (Roadway) 1993-2015*. 2016. 122f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

ORELLANA, Jessem Douglas et al. *Violência urbana e fatores de risco relacionados ao feminicídio em contexto amazônico brasileiro*. Cadernos da Saúde Pública 2019. 35(8):e00230418.

PAIXÃO, Olívia Vilas Bôas da. *Entre a batalha e o direito: prostituição, travestilidade e trabalho*. Rio de Janeiro: Metanoia, 2018.

PATRIOTA, Rosangela. *Cultura e barbárie: dinâmicas do processo histórico*. História Revista, Goiânia, v. 26, n. 2, p. 8–28, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/69626>. Acesso em: 15 abr. 2022.

PEDRO, Joana Maria. *Vender o corpo, vender o sexo – serviços sexuais e trabalhadoras/es do sexo: uma apresentação*. In: Fáveri, Marlene de; Silva, Janine Gomes & Pedro, Joana Maria. *Prostituição em áreas urbanas: histórias do Tempo Presente*. Florianópolis: Editora UDESC, 2010.

PEIXOTO, Maria do Rosário da C. *O trem da história. A aliança PCB/CSCB/O PAIZ*. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1994.

PEREIRA FILHO, Raimundo Alves. *Lupanares e puteiros: os últimos suspiros do Rendez-vous na sociedade Manauara*. 2014. 132f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

PERROT, Michelle. *Minha História das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Uma Outra Cidade. O mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

_____, Sandra Jatthy. *Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias*. Revista Brasileira de História, vol. 27, nº 53, junho de 2007.

PHETERSON, Gail. *The whore stigma – female dishonor and male unworthiness*. Den Haag: Ministerie van Sociale Zaken en Werkgelegenheid, 1986.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1895- 1925)*. Manaus: Editora da Universidade de Manaus, 1999.

PINHEIRO, Mônica Farias. *Lugar e memória: o velho e a imagem da cidade Manaus-AM*. 2015. 81 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

PINHEIRO, Maria Joseilda da Silva. *Violência sexual contra crianças e adolescentes no Amazonas e os paradoxos do controle social*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Amazonas. Manaus, AM. 2015.

PINOTTI, José Aristodemo. *Saúde*. IN: PINSKY, Jaime (Org.). *O Brasil no contexto: 1987-2007*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2007.

POLLACK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. *A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais*. Revista Tempo, Rio de Janeiro: vol. 1, nº 2, 1996.

_____, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho*. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. Proj. História, São Paulo, (15), abr. 1997.

_____, Alessandro. *Ensaios de história oral*. São Paulo: Editora Letra e Voz, 2010.

PRADA, Monique. *Putafeminista*. São Paulo: Veneta (coleção Baderna), 2018.

_____, Monique. *O mais antigo dos preconceitos*. *Moniqueprada.wixsite.com*, 2019. Disponível em: <https://moniqueprada.wixsite.com/siteoficial/post/o-mais-antigo-dos-preconceitos>. Acesso em: 28 out. 2019.

PRADO, Maria Ligia; FRANCO, Stella Scatena. *Participação feminina no debate público brasileiro*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2016.

PRZYBYSZ, Juliana. *Mulheres Especialmente Marginalizadas: Uma Entrevista com Dolores Juliano*. Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 155 - 165, jan. / jul. 2016.

RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

RAMOS, Alcides Freire. *História e Cinema: Reflexões em torno da trajetória do cineasta João Batista de Andrade durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)*. Fênix - Revista de História e Estudos Culturais, 2008, vol. 5(1), 1-201.

RAMOS, Diane Helene. *Corpo e Cidade: uma pequena etnografia da Prostituição em Campinas*. Rev. Os Urbanitas (São Paulo), v. 5, p. 5, 2008.

_____, Diana Helene. “*Preta, Pobre e Puta*”: a segregação urbana da prostituição em Campinas – Jardim Itatinga. 2015. 334 f. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

_____, Diane Helene. *O movimento social das prostitutas e o direito à cidade para as mulheres*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11& 13th Women’s Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X.

REIS FILHO, Milton Melo dos. *A saga dos operários em Manaus – 1980*. Manaus: EDUA, 2013.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. São Paulo, Pólen Ed. 2019.

RICHARDS, Jeffrey. *Sexo, desvio e danação: as minorias na Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

RODRIGUES, Caroline Souza. *Sombras da Noite: As mulheres marginalizadas da Belle Époque manauara (1860-1920)*. 2014. 142f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

RODRIGUES, Leina Peres. *Não quero que gostem de mim, mas exigo que me respeitem: a prostituta cidadã, os significados e as ambiguidades na relação com o ministério da saúde*. Universidade Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, 2014.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. *A prostituição no Brasil contemporâneo: Um trabalho como outro qualquer?* In: Revista Katálysis. Florianópolis: Vol. 12. N.1. p. 68-76/jan./jun. 2009.

ROMFELD, Victor Sugamoto. *Uma análise criminológica dos sistemas jurídicos de enquadramento da prostituição feminina*. Universidade Federal do Paraná. Monografia do curso de Direito. 2013. 81 p.

ROMFELD, Victor Sugamoto. *A prostituta na obra de Cesare Lombroso*. IN: ARGUELLO, Katie Silene Cárceres, et al. (Orgs). *Criminologias: feminismos, mídia e protestos sociais* [Livro eletrônico]. Curitiba, PR: Editora Virtual Gratuita - EVG, 2018.

ROSEMBERG, Fúlvia. *Mulheres educadas e a educação de mulheres*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (Orgs.) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2016.

ROUSSO, Henry. *A memória não é mais o que era*. IN: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Adrielly Vaz dos. *Praça da Matriz: Imagem, memória e sociabilidade*. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2015. 120 fls.

SANTOS JÚNIOR, Paulo Marreiro dos. *Pobreza e Prostituição na Belle Époque manauara: 1890- 1917*. In: Revista de História Regional 10(2):87-108, Inverno, 2005.

SCOTT, Joan W. *A invisibilidade da experiência*. Projeto História, São Paulo, 16, fev. 1998.

SCOTT, Ana Silvia. *O caleidoscópio dos arranjos familiares*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (Orgs.) *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2016.

SECCO, Lincoln. *História do PT*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

SENNA, Ana Gabriella Carvalho. *A regulamentação da prostituição e a proteção constitucional ao trabalho: O Projeto Força Feminina e as mulheres em situação de prostituição do Centro Histórico de Salvador*. Monografia da Faculdade de Direito. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2018, 64 fls.

SILVA, Adriana; MACEDO, Elina Elias de. *Creche: uma bandeira da despatriarcalização*. IN: TELES, Maria Amélia de Almeida; SANTIAGO, Flávio; FARIA, Ana Lúcia Goulart de Faria (Orgs.). *Por que a creche é uma luta das mulheres? Inquietações femininas já demonstram que as crianças pequenas são de responsabilidade de toda a sociedade*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018.

SILVA, Cristiani Bereta. *O filme Anjos do Sol e a exploração sexual de meninas: instigando olhares*. IN: FAVERI, Marlene de; SILVA, Janine Gomes da; PEDRO, Joana Maria. *Prostituição em áreas urbanas: histórias do Tempo Presente*. Florianópolis: Editora UDESC, 2010.

SILVA, Daisienne Santos. *Memórias, sociabilidades e resistências: O trabalho sexual feminino na cidade de Manaus nas décadas de 70 e 80 do século XX*. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2017. 129 fl.

SILVA, Marcos; RAMOS, Alcides Freire (Orgs.). *Ver história: o ensino vai aos filmes*. São Paulo: Hucitec, 2011.

SILVA, Mario Bezerra. *Profissionais do sexo e o Ministério do Trabalho*. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XI, n. 59, nov 2008.

SILVA, Patrícia Rodrigues. *Disputando espaço, construindo sentidos: Vivências, trabalho e embates na área da Manaus Moderna (Manaus/AM – 1967-2010)*. 2011. 293 f. Tese de Doutorado em História Social. Universidade Pontifícia Católica – PUC. São Paulo, 2011.

_____, Patrícia Rodrigues. “*A gente vê a Cidade assim*”: Memórias de mulheres interioranas em Manaus. In: PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte (Org.). *Gênero & Imprensa na História do Amazonas*. Manaus: EDUA, 2014.

SILVA, Thiago de Faria e. *Audiovisual, memória e política: os filmes Cinco vezes favela (1962) e 5x favela, agora é por nós mesmos (2010)*. Dissertação de Mestrado em História Social. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011. 238 fls.

SILVA, Thiago Pereira. *A prostituição como profissão*. Revista Faculdades do Saber, 06 (13):1022-1033, 2021.

SOARES, Magda. *Alfabetização*. In: PINSKY, Jaime (Org.). *O Brasil no contexto: 1987-2007*. São Paulo: Contexto, 2007.

SOUZA, Gabriel Alencar e. “*Fala mulher, da vida*”: Representações da prostituição no jornal *Beijo da rua*. 2019. 161 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

SOUZA, João Carlos de. *Na luta por habitação: A construção de novos valores*. São Paulo: EDUC, 1995.

TELES, Angela Aparecida. *Cinema e Cidade: Mobilidade, oralidade e precariedade no cinema de Ozualdo Candeias (1967-1992)*. Tese de Doutorado. Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006. 236 fls.

TIBURI, Márcia. *Feminismo em comum: para todas, todes e todos*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____, Edward. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOMAIM, Cássio dos Santos. *O documentário e sua "intencionalidade histórica"*. Doc On-line, n. 15, dezembro 2013, www.doc.ubi.pt.

Vários colaboradores. *Preservativo feminino: das políticas globais à realidade brasileira*. Brasília: UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas, 2011.

VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato: uma proposta de estudo sobre a memória histórica*. São Paulo: Hucitec, 1997.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

_____, Raymond. *O Campo e a Cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____, Raymond. *Cultura e Materialismo*. São Paulo: Unesp, 2011.

WITTIG, Monique. *Não se nasce mulher*. IN: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.